

# **RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2016**

**MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES, PORTOS E AVIAÇÃO CIVIL – MT  
AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL – ANAC**

**BRASÍLIA/2017**

## **RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2016**

**MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES, PORTOS E AVIAÇÃO CIVIL – MT  
AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL – ANAC**

Relatório de Gestão Consolidado apresentado aos órgãos de controle interno e externo e à sociedade como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, das Decisões Normativas TCU nº 154/2016 e nº 156/2016, da Portaria TCU nº 59/2017 e das orientações do órgão de controle interno.

**Unidade Consolidada:** Fundo Aeroviário

**Responsável pela Elaboração:** Superintendência de Planejamento Institucional

**Brasília, 31/03/2017**

## LISTA DE ABREVIações E SIGLAS

ANAC	Agência Nacional de Aviação Civil
ASCOM	Assessoria de Comunicação Social
AUD	Auditoria Interna
ASIPAER	Assessoria de Articulação com o Sistema de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos
ASINT	Assessoria Internacional
ASJIN	Assessoria de Julgamento de Autos em Segunda Instância
ASPAR	Assessoria Parlamentar
ASTECH	Assessoria Técnica
CADIN	Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal
CBA	Código Brasileiro de Aeronáutica
CENIPA	Centro de Investigação e Prevenção de Acidentes
CISSET	Secretaria de Controle Interno
CPF	Cadastro de Pessoas Físicas
COMAER	Comando da Aeronáutica
CONAC	Conselho de Aviação Civil
CNPJ	Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica
DAC	Departamento de Aviação Civil
DF	Distrito Federal
DN	Decisão Normativa
FAA	<i>Federal Aviation Administration</i>
GIASO	Gerenciamento de Inspeções de Aeronavegabilidade e Segurança Operacional
GRU	Guia de Recolhimento da União
HOTRAN	Horários de Transporte
IN	Instrução Normativa
INFRAERO	Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária
INSPAC	Inspetor de Aviação Civil
JR	Junta Recursal
LOA	Lei Orçamentária Anual
MCASP	Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público
MPDG	Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão
MT	Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil
OACI	Organização Internacional da Aviação Civil
OUV	Ouvidoria da ANAC
PAINT	Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna
PCISOP	Programa de Capacitação de Inspetores de Segurança Operacional
PDTI	Plano Diretor de Tecnologia da Informação
PISOR	Programa de Inspeções de Segurança Operacional em Rampa
PNAC	Política Nacional de Aviação Civil
PPA	Plano Plurianual
PR	Presidência da República
PRF	Procuradoria Regional Federal
RAB	Registro Aeronáutico Brasileiro
RFB	Receita Federal do Brasil
RJ	Rio de Janeiro
RP	Restos a Pagar
SAC	Secretaria de Aviação Civil
SAF	Superintendência de Administração e Finanças
SAR	Superintendência de Aeronavegabilidade
SAS	Superintendência de Acompanhamento de Serviços Aéreos
SELIC	Sistema Especial de Liquidação e Custódia
SEMAG	Secretaria de Macroavaliação Governamental
SFI	Superintendência de Ação Fiscal
SGP	Superintendência de Gestão de Pessoas
SGSO	Sistema de Gerenciamento da Segurança Operacional
SIA	Superintendência de Infraestrutura Aeroportuária

SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SICONV	Sistema de Gestão de Convênios e Contrato de Repasse do Governo Federal
SIGEC	Sistema Integrado de Gestão de Créditos
SIORG	Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal
SIPAER	Sistema de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos
SLTI	Secretaria de Logística e Tecnologia de Informação
SP	São Paulo
SPI	Superintendência de Planejamento Institucional
SPO	Superintendência de Padrões Operacionais
SPU	Secretaria do Patrimônio da União
SRA	Superintendência de Regulação Econômica de Aeroportos
SRFB	Secretaria da Receita Federal do Brasil
STI	Superintendência de Tecnologia da Informação
SUCOTAP	Sistema Unificado de Arrecadação e Cobrança de Tarifas Aeroportuárias
TCE	Tomada de Contas Especial
TCU	Tribunal de Contas da União
TFAC	Taxa de Fiscalização da Aviação Civil
TI	Tecnologia da Informação
TP	Termo de Parceria
UGO	Unidade Gestora Orçamentária
UGR	Unidade Gestora Responsável
UJ	Unidade Jurisdicionada
UO	Unidade Orçamentária
UR	Unidade Regional
VSC	Veículo de Serviços Comuns
VSC1	VSC, tipo automóvel
VSC2	VSC, tipo ônibus, micro-ônibus ou van
VSC3	VSC, tipo caminhonete, furgão, utilitário ou <i>pick-up</i>
VTI	Veículo de Transporte Institucional

## LISTA DE QUADROS, TABELAS, FIGURAS E ANEXOS

QUADRO 1 – INFORMAÇÕES SOBRE AS ÁREAS OU SUBUNIDADES ESTRATÉGICAS .....	16
QUADRO 2 – MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS E DE APOIO.....	24
QUADRO 3 – AÇÃO 2912 RELACIONADA AO PROGRAMA TEMÁTICO (2017 – AVIAÇÃO CIVIL) DO PPA DE RESPONSABILIDADE DA UPC – OFSS.....	37
QUADRO 4 – AÇÃO 6640 RELACIONADA AO PROGRAMA TEMÁTICO (2017 – AVIAÇÃO CIVIL) DO PPA DE RESPONSABILIDADE DA UPC – OFSS.....	39
QUADRO 5 – RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES.....	43
QUADRO 6 – RESUMO DOS INSTRUMENTOS CELEBRADOS E DOS MONTANTES TRANSFERIDOS NOS ÚLTIMOS TRÊS EXERCÍCIOS .....	44
QUADRO 7 – RESUMO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS SOBRE TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PELA UJ NA MODALIDADE DE CONVÊNIO, TERMO DE COOPERAÇÃO E DE CONTRATOS DE REPASSE .....	46
QUADRO 8 – DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO.....	50
QUADRO 9 – DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA .....	51
QUADRO 10 – ACOMPANHAMENTO DA ARRECADAÇÃO DE MULTAS - QUANTIDADE.....	62
QUADRO 11 – ACOMPANHAMENTO DA ARRECADAÇÃO DE MULTAS – MONTANTE FINANCEIRO .....	62
QUADRO 12 – ACOMPANHAMENTO DA ARRECADAÇÃO DE MULTAS – ARRECADAÇÃO EFETIVA.....	63
QUADRO 13 – INDICADORES DE MULTAS DAS ENTIDADES FISCALIZADORAS – ACÓRDÃO 482/2013-TCU-PLENÁRIO.....	64
QUADRO 14 – FORÇA DE TRABALHO DA ANAC.....	85
QUADRO 15 – DISTRIBUIÇÃO DA LOTAÇÃO EFETIVA .....	85
QUADRO 16 – DETALHAMENTO DA ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA ANAC .....	86
QUADRO 17 – DESPESAS DE PESSOAL.....	87
QUADRO 18 – CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NÃO ABRANGIDOS PELO PLANO DE CARGOS DA ANAC.....	88
QUADRO 19 – MEDIDAS ADOTADAS PARA APURAÇÃO E RESSARCIMENTO DE DANOS AO ERÁRIO.....	145
TABELA 1 – INDICADORES ESTRATÉGICOS INSTITUÍDOS .....	29
TABELA 2 – RELAÇÃO DAS PRINCIPAIS ATRIBUIÇÕES INSTITUCIONAIS COM OS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS .....	34
TABELA 3 – RESUMO DA EXECUÇÃO DOS BLOCOS ORÇAMENTÁRIOS.....	41
TABELA 4 – LIMITES ORÇAMENTÁRIOS PARA AS DESPESAS DE FUNCIONAMENTO.....	42
TABELA 5 – RECEITAS PRÓPRIAS PREVISTAS E REALIZADAS NO EXERCÍCIO DE 2016 .....	47
TABELA 6 – EVOLUÇÃO DA RECEITA .....	49
TABELA 7 – ARRECADAÇÃO .....	52
TABELA 8 – NÚMERO E PERCENTUAL DE ENTIDADES NÃO INSCRITAS NO CADIN EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013, 2014, 2015 E 2016 .....	57
TABELA 9 – NÚMERO E PERCENTUAL DE PROCESSOS DE COBRANÇA COM RISCOS DE PRESCRIÇÃO ...	58
TABELA 10 – RELATÓRIO DE ESTOQUE - QUANTIDADE DE MULTAS INCLUÍDAS POR ANO.....	59
TABELA 11 – RELATÓRIO DE ESTOQUE - VALOR ORIGINAL DE MULTAS INCLUÍDAS POR ANO .....	60
TABELA 12 – MULTAS APLICADAS, CANCELADAS E SUSPENSAS NA INSTÂNCIA ADMINISTRATIVA.....	61
TABELA 13 – ARRECADAÇÃO DE MULTAS POR INFRAÇÃO AO CBA 2012-2016 E QUANTIDADE DE MULTAS QUITADAS .....	65
TABELA 14 – RESULTADO DAS METAS GLOBAIS DO SEXTO CICLO AVALIATIVO.....	67
TABELA 15 – TURNOVER 2015/2016.....	84
TABELA 16 – COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS .....	89
TABELA 17 – CONTRATOS DA FROTA TERCEIRIZADA.....	91
TABELA 18 – PRINCIPAIS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO DA ANAC.....	98
TABELA 19 – PLANO DE CAPACITAÇÃO DO PESSOAL DE TI.....	111
TABELA 20 – QUANTITATIVO DE PESSOAL DE TI.....	112
TABELA 21 – PROJETOS DE TI DESENVOLVIDOS EM 2016.....	114
TABELA 22 – RECEITAS PRÓPRIAS PREVISTAS E REALIZADAS NO EXERCÍCIO DE 2016.....	127
TABELA 23 – RESUMO DE ATENDIMENTOS PELO CANAL “FALE COM A ANAC” .....	133
TABELA 24 – ASSUNTOS DEMANDADOS NOS ANOS DE 2015 E 2016 À OUVIDORIA.....	134
TABELA 25 – COMPOSIÇÃO DO RESULTADO FINANCEIRO.....	139

TABELA 26 – ÍNDICE DE DESPESAS PAGAS SOBRE RECEITA LÍQUIDA (POR FONTE DE RECURSOS) .....	140
TABELA 27 – ACÓRDÃOS DO TCU PROFERIDOS NO EXERCÍCIO DE 2016.....	143
FIGURA 1 – TAXA DE ACIDENTES COM FATALIDADES POR MILHÃO DE DECOLAGENS NA AVIAÇÃO REGULAR.....	11
FIGURA 2 – ORGANOGRAMA GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL – ANAC .....	21
FIGURA 3 – CADEIA DE VALOR DA ANAC .....	23
FIGURA 4 – MAPA ESTRATÉGICO – ANAC .....	27
FIGURA 5 – GRÁFICO COM O NÚMERO DE GRU ARRECADADAS POR TIPO DE RECOLHEDOR (RECOLHIMENTOS DE TFAC POR EXERCÍCIO FINANCEIRO) .....	48
FIGURA 6 – ARRECADADAÇÃO x EXECUÇÃO.....	52
FIGURA 7 – GRÁFICO COM O VÍNCULO DAS AÇÕES COM OS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DA ANAC.....	121
FIGURA 8 – FLUXO DE MANIFESTAÇÕES REGISTRADAS NO SISTEMA FOCUS .....	128
FIGURA 9 – FLUXO DE MANIFESTAÇÕES REGISTRADAS NO FALE COM A OUVIDORIA .....	129
FIGURA 10 – PRAZO MÉDIO DE RESPOSTA DA OUVIDORIA EM DIAS ÚTEIS .....	133
FIGURA 11 – PESQUISA DE GRAU DE SATISFAÇÃO DO CIDADÃO COM O ATENDIMENTO – PERGUNTA 1 .....	136
FIGURA 12 – PESQUISA DE GRAU DE SATISFAÇÃO DO CIDADÃO COM O ATENDIMENTO – PERGUNTA 2 .....	136
ANEXO 1 – BALANÇO FINANCEIRO E RESPECTIVAS NOTAS EXPLICATIVAS.....	147
ANEXO 2 – BALANÇO ORÇAMENTÁRIO E RESPECTIVAS NOTAS EXPLICATIVAS.....	149
ANEXO 3 – BALANÇO PATRIMONIAL E RESPECTIVAS NOTAS EXPLICATIVAS .....	155
ANEXO 4 – DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO PATRIMONIAL E RESPECTIVAS NOTAS EXPLICATIVAS .	170
ANEXO 5 – DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO .....	174
ANEXO 6 – DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA.....	175

## SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO.....</b>	<b>9</b>
<b>VISÃO GERAL DA ANAC.....</b>	<b>13</b>
FINALIDADE E COMPETÊNCIAS .....	13
NORMAS E REGULAMENTOS DE CRIAÇÃO, ALTERAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA ANAC .....	13
BREVE HISTÓRICO DA ANAC .....	14
AMBIENTE DE ATUAÇÃO .....	14
ORGANOGRAMA.....	16
MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS .....	22
<b>PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS.....</b>	<b>25</b>
PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL.....	25
<i>DESCRIÇÃO SINTÉTICA DOS OBJETIVOS DO EXERCÍCIO</i> .....	28
<i>ESTÁGIO DE IMPLEMENTAÇÃO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO</i> .....	32
<i>VINCULAÇÃO DOS PLANOS DA UNIDADE COM AS COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS E OUTROS PLANOS</i> .....	33
FORMAS E INSTRUMENTOS DE MONITORAMENTO DA EXECUÇÃO E DOS RESULTADOS DOS PLANOS .....	35
DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO .....	36
<i>EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA DAS AÇÕES DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DE RESPONSABILIDADE DA ANAC</i> .....	37
<i>FATORES INTERVENIENTES NO DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO</i> .....	41
<i>RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES</i> .....	43
<i>EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA COM TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS</i> .....	44
<i>INFORMAÇÕES SOBRE A REALIZAÇÃO DAS RECEITAS</i> .....	46
<i>INFORMAÇÕES SOBRE A EXECUÇÃO DAS DESPESAS</i> .....	50
DESEMPENHO OPERACIONAL .....	53
GESTÃO DAS MULTAS APLICADAS EM DECORRÊNCIA DA ATIVIDADE DE FISCALIZAÇÃO.....	56
APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE INDICADORES DE DESEMPENHO .....	67
<b>GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS .....</b>	<b>68</b>
DESCRIÇÃO DAS ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA .....	68
INFORMAÇÕES SOBRE DIRIGENTES E COLEGIADO .....	68
ATUAÇÃO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA.....	70
ATIVIDADES DE CORREIÇÃO E APURAÇÃO DE ILÍCITOS ADMINISTRATIVOS .....	72
GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS .....	75
POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES DE MEMBROS DE COLEGIADOS.....	76
INFORMAÇÕES SOBRE A EMPRESA DE AUDITORIA INDEPENDENTE CONTRATADA .....	76
<b>ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO.....</b>	<b>77</b>
GESTÃO DE PESSOAS .....	77
<i>ESTRUTURA DE PESSOAL DA ANAC</i> .....	85
<i>DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS COM PESSOAL</i> .....	87
<i>GESTÃO DE RISCO RELACIONADOS AO PESSOAL</i> .....	88
<i>CONTRATAÇÃO DE PESSOAL DE APOIO E ESTAGIÁRIOS</i> .....	88
GESTÃO DO PATRIMÔNIO E DA INFRAESTRUTURA .....	90
<i>GESTÃO DA FROTA DE VEÍCULOS</i> .....	90
<i>POLÍTICA DE DESTINAÇÃO DE VEÍCULOS INSERVÍVEIS OU FORA DE USO E INFORMAÇÕES GERENCIAIS SOBRE VEÍCULOS NESSAS CONDIÇÕES</i> .....	93
<i>CESSÃO DE ESPAÇOS FÍSICOS E IMÓVEIS A ÓRGÃOS E ENTIDADES PÚBLICAS OU PRIVADAS</i> .....	95
<i>INFORMAÇÕES SOBRE OS IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS</i> .....	95
GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO .....	96
<i>PRINCIPAIS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO</i> .....	97
<i>INFORMAÇÕES SOBRE O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (PETI) E SOBRE O PLANO DIRETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - PDTI</i> .....	120

GESTÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE.....	122
<i>ADOÇÃO DE CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL NA AQUISIÇÃO DE BENS E NA     CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS OU OBRAS</i> .....	123
GESTÃO DE FUNDOS E DE PROGRAMAS .....	125
<i>IDENTIFICAÇÃO E INFORMAÇÕES DOS FUNDOS NA GESTÃO DA ANAC</i> .....	125
FUNDO AEROVIÁRIO .....	125
<b>RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE .....</b>	<b>128</b>
CANAIS DE ACESSO DO CIDADÃO .....	128
CARTA DE SERVIÇOS AO CIDADÃO.....	134
AFERIÇÃO DO GRAU DE SATISFAÇÃO DOS CIDADÃOS-USUÁRIOS.....	134
MECANISMOS DE TRANSPARÊNCIA DAS INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE A ATUAÇÃO DA UNIDADE.....	137
MEDIDAS PARA GARANTIR A ACESSIBILIDADE AOS PRODUTOS, SERVIÇOS E INSTALAÇÕES .....	137
<b>DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS .....</b>	<b>139</b>
DESEMPENHO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO.....	139
TRATAMENTO CONTÁBIL DA DEPRECIACÃO, DA AMORTIZAÇÃO E DA EXAUSTÃO DE ITENS DO PATRIMÔNIO E AVALIAÇÃO E MENSURAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS .....	140
SISTEMÁTICA DE APURAÇÃO DE CUSTOS NO ÂMBITO DA ANAC .....	142
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXIGIDAS PELA LEI 4.320/64 E NOTAS EXPLICATIVAS .....	142
<b>CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DE ÓRGÃOS DE CONTROLE .....</b>	<b>143</b>
TRATAMENTO DE DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TCU .....	143
MEDIDAS ADMINISTRATIVAS PARA A APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE POR DANO AO ERÁRIO .....	145
DEMONSTRAÇÃO DA CONFORMIDADE DO CRONOGRAMA DE PAGAMENTOS DE OBRIGAÇÕES COM O DISPOSTO NO ART. 5º DA LEI 8.666/1993.....	145
INFORMAÇÕES SOBRE A REVISÃO DOS CONTRATOS VIGENTES FIRMADOS COM EMPRESAS BENEFICIADAS PELA DESONERAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO.....	145
INFORMAÇÕES SOBRE AS AÇÕES DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA .....	146
<b>ANEXO .....</b>	<b>147</b>
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXIGIDAS PELA LEI 4.320/64 E NOTAS EXPLICATIVAS .....	147

## APRESENTAÇÃO

---

### **Estrutura do Relatório de Gestão**

O presente Relatório de Gestão Consolidado encontra-se estruturado de acordo com o definido no Sistema de prestação de contas (e-contas) do Tribunal de Contas da União/TCU, bem como das normas relacionadas (IN TCU nº 63/2010, DN TCU nº 154/2016, DN TCU nº 156/2016 e Portaria TCU nº 59/2017), contemplando as exigências nelas contidas.

### **Principais Realizações da Gestão no Exercício**

Podem ser citadas como principais avanços da gestão no exercício de 2016 as seguintes realizações:

Em relação à atividade de representação institucional:

- Na 39ª Assembleia da Organização de Aviação Civil Internacional – OACI, principal foro mundial sobre aviação, o Brasil foi o país mais votado para o Grupo I do Conselho, que é o órgão executivo daquela organização, responsável pela execução dos planos de trabalho e pela aprovação de normas técnicas. A participação nesse grupo coloca o país entre os 11 mais importantes da aviação civil internacional.

Em relação à melhoria de serviços, transparência e participação social:

- Em termos de transparência e acesso à informação, a ANAC adotou quatro importantes medidas: 1) divulgação na internet das gravações das Reuniões de Diretoria; 2) reformulação do portal da Agência na internet, a fim de facilitar o acesso aos diferentes serviços pelos usuários e seguir as normas e diretrizes do Governo Federal; 3) atualização da Carta de Serviços ao Cidadão, em formato eletrônico no site da Agência; e 4) implementação do processo eletrônico, por meio do Sistema Eletrônico de Informações (SEI!), e do peticionamento eletrônico, que gera economia, agilidade e mais segurança para os processos da Agência. O peticionamento eletrônico permite que os usuários, por meio de cadastro prévio, enviem documentos, assinem contratos, convênios e outros acordos com a Agência, além de visualizar processos de seu interesse, pela internet.
- No que tange à atividade regulatória, diversos normativos relativos à aviação civil foram editados ou atualizados em 2016. Nesse sentido, no mês de agosto de 2016, a ANAC editou novos procedimentos de inspeção dos passageiros a fim de aumentar a segurança nos aeroportos brasileiros (RBAC nº 107/2016). Ademais, visando ampliar a concorrência no transporte aéreo, a qualidade e variedade dos serviços ofertados e prestados, garantir os direitos dos passageiros e, em última instância, criar um ambiente favorável à maior oferta de transporte aéreo aos passageiros a preços mais acessíveis, foram aprovadas as novas Condições Gerais de Transporte Aéreo (CGTA), por meio da Resolução nº 400/2016.
- Ainda relativamente à garantia de respeito aos direitos dos usuários, a ANAC desenvolveu diversas atividades voltadas à promoção da acessibilidade e à preservação de direitos dos Passageiros com Necessidade de Atendimento Especial – PNAE. Foram realizadas parcerias com a Secretaria de Direitos Humanos – SDH e com o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – CONAD, de forma a buscar as melhores práticas de aplicação e fiscalização dos parâmetros de acessibilidade em aeroportos. Além disso, a ANAC publicou versões digitais, em Inglês e Espanhol, do Guia de Direitos e Acessibilidade do Passageiro,

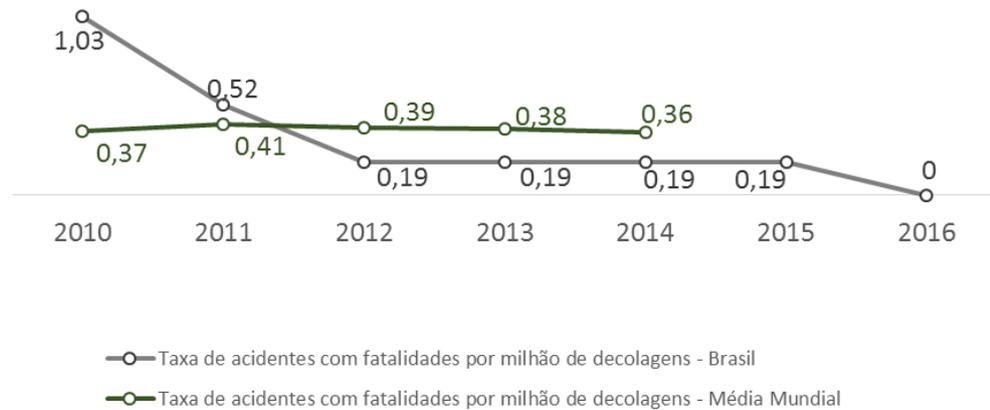
voltadas para o atendimento de passageiros do transporte aéreo que necessitam de assistência especial.

- Para ampliar a participação social, foram abertas 27 Audiências Públicas com o objetivo de permitir que cidadãos e representantes do setor regulado participassem da elaboração dos atos normativos relativos à aviação civil. Nesse sentido, deve-se destacar as audiências sobre as concessões dos aeroportos, regime tarifário e a própria Resolução sobre as Condições Gerais do Transporte Aéreo - CGTA.
- Já em relação à melhoria da infraestrutura aeroportuária e de investimentos no setor, em dezembro de 2016, foi lançado o edital de concessão dos aeroportos de Porto Alegre (RS) – Salgado Filho (SBPA); de Salvador (BA) – Deputado Luís Eduardo Magalhães (SBSV); de Florianópolis (SC) – Hercílio Luz (SBFL); e de Fortaleza (CE) – Pinto Martins (SBFZ). Os quatro aeroportos respondem por 11,6% dos passageiros, 12,6% das cargas e 8,6% das aeronaves do tráfego aéreo brasileiro. Os valores mínimos de outorga somam R\$ 2,9 bilhões.

Por fim, em relação à segurança e fiscalização:

- A OACI ratificou o resultado final da avaliação realizada em 2015 no *Universal Safety Oversight Audit Programme – Continuous Monitoring Approach* (USOAP-CMA) relativo à segurança operacional (*safety*). O Brasil alcançou o índice de 95,07% de conformidade aos protocolos estabelecidos pela Organização, sendo atualmente o 5º país com o melhor indicador no mundo.
- Acerca da atividade de fiscalização, além das diversas operações realizadas em parceria com outras instituições do poder público, foi implementado o novo Sistema de Multas e Infrações (denominado SMI 3.0), que padronizou o julgamento dos processos administrativos nas diferentes instâncias da Agência. Adicionalmente, a Diretoria da ANAC aprovou o novo Regimento Interno criando a Superintendência de Ação Fiscal – SFI e a Assessoria de Julgamento de Autos em Segunda Instância – ASJIN, sediadas em Brasília, esta última área responsável pelo julgamento de processos sancionatórios em segunda instância. Essa reformulação organizacional teve por objetivo, dentre outros, garantir maior centralização da instrução processual da instância recursal da ANAC, para fins de otimização dos processos de trabalho, celeridade e melhoria do serviço.
- Para os eventos das Olimpíadas e Paralímpicas, a operação da Agência conseguiu atingir os objetivos consertados junto à SAC e à Presidência da República, com o auxílio dos demais órgãos públicos envolvidos, sendo que o índice de pontualidade dos voos atingiu média de 94,8% no período dos Jogos Olímpicos e de 95,3% nos Jogos Paralímpicos. Cabe destacar que os dois índices foram superiores do que os registrados nos Jogos Olímpicos em Londres (90,77% e de 89,98%, respectivamente).
- Por fim, no que toca a segurança da aviação civil, objetivo precípua da Agência, a média móvel da taxa de acidentes com fatalidade para cada milhão de decolagens na aviação regular – que compreende as companhias aéreas que prestam serviço de transporte aéreo de passageiros e de carga por meio de linhas regulares – vem caindo desde 2012 e atingiu a taxa 0 (zero) em 2016, conforme figura abaixo. Esse é um parâmetro mundialmente utilizado como indicador de desempenho da aviação civil, sendo o indicador de segurança operacional mais importante para a ANAC. O índice alcançado representa um excelente resultado para o setor aéreo brasileiro.

**FIGURA 1 – TAXA DE ACIDENTES COM FATALIDADES POR MILHÃO DE DECOLAGENS NA AVIAÇÃO REGULAR**



### **Principais Dificuldades Encontradas pela ANAC para Realização dos Objetivos em 2016**

As principais dificuldades encontradas pela Agência para realização dos seus objetivos em 2016 foram o contingenciamento orçamentário e a perspectiva de enxugamento da estrutura de cargos comissionados, ademais considerado o contexto de mobilização para realização da operação especial de fiscalização para os Jogos Olímpicos e Paralimpíadas, bem como a ameaça terrorista internacional.

Inicialmente, cumpre considerar que a ANAC enfrentou um período de transição no primeiro semestre, com a renovação de toda a Diretoria Colegiada, entre setembro de 2015 e abril de 2016. A estrutura interna da Agência também foi significativamente remodelada, por meio da re-edição do Regimento Interno. A reestruturação de quatro unidades organizacionais buscou adequar a estrutura institucional à reorganização dos processos de trabalho e à ampliação das atividades relacionadas à fiscalização e aos processos de concessões de aeroportos.

O contingenciamento orçamentário gerou impactos nas ações planejadas, principalmente nos processos finalísticos de fiscalização e certificação, que, via de regra, dependem de orçamento de passagens e diárias para a realização das atividades *in loco*. Ainda sob o ponto de vista orçamentário, conforme será explicado na seção FATORES INTERVENIENTES DO ORÇAMENTO, a mudança das diretrizes orçamentárias do Governo Federal e, sobretudo, a forma de pagamento dos auxílios moradias impactaram a atuação da Agência, em especial no que concerne ao processo de fortalecimento da Sede, implementado desde 2015 para atender recomendação do Tribunal de Contas da União - TCU.

Além disso, a expectativa de corte de cargos comissionados, refletida pelo Decreto nº 8.947, de 28 de dezembro de 2016, vai de encontro às necessidades da Agência frente aos novos desafios enfrentados nos últimos anos, como a realização dos processos de concessão dos maiores aeroportos do país e o acompanhamento dos contratos decorrentes desses processos. Cabe ressaltar, ainda, que essa possibilidade de corte de cargos depõe contra o princípio da autonomia das agências reguladoras, em prejuízo da estabilidade regulatória e da segurança jurídica no setor de aviação civil.

Ademais, a organização das Olimpíadas e das Paralímpiadas no Brasil em 2016 demandaram especial atenção e importante planejamento da Agência desde o início do ano. Dez aeroportos receberam o reforço de 500 servidores e colaboradores da ANAC para as atividades de fiscalização das empresas aéreas no cumprimento da prestação de assistência ao passageiro, de monitoramento do cumprimento de slots na aviação geral e executiva e de auxílio aos usuários.

Apesar do sucesso da organização da Rio 2016, cabe ressaltar que havia antes dos Jogos o receio de que os locais de competição fossem alvos de ataques terroristas, principalmente após os episódios ocorridos na França, na Bélgica, na Turquia e da explosão do voo da Air Egypt MS804, no primeiro semestre de 2016.

No âmbito nacional, a recessão econômica, a redução do PIB e a inflação podem ser indicados como fatores que colaboraram para a queda da demanda doméstica e internacional do setor aéreo, a redução do número de passageiros transportados e o aumento do valor médio das passagens.

## VISÃO GERAL DA ANAC

---

### FINALIDADE E COMPETÊNCIAS

As competências da ANAC foram inicialmente definidas na Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, e no Decreto nº 5.731, de 20 de março de 2006.

No exercício de suas competências, a ANAC observa a Política Nacional de Aviação Civil (PNAC), formulada pelo Conselho Nacional de Aviação Civil (CONAC) e estabelecida no Decreto nº 6.780, de 18 de fevereiro de 2005. Sob essas diretrizes e no exercício de suas competências legais dispostas na Lei nº 11.182, a ANAC regula e fiscaliza as atividades relativas à aviação civil e à infraestrutura aeronáutica e aeroportuária no Brasil, com exceção das atividades relacionadas ao controle do espaço aéreo e a investigação de acidentes aeronáuticos, atividades essas sob a competência do Comando da Aeronáutica.

Ainda de acordo com a Lei nº 11.182/2005, a ANAC atua internacionalmente representando o Brasil em convenções, acordos, tratados e atos de transporte aéreo internacional com outros países ou organizações internacionais de aviação civil. Dentre as entidades, das quais o Brasil é parte, destaca-se a Organização de Aviação Civil Internacional (OACI).

Dentre as principais competências da Agência, destacam-se:

- Negociar acordos e tratados sobre transporte aéreo internacional;
- Emitir regras sobre segurança em área aeroportuária e a bordo de aeronaves civis;
- Conceder, permitir ou autorizar a exploração de serviços aéreos e de infraestrutura aeroportuária;
- Estabelecer o regime tarifário da exploração da infraestrutura aeroportuária;
- Administrar o Registro Aeronáutico Brasileiro (RAB);
- Homologar, registrar e cadastrar os aeródromos;
- Emitir certificados de aeronavegabilidade atestando aeronaves, produtos e processos aeronáuticos e oficinas de manutenção;
- Fiscalizar serviços aéreos e aeronaves civis;
- Certificar licenças e habilitações dos profissionais de aviação civil;
- Autorizar, regular e fiscalizar atividades de aeroclubes e escolas e cursos de aviação civil;
- Reprimir infrações às normas do setor, inclusive quanto aos direitos dos usuários, aplicando as sanções cabíveis.

### NORMAS E REGULAMENTOS DE CRIAÇÃO, ALTERAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA ANAC

As principais legislações relacionadas à criação, alteração e funcionamento da ANAC são:

- Lei nº 11.182/2005 – Lei de Criação da Agência;
- Decreto nº 5.731/2006 – Decreto de Instalação;
- Lei nº 11.490/2007 – Lei que incorpora cargos à estrutura regimental da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC.

## BREVE HISTÓRICO DA ANAC

A Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) foi criada pela Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, e começou a atuar em 20 de março de 2006, a partir da publicação do Decreto Presidencial nº 5.731, substituindo o Departamento de Aviação Civil (DAC) como autoridade de aviação civil e órgão regulador do transporte aéreo no país. Posteriormente, com a publicação da Medida Provisória nº 726, de 12 de março de 2016, convertida na Lei nº 13.341, de 29 de setembro de 2016, a Agência passou a ser vinculada à Secretaria de Aviação Civil do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil.

A ANAC é uma autarquia especial dotada de independência administrativa, autonomia financeira e com dirigentes nomeados para mandato fixo, que atuam em regime de colegiado. Ademais, é um dos órgãos que compõem o Sistema de Aviação Civil, juntamente à Infraero, que administra aeroportos; ao Departamento de Controle do Espaço Aéreo (DECEA), que efetua o controle de espaço aéreo; e ao Centro de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos (CENIPA), que está à frente da investigação de acidentes. Os dois últimos (DECEA e CENIPA) fazem parte do Comando da Aeronáutica.

## AMBIENTE DE ATUAÇÃO

Com relação ao contexto de atuação da ANAC, cabe lembrar que a ANAC é uma agência reguladora federal, atuando em diversos elos do setor da aviação civil. Basicamente, estão entre os agentes regulados pela Agência as empresas de transporte aéreo regular (que operam linhas aéreas regulares) e não regular (táxi aéreo e serviços especializados), a aviação geral e experimental, o pessoal de aviação civil (pilotos, comissários, despachantes operacionais de voo, mecânicos e profissionais AVSEC), operadores aeroportuários, empresas fabricantes de aeronaves e componentes, oficinas de manutenção de aeronaves, centros de treinamento, escolas e aeroclubes. Segundo a Lei nº 11.182/2005, não se incluem nas competências da Agência a regulação e a execução de atividades relativas ao controle do espaço aéreo e à investigação de acidentes aeronáuticos.

Apesar de não estar hierarquicamente subordinada a outro órgão da administração federal, a Agência deve observar as normas e decisões expedidas pelo Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, principalmente no âmbito da gestão de pessoal e orçamentária, e pelo Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil, no que tange à vinculação institucional e administrativa. Ademais, como resultante do sistema de controles do Estado democrático, a ANAC deve cumprir as decisões do Poder Judiciário e as definições estabelecidas pelo Poder Legislativo federal.

Tanto nacionalmente quanto no âmbito internacional, a ANAC busca participar de fóruns e grupos de trabalho com outras agências reguladoras, órgãos públicos da administração pública e com autoridades aeronáuticas de outros países, a fim de trocar experiências e atuar conjuntamente nas atividades de regulação, fiscalização e certificação do setor regulado.

Devido ao seu papel central para o funcionamento da aviação civil brasileira, a ANAC dispõe de diversos mecanismos institucionais para acompanhar a evolução e as tendências do setor. Podem ser citados os relatórios econômicos (Anuário do Transporte Aéreo, Demonstrações Contábeis de Empresas Aéreas Brasileiras, Demanda e Oferta do Transporte Aéreo – Empresas Brasileiras), os Relatórios Anuais de Segurança Operacional, os boletins de mercados internacionais, relatório de Desempenho Operacional de Aeroportos e o Inventário Nacional de Emissões Atmosféricas da

Aviação Civil. Para agregar mais e melhores informações sobre o setor, podem ser citados alguns mecanismos adicionais, como por exemplo o Conselho Consultivo, órgão composto de representantes de segmentos integrantes da aviação civil, que se reúne trimestralmente com a Diretoria da ANAC. No aspecto operacional, a Agência recebe, por meio de sua Ouvidoria, manifestações dos usuários de aviação civil e, ainda, submete à audiência pública todos os seus atos normativos com impactos externos à ANAC. Desde 2013, a ANAC, para elaborar sua Agenda Regulatória, que é um documento de transparência e que organiza a atividade normativa da Agência, organiza eventos abertos presenciais e não presenciais para receber as percepções de regulados e representantes da sociedade sobre o contexto regulatório. Com relação ao ambiente de negócio de longo prazo, a ANAC realizou em agosto de 2014 um evento denominado “Desafios do Setor de Aviação Civil”, no qual representantes de regulados e sociedade expuseram suas visões de longo prazo sobre o setor, mercado e tecnologias. Posteriormente, realizou no contexto da formulação do Plano Estratégico 2015-2019 uma pesquisa Delphi com especialistas externos para a prospecção de cenários futuros. Por meio desses diversos instrumentos, a Agência forma e atualiza a visão sobre o seu ambiente de atuação.

## ORGANOGRAMA

A estrutura organizacional da ANAC é composta pelos seguintes tipos de órgãos: Diretoria, Órgãos de assistência direta e imediata à Diretoria, Órgãos específicos (Superintendências), Unidades Administrativas Regionais e Órgãos Colegiados (Conselho Consultivo e Plenário).

Segue abaixo Quadro especificando as competências de cada área/subunidade estratégica, bem como seu titular e o período de atuação.

**QUADRO 1 – INFORMAÇÕES SOBRE AS ÁREAS OU SUBUNIDADES ESTRATÉGICAS**

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
Diretoria	Suas principais atribuições são analisar, discutir e decidir, em regime de colegiado e em instância administrativa final, as matérias de competência da Agência.	José Ricardo Pataro Botelho de Queiroz	Diretor-Presidente	Mandato de 24/08/2015 a 19/03/2020
		Juliano Alcântara Noman	Diretor	Mandato de 5/4/2016 a 19/3/2021
		Hélio Paes de Barros Júnior	Diretor	Mandato de 5/4/2016 a 19/3/2021
		Ricardo Fenelon Junior	Diretor	Mandato de 24/08/2015 a 07/08/2019
		Ricardo Sérgio Maia Bezerra	Diretor	Mandato de 5/4/2016 a 19/3/2020
Gabinete	É a unidade responsável por prestar assistência direta ao Diretor-Presidente no assessoramento técnico, em sua representação política, social e administrativa.	Fernando Ferreira	Chefe de Gabinete	Ocupa o cargo desde 25/03/2015
Assessoria Parlamentar	Sua competência mais relevante é assessorar a Diretoria e demais setores da ANAC em assuntos vinculados à área parlamentar.	George Alex Lima de Souza	Assessor Parlamentar	Ocupa o cargo desde 05/09/2013
Assessoria de Comunicação Social	É a unidade organizacional incumbida de planejar, coordenar e supervisionar o desenvolvimento das atividades de comunicação social e imprensa da ANAC.	Gabriela de Souza Leal	Assessora de Comunicação Social	Ocupa o cargo desde 08/10/2012
Assessoria Técnica	Possui a atribuição de exercer as atividades de Secretaria-Geral da ANAC.	Ana Carolina Pires da Motta	Assessora Técnica	Ocupa o cargo desde 10/05/2012
Ouvidoria	São competências da unidade: receber, apurar e encaminhar à Diretoria reclamações, críticas e	Alex Castaldi Romera	Ouvidor	Ocupa o cargo desde 18/7/2016

	comentários dos cidadãos, usuários e dos prestadores dos serviços aéreos ou de infraestrutura aeroportuária e aeronáutica; receber denúncias de quaisquer violações de direitos individuais ou coletivos, de atos legais, bem como de qualquer ato de improbidade administrativa, praticados por agentes ou servidores públicos de qualquer natureza, vinculados direta ou indiretamente à atuação da ANAC; e promover as ações necessárias à apuração da veracidade das reclamações e denúncias, solicitando as providências necessárias ao saneamento das irregularidades e ilegalidades constatadas.			
Corregedoria	São competências da unidade: fiscalizar as atividades funcionais da ANAC; realizar correição nos diversos órgãos e unidades; e instaurar sindicâncias e processos administrativos disciplinares relativamente aos servidores, submetendo-os à decisão do Diretor-Presidente.	Chandre de Araújo Costa	Corregedor	Ocupa o cargo desde 15/07/2015
Procuradoria	Tem em seu escopo de atuação como principais atividades: executar as atividades de consultoria e assessoramento jurídicos; e exercer a representação judicial da ANAC.	Gustavo Carneiro de Albuquerque	Procurador Geral	Ocupa o cargo desde 13/07/2016
Auditoria Interna	Trata-se da unidade que presta serviços de avaliação ( <i>assurance</i> ) e de consultoria e tem como objetivo adicionar valor e melhorar as operações da Agência. Estão entre suas competências, além da realização de auditorias internas, responder pela sistematização das informações requeridas pelos órgãos de controle do Poder Executivo e coordenar o processo de Prestação de Contas Anual da ANAC ao Tribunal de Contas da União.	Cosme Leandro do Patrocínio	Auditor Interno	Ocupa o cargo desde 03/04/2012
Assessoria Internacional	Tem em seu escopo de atuação a coordenação de toda a atuação internacional da Agência, em	Daniel Ramos Longo	Assessor Internacional	Ocupa o cargo desde 24/08/2016

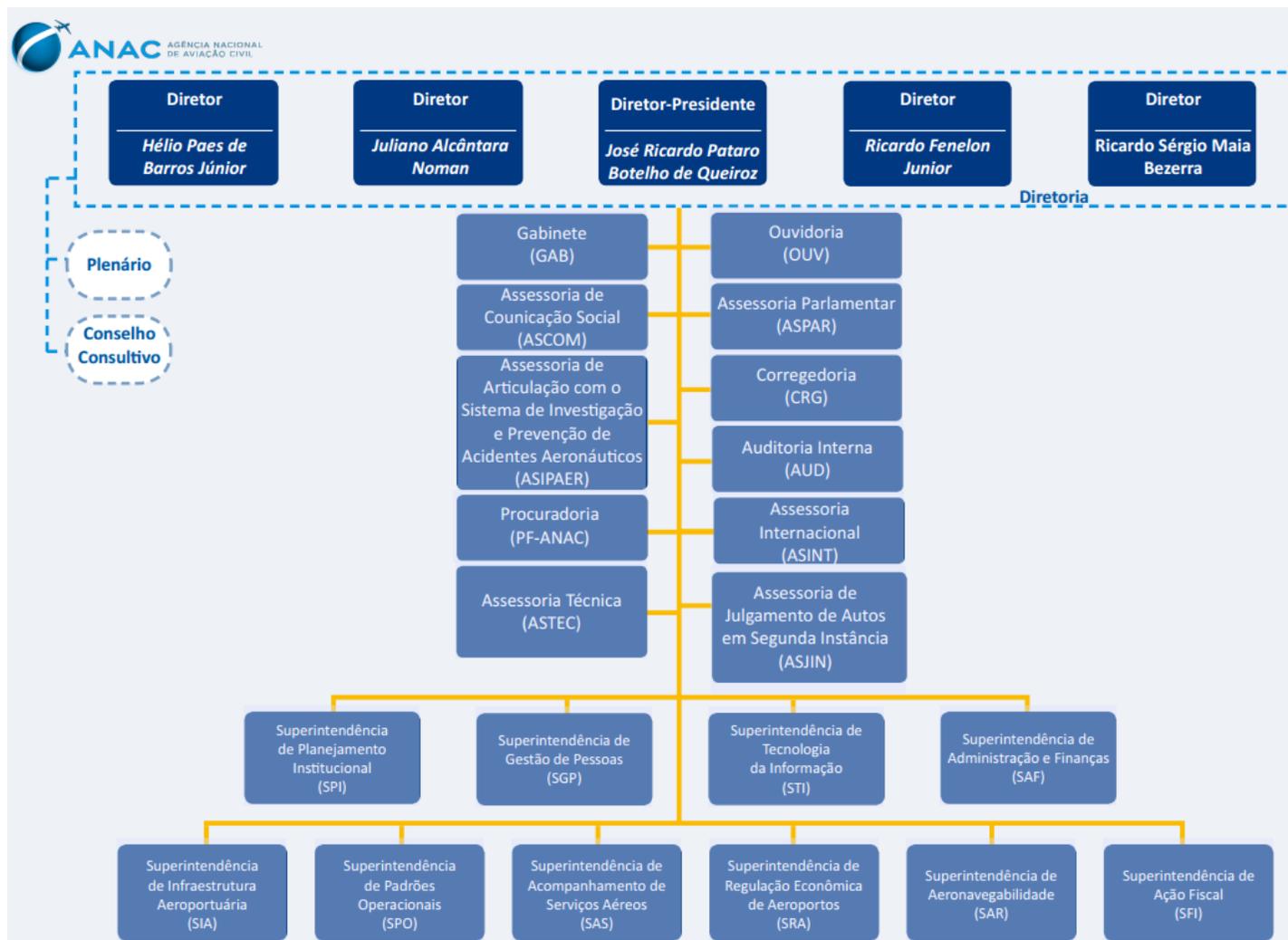
	especial a participação em negociações, a elaboração de relatórios e pareceres sobre acordos, tratados, convenções e outros atos relativos ao transporte aéreo internacional, celebrados ou a serem celebrados com outros países ou organizações internacionais.			
Assessoria de Articulação com o Sistema de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos	Suas principais funções são tratar assuntos afetos à interface da ANAC com o órgão responsável pela investigação de acidentes aeronáuticos no Brasil, bem como controlar o cumprimento, no âmbito da Agência, das recomendações de segurança operacional oriundas do referido órgão.	Maurício José Antunes Gusman Filho	Chefe da Assessoria de Articulação com o Sistema de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos	Ocupa o cargo desde 06/07/2015
Assessoria de Julgamento de Autos em Segunda Instância	Tem como atribuição julgar, em segunda instância, os recursos das penalidades interpostas por inobservância ou descumprimento dos dispositivos legais disciplinadores da atividade de aviação civil e de infraestrutura aeronáutica e aeroportuária.	Hildebrando Oliveira	Chefe da Assessoria de Julgamento de Autos em Segunda Instância	Ocupa o cargo desde 02/06/2016
Superintendência de Ação Fiscal	Possui como principais atribuições planejar, coordenar e executar as ações fiscais da ANAC em colaboração com outros órgãos da administração pública. Ademais, coordena e administra as Unidades Administrativas Regionais.	Cláudio Beschizza Ianelli	Superintendente de Ação Fiscal	Ocupa o cargo desde 24/08/2016
Superintendência de Acompanhamento de Serviços Aéreos	Tem em seu escopo de atuação competências relativas à outorga, à gestão e à fiscalização dos serviços aéreos públicos no Brasil. Destaca-se a competência de assegurar a liberdade tarifária na exploração de serviços aéreos.	Ricardo Bisinotto Catanant	Superintendente de Acompanhamento de Serviços Aéreos	Ocupa o cargo desde 17/03/2015
Superintendência de Regulação Econômica de Aeroportos	Sua principal função é gerir os contratos de concessão de infraestrutura aeroportuária monitorando a prestação dos serviços na referida infraestrutura aeroportuária. Também é responsável pela regulação econômica (tarifária)	Clarissa Costa de Barros	Superintendente de Regulação Econômica de Aeroportos	Ocupa o cargo desde 06/07/2015

	e do nível de serviços dos aeroportos não concedidos.			
Superintendência de Infraestrutura Aeroportuária	Possui atividades que contemplam os aspectos de segurança operacional, sob responsabilidade dos operadores aeroportuários, e os de segurança contra atos de interferência ilícita, realizados por operadores aéreos e operadores aeroportuários. Trata também das relações das atividades aeroportuárias e seu entorno, considerando o ruído aeronáutico e o perigo aviário, além da qualidade do serviço nas operações aeroportuárias.	Fábio Faizi Rahnemay Rabbani	Superintendente de Infraestrutura Aeroportuária	Ocupa o cargo desde 08/11/2011
Superintendência de Padrões Operacionais	Possui como foco de atuação principal a regulação (regulamentação, certificação e vigilância continuada) de segurança operacional sob a responsabilidade organizações de transporte aéreo (empresas aéreas regulares e táxis aéreos) e de tripulantes (pilotos e comissários de voo) e de pessoal de terra (despachantes operacionais de voo) conforme legislação aplicável.	Wagner William de Souza Moraes	Superintendente de Padrões Operacionais	Ocupa o cargo desde 06/09/2012
Superintendência de Aeronavegabilidade	Possui como foco de atuação a regulação (certificação, normatização, fiscalização e vigilância continuada) de assuntos correlatos a todo o ciclo de vida das aeronaves: desde sua fabricação (certificação de produto aeronáutico e das organizações de produção) até sua operação no dia a dia (exploradores), incluindo a manutenção (organizações de manutenção). Também é responsável pela manutenção do Registro Aeronáutico Brasileiro – RAB.	Roberto José Silveira Honorato	Superintendente de Aeronavegabilidade	Ocupa o cargo desde 24/08/2016
Superintendência de Administração e Finanças	As principais atribuições da unidade são Planejamento e Orçamento (coordenar a proposta orçamentária e de PPA; programar e acompanhar a execução orçamentária e financeira; e gerir a arrecadação); Logística e	Lélio Trida Sene	Superintendente de Administração e Finanças	Ocupa o cargo desde 21/05/2015

	Licitações; e Gestão da Informação (gestão do serviço de protocolo e documental; gerenciamento das demandas por informação de usuários dos serviços regulados; e serviço de informação ao cidadão – SIC).			
Superintendência de Planejamento Institucional	Possui entre suas principais competências a formulação, proposição, coordenação e apoio a implementação de programas, projetos e ações sistêmicas integradas voltadas ao fortalecimento institucional da Agência. Cabe ainda à SPI executar articulação institucional (coordenação das demais unidades), a gestão da agenda regulatória, as reestruturaturas organizacionais, as funções de escritórios de projetos e processos corporativos, a gestão de resultados institucionais e a gestão das informações estratégicas.	Tiago Sousa Pereira	Superintendente de Planejamento Institucional	Ocupa o cargo desde 08/03/2012
Superintendência de Tecnologia da Informação	É a unidade organizacional responsável por gerir os ativos e serviços de tecnologia de informação da Agência.	Gustavo Sanches	Superintendente de Tecnologia da Informação	Ocupa o cargo desde 08/03/2016
Superintendência de Gestão de Pessoas	Unidade responsável por realizar a gestão de pessoas da ANAC por meio de ações como: proposta de políticas e diretrizes de pessoal da Agência; elaboração de estudos sobre a força de trabalho da Agência para fins de formulação da Política de Gestão de Pessoas; e proposta e administração do plano de benefícios da Agência. Além disso, deve promover a seleção e administrar o ingresso, registro e pagamento de pessoal; e propor e gerenciar o orçamento de capacitação da Agência.	Eduardo Borba Chaffin Junior	Superintendente de Gestão de Pessoas	Ocupa o cargo desde 21/10/2016

Segue figura com o Organograma Geral da Agência:

**FIGURA 2 – ORGANOGAMA GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL – ANAC**



## MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS

Para a ANAC, macroprocesso organizacional é um conjunto de valores entregues por um conjunto de processos de negócios, que podem envolver mais de uma unidade organizacional e cuja operação apresente impacto significativo na atuação da Agência, na sociedade ou nos regulados. Os macroprocessos são representados na Cadeia de Valor, dispostos em forma diagramática, com o intuito de apresentar as relações dos termos definidos no Regimento Interno:

I - Regulamentação: compreende os processos relacionados ao estabelecimento de requisitos a entidades do Sistema de Aviação Civil por meio da elaboração e atualização de atos normativos de competência da ANAC;

II - Certificação e Outorga: compreende os processos relacionados à verificação do atendimento a requisitos estabelecidos em atos normativos para que produto, empresa, processo, serviço ou pessoa possa prestar serviços, executar atividades ou ser operado dentro do Sistema de Aviação Civil;

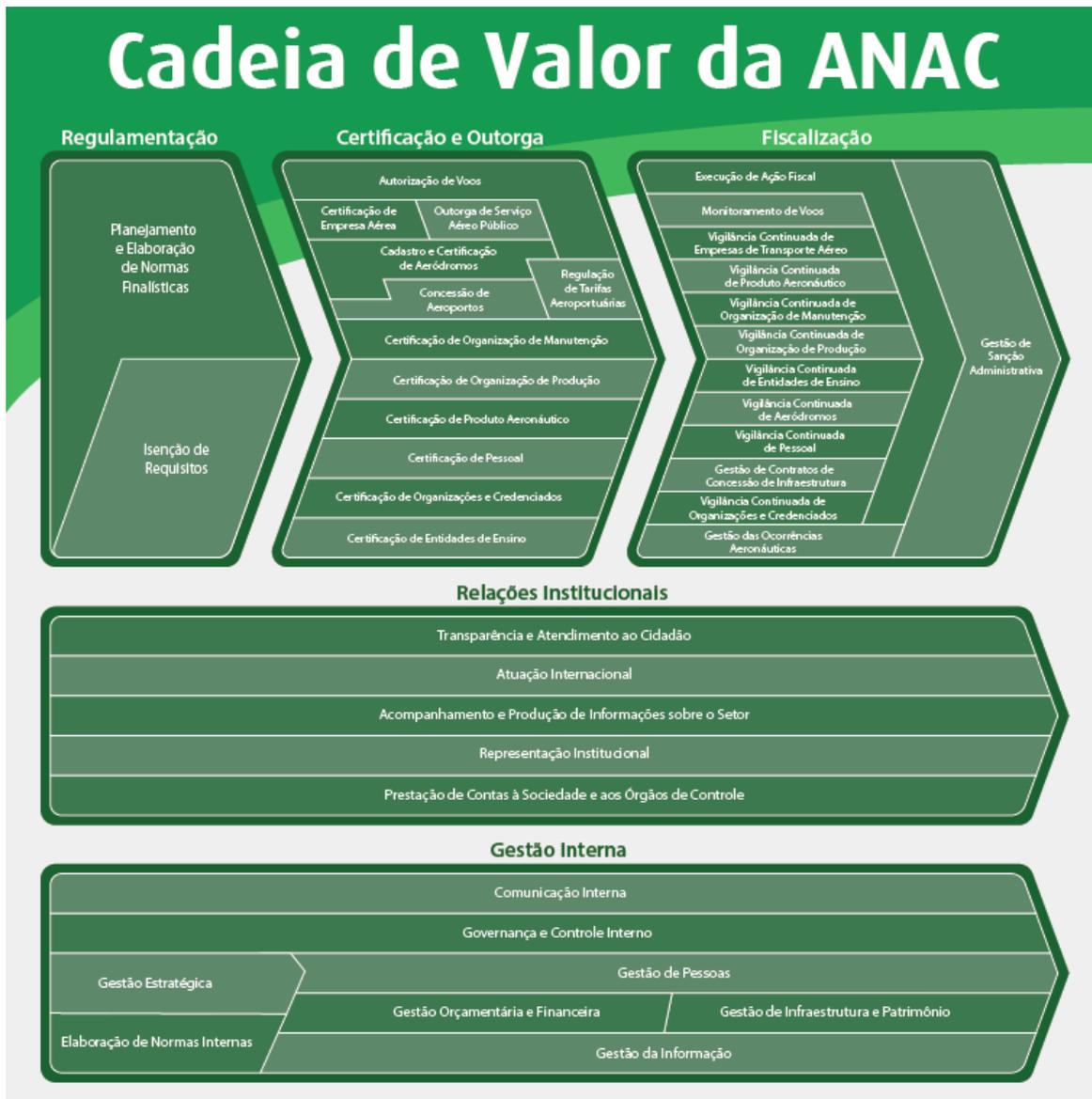
III - Fiscalização: compreende os processos relacionados à verificação da conformidade de produtos, empresas, processos, serviços ou pessoas que atua de forma lícita ou ilícita dentro do Sistema de Aviação Civil e a respectiva ação da Agência em caso de não conformidade;

IV - Relações Institucionais: compreende os processos de relacionamento da ANAC com entes externos, dentro e fora do Sistema de Aviação Civil, à exceção dos processos já relacionados a outros macroprocessos; e

V - Gestão Interna: compreende processos de suporte ou de gestão cujos clientes são servidores e áreas internas da Agência, de forma a manter ou melhorar processos internos, competências, estrutura e infraestrutura administrativa.

A Cadeia de Valor comunica o que faz a instituição e proporciona uma visão sistêmica da operação, dos processos e dos produtos entregues pela Agência, além de auxiliar a tomada de decisão em alto nível. O diagrama ainda contempla os blocos de processos de negócio dentro de cada macroprocesso. Um bloco de processos representa o conjunto de processos de negócios, os quais, por seu turno, constituem-se produtos finais entregues pela Agência.

**FIGURA 3 – CADEIA DE VALOR DA ANAC**



Importante observar que a estrutura lógica da ANAC está representada na figura acima por meio da relação entre macroprocessos: o processo de Regulamentação antecede a Certificação e a Fiscalização. Paralelamente e dando suporte aos demais macroprocessos acontecem a Representação Institucional e a Gestão Interna. Na tabela abaixo são detalhados os macroprocessos da Agência.

**QUADRO 2 – MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS E DE APOIO**

<b>Macroprocessos</b>	<b>Descrição</b>	<b>Produtos e Serviços</b>	<b>Principais Clientes</b>	<b>Subunidades Responsáveis</b>
Regulamentação (Finalístico)	Compreende as atividades que visam elaborar, atualizar e revisar as normas de competência da ANAC, incluindo estudo do potencial impacto regulatório da norma até a avaliação dos efeitos posteriores à sua publicação.	Normas com efeitos externos (Resoluções, RBAC, IS etc.)	Empresas Aéreas, Operadores de Aeródromos, Escolas e Centros de Instrução, Oficinas de Manutenção, Indústria de Aviação, Pessoal da Aviação Civil.	Unidades Organizacionais Finalísticas – SPO, SAS, SRA, SIA, SAR, SFI
Certificação (Finalístico)	Processo sistematizado, acompanhado e avaliado, de forma a propiciar adequado grau de confiança de que um produto, empresa, processo ou serviço, ou ainda um profissional, atende a requisitos pré-estabelecidos em normas e regulamentos da aviação civil.	Licenças, Autorizações, permissões, homologações, certificados e atestados do setor em geral	Interessados em ingressar no sistema de aviação civil (Empresas Aéreas, Operadores de Aeródromos, Escolas e Centros de Instrução, Oficinas de Manutenção, Indústria de Aviação, Pessoal da Aviação Civil.)	Unidades Organizacionais Finalísticas – SPO, SAS, SRA, SIA, SAR
Fiscalização (Finalístico)	Compreende atividades de vigilância continuada para o acompanhamento do desempenho de produto, empresa, processo ou serviço e das pessoas certificados e regulamentados pela ANAC, objetivando manter os padrões originalmente previstos na certificação e de ação fiscal para reprimir atos ilícitos no que concerne às competências da ANAC.	Relatórios de fiscalização, autos de infração, planos de ações corretivas, termos de ajustamento de conduta	Sociedade	Unidades Organizacionais Finalísticas – SPO, SAS, SRA, SIA, SAR, SFI
Representação Institucional (Apoio)	Envolve as atividades de gestão da imagem da ANAC, de audiências públicas, de relacionamento com a sociedade, regulados, entes públicos e órgãos de controle e de articulação e negociação de acordos com organismos internacionais e nacionais.	Acordo de Serviços Aéreos, participação em eventos externos, respostas a demandas de informação de usuários do setor, regulados, órgãos públicos e público em geral e publicação de peças de comunicação	Governo, Organismos Internacionais e Sociedade	Todas as Unidades Organizacionais
Gestão Interna (Apoio)	Processos ligados a gerenciar, disciplinar e dar suporte às atividades internas da Agência.	Serviços internos com o objetivo de capacitar, dar condições de trabalho e melhorar a eficiência da Agência	Colaboradores da ANAC	Unidades Organizacionais de Suporte – SPI, SGP, STI, SAF, ASINT e Órgãos de assessoramento

## PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS

---

### PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL

Primeiramente, cabe ressaltar que para reforçar sua governança e o alcance a sua missão institucional, em 2012, instituiu-se o Programa de Fortalecimento Institucional (PFI) no âmbito da Agência, por meio da Instrução Normativa nº 66, de 13 de novembro de 2012. Esse programa tem o fim de aprimorar continuamente os processos organizacionais, assegurar a modernização da instituição e direcionar a implantação das diretrizes estratégicas da Agência. Nesse contexto, a referida IN foi alterada em 2016 pela Instrução Normativa nº 95/2016, que instituiu como instâncias do modelo de governança o Grupo de Desempenho Institucional – GDI e o Grupo de Desenvolvimento Técnico – GDT.

No âmbito do PFI, a ANAC publicou em 2015, por meio da Portaria nº 45/2015, o Plano Estratégico 2015-2019 contendo detalhes sobre a identidade estratégica revelada a partir da missão, visão, valores e mapa estratégico adotados pela ANAC, além dos objetivos, estratégias e iniciativas que visam a entregar para a sociedade um transporte aéreo seguro e de qualidade.

O Plano Estratégico foi fruto de um trabalho intenso da Agência durante o ano de 2014. Esse trabalho foi dividido em três fases principais: sensibilização da instituição, que envolveu a execução de um curso disponibilizado a todos os servidores e ciclos de palestras; formulação estratégica; e implementação e acompanhamento da estratégia.

Durante a fase de formulação, foi realizado um amplo diagnóstico baseado em três perspectivas: diagnóstico interno, por meio de uma avaliação dos pontos fortes e fracos da organização, de seus processos e de sua matriz de recursos; diagnóstico externo, por meio de uma avaliação dos principais atores do sistema que permeiam a Agência e das principais variáveis externas (ambientais, econômicas, legais, dentre outras); e prospecção de cenários. A análise desse diagnóstico resultou em um conjunto de medidas a ser empreendido pela ANAC.

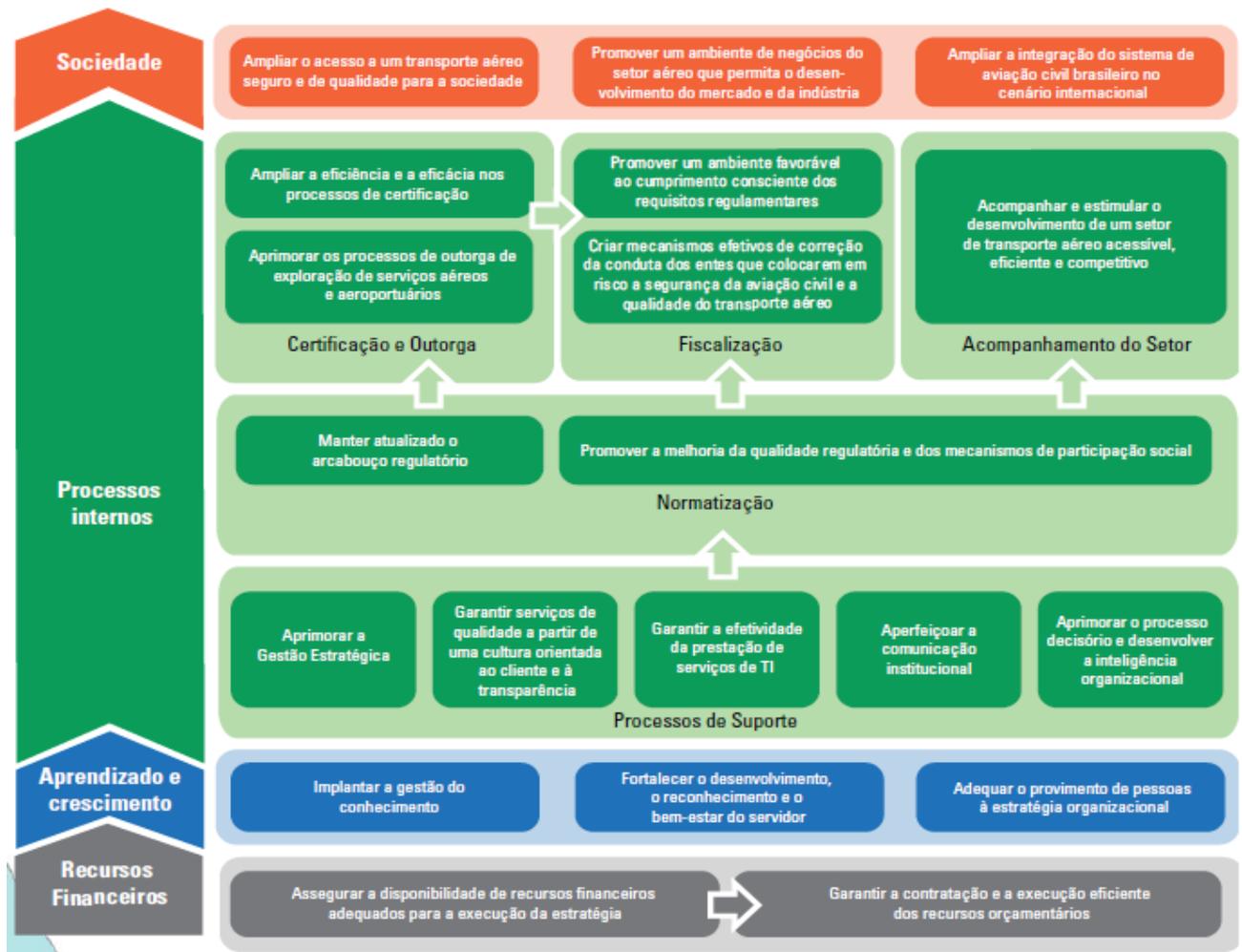
A metodologia escolhida para traduzir o planejamento estratégico foi o *Balanced Scorecard* (BSC). A Agência revisou sua Missão, Visão e Valores e definiu 20 Objetivos Estratégicos divididos em 4 perspectivas (Sociedade, Processos Internos, Aprendizado e Crescimento e Recursos Financeiros). Cada Objetivo Estratégico foi desdobrado em Estratégias e Iniciativas.

Os atuais Objetivos Estratégicos da Agência constam do Plano Estratégico 2015-2019, publicado em janeiro de 2015, e são:

- Da Perspectiva Sociedade:
  - Ampliar o acesso a um transporte aéreo seguro e de qualidade para a sociedade;
  - Promover um ambiente de negócios do setor aéreo que permita o desenvolvimento do mercado e da indústria;
  - Ampliar a integração do sistema de aviação civil brasileiro no cenário internacional.
  
- Da Perspectiva de Processos Internos:
  - Ampliar a eficiência e a eficácia nos processos de certificação;
  - Aprimorar os processos de outorga de exploração de serviços aéreos e aeroportuários;
  - Promover um ambiente favorável ao cumprimento consciente dos requisitos regulamentares;

- Criar mecanismos efetivos de correção da conduta dos entes que colocarem em risco a segurança da aviação civil e a qualidade do transporte aéreo;
  - Acompanhar e estimular o desenvolvimento de um setor de transporte aéreo acessível, eficiente e competitivo;
  - Manter atualizado o arcabouço regulatório;
  - Promover a melhoria da qualidade regulatória e dos mecanismos de participação social;
  - Aprimorar a Gestão Estratégica;
  - Garantir serviços de qualidade a partir de uma cultura orientada ao cliente e à transparência;
  - Garantir a efetividade da prestação de serviços de TI;
  - Aperfeiçoar a comunicação institucional;
  - Aprimorar o processo decisório e desenvolver a inteligência organizacional.
- Da Perspectiva de Aprendizado e Crescimento
    - Implantar a gestão do conhecimento;
    - Fortalecer o desenvolvimento, o reconhecimento e o bem-estar do servidor;
    - Adequar o provimento de pessoas à estratégia organizacional.
  - Da Perspectiva de Recursos Financeiros
    - Assegurar a disponibilidade de recursos financeiros adequados para a execução da estratégia;
    - Garantir a contratação e a execução eficiente dos recursos orçamentários.

**FIGURA 4 – MAPA ESTRATÉGICO – ANAC**



Cabe mencionar que esses Objetivos Estratégicos foram traçados em consonância com as competências institucionais da Agência, como também com o novo PPA 2016-2019, conforme demonstrado no item “VINCULAÇÃO DOS PLANOS DA UNIDADE COM AS COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS E OUTROS PLANOS”.

Após a publicação do Plano Estratégico no início de 2015, iniciou-se a fase de implementação e acompanhamento. Em 19 janeiro de 2016, foi publicada a Portaria nº 98 com os Indicadores Estratégicos relativos a cada objetivo definido e a respectiva periodicidade de cálculo e área responsável pela coleta dos dados. Naquele momento não foram definidas metas para cada indicador, uma vez que muitos processos ainda não eram medidos na Agência. Em dezembro de 2016, iniciou-se um processo de revisão dos indicadores e estabelecimento de metas de desempenho para o ano de 2017.

Ademais, durante o ano, foram desenvolvidos diversos projetos a fim de viabilizar o alcance dos objetivos estabelecidos no Plano Estratégico. A Portaria nº 99/2016 (com alterações posteriores) definiu a carteira de projetos estratégicos e prioritários a serem desenvolvidos pelas diversas unidades da Agência. Destacaram-se em 2016 os projetos: “Reformulação do Portal da ANAC”, “ANAC sem Papel – Processo Eletrônico” e “Olimpíadas e Paralimpíadas”.

Além disso, cabe ressaltar outro importante instrumento de planejamento da Agência, a Agenda Regulatória da ANAC, que reforça o modelo de transparência e participação social em constante desenvolvimento na ANAC. É um documento que, durante sua vigência, indica formalmente os temas que demandarão uma atuação prioritária no processo de normatização da ANAC, considerando os impactos a serem gerados à sociedade.

Em dezembro de 2016, foi aprovada a Agenda Regulatória 2017-2018, composta por 35 temas, sendo 13 deles para a elaboração de estudos de impacto regulatório. A elaboração da Agenda buscou dar continuidade aos processos normativos que já estavam em andamento e eleger novos temas alinhados ao Planejamento Estratégico da Agência.

Por fim, cabe destacar a reestruturação implementada em agosto de 2016, visando trazer melhorias para os processos de negócio que contribuem para os objetivos estratégicos da ANAC. Dessa forma, a Gerência-Geral de Ação Fiscal foi transformada em Superintendência de Fiscalização – SFI, elevando o enfoque para esse macroprocesso. A Superintendência de Relações Internacionais foi convertida em Assessoria Internacional, ligada diretamente à Diretoria. Por fim, foi criada a Assessoria de Julgamento de Autos em Segunda Instância – ASJIN, também vinculada à Diretoria, responsável por julgar em 2ª instância os recursos às penalidades interpostas pela ANAC aos operadores do setor regulado.

## DESCRIÇÃO SINTÉTICA DOS OBJETIVOS DO EXERCÍCIO

Conforme supracitado, com o novo Plano Estratégico publicado e os objetivos estratégicos traçados, tornou-se necessário medir o alcance dos novos objetivos para que seja possível corrigir possíveis desvios no rumo da execução da estratégia. Em 19 de janeiro de 2016, foi publicada a Portaria nº 98 com os Indicadores Estratégicos relativos a cada objetivo definido e a respectiva periodicidade de cálculo e área responsável pela coleta dos dados.

O processo de implantação dos indicadores estratégicos pode ser segregado em 4 fases:

- Discussão de um rol de indicadores estratégicos para mensuração do alcance à estratégia da Agência;
- Definição de metas para um grupo menor de indicadores - não foram definidas metas para todos os indicadores, uma vez que muitos processos ainda não eram medidos na Agência. Cabe ressaltar que as metas estabelecidas foram alinhadas com o processo de avaliação de desempenho institucional – 7º Ciclo de Avaliação Institucional, instituído por meio das Portarias nº 2.969, de 5 de novembro de 2015, metas globais, e nº 2.970, de 5 de novembro de 2015, metas intermediárias;
- Formalização e implementação do rol de indicadores estratégicos, instituído por meio da Portaria nº 98, de 19 de janeiro de 2016; e
- Processo de revisão dos indicadores estratégicos e estabelecimento das respectivas metas para o ano de 2017.

Segue abaixo a tabela dos indicadores estratégicos instituídos para avaliar a estratégia traçada pela ANAC. Lembrando que os indicadores com metas estabelecidas foram adotados para fins de processo de avaliação institucional, do 7º ciclo avaliativo, período compreendido entre 01 de novembro de 2015 e 31 de outubro de 2016, conforme o Decreto nº 7.133/2010. Os demais indicadores foram objeto de acompanhamento e implementação durante o ano de 2016.

**TABELA 1 – INDICADORES ESTRATÉGICOS INSTITUÍDOS**

<b>Objetivo</b>	<b>Nome do Indicador</b>	<b>Periodicidade de cálculo</b>	<b>Meta para o 7ºCiclo (1/11/2015 à 31/10/2016)</b>
01.03 Ampliar a integração do sistema de aviação civil brasileiro no cenário internacional	<b>Quantidade de cidades estrangeiras atendidas com voos oriundos do Brasil</b>	Mensal	-
	<b>Número de Frequências Internacionais do Brasil</b>	Mensal	-
	<b>Yield Tarifa Aérea Médio Internacional</b>	Mensal	-
	<b>RPK Internacional</b>	Mensal	-
02.01 Aprimorar a Gestão Estratégica	<b>Índice de maturidade em Gestão Estratégica</b>	Bianual	-
	<b>IDEAP - Indicador de desempenho agregado de projetos</b>	Mensal	-
	<b>Índice de maturidade em projetos</b>	Anual	-
	<b>Índice de formalização dos processos de trabalho da organização</b>	Mensal	Índice de formalização dos processos de trabalho da SGP $\geq 80\%$ Índice de formalização dos processos de trabalho da SPI = 100%
	<b>Índice de melhoria de eficiência dos processos da organização</b>	Mensal	-
02.02 Garantir serviços de qualidade a partir de uma cultura orientada ao cliente e à transparência	<b>Índice de recomendações de auditoria vencidas da Agência</b>	Mensal	$\leq 10$
	<b>Tempo médio de resposta das manifestações - FOCUS</b>	Trimestral	-
	<b>Tempo médio de resposta pelas áreas técnicas das manifestações - ECOAR</b>	Mensal	-
	<b>Índice de satisfação dos serviços prestados pela ANAC listados na Carta de Serviços</b>	Anual	-
02.03 Garantir a efetividade da prestação de serviços de TI	<b>Percentual de pagamento de diárias no prazo regulamentar para as viagens não urgentes</b>	Mensal	$\geq 80\%$
	<b>Índice de atendimento às demandas de manutenções</b>	Mensal	= 100%
	<b>Índice de Governança de TI</b>	Anual	-
	<b>Índice de satisfação dos usuários de TI</b>	Anual	-

<b>Objetivo</b>	<b>Nome do Indicador</b>	<b>Periodicidade de cálculo</b>	<b>Meta para o 7ºCiclo (1/11/2015 à 31/10/2016)</b>
	<b>Índice de entrega efetiva dos projetos do PDTI</b>	Mensal	≥ 90%
	<b>Índice de disponibilidade dos serviços críticos de infraestrutura</b>	Mensal	≥ 99%
02.04 Aperfeiçoar a Comunicação Institucional	<b>Quantidade de acessos à Intranet</b>	Mensal	-
	<b>Quantidade de acessos à Internet</b>	Mensal	-
	<b>Percentual de matérias publicadas na mídia por sugestão de pauta da ANAC</b>	Mensal	-
02.05 Aprimorar o processo decisório e desenvolver a inteligência organizacional	<b>Índice de maturidade em Gestão de Risco (modelo TCU)</b>	Anual	-
	<b>Índice de qualidade dos processos submetidos à apreciação da Diretoria</b>	Mensal	-
02.06 Manter atualizado o arcabouço regulatório	<b>Percentual de execução da Agenda Regulatória</b>	Mensal	≥ 80%
02.07 Promover a melhoria da qualidade regulatória e dos mecanismos de participação social	<b>Qualidade da Análise de Impacto Regulatório</b>	Semestral	-
	<b>Percentual de normas publicadas não constantes da agenda regulatória</b>	Trimestral	-
02.08 Ampliar a eficiência e a eficácia nos processos de certificação	<b>Tempo médio do processo de certificação de empresas RBAC 121</b>	Mensal	-
	<b>Tempo médio do processo de certificação RBAC 135</b>	Mensal	-
	<b>Tempo médio do processo de certificação de Escolas de Aviação Civil</b>	Mensal	-
	<b>Percentual de processos de licenças e habilitações com análise concluída em até 30 dias</b>	Mensal	≥ 80%
	<b>Tempo médio de aprovação de modificações em projetos de produtos aeronáuticos propostas pelo fabricante</b>	Mensal	-
	<b>Tempo médio de aprovação de modificações em projetos de produtos aeronáuticos propostos por terceiros (CST)</b>	Mensal	-
	<b>Tempo médio de análise de aeronavegabilidade de processos de inclusão na EO aos certificados de empresas RBAC 135, 121, 145</b>	Mensal	≤ 25 dias

Objetivo	Nome do Indicador	Periodicidade de cálculo	Meta para o 7ºCiclo (1/11/2015 à 31/10/2016)
	<b>Tempo médio de emissão do primeiro Certificado de Aeronavegabilidade</b>	Mensal	≤ 8 dias
	<b>Tempo médio de análise de requerimento de autorização de centro de instrução AVSEC</b>	Mensal	-
	<b>Percentual de solicitações de autorização prévia de construção / autorização prévia de modificação de características físicas de aeródromos públicos respondidos em até 60 dias</b>	Mensal	≥ 90%
	<b>Percentual de emissão dos relatórios consolidados de certificação de aeroportos inspecionados em até 90 dias</b>	Mensal	≥ 80%
02.09 Aprimorar os processos de outorga da exploração de serviços aéreos e aeroportuários	<b>Percentual de processos de pedidos de outorga de autorizações para operar das empresas prestadoras de serviços aéreos públicos processados no prazo de 90 dias úteis</b>	Mensal	≥ 80%
	<b>Tempo médio de análise de pedido de autorização de exploração de infraestrutura aeroportuária</b>	Semestral	-
	<b>Percentual de análises de solicitações atendidas no prazo contratual</b>	Semestral	-
02.10 Promover um ambiente favorável ao cumprimento consciente dos requisitos regulamentares	<b>Conscientização de regulados</b>	Mensal	2.000 pessoas
02.11 Criar mecanismos efetivos de correção da conduta dos entes que colocarem em risco a qualidade e a segurança da aviação civil	<b>Índice de cumprimento do Plano de Fiscalização</b>	Mensal	≥ 80%
	<b>Tempo médio de processamento de processos administrativos sancionadores em 1ª instância</b>	Trimestral	-
	<b>Tempo médio de processamento de processos administrativos sancionadores em 2ª instância</b>	Trimestral	-
	<b>Índice de aproveitamento dos autos de infração</b>	Trimestral	-
	<b>Percentual de decisões de 1ª Instância anuladas</b>	Trimestral	-
	<b>Tempo médio do estoque de processos sancionadores não exauridos em instâncias administrativas</b>	Mensal	-

<b>Objetivo</b>	<b>Nome do Indicador</b>	<b>Periodicidade de cálculo</b>	<b>Meta para o 7ºCiclo (1/11/2015 à 31/10/2016)</b>
	<b>Índice de atendimento à IN 81</b>	Trimestral	-
02.12 Acompanhar e estimular o desenvolvimento de um setor de transporte aéreo acessível, eficiente e competitivo	<b>Tempo médio de aprovação de voos regulares</b>	Mensal	-
	<b>Percentual de divulgação tempestiva de relatórios do setor</b>	Mensal	-
03.01 Implantar a Gestão do Conhecimento	<b>Índice de maturidade em Gestão do Conhecimento</b>	Anual	-
03.02 Fortalecer o desenvolvimento, o reconhecimento e o bem-estar do servidor	<b>Índice de Qualidade de Vida no Trabalho (QVT)</b>	Bianual	-
	<b>Percentual de servidores identificados em Trilhas de Aprendizagem</b>	Anual	≥ 40%
03.03 Adequar o provimento de pessoas à estratégia organizacional	<b>Índice de adequação da lotação dos servidores</b>	Anual	-
04.01 Assegurar a disponibilidade de recursos financeiros adequados para a execução da estratégia	<b>Percentual de arrecadação efetiva</b>	Mensal	-
04.02 Garantir a contratação e a execução eficiente dos recursos orçamentários	<b>Percentual de execução do PINC</b>	Trimestral	-
	<b>Percentual de execução do orçamento.</b>	Semestral	-
	<b>Percentual de contratos de serviços continuados mantidos no exercício</b>	Mensal	≥ 95%

Por fim, a Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) participa do PPA 2016-2019 por meio do Programa Temático 2017 – Aviação Civil, sendo responsável pela gestão do objetivo 0085 e das metas associadas a esse objetivo, além de algumas iniciativas nos demais objetivos do Programa da Aviação Civil.

O objetivo 0085 “Promover a segurança da aviação civil, ampliando a segurança operacional e a proteção contra atos de interferência ilícita” possui a seguinte meta:

- 005K - Manter, até 2019, o índice anual de acidentes aeronáuticos em nível igual ou melhor que a média mundial, índice de 0,39 no ano de 2013, considerando acidentes aeronáuticos com fatalidade em operações regulares, por 1 milhão de decolagens.

## ESTÁGIO DE IMPLEMENTAÇÃO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

O ano de 2016 foi marcado pela execução e acompanhamento dos projetos estratégicos da Agência. A Portaria nº 99, de 19 de janeiro de 2016, instituiu a carteira de projetos estratégicos da ANAC e, em função da capacidade de execução da Agência, do acompanhamento dos projetos e da

estratégia, aquela foi alterada pelas Portarias nºs 1.902, de 26.07.2016, 2.367, de 06.06.2016, e 2.976, de 01.11.2016, de forma a adequar a carteira de projetos da Agência ao contexto.

Dentre as principais entregas já realizadas, cabe ressaltar:

- Lançamento do novo portal da Agência, de forma a atender a Identidade Padrão de Comunicação Digital do Governo Federal e os requisitos de acessibilidade;
- Implantação do SEI!, sistema para a produção de processos eletrônicos, de forma a dar mais celeridade e transparência, como também a redução de gastos do Órgão;
- Lançamento do Prêmio ANAC 10 Anos: Acadêmico e Jornalístico, incentivando a inovação;
- Jogos Olímpicos e Paralímpicos, no qual mais de 500 servidores atuaram em 10 (dez) aeroportos na fiscalização das empresas aéreas no cumprimento da prestação de assistência ao passageiro, no monitoramento do cumprimento de slots na aviação geral e executiva e no serviço de auxílio aos usuários.

Já em relação aos indicadores estratégicos, conforme já supracitado, parte teve seu desempenho acompanhado por meio de metas estabelecidas e parte teve iniciado seu processo de coleta e implantação. No início de 2017 está planejada uma revisão do rol de indicadores e o estabelecimento de metas para todos eles.

## VINCULAÇÃO DOS PLANOS DA UNIDADE COM AS COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS E OUTROS PLANOS

A Visão traduz a situação de futuro desejada para a organização. A Visão da Agência é “Ser uma autoridade de referência internacional na promoção da segurança e do desenvolvimento da aviação civil”.

Já a Missão representa a razão da existência de uma organização, a finalidade ou o motivo pelo qual ela foi criada. A Missão da Agência é “Garantir a todos os brasileiros a segurança e a excelência da aviação civil”.

Conforme já citado, os objetivos estratégicos foram traçados utilizando a metodologia *Balanced Scorecard* – BSC. Os objetivos da perspectiva Sociedade estão diretamente vinculados à Missão da Agência e são suportados pelos objetivos das perspectivas de processos internos, aprendizado e crescimento e recursos financeiros, por meio de uma relação de causa e efeito entre os objetivos.

Além disso, os objetivos estratégicos estão intrinsecamente ligados às competências institucionais da ANAC, listadas no art. 8º, da Lei nº 11.1182, de 27 de setembro de 2005.

Pode-se verificar na tabela abaixo que as principais atribuições institucionais, listadas no item FINALIDADE E COMPETÊNCIAS, estão em consonância com os objetivos estratégicos da perspectiva da Sociedade e de Processos Internos e com o PPA 2016-2019.

**TABELA 2 – RELAÇÃO DAS PRINCIPAIS ATRIBUIÇÕES INSTITUCIONAIS COM OS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS**

Principais competências institucionais	Objetivos Estratégicos		PPA 2016-2019
	Perspectiva Sociedade	Perspectiva Processos Internos (menos processos de suporte)	
<p>Representar o Brasil junto a organismos internacionais de aviação e negociar acordos e tratados sobre transporte aéreo internacional.</p> <p>Emitir regras sobre segurança em área aeroportuária e a bordo de aeronaves civis.</p> <p>Conceder, permitir ou autorizar a exploração de serviços aéreos e de infraestrutura aeroportuária.</p> <p>Estabelecer o regime tarifário da exploração da infraestrutura aeroportuária.</p> <p>Administrar o Registro Aeronáutico Brasileiro (RAB).</p> <p>Homologar, registrar e cadastrar os aeródromos.</p> <p>Emitir certificados de aeronavegabilidade atestando aeronaves, produtos e processos aeronáuticos e oficinas de manutenção.</p> <p>Fiscalizar serviços aéreos e aeronaves civis.</p> <p>Certificar licenças e habilitações dos profissionais de aviação civil.</p> <p>Autorizar, regular e fiscalizar atividades de aeroclubes e escolas e cursos de aviação civil.</p> <p>Reprimir infrações às normas do setor, inclusive quanto aos direitos dos</p>	<p>Ampliar o acesso a um transporte aéreo seguro e de qualidade para a sociedade.</p> <p>Ampliar a integração do sistema de aviação civil brasileiro no cenário internacional.</p>	<p>Ampliar a eficiência e a eficácia nos processos de certificação.</p> <p>Promover um ambiente favorável ao cumprimento consciente dos requisitos regulamentares.</p> <p>Aprimorar os processos de outorga de exploração de serviços aéreos e aeroportuários.</p> <p>Promover um ambiente favorável ao cumprimento consciente dos requisitos regulamentares.</p> <p>Manter atualizado o arcabouço regulatório.</p> <p>Promover a melhoria da qualidade regulatória e dos mecanismos de participação social.</p> <p>Criar mecanismos efetivos de correção da conduta dos entes que colocarem em risco a segurança da aviação civil e a qualidade do transporte aéreo.</p>	<p>Objetivo 0085 - Promover a segurança da aviação civil, ampliando a segurança operacional e a proteção contra atos de interferência ilícita.</p> <p>Iniciativas:</p> <p>007N - Promoção da integração do sistema de aviação civil brasileiro no cenário internacional com ênfase na expansão das capacidades acordadas por ocasião das negociações de Acordos de Serviços Aéreos.</p> <p>04IS - Promoção de mecanismos de incentivo ao cumprimento consciente dos requisitos regulamentares e aprimoramento da cultura da segurança na aviação civil por meio de ações de qualificação e comunicação.</p> <p>07U - Promoção da melhoria da qualidade regulatória e dos mecanismos de participação social na edição e atualização de normas e requisitos relacionados à infraestrutura aeroportuária e aeronáutica, operações aéreas e aeronavegabilidade.</p> <p>007V - Promoção de mecanismos efetivos de correção da conduta dos entes que colocarem em risco a segurança da aviação civil e a qualidade do transporte aéreo.</p> <p>007Y - Identificação de novas tecnologias</p>

usuários, aplicando as sanções cabíveis.	Promover um ambiente de negócios do setor aéreo que permita o desenvolvimento do mercado e da indústria.	Acompanhar e estimular o desenvolvimento de um setor de transporte aéreo acessível, eficiente e competitivo.	utilizadas na indústria aeronáutica e desenvolvimento de requisitos para a sua certificação.  04IU - Promoção da transparência do transporte aéreo por meio do acompanhamento do setor e da publicação de informações à sociedade.
--	--	--	--

Por fim, no âmbito interno, após o desdobramento dos objetivos estratégicos em projetos estratégicos e indicadores, estes foram refletidos nos diversos instrumentos de gestão e planejamento setoriais da Agência, como o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação – PETI, o Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI, o Plano de Atuação Internacional – PAI e o Plano Anual de Capacitação – PAC, dentre outros.

#### FORMAS E INSTRUMENTOS DE MONITORAMENTO DA EXECUÇÃO E DOS RESULTADOS DOS PLANOS

As ações estratégicas da Agência são acompanhadas pelos Diretores e Titulares de unidades organizacionais, bimestralmente, por meio da Reunião de Gestão, conforme Portaria nº 61/2016, que instituiu o calendário das reuniões para o ano de 2016. As ações monitoradas incluem as metas de avaliação de desempenho institucional, os projetos prioritários e estratégicos, a Agenda Regulatória, dentre outras.

Além disso, existem duas instâncias de governança na Agência, que são o Grupo de Desenvolvimento Institucional (GDI) – formado por titulares de áreas-meio –, e o Grupo de Desenvolvimento Técnico (GDT) – formado por titulares de áreas-finalísticas. Esses dois grupos têm como atribuições promover a cooperação, articulação e integração entre as áreas, bem como promover o diagnóstico integrado de demandas, dentre outras.

Também cabe mencionar que os projetos são acompanhados e apoiados pelo Escritório de Projetos, unidade pertencente à Superintendência de Planejamento Institucional.

Por fim, o monitoramento da Agenda Regulatória é publicado mensalmente no site da Agência para que a sociedade possa acompanhar o desenvolvimento dos temas no seguinte endereço: <https://www.anac.gov.br/participacao-social/agenda-regulatoria>.

## DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO

A Lei nº 13.255/2016, ou Lei Orçamentária Anual de 2016 (LOA 2016), fixou a despesa orçamentária da ANAC em R\$ 610,1 milhões. Inicialmente, essa despesa é alocada em três grandes categorias:

- Na ANAC, as despesas obrigatórias contemplam basicamente os gastos com pessoal ativo, inativo e benefícios;
- As despesas discricionárias são aquelas com manutenção da unidade e sua atividade bem como os investimentos efetuados durante o exercício;
- A reserva de contingência é uma rubrica contábil que não é diretamente utilizada. Pode servir para custear alterações orçamentárias extraordinárias e em grande parte constitui-se da arrecadação da Agência que, por força de normativo, não foi totalmente utilizada para custear suas despesas.

Quanto às despesas obrigatórias, a dotação inicial da LOA 2016 para atendimento foi de R\$ 324,3 milhões. Houve necessidade de ampliação desta dotação para R\$ 360,8 milhões em virtude de diversos fatores, tais como: reajustes em benefícios como assistência pré-escolar; auxílio-alimentação e assistência saúde suplementar; ingresso de novos servidores para o quadro efetivo da Agência e pagamento de despesas de exercícios anteriores devidas a servidores.

Quanto às despesas discricionárias, a LOA 2016 alocou inicialmente R\$ 153,3 milhões, dos quais R\$ 6,9 milhões foram cancelados, igualando a dotação orçamentária ao limite de movimentação e empenho, devido ao cenário de contração fiscal. Assim, a Agência trabalhou com um orçamento discricionário de R\$ 146,4 milhões, sendo R\$ 9,7 milhões destinados aos investimentos da unidade e R\$ 136,8 milhões às “outras despesas de custeio”, que englobam a manutenção e funcionamento da Agência, bem como despesas continuadas necessárias ao desenvolvimento de suas atividades de regulamentação, certificação e fiscalização do setor de aviação civil.

Conceituando a execução orçamentária como sendo a proporção do limite de movimentação e empenho que foi efetivamente comprometida, seja via emissão de notas de empenho ou descentralização de créditos orçamentários, a execução orçamentária da ANAC atingiu 97,2% no exercício de 2016 (R\$ 142,3 milhões empenhados em relação aos R\$ 146,4 milhões do limite). Comparativamente, o desempenho em 2015 tinha sido de 96,4% (R\$ 138,5 milhões empenhados em relação ao limite de R\$ 143,6 milhões).

**EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA DAS AÇÕES DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DE RESPONSABILIDADE DA ANAC**

**QUADRO 3 – AÇÃO 2912 RELACIONADA AO PROGRAMA TEMÁTICO (2017 – AVIAÇÃO CIVIL) DO PPA DE RESPONSABILIDADE DA UPC – OFSS**

Identificação da Ação						
Código	2912		<b>Tipo:</b> Atividade			
Título	Regulação e Fiscalização da Aviação Civil					
Iniciativa	Representa o próprio objetivo					
Objetivo	Promover a segurança da aviação civil, ampliando a segurança operacional e a proteção contra atos de interferência ilícita. Código: 0085					
Programa	Aviação Civil		<b>Código:</b> 2017		<b>Tipo:</b> Atividade	
Unidade Orçamentária	62201 – Agência Nacional de Aviação Civil					
Ação Prioritária	( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
51.383.677,00	45.631.934,00	43.893.025,27	39.029.461,52	39.025.085,15	0	4.891.625,02
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Regulação e fiscalização de empresas, aeroclubes, escolas, centros de formação, equipamentos, instalações, documentação, procedimentos, infraestrutura aeroportuária e aeronautas, de forma a garantir o funcionamento e o controle da aviação civil dentro de padrões internacionais de qualidade e segurança. Além da realização de ações de qualificação e comunicação com o objetivo de divulgar e conscientizar os profissionais do setor de aviação civil quanto ao teor e à forma de cumprimento dos regulamentos, bem como em relação a boas práticas operacionais, de forma a aprimorar a cultura de segurança na aviação civil e promover o cumprimento voluntário de requisitos regulamentares.		Fiscalização realizada - unidade	37.870	37.870	32.105	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
12.040.335,86	7.631.514,45	3.047.181,93	--	--	--	

## **Análise da Ação 2912**

### 1) Análise da realização física:

A meta física realizada refere-se ao número de itens fiscalizados pela Agência durante o ano de 2016. Estes itens têm origem nas ações de regulação econômica, de infraestrutura aeroportuária, de operações aéreas e de aeronavegabilidade, envolvendo atividades de auditoria, certificação, exame de proficiência, fiscalização, inspeção, visita técnica e vistoria. A Agência fiscalizou, no ano de 2016, 32.105 itens de um total planejado de 37.000 itens, o que representa uma execução física de 87%.

### 2) Análise da execução orçamentária:

Podemos subdividir a execução orçamentária da Ação 2912 por meio de seus planos orçamentários: regulação e fiscalização; tecnologia da informação; e conscientização de profissionais da aviação civil. Em linhas gerais, ressaltamos a execução de 96,2% da dotação atualizada desta ação orçamentária (R\$ 43,9 milhões empenhados do limite de R\$ 45,6 milhões) e também a inscrição de menos de 11% deste orçamento em Restos a Pagar Não Processados, quase a metade daquilo que fora inscrito na mesma rubrica de 2015 para 2016, queda ainda maior na reinscrição de restos a pagar, que caiu de R\$ 3,8 milhões em 2016 para R\$ 1,4 milhões em 2017.

Os dispêndios com regulação e fiscalização são aqueles que possuem relação mais direta com a atividade fim da ANAC, seja nos gastos com viagens para fiscalização ou na manutenção de contratos de teleatendimento a usuários e regulados. A dotação para este plano orçamentário foi dos R\$ 21 milhões iniciais para R\$ 25,7 milhões ao final do exercício, após alterações orçamentárias. Desta dotação, executamos R\$ 24,7 milhões ou 96,1%. Vale ressaltar que o aumento na dotação orçamentária deve-se principalmente à alocação de contratos de suporte direto ao regulado e aos usuários da aviação civil, antes alocados na ação 2000 (Administração da Unidade), refletindo a contínua adaptação da Agência às melhores práticas orçamentárias.

Quanto às despesas com tecnologia da informação, houve diminuição da dotação dos R\$ 27,9 milhões iniciais para cerca de R\$ 19,8 milhões ao final do exercício. Tal redução reflete uma mudança de orientação da área responsável, que adaptou sua programação orçamentária à sua real capacidade de execução orçamentária, preparando terreno para futuras melhorias de infraestrutura de TI, bem como renegociando contratos e otimizando sua execução, que correspondeu a 97% da dotação.

**QUADRO 4 – AÇÃO 6640 RELACIONADA AO PROGRAMA TEMÁTICO (2017 – AVIAÇÃO CIVIL) DO PPA DE RESPONSABILIDADE DA UPC – OFSS**

Identificação da Ação						
Código	6640		<b>Tipo:</b> Atividade			
Título	Estudos para o Planejamento e Gestão do Transporte Aéreo					
Iniciativa	Representa o próprio objetivo					
Objetivo	Realização de estudos relativos ao meio ambiente, focado em aspectos de controle de emissões e ruídos aeronáuticos, e de estudos voltados para modelos aplicáveis à regulação econômica de infraestrutura aeroportuária e outros inerentes ao planejamento e à gestão do transporte aéreo. Código: 0086					
Programa	Aviação Civil		<b>Código:</b> 2017		<b>Tipo:</b> Atividade	
Unidade Orçamentária	62201 – Agência Nacional de Aviação Civil					
Ação Prioritária	( ) Sim (X) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
226.000,00	226.000,00	205.313,58	205.313,58	205.313,58	0	0
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Realização de estudos relativos ao meio ambiente, focado em aspectos de controle de emissões e ruídos aeronáuticos, e de estudos voltados para modelos aplicáveis à regulação econômica de infraestrutura aeroportuária e outros inerentes ao planejamento e à gestão do transporte aéreo.		Estudo desenvolvido - unidade	1	1	1	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0	0	0	--	--	--	

**Análise da Ação 6640**

A Agência celebrou um Acordo de Cooperação Técnica com a Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR) para a realização de pesquisa sobre Acessibilidade de Passageiros com Deficiência no Transporte Aéreo (apelidado de “Projeto Universalidade”). Foram realizadas viagens durante todo o ano de 2016 acompanhando passageiros com diversos tipos de deficiência e também entrevistas com funcionários que lidam diretamente com estes passageiros.

A ANAC apoiou o projeto de duas formas: custeando as viagens (diárias e passagens) dos passageiros a serem observados nas viagens e dos pesquisadores e dando apoio aos pesquisadores para que eles pudessem realizar as pesquisas de campo nos aeródromos.

As viagens se encerraram em dezembro 2016 e já foram entregues dois relatórios preliminares pela UFSCAR. Existem mais dois documentos que serão entregues até o final de março de 2017 (incluindo o estudo final).

### **Ações não Previstas na LOA do exercício – Restos a pagar não Processados – OFSS**

Houve reinscrição de R\$ 318.978,08 referentes à Ação 20SW – Formação e capacitação de profissionais da aviação civil. Recursos que foram descentralizados em 2015 para a Secretaria de Aviação Civil por meio do Termo de Execução Descentralizada nº 004/2014, que contempla bolsas de fomento à capacitação de profissionais de aviação civil.

### **Ações do Orçamento de Investimento**

A ANAC não possui ações de orçamento de investimento.

### **Análise Situacional**

As despesas da Agência são divididas, dentro da perspectiva “Recursos Financeiros” do mapa estratégico da Agência, nos seis seguintes blocos: Manutenção, Suporte e Gestão; Tecnologia da Informação; Diárias e Passagens; Gestão de Pessoas; Planejamento e Fomento e, por fim, Comunicação. Seguem algumas considerações sobre a alocação das ações orçamentárias acima com os blocos:

- Manutenção, Suporte e Gestão: contém recursos tanto da ação 2000 – Administração da Unidade como da ação 2912 – Regulação e Fiscalização. Os recursos desta última ação destinam-se a manutenção da estrutura de fiscalização da agência;
- Tecnologia da Informação: existe Plano Orçamentário (PO) específico da ação 2912 – Regulação e Fiscalização para este bloco, que concentra despesas com sistemas de informação da agência;
- Diárias e Passagens: contém recursos da ação de regulação e fiscalização da agência;
- Gestão de Pessoas: existe PO específico da ação 2000 – Administração da Unidade para as despesas de capacitação de pessoal, além de outros recursos da ação 2000 destinados a rubricas como ajuda de custo, pagamento de estagiários e auxílios não classificados em ação orçamentária própria;
- Planejamento e Fomento: concentra toda a execução da ação 6640 – Estudos para o Planejamento e Gestão do Transporte Aéreo, especificamente um estudo relativo à acessibilidade de portadores de necessidades especiais aos serviços de aviação civil;
- Comunicação: Contém recursos da ação 2000 – Administração da Unidade, destinadas a ações de comunicação institucional da Agência.

**TABELA 3 – RESUMO DA EXECUÇÃO DOS BLOCOS ORÇAMENTÁRIOS**

Bloco	Empenhado	Liquidado
Manutenção, Suporte e Gestão	96.221.702,11	89.606.813,59
Tecnologia da Informação	20.412.942,57	17.182.273,69
Diárias e Passagens	14.514.888,70	13.860.935,79
Gestão de Pessoas	10.042.223,89	8.557.036,01
Planejamento e Fomento	205.313,58	205.313,58
Comunicação	1.504.199,56	1.122.537,57
<b>Total Geral</b>	<b>142.901.270,41</b>	<b>130.534.910,23</b>

#### FATORES INTERVENIENTES NO DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO

Além do cenário de contração fiscal pelo qual passamos, cabe menção a quatro fatores que tiveram interferência direta no desempenho orçamentário:

- Decreto nº 8.676, de 12 de fevereiro de 2016, que estabeleceu limites contingenciados de movimentação e empenho para os Ministérios; posteriormente, os limites para a ANAC foram reconfirmados pelo Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil, estabelecendo o limite para empenho de despesas discricionárias em R\$ 146.400.244,00.
- Portaria MPOG nº 67/2016, define limites para despesas de funcionamento;
- Cancelamento de créditos da LOA de forma a igualar a dotação atualizada ao limite de movimentação e empenho; e
- Dotação orçamentária referente a auxílio-moradia.

A portaria MPOG nº 67, de 01 de março de 2016, limitou as despesas de funcionamento da Agência, incluindo a contratação de bens e serviços e concessão de diárias e passagens.

No que diz respeito especificamente à Agência, o sublimite inicialmente fixado em R\$ 95,0 milhões foi respeitado. Ressalta-se, entretanto, que a metodologia de cálculo das despesas de funcionamento mudou de 2015 para 2016, deixando de limitar as despesas com diárias e passagens para viagens no país em ações orçamentárias de fiscalização:

**TABELA 4 – LIMITES ORÇAMENTÁRIOS PARA AS DESPESAS DE FUNCIONAMENTO**

<b>DESPESAS DE FUNCIONAMENTO</b> Portaria MPOG nº 67, de 01 de Março de 2016	<b>Empenhado</b> ANAC 2015	<b>Empenhado</b> ANAC 2016	<b>Liquidado</b> ANAC 2016
I - Apoio Administrativo	37.691,3	41.877,7	38.150,8
II - Locação de Imóveis	35.120,1	32.753,8	32.753,8
III - Locação de Máquinas	-	10,0	10,0
IV - Locação de Veículos	3.503,7	3.384,6	3.004,2
V - Locações de Mão-de-Obra	930,0	958,2	859,9
VI - Serviços de Consultoria	-	23,4	-
VII - Serviços de Cópias	1.043,7	988,2	814,0
VIII - Serviços de Limpeza	2.771,2	2.772,8	2.530,2
IX - Serviços de Telecomunicações	1.103,8	1.084,4	846,7
X - Vigilância Ostensiva	4.633,8	4.664,2	4.286,2
XI - Diárias e Passagens	13.122,3	5.292,7	4.956,5
	<b>99.920,0</b>	<b>93.810,1</b>	<b>88.212,3</b>

\* valores em milhares de reais

Além disso, durante o exercício de 2016 houve a mudança de governo e algumas diretrizes orçamentárias foram alteradas. Especificamente, foi necessário efetuar cancelamento de dotação orçamentária de tal forma que a soma da dotação alterada se igualasse ao limite de movimentação e empenho.

Anteriormente, tinha-se a prerrogativa de contar com um saldo extra de dotação dando mais liberdade para realocação de despesas entre diferentes ações orçamentárias, desde que respeitados os limites legais. Com a nova dinâmica, esse saldo foi perdido e uma eventual realocação dependeria de alteração orçamentária (crédito suplementar – suplementação por cancelamento), diminuindo a flexibilidade de alocação de orçamento.

Por fim, citamos a dotação inicial publicada na LOA para ação 216H – Auxílio Moradia. A partir do exercício de 2016, esta ação passou a constar do orçamento discricionário da agência. Sua dotação inicial veio muito inferior ao histórico de gastos da ANAC com auxílio-moradia, exigindo solicitação de crédito suplementar para cumprir com estas obrigações.

Dentre as diversas solicitações de alterações orçamentárias, houve uma em especial (pedido SIOP 52.923) que necessitou de autorização legislativa pois, à época da solicitação, a Ação 216H tinha suplementação limitada pela LOA-2016 e suplementações acima deste limite necessitavam de aval do Poder Legislativo. No caso, tratou-se de suplementação de R\$ 564,1 mil na Ação 216H por cancelamento do mesmo valor na dotação de investimentos da Ação 2912.

Todavia, o pedido 52.923 materializou-se por meio do PLN nº 13/2016, aprovado apenas no mês de dezembro, quando a situação já estava resolvida devido a uma flexibilização dos limites da LOA para este tipo de despesa (resultado da aprovação do PLN nº 3/2016). Tivemos, portanto, R\$ 564.100,00 de dotação não alocada devido a este fator.

## RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

### QUADRO 5 – RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante em 1º de janeiro do ano	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12 do ano
2015	556,98	556,98	0	0
Restos a Pagar Não Processados				
Ano de Inscrição	Montante em 1º de janeiro do ano	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12 do ano
2015	46.316.002,52	31.520.906,03	6.892.116,60	7.902.979,89
2014	39.301.735,00	31.655.161,09	989.192,87	6.657.381,04
2013	7.530.480,44	81.116,65	5.902.923,73	1.546.440,06

O saldo de restos a pagar não processados de exercícios anteriores em 1º de janeiro de 2016 totalizava o valor de R\$ 29.431.560,29 (vinte e nove milhões, quatrocentos e trinta e um mil, quinhentos e sessenta reais e vinte e nove centavos), cuja composição é:

- Despesas discricionárias: ..... R\$ 25,36 milhões, ou 86%;
- Despesas com pessoal: ..... R\$ 4,07 milhões, ou 14%.

Esse montante teve sua execução orçamentária da seguinte forma:

- Pagos durante o exercício de 2016: ..... R\$ 18,3 milhões, ou 62,1%;
- Valor liquidado mas pendente de pagamento: ..... R\$ 25 mil ou 0,08%;
- Cancelamentos diversos de Restos a Pagar: ..... R\$ 8,9 milhões, ou 30,2%;
- Saldo reinscrito em 2017: ..... R\$ 2,3 milhões, ou 7,7%

Ao final de 2016, o saldo total pendente de liquidação, R\$ 2,3 milhões, corresponde a serviços ainda não prestados ou que, mesmo tendo sido realizados, não tiveram a emissão de documento fiscal por parte dos contratados. O saldo a liquidar que não foi bloqueado diz respeito às despesas que possuem previsão de liquidação e foram supervisionadas empenho a empenho.

## EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA COM TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS

### Visão gerencial dos instrumentos de transferência e dos montantes transferidos

#### QUADRO 6 – RESUMO DOS INSTRUMENTOS CELEBRADOS E DOS MONTANTES TRANSFERIDOS NOS ÚLTIMOS TRÊS EXERCÍCIOS

Unidade concedente ou contratante						
Nome:	Agência Nacional de Aviação Civil					
UG/GESTÃO:	113214/20214					
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados			Montantes repassados no exercício (em R\$ 1,00)		
	2016	2015	2014	2016	2015	2014
Convênio	0	0	0	0,00	0,00	0,00
Contrato de repasse	0	0	0	0,00	0,00	0,00
Termo de Execução Descentralizada	2	2	4	3.728.163,90	1.531.909,02	525.014,20
Totais	2	2	4	3.728.163,90	1.531.909,02	525.014,20

- TED 002/2014 – ESAF – Mestrado em economia do setor público

Termo de Execução Descentralizada entre a ANAC e a ESAF, em parceria com a UnB, para inscrição de servidor no evento de capacitação “Mestrado em Economia do Setor Público”, promovido e certificado pela UnB, número da transferência 681749. Busca promover o desenvolvimento permanente dos servidores públicos da ANAC. Concluído em 2016, valor total de R\$ 34.000,00.

- TED 004/2014 – Fomento a profissionais de aviação civil

Este termo diz respeito a bolsas de fomento à capacitação de profissionais de aviação civil, mediante a oferta de bolsas para formação de pilotos de avião em cursos especializados em 43 treinamentos práticos de “piloto privado de avião” e/ou “piloto comercial de avião”. Tais treinamentos serão realizados por alunos selecionados, conforme “edital de seleção de alunos”, em escolas de aviação civil credenciadas, conforme “edital de credenciamento”.

Todo o recurso referente a este TED já foi destacado pela ANAC à Secretaria de Aviação Civil, R\$ 1.157.338,98. A SAC efetuou a reinscrição do saldo residual – R\$ 318.978,08 – em Restos a Pagar Não Processados.

- TED 002/2015 – Concurso Público da ANAC

Este termo tem por objeto estabelecer parceria entre a ESAF e a ANAC, visando a organização e realização de concurso público para provimento dos cargos do quadro efetivo de pessoal desta Agência. A realização do concurso público para a ANAC representa a continuidade da formação das carreiras do quadro de pessoal efetivo da Agência, imprescindível à sua consolidação e, especialmente, à estruturação das atividades de regulação, inspeção, fiscalização e controle da aviação civil, serviços aéreos, auxiliares e da infraestrutura aeroportuária.

No primeiro ano de vigência, foram repassados R\$ 226.020,00 referente a esse termo. Em 2016 houve um desembolso total de R\$ 3.351.043,67. Há previsão de R\$ 610.000,00 para o exercício de 2017, sujeita a variações decorrentes de termos aditivos.

O termo foi constituído de 3 parcelas para os exercícios de 2014 a 2016. Em 2016, foram descentralizados R\$ 11.333,28, finalizando o cronograma de desembolsos acordado.

- TED 001/2016 – ESAF – Concurso de monografias

Parceria entre a ANAC e a ESAF para realização de concurso de monografia e jornalismo, prêmio ANAC – 10 Anos. Tem como fim o aprimoramento da qualidade regulatória na aviação civil, por reportagens, estudos e pesquisas para o desenvolvimento sustentável do sistema de aviação civil. Atende o interesse institucional da agência em promover o estímulo à produção acadêmica e jornalística.

O valor do TED, de R\$ 223.309,95, fora integralmente destacado ainda durante o exercício de 2016, conforme previsto em seu cronograma de desembolsos.

- TED 002/2016 – UFRN – Transferência dos sistemas SIG-UFRN e SIGADMIN

Transferência dos sistemas SIG-UFRN, especificamente o sistema integrado de gestão de recursos humanos (SIGRH) e sistema integrado de administração e comunicação (SIGADMIN) para a ANAC, preenchendo assim a lacuna decorrente da falta de um sistema integrado que atenda a agência de forma eficiente no que concerne aos seus processos de gestão de pessoas e, ao mesmo tempo, modernizar e otimizar essa gestão.

Em 2016 foi efetuado o destaque referente à primeira parcela do cronograma de desembolsos: R\$ 67.252,00. Em 2017 deve ser transferido o restante, R\$ 134.504,00, finalizando o desembolso do termo e perfazendo seu valor total: R\$ 201.756,00.

### Visão gerencial da prestação de contas dos recursos pelos recebedores

#### QUADRO 7 – RESUMO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS SOBRE TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PELA UJ NA MODALIDADE DE CONVÊNIO, TERMO DE COOPERAÇÃO E DE CONTRATOS DE REPASSE

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente					
Nome: Agência Nacional de Aviação Civil					
UG/GESTÃO: 113214/20214					
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e montante repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)		
			Convênios	Contratos de repasse	Termo de Execução Descentralizada
Exercício do relatório de gestão	Contas Prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade			1
		Montante Repassado			34.000,00
Exercícios anteriores	Contas NÃO Prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			
Fonte: SIAFI					
TED 002/2014 - ANAC e ESAF – Mestrado; termo foi integralmente concluído, seu valor é de R\$ 34.000,00					

### Visão gerencial da análise das contas prestadas

O único TED concluído em 2016 e no estágio de prestação de contas é o TED 002/2014. Entretanto, por problemas internos à UnB, não foi ainda possível a apresentação da prestação de contas. Portanto não há quadro a ser apresentado.

Como as contas do TED 002/2014 ainda não foram prestadas, conforme esclarecido acima, não há quadro a ser apresentado.

Informa-se, contudo, que as informações relativas às execuções descentralizadas ficam disponíveis no seguinte sítio da ANAC na internet: <http://www.anac.gov.br/aceso-a-informacao/convenios>.

### INFORMAÇÕES SOBRE A REALIZAÇÃO DAS RECEITAS

A Lei nº 13.255, de 14 de janeiro de 2016, que estimou a receita e fixou a despesa da União para o exercício financeiro de 2016 (LOA 2016), como já ocorrido nas LOAs de 2007 a 2015, não consignou dotação orçamentária para o Fundo Aeroviário – UG 113215. A previsão das receitas a ele vinculadas pela Lei 5.989, de 17 de dezembro de 1973, foram consignadas na UG/Gestão 113214/20214 (UO 62201 até 2016).

Por isso, é na unidade gestora setorial de programação orçamentária e financeira da ANAC que são efetuados os registros contábeis da previsão e realização das receitas vinculadas ao orçamento da UO 62201 (ANAC).

A LOA 2016 vinculou à ANAC receitas de dois tipos de fonte: fontes do Tesouro Nacional (0174 e 0176), as quais têm registros contábeis nos órgãos arrecadadores, porém seus recursos financeiros são automaticamente transferidos para a Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda e fontes Próprias (0250 e 0280), que têm seus registros contábeis e recursos financeiros mantidos no órgão arrecadador.

Apesar de os registros de previsão e arrecadação das receitas vinculadas ao Fundo ocorrerem na UG 113214 – ANAC, os recursos financeiros arrecadados nas fontes 0250 e 0280 (fontes próprias) são transferidos para a UG 113215 – Fundo Aeroviário, que posteriormente são aplicados.

O Quadro a seguir demonstra um aumento de 20,36% da realização de receita em relação à previsão da receita própria orçada para o exercício de 2016. A previsão de receita é calculada a partir da análise de séries históricas de arrecadação, adotando-se o modelo de média móvel.

**TABELA 5 – RECEITAS PRÓPRIAS PREVISTAS E REALIZADAS NO EXERCÍCIO DE 2016**

<b>Receitas Próprias Previstas e Realizadas no exercício de 2016 (R\$)</b>				
<b>Fonte</b>	<b>Receita</b>	<b>Previsão de Receita (R\$)</b>	<b>Receita Realizada (R\$)</b>	<b>%</b>
<b>174</b>	Multas previstas no Código Brasileiro de Aeronáutica	20.930.213	18.825.702	-10,05%
<b>176</b>	Contribuição para o Ensino Aeroviário	126.431.028	161.644.555	27,85%
<b>250</b>	Serviços de inspeção e fiscalização (Taxa de Fiscalização da Aviação Civil - TFAC)	51.447.108	68.472.197	33,09%
<b>280</b>	Remuneração de Depósitos Bancários	80.009.508	86.640.327	8,29%
	<b>Total</b>	<b>278.817.857</b>	<b>335.582.781</b>	<b>20,36%</b>

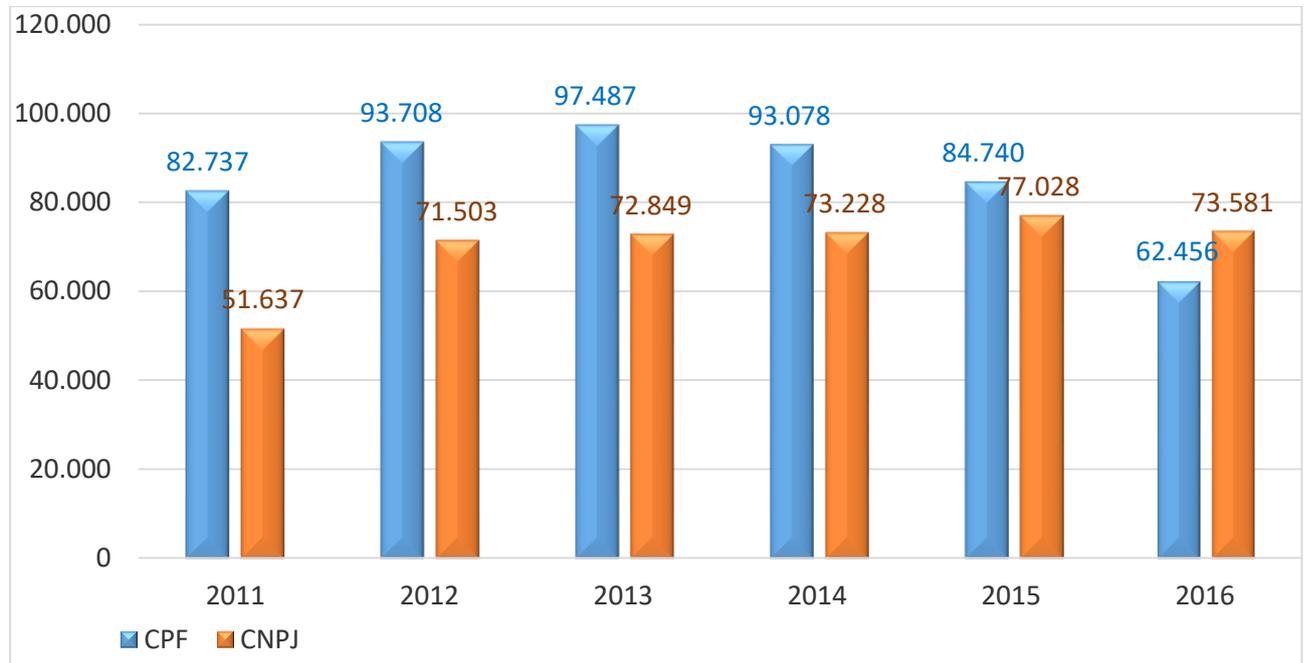
Fonte: SIAFI

Destaca-se na arrecadação de receita no exercício financeiro de 2016, a arrecadação de Taxa de Fiscalização da Aviação Civil – TFAC (Fonte 250) que são oriundas das atividades de fiscalização, homologação e registro e Multas previstas no Código Brasileiro de Aeronáutica (Fonte 174).

A Portaria Interministerial nº 710, do Ministro de Estado da Fazenda e do Ministro de Estado da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República, atualizou os valores da TFAC a partir de 11 de setembro de 2015. O índice aplicado foi de 72,84% (setenta e dois inteiros e oitenta e quatro centésimos por cento), correspondente ao índice oficial de inflação (IPCA) de setembro de 2005 – data da publicação da Lei de Criação da ANAC – a junho de 2015.

O ajuste no valor de TFAC corrobora o acréscimo de 27,85% na arrecadação de TFAC, ainda que tenha ocorrido a diminuição na quantidade de GRUs recolhidas por CPF na ordem de 26,30% e também na quantidade de GRUS recolhidas por CNPJ na ordem de 4,47%, conform gráfico abaixo.

**FIGURA 5 – GRÁFICO COM O NÚMERO DE GRU ARRECADADAS POR TIPO DE RECOLHEDOR (RECOLHIMENTOS DE TFAC POR EXERCÍCIO FINANCEIRO)**



Fonte – SIAFI e Sistema Integrado de Gestão de Créditos – SIGEC

A Contribuição do Ensino Aeroviário (fonte 176) refere-se ao recolhimento do percentual de 2,5% (dois e meio por cento) incidente sobre o total bruto da remuneração paga ou creditada aos empregados e trabalhadores avulsos, até o limite máximo estabelecido na legislação previdenciária de todas as empresas privadas, públicas, de economia mista e autárquicas, quer federais, estaduais ou municipais, de transporte aéreo regular, não regular, de táxi aéreo e de serviços aéreos especializados; de telecomunicações aeronáuticas; de implantação, administração, operação e exploração da infraestrutura aeroportuária, e de serviços auxiliares; de fabricação, reparos e manutenção, ou de representação, de aeronaves, suas peças e acessórios, e de equipamentos aeronáuticos.

A arrecadação, a fiscalização, a cobrança e o recolhimento da Contribuição do Ensino Aeroviário são delegados à Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRFB por força § 6º do Art. 3º da Lei nº 11.457/2007. A ANAC apenas recebe a informação da RFB quanto ao montante recolhido mensalmente e que será repassado à Agência. Não há nenhuma gestão da arrecadação desse recurso pela SAF. Destaca-se que há incidência na fonte 176 da DRU, Desvinculação de Receitas da União, conforme determinação constitucional. Os valores apresentados acima já estão deduzidos da DRU.

Estima-se que a variação da arrecadação da Contribuição do Ensino Aeroviário nos últimos anos reflete o comportamento da massa salarial no setor de aviação civil.

A seguir é apresentada Tabela demonstrativa da evolução das receitas arrecadadas, bem como a execução da receita durante o exercício de 2016.

**TABELA 6 – EVOLUÇÃO DA RECEITA**

Fonte	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	Total	%
<b>172</b>	527	119	2	-	-	-	-	-	-	-	648	0,03%
<b>174</b>	808	1.666	7.299	17.430	19.390	14.355	15.250	18.178	18.776	18.826	131.976	5,83%
<b>176</b>	61.962	71.560	73.724	83.216	98.048	89.468	119.105	159.247	175.685	161.645	1.093.660	48,30%
<b>250</b>	40.875	51.664	38.746	41.736	61.857	54.988	51.342	53.537	56.845	68.472	520.062	22,97%
	678	11.741	11	0	-	-	-	-	0	-	12.431	0,55%
	-	4	507	-	23	29	246	83	134	821	1.845	0,08%
<b>280</b>	13.091	22.833	22.793	33.421	47.096	53.931	66.214	72.165	85.678	86.640	503.863	22,25%
<b>Total</b>	<b>117.942</b>	<b>159.587</b>	<b>143.083</b>	<b>175.803</b>	<b>226.413</b>	<b>212.770</b>	<b>252.157</b>	<b>303.210</b>	<b>337.118</b>	<b>336.403</b>	<b>2.264.485</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: SIAFI - Conta Contábil 191140000 - Receita Realizada (2008, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013 e 2014).

2007 - Fonte: SIAFI - Conta Contábil 191140000 e 193510601.

2015 e 2016 - Fonte: SIAFI - Conta Contábil 621200000 - RECEITA REALIZADA.

Fonte 172: Adicional sobre Tarifas de Passagens Aéreas Domésticas (Adicional Tarifário);

Fonte 174: Multas previstas no Código Brasileiro de Aeronáutica;

Fonte 176: Contribuição para o Ensino Aeroviário;

Fonte 250 Serviços de inspeção e fiscalização (Taxa de Fiscalização da Aviação Civil - TFAC); receitas de serviços administrativos (SUCOTAP); demais receitas.

## INFORMAÇÕES SOBRE A EXECUÇÃO DAS DESPESAS

São apresentados abaixo os quadros referentes às despesas por modalidade de contratação e despesas por grupo e elemento de despesa.

### QUADRO 8 – DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO

Unidade orçamentária: Agência Nacional de Aviação Civil		Código UO: 62201		UGO: 113214	
Modalidade de Contratação	Despesa liquidada		Despesa paga		
	2016	2015	2016	2015	
<b>1. Modalidade de Licitação (a + b + c + d + e + f + g)</b>	<b>65.211.836,13</b>	<b>57.388.057,95</b>	<b>65.195.642,28</b>	<b>56.976.213,26</b>	
a) Convite					
b) Tomada de Preços					
c) Concorrência					
d) Pregão	65.211.836,13	57.388.057,95	65.195.642,28	56.976.213,26	
e) Concurso					
f) Consulta					
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas					
<b>2. Contratações Diretas (h + i)</b>	<b>48.521.073,84</b>	<b>50.594.118,42</b>	<b>46.740.718,11</b>	<b>46.957.244,06</b>	
h) Dispensa	35.438.150,96	37.974.712,49	35.410.804,15	36.227.162,81	
i) Inexigibilidade	13.899.588,37	10.563.361,39	13.899.588,37	10.530.555,34	
<b>3. Regime de Execução Especial</b>	<b>8.897,51</b>	<b>6.590,00</b>	<b>8.897,51</b>	<b>6.590,00</b>	
j) Suprimento de Fundos	8.987,51	6.590,00	8.987,51	6.590,00	
<b>4. Pagamento de Pessoal (k + l)</b>	<b>360.021.024,54</b>	<b>329.253.850,76</b>	<b>359.021.875,68</b>	<b>320.669.668,50</b>	
k) Pagamento em Folha	353.091.977,25	323.036.221,55	352.092.828,39	314.452.039,29	
l) Diárias	6.929.047,29	6.217.629,21	6.929.047,29	6.217.629,21	
<b>5. Outros</b>	<b>7.502.899,40</b>	<b>6.511.197,44</b>	<b>7.502.494,15</b>	<b>6.508.749,97</b>	
<b>6. Total (1 + 2 + 3 + 4 + 5)</b>	<b>481.265.731,42</b>	<b>443.753.814,57</b>	<b>478.469.627,73</b>	<b>431.118.465,79</b>	

**QUADRO 9 – DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA**

Unidade Orçamentária: Agência Nacional de Aviação Civil			Código UO: 62201			UGO: 113214		
DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
1. Despesas de Pessoal								
Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	250.484.558,76	241.047.895,62	250.484.558,76	241.047.895,62	0,00	2.271.475,25	250.483.115,41	237.562.657,30
Obrigações patronais	51.525.900,36	48.246.467,72	51.525.900,36	48.246.467,72	0,00	47.800,59	51.525.900,36	44.567.747,68
Despesas de Exercícios Anteriores	15.230.941,27	279.833,14	15.230.941,27	279.833,14	0,00	0,00	15.230.941,27	279.833,14
Demais elementos do grupo	25.497.477,08	26.492.464,41	23.624.331	24.712.572,23	1.779.892,18	2.643.605,90	22.626.626,12	23.292.348,33
2. Juros e Encargos da Dívida								
3. Outras Despesas Correntes								
Outros serviços de terceiros PJ.	67.110.754,90	71.005.522,83	61.950.139,46	60.040.735,82	10.964.787,01	12.011.402,33	61.948.082,94	58.163.259,14
Locação de mão-de-obra	39.031.782,21	35.206.622,25	35.060.817,52	31.302.597,06	3.904.025,19	4.719.643,16	35.033.470,71	31.155.931,79
Passagens e despesas com locomoção	11.197.544,76	10.316.991,53	10.128.193,65	9.642.127,45	674.864,08	1.969.851,91	10.127.191,32	9.472.030,58
Demais elementos do grupo	28.216.009,03	21.189.522,45	26.722.929,90	20.356.656,63	832.865,82	1.248.042,79	26.718.109,65	20.356.247,56
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
4. Investimentos								
Outros serviços de terceiros PJ	7.929.466,29	7.684.947,02	7.123.950,09	5.611.659,91	2.073.287,11	2.602.784,24	7.123.950,09	5.611.659,91
Equipamentos e material permanente	556.188,84	1.790.497,38	191.811,77	438.329,72	1.352.167,66	11.337.383,65	183.091,77	438.329,72
Despesas de Exercícios Anteriores	38.912,50	0,00	38.912,50	0,00	0,00	0,00	38.912,50	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	18.894,73	0,00	18.894,73	0,00	0,00	0,00	18.894,73
5. Inversões Financeiras								
6. Amortização da Dívida								

Informa-se ainda que a ANAC acompanha a execução de suas despesas seguindo o critério administrativo de classificação em blocos, como já mencionado. Semanalmente há emissão de um relatório da execução orçamentária, que acompanha o processo de empenho das despesas, bem como a liquidação. Esta última é administrada dentro de uma banda prevista de flutuação, calculada por meio do histórico e por características de cada despesa. Caso a liquidação esteja fora desta banda, efetua-se controle junto aos fiscais de contrato para checagem de eventuais notas fiscais retidas ou problemas similares.

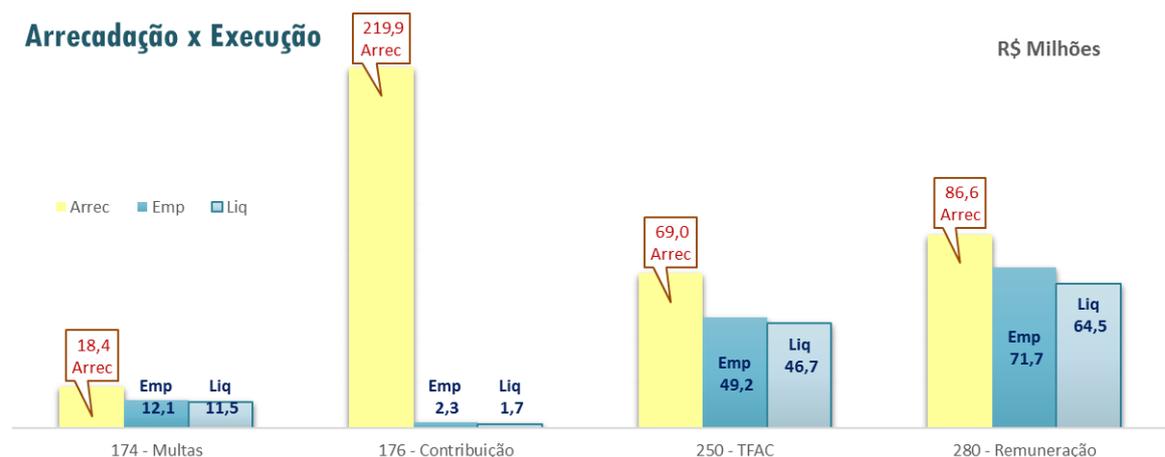
Além disso, acompanha-se também o empenho e a liquidação em comparação com a arrecadação por fonte de recursos. Assim, a Agência diminui a possibilidade de uma eventual frustração de receitas. Este acompanhamento é efetuado em tabelas e gráficos gerenciais tais como os seguintes:

**TABELA 7 – ARRECADAÇÃO**

ARRECADAÇÃO			
Fonte	Arrecadado	Empenhado	Liquidado
174 - Multas	18.378.562	12.135.953	11.469.271
176 - Contribuição	219.881.732	2.270.196	1.657.097
250 - TFAC	69.035.643	49.209.781	46.693.848
280 - Remuneração	86.640.327	71.728.545	64.544.480
<b>TOTAL</b>	<b>393.936.264,00</b>	<b>135.344.475,00</b>	<b>124.364.696,00</b>

Obs.: o total empenhado no exercício foi de R\$ 142,3 milhões, porque houve também utilização de fonte 100.

**FIGURA 6 – ARRECADAÇÃO x EXECUÇÃO**



## DESEMPENHO OPERACIONAL

Em relação aos resultados e produtos referentes à gestão interna da ANAC, no ano de 2016, pode-se destacar os seguintes:

- Implementação do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) e protocolo eletrônico na ANAC. Dessa forma, os usuários externos da Agência poderão protocolar seus pedidos junto à ANAC por meio da internet, sem a necessidade de enviar os documentos em formato físico pelos Correios ou de se deslocar até uma unidade da Agência;
- Realização do Prêmio Anac 10 Anos - Acadêmico e Jornalístico, que teve o objetivo de estimular e valorizar a produção de conteúdo jornalístico e acadêmico sobre aviação e fez parte das comemorações dos 10 Anos da criação da ANAC;
- Estabelecimento dos novos procedimentos para o desenvolvimento de Atos Normativos Finalísticos, Isenções, Níveis Equivalentes de Segurança e Condições Especiais pelas áreas finalísticas da ANAC com o objetivo de harmonizar a elaboração de normas finalísticas na ANAC, trazendo mais clareza, consistência, transparência e maior participação social aos processos normativos;
- Elaboração da Agenda Regulatória para o biênio 2017-2018 com participação da sociedade, visando estabelecer os temas que demandarão atuação prioritária no processo de regulamentação do setor de aviação civil no país;
- Publicação da nova versão da Carta de Serviços ao Cidadão com o objetivo de informar o público sobre os principais serviços oferecidos pela Agência; e
- Lançamento do novo Portal da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), já adotando a Identidade Padrão de Comunicação Digital do Governo Federal e os requisitos legais de acessibilidade.

Já em relação às atividades de fiscalização, além das ações rotineiras de fiscalização das unidades da Agência junto aos regulados, a ANAC ainda participou de diversas operações no ano de 2016, visando à segurança do setor, como:

- Operação Fim de Ano 2016 da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), a qual envolveu 13 aeroportos e teve como objetivo fiscalizar a prestação do serviço de transporte aéreo de passageiros e prestar informações sobre direitos e deveres dos passageiros no período de maior movimentação nos aeroportos do país;
- Ação conjunta do Ibama com a Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) para a fiscalização de agrotóxicos no Paraná para coibir o uso, em desacordo com a legislação, de produto tóxico à saúde humana e perigoso para o meio ambiente;
- Operação ANAC Rio 2016 preparada para os Jogos Olímpicos e Paralímpicos que contou com mais de 500 servidores e colaboradores, atuando em dez aeroportos, responsáveis por fiscalizar as empresas aéreas no cumprimento da prestação de assistência ao passageiro, pelos serviços de monitoramento do cumprimento de slots na aviação geral e executiva e pelo serviço de auxílio aos usuários. Como resultado do trabalho intensivo da Agência e dos outros órgãos do setor aéreo nos principais aeroportos, o país garantiu o bom desempenho do transporte aéreo na temporada olímpica. O índice de pontualidade dos voos atingiu média de 94,8% no período dos Jogos Olímpicos e 95,3% nos Jogos Paralímpicos. Os dois índices foram maiores do que os registrados nos Jogos Olímpicos em Londres, que foram de 90,77% e de 89,98%, respectivamente;

- Participação na Operação Ceres II com o objetivo de ajudar a dissuadir o uso irregular dos agrotóxicos e coibir o seu contrabando por meio da utilização de algumas aeronaves da aviação agrícola registradas na região Sul do país; e
- Participação na Operação Ágata 11 com o objetivo de fiscalizar aeronaves, pilotos, empresas, aeródromos e profissionais de manutenção, envolvendo os 16.886 quilômetros de fronteira, em 11 estados. Também participaram da missão representantes de órgãos de Segurança Pública federais, estaduais e municipais.

Além disso, a Organização de Aviação Civil Internacional (OACI) encaminhou para a Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) o resultado final da auditoria presencial realizada entre os dias 9 e 13 de novembro de 2015 na sede da Agência, em Brasília. O resultado final da OACI apontou que o Brasil obteve 95,07% de conformidade no *Universal Safety Oversight Audit Programme - Continuous Monitoring Approach (USOAP CMA)*, programa lançado em resposta às preocupações sobre a adequação da vigilância da segurança operacional da aviação civil em todo o mundo.

O resultado alcançado pela Agência coloca o Brasil entre os cinco países com melhores indicadores relacionados à segurança operacional, atrás somente do Canadá, Singapura, Coreia do Sul e Emirados Árabes Unidos.

Em relação às suas atividades de regulamentação, a ANAC trabalhou no sentido de aumentar a segurança no setor de aviação civil, fortalecer a transparência, promover a qualidade dos serviços prestados aos cidadãos e reduzir a burocracia para seus regulados, dentre outros objetivos.

Dentre as principais normas trabalhadas em 2016, podem ser citadas:

- Publicação da Resolução nº 400/2016, que define os novos direitos e deveres dos passageiros no transporte aéreo. O normativo que trata das Condições Gerais de Transporte Aéreo (CGTA) foi revisado e amplamente discutido com a sociedade, por meio de audiências e consultas públicas e recebeu cerca de 1,2 mil contribuições. As novas regras aproximam o Brasil do que é praticado na maior parte do mundo e contribuem para ampliação do acesso ao transporte aéreo e diversificação de serviços oferecidos ao consumidor, gerando incentivos para maior concorrência e menores preços;
- Apresentação da proposta do Regulamento Brasileiro da Aviação Civil nº 90 (RBAC 90) para as unidades aéreas de Órgãos e Entes da Administração Pública. A proposta de elaboração do RBAC 90 tem como objetivo suprir a lacuna da regulação das atividades relacionadas às Operações Aéreas Especiais dos órgãos de polícia e segurança pública, defesa civil, fiscalização e congêneres;
- Emenda nº 1 ao Regulamento Brasileiro da Aviação Civil (RBAC) nº 153, que estabelece as regras para operação, manutenção e resposta à emergência em aeródromos. A emenda teve por objetivo a realização de revisão abrangente do regulamento em busca de seu aprimoramento, compreendendo a adequação da aplicabilidade dos requisitos mínimos de operação, manutenção e resposta à emergência para aeródromos de pequeno porte, redimensionamento das classes de aeródromos, mantendo como critérios o número de passageiros processados (considerando a média do período de referência) e o tipo de voos operados (existência de voo regular) (seção 153.7), dentre outros; e
- Publicação da Resolução nº 377 que institui novas regras para simplificar o processo de outorga de serviços aéreos e de aprovação de atos constitutivos e alterações contratuais.

Em relação ao macroprocesso de certificação e outorga, além das atividades rotineiras, no ano de 2016, podem se destacar as seguintes atividades que promoveram o desenvolvimento do setor:

- Aprovação do Edital de Concessão dos aeroportos internacionais de Porto Alegre (RS), Salvador (BA), Florianópolis (SC) e de Fortaleza (CE). O leilão ocorrerá na Bolsa de Valores de São Paulo (BM&FBovespa), no primeiro trimestre de 2017; e
- Entrega da ANAC à Embraer do Certificado de Organização de Produção (COP) para a linha de produção do novo jato executivo de porte médio EMB-545, denominado comercialmente de Legacy 450. Com a emissão do certificado emitido pela Agência, a aeronave já poderá ser comercializada e operada em todo o território brasileiro.

Por fim, em relação às atividades de representação institucional, podem ser destacadas as seguintes:

- Publicação da 5ª edição da Carta de Segurança Operacional, informativo periódico que tem como objetivo divulgar artigos sobre segurança operacional e informações, procedimentos e legislações referentes ao tema;
- Assinatura do Acordo de Cooperação Técnica para adesão à plataforma tecnológica [www.consumidor.gov.br](http://www.consumidor.gov.br), da Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon). Dessarte, os dois órgãos farão o monitoramento, em âmbito coletivo, dos dados das reclamações formuladas pelos passageiros contra as empresas aéreas. A utilização da ferramenta possibilitará a resolução das reclamações formuladas pelos passageiros em relação aos serviços de transporte aéreo, além de permitir o acompanhamento de diversos tipos de informação.
- Publicação de versão atualizada do Guia da Empresa Aérea (GEA). Trata-se de uma publicação destinada a operadores regidos pelos Regulamentos Brasileiros da Aviação Civil (RBAC) nº 135 (Táxi-aéreo) e nº 121 (Linha Aérea), produzida com base nos principais questionamentos recebidos dos regulados e que traz orientações técnicas para auxiliar essas empresas em suas atividades cotidianas;
- Publicação da cartilha “Dicas aos Passageiros”, que contém informações sobre direitos e deveres dos passageiros do transporte aéreo atualmente vigentes; e
- Participação na 39ª Assembleia da OACI, em Montreal (Canadá), no qual o Brasil foi eleito para compor novamente o Grupo I do Conselho da Organização de Aviação Civil Internacional (OACI) para o triênio 2017-2019. A escolha do Brasil durante a Assembleia assegura a continuidade do país no corpo executivo da OACI e preserva a capacidade de influência brasileira nos principais temas da aviação civil internacional.

Outras informações sobre o desempenho da Agência podem ser encontradas no item “APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE INDICADORES DE DESEMPENHO”.

## GESTÃO DAS MULTAS APLICADAS EM DECORRÊNCIA DA ATIVIDADE DE FISCALIZAÇÃO

O processo administrativo sancionador da ANAC, regido pela Resolução ANAC nº 25/2008 e pelas Instruções Normativas n.º 08 e 09/200, inicia-se com a lavratura de Auto de Infração mediante a constatação de indícios de violação ao CBAer. Após o prazo de defesa, cabe às Superintendências da ANAC, observadas suas respectivas áreas de competência, a decisão em primeira instância.

De acordo com a decisão proferida pela Superintendência competente pela aplicação da multa, é realizado lançamento no Sistema de Gestão de Créditos da ANAC – SIGEC e caberá recurso administrativo a ser apreciado pela Assessoria de Julgamento de Autos em Segunda Instância – ASJIN, segunda instância administrativa da ANAC. A ASJIN, por sua vez, poderá se manifestar pelo cancelamento ou manutenção da multa. Da decisão de segunda instância caberá ainda, nos casos descritos na IN nº 08/2008, recurso à Diretoria Colegiada.

Decorridos 75 dias da comunicação ao devedor e não havendo registro de pagamento voluntário da penalidade, o crédito estará sujeito à Inscrição em Dívida Ativa (efetivada pela Procuradoria Federal junto à ANAC) e no CADIN (promovida pela ANAC), quando for o caso.

Nesse contexto, seguem as principais atividades desenvolvidas no âmbito do processo de arrecadação relativo aos créditos de Multas por Infração ao CBA:

- Atendimento aos usuários da aviação civil inadimplentes com o pagamento de multas;
- Atendimento aos usuários internos e externos referentes à operacionalização do Sistema;
- Esclarecimento de dúvidas sobre a forma de pagamento (à vista, parcelado, emissão de GRU);
- Controle, identificação e informação dos valores arrecadados;
- Apoio à AGU em relação à apuração de parcelamento de créditos inscritos em dívida ativa e suficiência de depósitos judiciais;
- Inscrição de CPF e CNPJ de devedores no CADIN e informações quanto a débitos que ensejaram a inscrição de entidades no CADIN;
- Gestão e aperfeiçoamento do SIGEC e demais sistemas correlacionados – Sistema GRU, Nada Consta de Multas e Sistema de Parcelamento de Multas em dívida corrente.

Abaixo seguem os dados consolidados sobre o processamento de multas oriundas das atividades de fiscalização da Agência.

### **Número absoluto e percentual de pessoas físicas ou jurídicas pendentes de inscrição no CADIN, sob sua responsabilidade, nos últimos dois exercícios**

Em decorrência do art. 3º da Portaria Conjunta nº 3 – AGU/PGF/CGCOB, de 31 de dezembro de 2009, a inclusão do nome do devedor no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – CADIN ocorre após a verificação da legalidade do procedimento de constituição do crédito e da inscrição na dívida ativa pelas Procuradorias Regionais Federais – PRFs e Procuradorias Federais nos Estados – PFs.

A inscrição é realizada mediante geração de Lote CADIN no SIGEC, para carga junto ao SISBACEN (Lei nº 10.522/2002 e Portaria STN 685/2006), atendendo aos seguintes critérios:

- Valor do débito maior do que R\$ 1.000,00 (um mil reais);

- Decorrido prazo mínimo de 75 dias do recebimento da Notificação da decisão administrativa definitiva;
- Crédito inscrito em dívida ativa.

Isso posto, para a obtenção do número de pessoas físicas ou jurídicas pendentes de inscrição no CADIN em 31.12.2016, identificou-se a quantidade de entidades com créditos inscritos em Dívida Ativa e com a situação devedora, sem informação cadastrada quanto à ocorrência de depósito judicial, pagamento e/ou benefício de parcelamento que ainda não estavam inscritas.

A partir desses critérios, foi constatada a existência de 91 entidades pendentes de inscrição no CADIN, o que correspondem a 11,18% das pessoas físicas e jurídicas que tiveram ao menos uma inscrição em dívida ativa de código de receita SIGEC 2081 (multas).

Ressalta-se que 86 dessas entidades possuem processos expedidos para as respectivas procuradorias responsáveis pela inscrição e que ainda não retornaram à SAF para registro no SIGEC de dados do Aviso de Recebimento – AR correspondente à última decisão administrativa e inscrição no CADIN. Os processos das demais entidades estão em trâmite interno.

Com a migração dos processos físicos para o Sistema Eletrônico Integrado – SEI!, disponível no âmbito da ANAC desde agosto de 2016, há a expectativa de redução no prazo de retorno dos processos distribuídos para inscrição em dívida ativa, o que poderá se refletir em diminuição no número de entidades pendentes de inscrição no CADIN.

Além disso, está em análise a possibilidade de integração do SIGEC ao Sistema Sapiens Dívida da AGU. Essa integração poderá viabilizar as inscrições em dívida ativa pelos procuradores em sistema próprio, impressão de boleto e controle de parcelamentos desses créditos, além de permitir um retorno mais breve dos processos à ANAC para inscrição no CADIN.

**TABELA 8 – NÚMERO E PERCENTUAL DE ENTIDADES NÃO INSCRITAS NO CADIN EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013, 2014, 2015 E 2016**

Exercício financeiro	Nº de entidades pendentes de inscrição no CADIN	Nº de entidades inscritas em Dívida Ativa por exercício financeiro (código receita 2081, com ao menos um crédito com a situação devedora)	(%) de entidades não inscritas no CADIN
2016	91	814	11,2%
2015	66	792	8,3%
2014	123	1.199	10,3%
2013	95	965	9,8%

Fonte: SIGEC - Sistema Integrado de Gestão de Crédito e SISBACEN.

**Número absoluto e percentual de processos de cobrança de multas que, em virtude dos prazos legais, sofram maiores riscos de prescrição, nos últimos dois exercícios, bem como as providências adotadas para reduzir esse risco**

Para apuração do número de processos de cobrança com maiores riscos de prescrição, com relação ao estoque de 2016, utilizou-se o número de processos do antigo sistema do DAC (MAPPER/UNISYS), constituídos até 2010 (ano do lançamento da multa), transferidos para o SIGEC e que, desde a implantação deste, no final de 2009, não foram inscritos em dívida ativa, não tiveram

a exigibilidade suspensa por recurso administrativo ou judicial e não foram objeto de pagamento e/ou benefício de parcelamento, sendo passíveis de risco de prescrição os processos em dívida corrente lançados até 2011. Nas tabelas mais abaixo, aparecem na coluna “Punidos Dívida Corrente”.

A tabela a seguir traz a visão do estoque ao final dos exercícios financeiros de 2013 a 2016. Verifica-se em 2016 um pequeno aumento de 2,5% na quantidade de processos em cobrança passíveis de risco de prescrição (conforme caracterizados acima) em comparação ao exercício de 2015, ao lado de um acréscimo de 18,6% de processos sujeitos à execução administrativa, o que significa uma diminuição na quantidade relativa entre esses dois anos, de 28,8% para 24,8%.

**TABELA 9 – NÚMERO E PERCENTUAL DE PROCESSOS DE COBRANÇA COM RISCOS DE PRESCRIÇÃO**

	2013	2014	2015	2016	Varição 2016 / 2015
<b>I) Total dos processos em cobrança (*)</b>	3.932	4.537	6.806	8.074	18,6%
<b>II) Processos em cobrança constituídos até 5 anos antes do ano em referência</b>	2.011	1.963	1.958	2.006	2,5%
<b>(%) Percentual (II/I)</b>	51,1%	43,3%	28,8%	24,8%	

\* Desconsiderados os créditos inscritos em dívida ativa, os com exigibilidade suspensa e os parcelados.

Obs.: dados correspondem aos registros em 31 de dezembro de cada ano.

A Lei nº 9.873, de 23 de novembro de 1999, estabelece o prazo de prescrição para o exercício de ação punitiva pela Administração Pública Federal, direta e indireta. O artigo 2º define as ocorrências de interrupção da prescrição da ação punitiva e o art. 2º-A traz as ocorrências de interrupção do prazo prescricional da ação executória. Essas ocorrências envolvem tanto atividades da 1ª instância (superintendências finalísticas da ANAC), quanto da 2ª instância (ASJIN – Assessoria de Julgamento de Autos em Segunda Instância), e da Divisão de Dívida Ativa (Procuradoria Federal junto à ANAC) bem como, eventualmente, da Superintendência de Administração e Finanças da ANAC.

A base de dados para os resultados acima está sintetizada nas tabelas a seguir, extraídos do SIGEC. O exercício financeiro corresponde ao ano de lançamento da multa.

**TABELA 10 – RELATÓRIO DE ESTOQUE - QUANTIDADE DE MULTAS INCLUÍDAS POR ANO**

Qtde	Situação							
Ano Lançam	Punido Dívida Corrente	Punido Dívida Ativa	Depósito Judicial	Recurso Dívida Corrente	Parcelado Dívida Corrente	Parcelado Dívida Ativa	Quitado	Cancelado
1998	246	1					2	5
1999	124						2	
2000	184						4	3
2001	402			7			19	13
2002	488			1			13	1
2003	294		2				13	4
2004	87	2		1			14	1
2005	38	40		19			66	45
2006	21	166	3	8		7	185	57
2007	10	146	2	8		76	638	73
2008	23	407	11	5	34	193	1.274	249
2009	18	455	54	4	101	292	1.285	419
2010	13	555	29	3	96	130	1.686	963
2011	58	836	30	43	34	83	2.488	1.093
2012	198	639	81	349	42	208	2.510	778
2013	369	666	104	930	107	84	2.208	276
2014	182	933	3	2.107	96	82	1.757	151
2015	1.207	708	2	1.976	79	55	2.430	423
2016	4.112	1		214	51		1.491	275
<b>Total Geral</b>	<b>8.074</b>	<b>5.555</b>	<b>321</b>	<b>5.675</b>	<b>640</b>	<b>1.210</b>	<b>18.085</b>	<b>4.829</b>
∑ até 2011	2.006							

Fonte – Sistema Integrado de Gestão de Créditos da ANAC – SIGEC

**TABELA 11 – RELATÓRIO DE ESTOQUE - VALOR ORIGINAL DE MULTAS INCLUÍDAS POR ANO**

Vlr ORIGINAL Status

Ano de Lançamento <input type="text"/>	Punido		Recurso		Parcelado		Quitado	Cancelado	Total Geral
	Dívida Corrente	Punido Dívida Ativa	Dívida Corrente	Depósito Judicial	Dívida Corrente	Parcelado Dívida Ativa			
1998	668.850	1.400					2.100	16.000	688.350
1999	243.200						1.700		244.900
2000	361.550						4.900	5.600	372.050
2001	614.950		4.300				16.200	28.300	663.750
2002	748.650		600				12.450	2.800	764.500
2003	431.500			60.000			15.600	36.300	543.400
2004	82.100	2.800	400				6.800	500	92.600
2005	34.510	61.100	104.300				49.784	37.650	287.344
2006	20.933	212.575	31.300	4.500		17.667	351.648	83.013	721.636
2007	14.667	295.243	13.000	4.999		142.391	1.236.440	162.052	1.868.792
2008	129.434	3.002.834	42.800	83.200	222.200	1.686.190	7.859.529	2.195.867	15.222.054
2009	89.900	3.404.700	20.500	467.096	664.700	2.032.500	7.478.747	3.108.800	17.266.943
2010	257.600	3.398.900	21.200	1.014.600	610.600	828.900	16.365.700	11.647.550	34.145.050
2011	1.521.800	6.483.300	289.700	734.800	173.500	362.900	19.575.500	7.505.938	36.647.438
2012	2.275.700	4.782.100	4.898.700	1.169.000	252.700	1.606.100	17.717.600	6.494.950	39.196.850
2013	2.385.500	3.079.400	6.875.600	494.200	702.500	357.500	11.626.027	1.337.550	26.858.277
2014	729.500	3.667.000	15.772.300	157.500	497.500	493.200	7.457.350	551.150	29.325.500
2015	18.428.020	3.286.600	24.186.520	9.000	577.600	254.600	9.441.400	1.832.250	58.015.990
2016	29.423.586	1.600	97.177.056		261.200		6.739.141	1.238.400	134.840.983
<b>Total Geral</b>	<b>58.461.950</b>	<b>31.679.552</b>	<b>149.438.276</b>	<b>4.198.895</b>	<b>3.962.500</b>	<b>7.781.948</b>	<b>105.958.616</b>	<b>36.284.670</b>	<b>397.766.408</b>

Nota: Agrupamento das situações registradas no SIGEC dos créditos lançados:

- Cancelado – Situações: CA, CA0 e CAN.
- Depósito Judicial – Situações: GDE, GPE, SDE e SDJ.
- Parcelamento de Dívida Ativa: PP e DA-PC.
- Parcelamento Dívida Corrente: PC.
- Devedor Dívida Ativa: DA, DA-CD e DA-CD-EF.
- Punido em Dívida Corrente: PU, DC0, DC1, PU1, DC2, PU2, DC3, PU3, ITD, IT2, ITT, IT3, IN3 e INR.
- Recurso Dívida Corrente: RE, RE2, RS, DG2, DG3, AD3, RE3, RVS, RVT e RAN.
- Quitado: PG, PG0 e PGDJ.

As providências adotadas para reduzir os riscos de prescrição dos processos de cobrança de multas se encontram relatados no tópico “Medidas adotadas e resultados alcançados relativamente às questões descritas nos subitens anteriores”, mais a frente no texto.

### **Quantidade de multas canceladas ou suspensas em instâncias administrativas, os valores associados a estas multas e os percentuais de cancelamento e suspensão em relação ao total de multas aplicadas anualmente, nos dois últimos exercícios**

Com base no relatório de estoque de processos de multa do SIGEC, extraído em 02.01.2017, foram filtradas as situações de créditos de multas canceladas (CA, CAN e CA0) e situações de crédito de multas com exigibilidade suspensa (RE, RE2, RS, DG2, DG3, AD3, RE3, RVS, RVT e RAN), utilizando como critério o ano de lançamento das multas.

**TABELA 12 – MULTAS APLICADAS, CANCELADAS E SUSPENSAS NA INSTÂNCIA ADMINISTRATIVA**

DESCRIÇÃO	2014	2015	2016	Crescimento 2016/2015	Crescimento 2016/2014
<b>VALOR ORIGINAL DE MULTAS CANCELADAS (R\$)</b>	551.150	1.832.250	1.238.400	-32,4%	124,7%
<b>QTDE DE MULTAS CANCELADAS</b>	151	423	275	-35,0%	82,1%
<b>VALOR ORIGINAL DE MULTAS SUSPENSAS EM INSTÂNCIA ADMINISTRATIVA (R\$)</b>	15.772.300	24.186.520	97.177.056	301,8%	516,1%
<b>QTDE DE MULTAS SUSPENSAS EM INSTÂNCIA ADMINISTRATIVA</b>	2.107	1.976	214	-89,2%	-89,8%
<b>VALOR ORIGINAL DE MULTAS APLICADAS</b>	29.325.500	58.015.990	134.840.983	132,4%	359,8%
<b>QTDE DE MULTAS APLICADAS</b>	5.311	6.880	6.144	-10,7%	15,7%

Fonte: Sistema Integrado de Gestão de Créditos da ANAC - SIGEC.

Critério: Ano do lançamento da multa, situação das multas em 31.12.2016

Conforme previsão do art. 61, §1º, da IN 08/2008, no período de defesa prévia, logo que notificado da autuação, o regulado pode solicitar desconto percentual sobre o valor da multa, evitando o prolongamento do processo, mas condicionado ao pagamento integral e no vencimento. O não pagamento implica o cancelamento da multa descontada e no lançamento de novo processo de multa.

A fim de diferenciar os processos lançados com desconto dos processos lançados com valor integral, no segundo semestre de 2016 foram inseridos no SIGEC novos status que indicam se a multa lançada, quitada ou cancelada foi objeto de desconto.

O comparativo 2016/2015 indica diminuição de 35% na quantidade de multas canceladas.

Em complemento, as informações abaixo têm como fonte a base de dados do Sistema Integrado de Gestão de Créditos – SIGEC. Os dados foram extraídos e aplicados no modelo definido pelo TCU.

**QUADRO 10 – ACOMPANHAMENTO DA ARRECADAÇÃO DE MULTAS - QUANTIDADE**

<b>ACOMPANHAMENTO DA ARRECADAÇÃO DE MULTAS - Quantidade</b>																			
<b>QUANTIDADES DE MULTAS</b>																			
Multas Aplicadas		Arrecadadas		Canceladas Administrativamente		Processo Administrativo (Não Arrecadadas)												Validação	
						Suspensas Administrativamente		Multas não inscritas no CADIN		Multas com Risco de Prescrição Executória		Outras		Total das Multas Exigíveis e Definitivamente Constituídas		Demais Situações		Multas Aplicadas por Período Competência	
						Exercícios		Exercícios		Exercícios		Exercícios		Exercícios		Exercícios		Exercícios	
Período de Competência	Quantidade	2.016	2.015	2.016	2.015	2.016	2.015	2.016	2.015	2.016	2.015	2.016	2.015	2.016	2.015	2.016	2.015	2.016	2.015
2.016	6.144	1.542	-	275	-	214	-	4.070	-	0	-	45	-	4.113	-	0	-	6.144	-
2.015	6.880	550	2.014	142	281	2.192	728	538	2.910	0	0	412	950	947	3.857	754	0	6.880	6.880
<b>Total</b>	<b>13.024</b>	<b>2.092</b>	<b>2.014</b>	<b>417</b>	<b>281</b>	<b>2.406</b>	<b>728</b>	<b>4.608</b>	<b>2.910</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>457</b>	<b>950</b>	<b>5.060</b>	<b>3.857</b>	<b>754</b>	<b>0</b>	-	-
Validação do Estoque de Multas Aplicadas		13.024	6.880																

**QUADRO 11 – ACOMPANHAMENTO DA ARRECADAÇÃO DE MULTAS – MONTANTE FINANCEIRO**

<b>ACOMPANHAMENTO DA ARRECADAÇÃO DE MULTAS - Valores (R\$ 1,00)</b>															
<b>MONTANTE FINANCEIRO (R\$)</b>															
Multas Aplicadas		Descontos		Arrecadadas		Canceladas Administrativamente		Processo Administrativo (Não Arrecadadas)						Validação	
								Suspensas Administrativamente		Multas Exigíveis e Definitivamente Constituídas		Demais Situações		Multas Aplicadas por Período de Competência	
								Exercícios		Exercícios		Exercícios		Exercícios	
Período de Competência	Valores	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
2.016	134.840.982,56	1.672.300,00	-	5.328.040,56	-	1.238.400,00	-	97.177.056,25	-	179.950,00	-	29.245.235,75	-	134.840.982,56	-
2.015	58.015.990,24	0,00	0,00	2.228.200,00	8.045.400,00	708.100,00	1.124.150,00	35.236.520,11	15.170.300,00	6.536.620,13	3.926.470,00	4.138.230,00	29.749.670,24	58.015.990,24	58.015.990,24
<b>Total</b>	<b>192.856.972,80</b>	<b>1.672.300,00</b>	<b>0,00</b>	<b>7.556.240,56</b>	<b>8.045.400,00</b>	<b>1.946.500,00</b>	<b>1.124.150,00</b>	<b>132.413.576,36</b>	<b>15.170.300,00</b>	<b>6.716.570,13</b>	<b>3.926.470,00</b>	<b>33.383.465,75</b>	<b>29.749.670,24</b>	-	-
Validação do Estoque de Multas Aplicadas				192.856.972,80	58.015.990,24										

**QUADRO 12 – ACOMPANHAMENTO DA ARRECADAÇÃO DE MULTAS – ARRECADAÇÃO EFETIVA**

<b>ACOMPANHAMENTO DA ARRECADAÇÃO DE MULTAS</b>		
<b>ARRECADAÇÃO EFETIVA (R\$)</b>		
<b>Período de Competência da Multa Aplicada</b>	<b>Valores efetivamente arrecadados</b>	
	<b>Exercícios</b>	
	<b>2016</b>	<b>2015</b>
<b>2016</b>	7.029.327,54	-
<b>2015</b>	2.411.189,79	9.000.776,46
<b>Total</b>	<b>9.440.517,33</b>	<b>9.000.776,46</b>

Segue abaixo quadro de indicadores vinculado às informações apresentadas nos quadros anteriores.

**QUADRO 13 – INDICADORES DE MULTAS DAS ENTIDADES FISCALIZADORAS – ACÓRDÃO 482/2013-TCU-PLENÁRIO**

Indicadores de Multas das Entidades Fiscalizadoras - Acórdão 482/2013-TCU-Plenário					
Subitem do Acórdão	Unid.	Multas	Fórm.	2016	2015
9.6.1 Número absoluto e percentual de pessoas físicas ou jurídicas pendentes de inscrição no Cadin.	Qtde	Não inscritas no Cadin	a	4.608	2.910
	Qtde	Exigíveis e Definitivamente Constituídas	b	5.065	3.860
	%	<b>Físico</b>	<b>a/b x 100</b>	<b>90,98%</b>	<b>75,39%</b>
9.6.2 Número absoluto e percentual de processos de cobrança de multas que (...) sofram maiores riscos de prescrição.	Qtde	Risco de Prescrição Executória	a	0	0
	Qtde	Exigíveis e Definitivamente Constituídas	b	5.065	3.860
	%	<b>Físico</b>	<b>a/b x 100</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00%</b>
9.6.3 Quantidade de multas canceladas em instâncias administrativas, os valores associados a estas multas e os percentuais de cancelamento em relação ao total de multas aplicadas anualmente.	Qtde	Canceladas	a	421	281
	Qtde	Aplicadas	b	13.033	6.883
	%	<b>Físico</b>	<b>a/b x 100</b>	<b>3,23%</b>	<b>4,08%</b>
	R\$	Canceladas	c	1.967.500,00	1.124.150,00
	R\$	Aplicadas	d	192.879.352,80	58.017.220,24
%	<b>Financeiro</b>	<b>c/d x 100</b>	<b>1,02%</b>	<b>1,94%</b>	
9.6.3 Quantidade de multas suspensas em instâncias administrativas, os valores associados a estas multas e os percentuais de suspensão em relação ao total de multas aplicadas anualmente.	Qtde	Suspensas	a	2.406	728
	Qtde	Aplicadas	b	13.033	6.883
	%	<b>Físico</b>	<b>a/b x 100</b>	<b>18,46%</b>	<b>10,58%</b>
	R\$	Suspensas	c	132.413.576,36	15.170.300,00
	R\$	Aplicadas	d	192.879.352,80	58.017.220,24
%	<b>Financeiro</b>	<b>c/d x 100</b>	<b>68,65%</b>	<b>26,15%</b>	
9.6.4 Percentuais de recolhimento de multas (em valores e em número de multas recolhidas)	Qtde	Arrecadadas	a	2.092	2.014
	Qtde	Aplicadas	b	13.033	6.883
	%	<b>Físico</b>	<b>a/b x 100</b>	<b>16,05%</b>	<b>29,26%</b>
	R\$	Arrecadadas	c	7.556.240,56	8.045.400,00
	R\$	Aplicadas	d	192.879.352,80	58.017.220,24
%	<b>Financeiro</b>	<b>c/d x 100</b>	<b>3,92%</b>	<b>13,87%</b>	

### Arrecadação de multas em valores e quantidade nos últimos exercícios.

A arrecadação de multas no exercício financeiro de 2016 teve acréscimo de 0,26% em relação ao ano de 2015, porém houve decréscimo de 5,04% no quantitativo de multas quitadas.

No comparativo 2012/2016, houve substancial aumento no número das multas quitadas, acompanhado de aumento de 31,15% no valor total arrecadado.

**TABELA 13 – ARRECADAÇÃO DE MULTAS POR INFRAÇÃO AO CBA 2012-2016 E QUANTIDADE DE MULTAS QUITADAS**

DESCRIÇÃO	2012	2013	2014	2015	2016	Crescimento 2016/2015	Crescimento 2016/2012
<b>ARRECADAÇÃO MULTAS POR INFRAÇÃO AO CBA (R\$)</b>	R\$ 14.354.502	R\$ 15.249.943	R\$ 18.177.728	R\$ 18.776.436	R\$ 18.825.702	0,3%	31,2%
<b>QTDE DE MULTAS QUITADAS</b>	1.747	2.266	2.809	2.975	2.825	-5,0%	61,7%

(1) Fonte: SIAFI – Conta Contábil: 191140000 - RECEITA REALIZADA (2012 a 2014) e Conta Contábil – 621200000 (2015 a 2016)

(2) Fonte: Sistema Integrado de Gestão de Créditos da ANAC - SIGEC

### Medidas adotadas e resultados alcançados relativamente às questões descritas nos subitens anteriores

O SIGEC, implementado na ANAC em 2009, tem permitido uma eficiente gestão dos créditos lançados em favor da Agência. Com auxílio da fábrica de software, foram desenvolvidas melhorias no sistema como os novos status de multas descontadas e solução para extração de relatório de estoque de multas. Estão sendo avaliadas as integrações do sistema com o Sapiens Dívida (sistema da AGU para inscrição em dívida ativa que possibilitará a prática do protesto) e com a base de dados da Receita Federal para o cadastro de entidades.

Outro fator que continua a influenciar positivamente a arrecadação é o impedimento à realização de homologações, registros, concessões, transferência de aeronaves, renovação de certificados ou qualquer prestação de serviços ao inadimplente que teve débito inscrito em dívida ativa, conforme previsão do inciso III, parágrafo único, do Art. 24, da Resolução ANAC nº 25/2008. Com essas restrições, as principais companhias aéreas realizaram o pagamento de um estoque considerável de multas.

Qualquer processo administrativo sancionador possui inerente um risco de ocorrência de prescrição, na medida em que o seu trâmite se encontra vinculado aos prazos estipulados pela Lei nº. 9.873/99. Sendo assim, as alterações trazidas pela Resolução ANAC nº 381, de 14 de junho de 2016, com vigência em 24 de agosto de 2016, cuja redação alterou o Regimento Interno da Agência, imprimiu profunda transformação na estrutura da extinta Junta Recursal (antes vinculada ao Gabinete da Presidência) em uma Unidade Organizacional, que passou a ter status de assessoria (Assessoria de Julgamento de Autos de Infração em Segunda Instância – ASJIN), vinculada à Diretoria Colegiada.

Quando da reestruturação, entendeu-se pertinente a criação de uma estrutura de secretaria administrativa única e centralizada, a fim de que a gestão da fase de instrumentalização do Processo Administrativo Sancionador da ANAC fosse gerida de forma mais otimizada. O conceito da secretaria administrativa dos processos sancionadores é servir qualquer instância da Agência. Um único órgão de apoio administrativo responsável pelas diversas rotinas envolvidas com recebimento, processamento e saída de processos sancionadores, atuando de forma sistêmica, recebendo e enviando dados durante todas as fases e momentos processuais às respectivas instâncias competentes. Atividades desenvolvidas como: (i) intimação dos autos de infração das áreas finalísticas; (ii) recebimento da defesa, instrução e distribuição à primeira instância para julgamento; (iii) arquivamento ou lançamento das multas em sistema próprio; notificações em geral; (v) recebimento de recurso, instrução e distribuição à segunda instância para julgamento, entre outras; e (vi) controle da metodologia de contagem dos prazos prescricionais passarão a ficar centralizadas na secretaria única.

Significa dizer que tais atividades deixarão de ser desenvolvidas de forma descentralizada pelas superintendências e serão absorvidas, com o tempo, de forma integral pela secretaria. A tendência é que com isso o risco prescricional se torne cada vez mais mitigado e/ou gerenciável, com a centralização. Ademais, faz parte do escopo de criação da ASJIN o desenvolvimento e a implementação de sistema de controle e gestão estratégica, além de padronização dos julgamentos, dos Processos Administrativos Sancionares, através de projeto prioritário em nível transversal institucional.

Lista-se abaixo ações adotadas, dentre as já citadas, visando mitigar o risco de prescrição dos processos de cobrança de multas:

- Priorização da análise e julgamento de processos com base nos prazos prescricionais e nas matérias tratadas;
- Realização de esforços concentrados na análise de processos “antigos” (fatos geradores até dezembro de 2009), buscando, assim, a não incidência da prescrição administrativa;
- Aproximação das instâncias de julgamento a fim de maior capacitação e alinhamento de entendimento na prevenção de perda de créditos;
- Padronização de decisões, com foco em maior eficiência e diminuição do tempo de julgamento;
- Distribuição otimizada, objetivando distribuição de casos similares em bloco a fim de manter a uniformidade de tratamento técnico das matérias;
- Investimento em *on-the-job training* - OJTs acerca de critérios de especialização de julgamentos;
- Manutenção de um destacamento de servidores especializados nas atividades de análise e gestão de processos sancionadores;
- Centralização do estoque de processos pendentes de julgamento;
- Triagem de processos existentes nos arquivos das Superintendências, com vistas a verificar sua regularidade;
- Cadastramento sistematizado dos processos em planilha de controle;
- Migração do estoque para o Sistema Eletrônico de Informações;
- Reorganização das atividades de suporte administrativo (digitalizações, preparação de documentos, tramitações etc.);
- Homogeneização das atividades de análise e de suporte, através do uso de modelos padronizados para documentos, repositório de fundamentações, etc;

- Participação em eventos de capacitação dos agentes da fiscalização, visando ao compartilhamento de informações e do conhecimento sobre as formalidades do processo administrativo sancionador;
- Divulgação das decisões de primeira instância internamente, como forma de dar feedback à fiscalização sobre o resultado do processo, com vistas à redução de erros de processamento.

Com a adoção das ações citadas, houve aumento no número de processos que passaram por sessão de julgamento. Cotejando-se os dados atuais com os anteriores, processou-se um total de 2.511 processos no exercício 2016, enquanto no exercício 2015 esse total foi de 2.199 processos.

### APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE INDICADORES DE DESEMPENHO

Conforme supracitado no item “DESCRIÇÃO SINTÉTICA DOS OBJETIVOS DO EXERCÍCIO”, as metas foram estabelecidas por meio das Portarias nº 2.969, de 5 de novembro de 2015, metas globais, e nº 2.970, de 5 de novembro de 2015, metas intermediárias. As metas compreendem o período de 01 de novembro de 2015 até 31 de outubro de 2016. Os resultados dos índices de desempenho das metas globais referentes ao 7º ciclo foram publicados por meio da Portaria nº 3.734, de 19 de dezembro de 2016:

**TABELA 14 – RESULTADO DAS METAS GLOBAIS DO SEXTO CICLO AVALIATIVO**

Indicador	Metas Globais	Previsto	Realizado	Resultado Final
Fiscalizações Realizadas	M1) Cumprir 80% das atividades de vigilância continuada e ação fiscal programadas	80% do programado	97,77% do programado	100%
Certificações realizadas	M2) Concluir 80% dos processos de certificação nos prazos definidos	80% do programado	99,96% do programado	100%
Cumprimento da Agenda Regulatória	M3) Cumprir 80% do programado na Agenda Regulatória	80% do programado	70% do programado	87,50%

Já o resultado das metas intermediárias, segregadas por macroprocessos da Agência, pode ser consultado por meio do endereço <http://www.anac.gov.br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/arquivos/bps-anexo-portaria-3-736-16-resultado-metas-intermediarias-anexo-i.pdf>.

## GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

---

### DESCRIÇÃO DAS ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA

No contexto da implementação do Programa de Fortalecimento Institucional – PFI da Agência, a IN nº 95/2016 instituiu como instâncias do modelo de governança o Grupo de Desempenho Institucional – GDI e o Grupo de Desenvolvimento Técnico – GDT. O GDI tem o objetivo de coordenar a elaboração de estratégias, diagnósticos, planos, metas e metodologias para o desenvolvimento do PFI, bem como garantir maior integração das áreas de gestão da Agência, sendo composto pela SPI, STI, SGP, SAF e ASCOM. Já o GDT foi criado em 2016 com a fim de coordenar a elaboração de diagnósticos, estratégias, planos, metas, processos transversais e indicadores finalísticos da Agência. Participam desse Grupo: SPI, SAR, SPO, SIA, SAS, SRA, ASINT, ASIPAER e SFI.

Além dessas instâncias, foi criado o Comitê das Superintendências da ANAC, formado pelo GDT e GDI para tratar de assuntos específicos que demandem reuniões em conjunto, quando convocados pela SPI. Esse Comitê também exerce o papel do Comitê de Tecnologia de Informação, conforme normativo específico.

Dessa forma, compete à Diretoria Colegiada tratar de assuntos considerados estratégicos, que gerem impacto direto e significativo na imagem da Agência ou na sociedade, bem como definir diretrizes e direcionamentos à atuação das diversas unidades organizacionais. Às superintendências compete deliberar sobre assuntos essencialmente técnicos, baseando-se nos direcionamentos estratégicos estabelecidos pela Diretoria. Completam a estrutura de governança da ANAC a Auditoria Interna, a Corregedoria e o Conselho Consultivo.

### INFORMAÇÕES SOBRE DIRIGENTES E COLEGIADO

#### **Diretoria Colegiada**

A Diretoria Colegiada é o órgão de deliberação máxima da Agência. Ela é composta por 1 (um) Diretor-Presidente e 4 (quatro) Diretores, que decidirão por maioria absoluta, cabendo ao Diretor-Presidente, além do voto ordinário, o voto de qualidade.

O Anexo à Resolução nº 381, de 14 de junho de 2016 (Regimento Interno da ANAC), define em seu artigo 9º que compete à Diretoria, em regime de colegiado, analisar, discutir e decidir, em instância administrativa final, as matérias de competência da Agência. Além disso são listadas todas suas competências.

Em relação ao processo de escolha dos dirigentes e às exigências quanto ao perfil, a Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, que criou a ANAC, determina em seu art. 12 que "*os diretores serão brasileiros, de reputação ilibada, formação universitária e elevado conceito no campo de especialidade dos cargos para os quais serão nomeados pelo Presidente da República, após serem aprovados pelo Senado Federal, nos termos da alínea f do inciso III do art. 52 da Constituição Federal*".

Merece destaque ainda o caput do art. 14, que trata das hipóteses de perda de mandato dos dirigentes: "*os diretores somente perderão o mandato em virtude de renúncia, de condenação judicial*

*transitada em julgado, ou de pena demissória decorrente de processo administrativo disciplinar".* Ainda de acordo com esse dispositivo legal, o referido processo administrativo disciplinar deve ser instaurado pelo Ministro Chefe da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República e conduzido por comissão especial conduzida por servidores públicos estáveis (art. 14, §2º). Cabe ressaltar que, por revogação tácita do referido artigo da Lei nº 11.182/2005 pela Medida Provisória nº 726, de 12 de março de 2016, convertida para a Lei nº 13.341, de 29 de setembro de 2016, a Agência passou a ser vinculada à Secretaria de Aviação Civil do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil, passando então para o Ministro dos Transportes, Portos e Aviação Civil a competência para instauração de processo administrativo disciplinar.

### **Conselho Consultivo**

O Conselho Consultivo da ANAC, criado pela Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, e regulamentado pela Resolução ANAC nº 319, de 27 de maio de 2014, é composto por 19 conselheiros designados pelo Diretor-Presidente da Agência, sendo um indicado pelo Comando da Aeronáutica e os demais indicados pelos segmentos nele representados. Trata-se de órgão de assessoramento da Diretoria Colegiada da Agência em que há participação institucional dos diversos segmentos que compõem a aviação civil brasileira – a saber: serviços de transporte aéreo; serviços aéreos especializados; usuários de serviços aéreos; exploradores de serviços de infraestrutura aeroportuária; aviação geral, aeroclubes e aerodesporto; indústria aeronáutica e de manutenção aeronáutica; trabalhadores do setor; instituições de formação e adestramento de pessoal destinado à aviação civil; e empresas prestadoras de serviços auxiliares.

Suas reuniões ocorrem trimestralmente e têm como objetivo discutir propostas de aprimoramento regulatório, debater temas de interesse comum dos diversos segmentos representados e elaborar pareceres que auxiliem a Diretoria em suas deliberações, zelando para que o desenvolvimento da aviação civil brasileira ocorra de forma sustentável – ambiental, social, cultural e economicamente.

Ao Conselho Consultivo da ANAC é facultada a criação de Câmaras Técnicas Setoriais, que são formas de aglomeração de dois ou mais segmentos representados no órgão para discussão, elaboração de estudos e proposição de ações, sempre com embasamento técnico, para temas específicos da regulação realizada pela ANAC. As propostas resultantes dos trabalhos das Câmaras Técnicas Setoriais dependem de consenso entre seus membros e são encaminhadas ao Conselho Consultivo sob a forma de parecer.

Em 2016 foram nomeados novos membros para compor o Conselho Consultivo, para o mandato de dois anos, conforme a Portaria nº 1.838, de 15 de julho de 2016. Com a instituição da nova composição, foram realizadas duas reuniões em 2016.

Ressalta-se, no entanto, que o Conselho Consultivo é um órgão de natureza consultiva. Dessa maneira, suas decisões devem ser encaminhadas à Diretoria da ANAC, para conhecimento sem vincular o juízo deliberativo dos Diretores. O Conselho Consultivo poderá também endereçar à Diretoria da ANAC proposta de ato normativo destinado a ordenar e qualificar a atividade de aviação civil no País.

## ATUAÇÃO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA

### **Indicação do estatuto ou normas que regulam a atuação da auditoria interna**

A Auditoria Interna da ANAC atuou, em 2016, sob a orientação normativa da Controladoria-Geral da União e a supervisão técnica da Secretaria de Controle Interno da Presidência da República (Ciset/PR), conforme previsto no Decreto nº 3.591/2000, alterado pelo Decreto nº 4.304/2002, sem, contudo, descuidar do acompanhamento das práticas recomendadas pelo Institute of Internal Auditors (IIA) e pelo Conselho Federal de Contabilidade no Brasil, conforme art. 6º da Instrução Normativa ANAC nº 25, de 7 de julho de 2009.

A citada Instrução Normativa pode ser consultada no Portal da Agência, por meio do link: <http://www.anac.gov.br/assuntos/legislacao/legislacao-1/instrucoes-normativas/instrucoes-normativas-2009/instrucao-normativa-no-023-de-23-06-2009>.

A partir de setembro de 2016, a Auditoria passou a estar vinculada ao Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União – CGU, devido a reforma ministerial do governo Michel Temer, Lei nº 13.341, de 29 de setembro de 2016, que extinguiu a Secretaria de Aviação Civil – SAC e transferiu as suas atribuições ao Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil.

### **Demonstração dos elementos que caracterizam a independência e objetividade da unidade de auditoria interna**

Conforme a Instrução Normativa nº 25, de 07 de julho de 2009, que dispõe sobre a ação da Auditoria Interna da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC no que tange à sua missão e escopo do trabalho, autonomia, atribuições, autorizações e padrões por ela adotados, a Auditoria Interna é um órgão de assistência direta e imediata à Diretoria, subordinada administrativamente ao Diretor-Presidente. Atua de forma independente, tendo por base as atribuições, os planos, as metas, os objetivos e as políticas definidas na Agência, abrangendo as atividades, os programas, as operações e os controles existentes.

Auxilia na realização dos objetivos delineados pela ANAC a partir da aplicação de uma abordagem sistemática e disciplinada para avaliar e melhorar a eficácia dos processos de gestão de riscos, controle e governança.

Visando à objetividade, a AUD utiliza-se de metodologia de aplicação de matriz de risco, para a identificação e priorização dos processos a serem auditados, bem como de identificação e mapeamento dos objetivos, riscos e controles na fase da execução das auditorias.

### **Estratégia de atuação em relação à unidade central e às unidades ou subunidades descentralizadas**

Este item não se aplica à estrutura institucional da ANAC.

### **Demonstração de como a área de auditoria interna está estruturada, de como é feita a escolha do titular, qual o posicionamento da unidade de auditoria na estrutura da Agência**

Em 2016, a Auditoria Interna da ANAC contou com um quadro composto de 11 servidores para a execução de 6 processos de trabalho. As responsabilidades pela execução desses processos foram distribuídas entre dois servidores da Unidade, nomeados para o Cargo em Comissão Técnica (CCT-V) por meio de delegação de competências.

A nomeação, designação, exoneração ou dispensa do titular da unidade de Auditoria Interna é submetida à aprovação da Diretoria Colegiada e, após, à aprovação da Controladoria-Geral da União – CGU. Em atenção ao art. 5º da Portaria nº 915, de 29/4/2014, da CGU, foi encaminhado o Ofício 427/2014/GAB/DIR-P, em 3/7/2014, ao Secretário Federal de Controle Interno, com os dados do chefe da Auditoria Interna da Agência.

De acordo com o Regimento Interno, anexo à Resolução nº 381/2016, a Auditoria Interna é órgão de assistência direta e imediata à Diretoria da ANAC.

### **Informações sobre como se certifica de que a alta gerência toma conhecimento das recomendações feitas pela auditoria interna e assume, se for o caso, os riscos pela não implementação de tais recomendações**

A Auditoria Interna é considerada instância interna de apoio à governança e comunica qualquer disfunção identificada à alta administração.

O processo de execução de auditoria prevê o envio de relatório resumo aos Diretores, onde consta o assunto e a recomendação realizada. No processo de acompanhamento, no caso de entendimentos distintos entre a Auditoria e a unidade recomendada, a recomendação considerada relevante será encerrada apenas se a Diretoria anuir com o entendimento da unidade recomendada.

O estabelecimento de meta institucional às Unidades, com o objetivo de zerar estoques de recomendações vencidas, tem sido outra forma de comunicar a situação das recomendações da Auditoria Interna à alta administração. Com essa prática, houve maior envolvimento dos gestores com os trabalhos de auditoria e significativo empenho para o cumprimento das recomendações.

### **Descrição da sistemática de comunicação à alta gerência, quando houver, sobre riscos considerados elevados decorrentes da não implementação das recomendações da auditoria interna pela alta gerência**

Por meio de relatório resumo, os Diretores são informados sobre os resultados dos trabalhos de auditoria interna e recomendações realizadas, com os respectivos graus de prioridade. Conforme os prazos estabelecidos para o cumprimento das referidas recomendações, os responsáveis pelas unidades organizacionais da ANAC (UORG) devem informar à Auditoria Interna sobre a conclusão ou a etapa que se encontram as providências previstas em plano de ação. Em caso de atrasos na conclusão total ou parcial das providências, o indicador de recomendações de auditoria vencidas é sensibilizado e apresentado em Reunião de Gestão, realizada bimestralmente.

Caso o prazo demandado para a implementação dos controles recomendados não seja adequado ao risco relacionado, caberá à Auditoria Interna propor à unidade recomendada, por meio

do processo de acompanhamento, maior celeridade na conclusão das providências. Caso a unidade recomendada demonstre dificuldades ou baixa prioridade na implementação desses controles, a Auditoria Interna comunicará o fato ao Diretor-Presidente, para avaliar o caso e decidir sobre o tratamento que deverá ser dado.

**Eventuais adequações na estrutura organizacional da unidade de auditoria, inclusive reposicionamento na estrutura da entidade, demonstrando os ganhos operacionais deles decorrente.**

Não houve eventuais adequações na estrutura organizacional da unidade de auditoria interna no ano de 2016.

## ATIVIDADES DE CORREIÇÃO E APURAÇÃO DE ILÍCITOS ADMINISTRATIVOS

A Corregedoria, enquanto Órgão de Assistência Direta e Imediata à Diretoria da ANAC, segundo previsão contida nos arts. 23 e 24 do Regimento Interno da ANAC, encontra-se subordinada administrativamente à Diretoria Colegiada e compõe a estrutura básica da Agência, conforme o art. 9º da Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005.

Esta Unidade Jurisdicionada era vinculada, para fins de correição, à Secretaria de Controle Interno da Secretaria-Geral da Presidência da República – Ciset/SG/PR, que exerce as atribuições de Unidade Seccional de Correição dos órgãos integrantes da Presidência da República e da Vice-Presidência da República, conforme determina o § 3º do art. 2º do Decreto nº 5.480, de 30 de junho de 2005, com redação dada pelo Decreto nº 7.128, de 11 de março de 2010.

Necessário destacar ainda que, de 16 a 27 de novembro de 2015, a Ciset realizou uma Inspeção Correicional na Unidade Jurisdicionada da ANAC (na sede em Brasília e na Representação Regional do Rio de Janeiro) para avaliar o desempenho da atividade correicional no âmbito da Agência. A Equipe de Inspeção da Ciset concluiu suas atividades e enviou o Relatório de Inspeção Correicional nº 2/2015 à Presidência da Agência a qual solicitou à Corregedoria a elaboração de um plano de ações corretivas, já concluído e em plena execução.

Convém observar que a partir da reestruturação dos Ministérios implementada pelo Governo Federal em 2016, com a Conversão da MP 726/2016, na Lei nº 13.341, de 29 de setembro de 2016, foram transferidas as competências da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República para o Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil, de modo que a CRG ANAC passou a ser supervisionada pela CGU (transformada em Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União – CGU por força da mesma lei), por intermédio da Corregedoria Setorial da Área de Transportes.

Importa salientar que, inobstante a reestruturação dos Ministérios decorrente da edição da Lei nº 13.341, de 29 de setembro de 2016, tendo em vista o disposto no art. 143 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, em nada se alterou a competência originária da Corregedoria quanto à instauração de procedimentos apuratórios, o que apenas consolidou o caráter de Unidade Seccional do Sistema

de Correição do Poder Executivo Federal e a manteve subordinada tecnicamente à Controladoria-Geral da União (atual Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União – CGU), que continua a ser o Órgão Central do Sistema, conforme previsto no Decreto nº 5.480/2005 e na Portaria CGU nº 335, de 30 de maio de 2006.

Cumprir informar que a gestão da Corregedoria da ANAC tem cumprido os prazos assinalados no art. 4º da Portaria CGU nº 1.043, de 24 de julho de 2007, quais sejam, 60, 90 e 120 dias para o registro de informações no Sistema de Gestão de Processos Disciplinares – CGU-PAD, conforme as situações previstas naquele artigo, bem como afirma que observa o dever de zelo pela integralidade, disponibilidade e confidencialidade das informações registradas no sistema, de acordo com o art. 5º da portaria mencionada.

Em relação aos principais resultados observados pela Unidade, a partir dos registros no CGU-PAD e outros controles da CRG, no ano de 2016 foram instaurados 05 (cinco) Processos Administrativos Disciplinares, 15 (quinze) procedimentos administrativos disciplinares estão em fase de indiciamento/citação (sendo 14 PAD's e 01 sindicância), 11 (onze) procedimentos encaminhados para julgamento (sendo 10 PAD's e 01 Sindicância) e 12 (doze) Procedimentos Disciplinares julgados (sendo 11 PAD's e 01 Sindicância) conforme relatório CGU PAD em anexo.

Caber destacar que no último ano foram abertos 13 (treze) procedimentos de investigação preliminar, dentre os quais 04 (quatro) foram arquivados em razão da improcedência das denúncias e os demais se encontram em fase de instrução, devido à necessidade de efetivação de diligências mínimas para consubstanciar o juízo de admissibilidade.

Como se pode verificar no regimento interno da ANAC (art. 22, Inc. I e III da Resolução nº 381, de 14 de junho de 2016.), a Corregedoria é também responsável pela fiscalização da legalidade e efetividade das atividades funcionais dos servidores e unidades da Agência. Tal atribuição objetiva assegurar o devido cumprimento das normas e procedimentos, atuando na prevenção e correção de prática de irregularidades (que não tenham necessariamente envergadura disciplinar), bem como buscar permanentemente a eficiência das atividades da ANAC.

Merece destaque, nessa senda, que a Corregedoria realizou em 2016, duas Correições, 01 (uma) Ordinária, no NURAC Fortaleza e 01 (uma) Extraordinária, na Superintendência de Padrões Operacionais. Ambas as Correições já foram concluídas e as recomendações decorrentes dos apontamentos lançados no relatório final elaborado pela equipe de Correição foram encaminhados para as áreas competentes para conhecimento e posterior análise quanto à sua aplicabilidade, conveniência e oportunidade, no âmbito de suas respectivas competências.

Duas iniciativas na área correicional implementadas em 2015 tiveram continuidade em 2016 e, por isso, foram prorrogadas.

A primeira delas é uma parceria firmada com todas as Superintendências finalísticas da Agência com vistas a:

a) análise do atual passivo existente de processos administrativos sancionatórios prescritos encaminhados para a Corregedoria;

b) definir metodologia para a análise de eventuais novos processos encaminhados em decorrência do levantamento realizado pelo Grupo de Trabalho instituído pela Portaria nº 2.242, de 20 de agosto de 2015, prorrogada pela Portaria 1.920, de 28 de julho de 2016.

A segunda iniciativa diz respeito à criação de um mecanismo de resolução de conflitos de pessoal da ANAC. Necessário registrar, por oportuno, que a Estratégia 3.2.3 do Planejamento Estratégico 2015/2019 da Agência, é voltada para a Promoção da qualidade de vida no trabalho dos colaboradores. A partir dessa premissa, a gestão da Corregedoria da ANAC tem focado a sua atuação na prevenção dos ilícitos administrativos. Dentro desse contexto, a ANAC publicou a Portaria nº 2.712, de 9 de outubro de 2015 (publicada no BPS V.10 Nº 41), estabelecendo o PGCP – Protocolo de Gestão de Conflitos de Pessoal, que constitui um novo foro destinado à resolução de conflitos de pessoal da Agência.

A ideia desse Grupo de Trabalho (que é composto por representantes da Corregedoria, Ouvidoria, Superintendência de Gestão de Pessoas e Comissão de Ética) é facilitar a interlocução entre as partes envolvidas na demanda, dentro de um processo dialético de equacionamento dos conflitos de pessoal. O Grupo já editou 02 (duas) Orientações para os servidores, que são publicadas na intranet da Agência, a fim de facilitar a divulgação. Em 15 (quinze) meses de existência do GT (que foi criado em outubro de 2015), a Corregedoria da Agência já verificou uma diminuição significativa no que diz respeito à instauração de investigações preliminares, principalmente em relação a fatos de pequeno potencial ofensivo.

Com relação à divulgação da ação preventiva da Corregedoria, cumpre destacar que, ao final do ano de 2015 e durante o ano de 2016, foram realizadas 6 (seis) palestras, a saber:

01/06/2016: Palestra: “O Desafio da Liderança no Serviço Público”, realizada na Representação Regional da ANAC em São José dos Campos (SP);

02/10/2015: Palestra: “Ética, algumas reflexões para uma vida melhor”, realizada nas comemorações do dia do Secretário, em Brasília (DF);

18/11/2015: Palestra: “Corregedoria e Gestão Preventiva”, realizada no 10º Encontro Nacional dos NURAC, em Brasília (DF);

19/11/2015: Palestra: “Protocolo de Gestão de Conflitos de Pessoal – Portaria nº 2.712, de 09/10/2015”, realizada no auditório da Representação Regional da ANAC em São Paulo (SP);

20/11/2015: Palestra: “Protocolo de Gestão de Conflitos de Pessoal – Portaria nº 2.712, de 09/10/2015”, realizada no auditório da Representação Regional da ANAC em São José dos Campos (SP);

08/12/2015: Palestra: “Corregedoria e Gestão Preventiva”, realizada no auditório da Representação Regional da ANAC em São Paulo (SP).

Impende salientar que a CRG participou do último curso de formação de Especialistas em Regulação de Aviação Civil (dias 09 e 10 de novembro de 2016 na ESAF), ministrando a disciplina

Macroprocessos de Certificação, Regulamentação e Fiscalização (MPCRF), com o assunto “*Aspectos comportamentais do Agente da Administração no exercício do poder de polícia administrativa e em áreas restritas de aeroportos.*”

## GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

Considerando a gestão de riscos sob um aspecto abrangente, pode-se contemplar a identificação e avaliação de riscos; seleção e implementação de respostas aos riscos avaliados; monitoramento de riscos, de controles e do processo de gestão de riscos; e comunicação sobre riscos com partes interessadas.

Dessa forma, o processo de gestão de riscos na ANAC pode ser analisado sob dois aspectos diferentes: os riscos associados à segurança operacional do sistema de aviação civil e os riscos associados aos processos internos da organização.

Apesar de distintas, essas duas abordagens estão entrelaçadas no contexto institucional da Agência, uma vez que sua própria missão é “garantir a todos os brasileiros a segurança e a excelência da aviação civil”, de forma a contribuir para o desenvolvimento do País e o bem estar da sociedade brasileira.

O primeiro aspecto, o processo de gestão de riscos associados à segurança operacional da aviação civil, encontra-se em uma fase de maturidade avançada, com processos, responsabilidades e padrões seguidos internacionalmente.

Durante o ano de 2016, a ANAC continuou tendo como base de sua atuação na gestão de riscos para o setor regulado o Programa de Segurança Operacional Específico da Agência Nacional de Aviação Civil (PSOE-ANAC), que contempla as diretrizes e requisitos para orientar a implantação e desenvolvimento de Sistemas de Gerenciamento da Segurança Operacional – SGSO, representando o compromisso da ANAC com a busca da melhoria contínua nos níveis de segurança operacional da aviação civil brasileira.

O SGSO apresenta um processo evolutivo, estruturado para que os provedores de serviços da aviação civil possam gerenciar a segurança de suas operações com o mesmo nível de prioridade que os demais processos de negócio são gerenciados, fornecendo um conjunto de ferramentas gerenciais e métodos organizacionais para apoiar as decisões de forma a garantir que as atividades diárias se desenvolvam dentro de níveis de risco aceitáveis segundo os padrões da Agência e os padrões internacionais. Tais padrões são ditados no âmbito da Organização da Aviação Civil Internacional – OACI –, da qual o Brasil é membro e tem cadeira no primeiro grupo do Conselho desde sua criação.

Em relação aos riscos associados aos processos internos da organização, a ANAC vem se estruturando para sua implementação, de acordo com o horizonte traçado no seu Plano Estratégico 2015- 2019, por meio do objetivo estratégico “Aprimorar o processo decisório e desenvolver a inteligência organizacional”, no qual está prevista a iniciativa “Instituir sistema de gestão corporativa de riscos”.

Para atingir esse objetivo, a Agência, ao final do ano de 2015 e durante o ano de 2016, realizou uma série de benchmarkings com outras instituições, como BACEN, FUNCEF, Tribunal Superior do Trabalho, Secretaria da Receita Federal, Ministério da Fazenda e o Tribunal de Contas da União, como também disponibilização de capacitação para servidores da Agência no tema em questão.

Ao final do ano de 2016, foi iniciado um debate interno sobre um normativo para a institucionalização de uma política de gestão de risco corporativa. Espera-se que a política seja publicada ainda no mês de abril de 2017.

### **POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES DE MEMBROS DE COLEGIADOS**

A ANAC é uma autarquia de natureza especial e, portanto, não possui Conselhos de Administração ou Fiscal.

Conforme informado no tópico **INFORMAÇÕES SOBRE DIRIGENTES E COLEGIADO**, sua instância máxima de governança é a Diretoria Colegiada, formada por cinco diretores. Os Membros da Diretoria da Agência são remunerados por meio da retribuição dos cargos e funções comissionadas da administração pública federal direta, autárquica e fundacional de que trata a Lei nº 11.526, de 4 de outubro de 2007 e alterações posteriores. Além disso, a Diretoria ainda conta com o Conselho Consultivo, que reúne representantes dos principais segmentos do setor de aviação civil. Os membros desse Conselho não fazem jus a remuneração.

### **INFORMAÇÕES SOBRE A EMPRESA DE AUDITORIA INDEPENDENTE CONTRATADA**

A Agência não contratou qualquer empresa de auditoria independente para o exercício de 2016.

## ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

---

### GESTÃO DE PESSOAS

A gestão de pessoas na ANAC é coordenada pela Superintendência de Gestão de Pessoas – SGP. O objetivo institucional da referida unidade é gerir pessoas de modo mais estratégico e humanizado visando ao cumprimento da missão da Agência, adotar um modelo de gestão com foco nas pessoas e em resultados buscando alinhar as expectativas dos servidores com as expectativas organizacionais e atuar como um dos pilares de sustentabilidade às ações integrantes do Programa de Fortalecimento Institucional – PFI.

A base norteadora da atuação da SGP são os princípios e diretrizes emanadas pela Diretoria e pelo Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão – MPDG, como órgão normatizador indissociável.

A Superintendência de Gestão de Pessoas, com o intuito de administrar os comportamentos internos e potencializar o capital humano no exercício das práticas de gerenciamento, planejamento e avaliação, além de criar e manter um ambiente profissional e positivo para cumprir as suas funções atuais de forma mais eficaz, conta, em sua estrutura, com quatro unidades de apoio, essenciais ao seu funcionamento. As unidades de apoio são: a Gerência Técnica de Assessoramento – GTAS; a Gerência Técnica de Recrutamento, Seleção, Desempenho e Qualidade de Vida – GTRQ; a Gerência de Administração de Pessoas – GAPE; e a Gerência de Desenvolvimento de Pessoas – GDPE, por sua vez apoiada pela Gerência – Técnica de Capacitação – GTCA e pela Gerência-Técnica de Gestão do Conhecimento – GTGC. As atividades desempenhadas por essas unidades permitem, portanto, que a Agência realize, efetivamente, a gestão de pessoas, o desenvolvimento dos servidores e a valorização da qualidade de vida no ambiente de trabalho.

#### **Composição da Força de Trabalho**

A força de trabalho da ANAC é composta por colaboradores do chamado Ativo permanente que está dividido em três carreiras:

- i) as carreiras que compõem o quadro de pessoal efetivo;
- ii) as carreiras oriundas do quadro do Ministério da Ciência e Tecnologia;
- iii) e as carreiras que compõem o quadro de pessoal específico.

Com relação ao quadro de pessoal permanente, existem quatro cargos: dois são de nível superior (Especialista em Regulação de Aviação Civil e Analista Administrativo) e dois são de nível médio (Técnico em Regulação de Aviação Civil e Técnico Administrativo).

O quadro de pessoal da carreira de Ciência e Tecnologia (C&T) é composto por três cargos: Tecnologista, Assistente em Ciência e Tecnologia, e Técnico.

O quadro de pessoal específico é composto de dezessete cargos. São eles: Administrador, Agente Administrativo, Agente de Mecanização de Apoio, Agente de Portaria, Agente de

Telecomunicação e Eletricidade, Artífice de Artes Gráficas, Assistente Administrativo, Assistente Social, Contador, Datilografo, Economista, Engenheiro, Motorista Oficial, Perfurador Digitador, Técnico em Assuntos Educacionais, Técnico de Contabilidade e Telefonista.

A Agência encerrou o ano de 2016 com 1494 servidores compondo sua força de trabalho. Destes, 1317 eram servidores de carreira vinculados à ANAC (estando 43 cedidos a outros órgãos). Em 2016, houve a nomeação de novos Técnicos Administrativos e Técnicos em Regulação de Aviação Civil aprovados no concurso público de 2015.

Dentre os servidores da ANAC no ano findo, 92 eram sem vínculo com a Administração Pública, 73 requisitados de outros órgãos e esferas, 11 em exercício descentralizado de carreira e 1 em exercício provisório no órgão. Não há servidores com contratos temporários ou Agentes políticos na Agência.

### **Distribuição da força de trabalho nas áreas técnicas finalísticas, unidades e subunidades**

Pouco mais de 75% dos servidores da Agência estão lotados nas áreas finalísticas (Diretorias, GAB, SFI, SIA, SAR, SAS, SPO, SRA, ASIPAER, ASJIN). Assim, aproximadamente 25% dos servidores desempenham suas funções nas áreas meio (SGP, SAF, STI, SPI, OUV, ASCOM, ASPAR, AUD, ASTEC, CRG, PGFPF, ASINT).

### **Relação entre servidores efetivos e temporários**

Este item não se aplica uma vez que não há servidores temporários na Agência.

### **Estudos realizados para avaliar a distribuição do pessoal**

Em 2016 foi iniciado o estudo de regionalização que tem por objetivo subsidiar a decisão estratégica de posicionamento geográfico da ANAC e distribuição de servidores nas diversas unidades.

### **Qualificação da força de trabalho quanto ao grau de escolaridade, especialização, tempo para aposentadoria, idade e outros aspectos relevantes**

O perfil da Agência é bastante jovem e composto, principalmente, por homens entre 30 e 45 anos com nível superior completo. Aproximadamente 80% dos servidores da Agência possuem, ao menos, nível superior concluído.

No ano de 2016 houve na ANAC a efetivação de 02 aposentadorias do quadro de servidores. Somam-se a isso 14 vacâncias de cargos efetivos.

Vislumbra-se ainda para os próximos 5 anos a aposentadoria de 59 servidores, o que diminuirá o quadro de servidores da Agência.

No que tange à qualificação da força de trabalho, impende informar que foram realizadas capacitações ao longo de 2016 para o atendimento das demandas administrativas e finalísticas. A perspectiva é que esses cursos estejam previstos anualmente no Plano Anual de Capacitação, uma

vez que são pautados por conhecimentos que exigem atualização permanente de um número amplo de servidores capacitados.

Em relação ao Programa de Incentivo Educacional de Graduação e de Pós-graduação foi publicado um Edital para o Processo Seletivo relativo ao segundo semestre de 2016, em conformidade com a Instrução Normativa nº 79, de 2014. O Edital de Seleção contém requisitos de tempo de experiência, de desempenho do servidor, de qualidade do curso e de aderência aos objetivos estratégicos e às áreas de conhecimento prioritárias da Agência de forma a garantir a qualificação do servidor alinhada aos interesses da ANAC.

Assim, em 2016 foram concedidas 11 novas bolsas do Programa de Incentivo Educacional, totalizando 20 bolsas ativas, perfazendo o valor de R\$ 103.279,09 (cento e três mil, duzentos e setenta e nove reais e nove centavos) investidos na capacitação, em nível de graduação e pós-graduação, dos servidores.

### **Política de capacitação e treinamento do pessoal**

Para garantir que o corpo técnico pudesse prestar suas atribuições com a qualidade esperada, foi elaborado o Plano Anual de Capacitação – PAC 2016, no qual ações de capacitação foram propostas visando à formação, ao desenvolvimento e ao aprimoramento contínuo dos servidores da Agência Nacional de Aviação Civil. Nesse Plano estão previstos eventos internos de capacitação, promovidos pela ANAC, eventos *in company*, indicações de instituições de referência na área de aviação civil para a capacitação externa, bem como as referências para a realização de graduação e pós-graduação e os projetos especiais priorizados.

Para aprovação dos incentivos de graduação e pós-graduação, os processos são avaliados segundo a aderência dos treinamentos solicitados com as atribuições dos servidores na unidade de lotação e com a missão da Agência. Além disso, é verificada a conclusão do curso pelo servidor e a documentação probatória dos pagamentos realizados. Para o PAC de 2016, foi iniciado estudo mais aprofundado sobre as funções exercidas por cada cargo da Agência. O objetivo é desenhar a trilha de aprendizagem dos servidores, podendo elaborar o planejamento da capacitação que melhor se adequa aos interesses da instituição e às necessidades de cada colaborador.

Cabe destacar que em 2015 a Agência desativou o Centro de Treinamento, em Jacarepaguá – RJ. Esta decisão foi adotada com base nos princípios da economicidade, eficiência e eficácia. Os servidores lotados naquele Centro continuaram em exercício no Rio de Janeiro, porém no prédio que a ANAC ocupa no Centro da cidade. Dessa forma, os coordenadores pedagógicos tiveram atuação descentralizada na SPO, SAR e SIA, onde puderam desenhar de forma mais efetiva os eventos de capacitação de cada área, de acordo com as necessidades e características de cada uma.

A partir de março de 2016, o Centro de Treinamento foi inaugurado em Brasília, localizado ao lado do Terminal 2 do Aeroporto Internacional de Brasília, onde foram realizados 40 (quarenta) eventos desenhados internamente, para o público interno e externo. Ademais, foi realizado um curso na metodologia TRAINAIR PLUS, o TDC – *Training Developers Course*, no qual foram treinados 13 novos preparadores de curso na metodologia. Vale destacar que o CT contém 1 (um) auditório, 4

salas de treinamento, sendo 2 (duas) nos padrões da metodologia TRAINAIR PLUS, 1 (uma) sala para 50 alunos e 1 (um) laboratório de informática.

Outras atividades da SGP foram desempenhadas pelo Núcleo de Capacitação na Representação Regional do Rio de Janeiro localizada no Centro da cidade (Avenida Presidente Vargas): proficiência linguística; gestão do Portal de Capacitação e do Banco de Dados de Capacitação; Biblioteca, que manteve parte do acervo na Representação do Rio de Janeiro; análise de homologação de horas de capacitação para fins de P&P; e Secretaria de Eventos para o suporte educacional. A gestão da capacitação, com atividades de planejamento e monitoramento, permaneceu na sede da Agência em Brasília.

Em consonância com a Política de Gestão de Pessoas da ANAC e com o Planejamento Estratégico da ANAC para o período de 2015 a 2019, a Agência tem promovido ações de gestão do conhecimento, visando criar, desenvolver, compartilhar e preservar o conhecimento para aumentar a eficiência dos processos e melhorar a qualidade dos serviços prestados à sociedade.

Ainda, com vistas ao atendimento dos valores “incentivamos a inovação” e “valorizamos as pessoas e a meritocracia”, estabelecidos no Plano Estratégico da Agência, foi realizada uma turma do curso *Design Thinking* para 30 (trinta) servidores. O *Design Thinking* é uma metodologia para desenvolvimento de projetos e ideias para a inovação, baseada nos valores de empatia, colaboração e experimentação.

### **Despesas associadas à manutenção do pessoal**

As despesas associadas à manutenção de pessoal serão demonstradas no quadro “Despesas de Pessoal” que encontra-se na sequência do Relatório.

### **Ações adotadas para identificar eventual irregularidade relacionada ao pessoal, especialmente em relação à acumulação remunerada de cargos, funções e empregos públicos e à terceirização irregular de cargos**

Os servidores que ingressam na Agência, no momento da posse em cargo público, entregam a Declaração de Não Acúmulo de Cargos respeitando as situações previstas na Constituição Federal e ao estabelecido na Portaria Normativa nº 2, de 12 de março de 2012 que imputa ao servidor a responsabilidade de informar ao órgão sobre qualquer acumulação de cargo.

No âmbito do Poder Executivo Federal, o controle de possíveis acumulações vedadas de cargos, funções e empregos públicos é realizado pelo órgão central do SIPEC – Secretaria de Gestão Pública do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão por meio de “batimentos”. No caso de identificação de possível irregularidade o órgão notifica os órgãos setoriais/seccionais para as providências de apuração. No exercício de 2016 foram detectadas algumas ocorrências de possível acumulação vedada de cargos, funções e empregos públicos. As providências para notificação e defesa desses servidores, bem como possível regularização foram tomadas por essa Agência.

## **Principais riscos identificados na gestão de pessoas e providências adotadas para mitigá-los**

Os possíveis riscos identificados na gestão de pessoas foram identificados considerando fatores internos e externos:

- a) Não atendimento pleno de treinamento para manuseio das aeronaves;
- b) Perda de conhecimento estratégico para Agência com a saída de servidores. Alta rotatividade dos servidores da área administrativa é um risco com elevado impacto na qualidade dos serviços que a ANAC oferece e prejudica o desempenho e a continuidade das atividades;
- c) Ausência de ferramentas administrativas que proporcionem maior efetividade na comunicação institucional entre as unidades (ex.: sistemas integrados, intranet);

Quanto às providências para mitigá-los explanaremos a seguir as ações respectivas aos principais riscos supramencionados.

- a) Para capacitação de servidores o principal desafio foi o planejamento e execução das atividades com o orçamento disponível para o exercício. Em 2016, houve redução dos repasses mensais de recursos para despesas correntes e expressiva redução nas verbas de capital. Dessa forma, foi necessário realizar a revisão de alguns cronogramas e readequação de despesas. Para minimizar o impacto da redução do orçamento disponível foram realizadas ações com a finalidade de manter a capacitação mínima obrigatória a ser oferecida pela Agência;
- b) Encontra-se em andamento o provimento de 150 vagas com candidatos aprovados no Concurso ANAC 2015/2016 para os Cargos de Nível Intermediário e Superior mas pendente de autorização por parte do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão de provimento das vagas com os candidatos aprovados no Concurso em Cargos de Nível Superior – Analista Administrativo, 25 vagas e Especialista em Regulação de Aviação Civil, 65 vagas;
- c) A ANAC possui, em fase de implantação, o projeto prioritário de Sistema Integrado de Gestão de Pessoas e o projeto estratégico de modelo de comunicação interna e intraorganizacional.

A ANAC ampliou a oferta de cursos de capacitação e qualificação para a melhoria da qualidade dos serviços da Agência. Dessa forma, buscando a capacitação dos servidores, foram realizados, em 2016, eventos *in company*, Programa de Desenvolvimento Gerencial, e a concessão do incentivo educacional a graduação e pós-graduação.

Além disso, foram celebrados Termos de Cooperação com Escolas de Governo, especificamente com a Escola da Advocacia Geral da União (AGU), com módulos para atendimento das demandas administrativas e finalísticas. A perspectiva é que esses cursos estejam previstos anualmente no Plano Anual de Capacitação, uma vez que são pautados por conhecimentos que exigem atualização permanente de um número amplo de servidores capacitados.

A Agência também promoveu internamente diversos cursos, palestras e seminários sobre temas relacionados à Aviação Civil.

Em grande parte dos casos, os instrutores designados pela Agência são especialistas altamente capacitados em diversas áreas e que compõem os quadros da ANAC, além de terem contato direto com os conhecimentos sensíveis ao Sistema da Aviação Civil no Brasil e no mundo. A Gratificação por Encargo de Cursos ou Concurso (GECC), paga aos instrutores servidores da Administração Pública Federal, é importante elemento na manutenção do papel da ANAC enquanto um dos principais atores na capacitação do setor. Em 2016, foram investidos R\$ 115.886,61 em GECC, montante dividido em R\$ 114.409,76 destinados a servidores da Agência, e R\$ 1.476,85 a servidores de outros órgãos. Entretanto, há expectativa de considerável aumento desse montante para os exercícios vindouros, uma vez que em 2015 houve entendimento do Ministério do Planejamento pela obrigatoriedade do pagamento da gratificação, à qual muitos dos instrutores renunciavam.

Para minimizar o risco de planejar ações não condizentes com a realidade atual a SGP lançou, em 2015, o normativo que implementa a Política de Capacitação e de Desenvolvimento no âmbito da Agência Nacional de Aviação Civil e estabelece regras gerais para as ações de capacitação e desenvolvimento. Para atender a Política, em 2015 foi publicado o Programa Permanente de Capacitação da Agência, que possui três trilhas de aprendizagem: a Básica, Corporativa e a Finalística. Desde então, a SGP vem elaborando junto às áreas seus respectivos programas específicos de capacitação baseados em competência. Até o final de 2016 foram publicados 8 (oito) Programas Específicos de Capacitação da trilha finalística, e 757 servidores localizados em suas respectivas trilhas.

Quanto à mitigação do risco da perda do conhecimento, foram realizadas ações de Gestão do Conhecimento, destacando as 02 edições do Papo ANACadêmico, iniciativa que busca a valorização dos servidores que realizam estudos, pesquisas e trabalhos acadêmicos sobre temas relacionados à Aviação Civil. As ações também visam à criação de um ambiente mais propício para a troca e o desenvolvimento de novas competências e, com isso, a inovação. Os temas abordados nas edições foram: “Teoria da Regulação” e “A Flexibilização de Requisitos de Serviços de Salvamento e Combate a Incêndio em Aeródromos como Mecanismo de Fomento à Aviação Civil é Possível?”.

Objetivando reduzir a rotatividade, um dos objetivos estratégicos do Plano Estratégico (2015-2019) é o de “Fortalecer o desenvolvimento, o reconhecimento e o bem-estar do servidor”, que traz como uma de suas ações “Promover a qualidade de vida no trabalho dos colaboradores”.

Neste viés, foram publicados a Política e o Programa de Qualidade de Vida no Trabalho (PQVT) da ANAC, por meio da Instrução Normativa nº 93 e da Portaria nº 207, respectivamente, ambas de 2 de fevereiro de 2016.

Os normativos têm por objetivo promover o fortalecimento institucional por meio de ações que aprimorem o clima organizacional; implantar ações voltadas para a identificação, redução ou eliminação de fatores geradores de mal-estar no trabalho de maneira a reduzir o risco de evasão do capital humano na Agência; e criar formas de atuação efetiva dos trabalhadores na elaboração e promoção da QVT.

Para tanto, foram desenvolvidas, em 2016, ações relacionadas à valorização, ao bem-estar e à saúde dos servidores, com destaque para o evento de comemoração ao dia do servidor público em outubro e promoção de palestras motivacionais e de capacitação.

Em relação ao quantitativo de servidores, cabe mencionar o fato de que em novembro de 2016 foram realizadas as primeiras nomeações de servidores para preencher os cargos do concurso público de 2015 com provimento autorizado pelo Ministério do Planejamento.

A abertura do concurso ocorreu por intermédio da publicação do Edital nº 76, de 4 de dezembro de 2015 e a homologação do resultado final para os cargos de Técnico Administrativo e Técnico em Regulação de Aviação Civil foram publicados pelo Edital ESAF nº 62, de 29 de agosto de 2016. Já a homologação do resultado para o cargo de Analista Administrativo foi publicada pelo Edital ESAF nº 109, de 22 de novembro de 2016, enquanto o resultado final para o cargo de Especialista em Regulação, para as áreas 1, 3, 4 e 5 foi homologado pelo Edital Esaf nº 117, de 15 de dezembro de 2016. Em virtude de decisão judicial, o concurso para o cargo de Especialista em Regulação de Aviação Civil, área 2, teve as provas discursivas reaplicadas e tem a homologação prevista para maio de 2017. O certame está sendo executado pela Escola de Administração Fazendária – ESAF.

No que diz respeito aos sistemas informatizados, nota-se que a modernização e a atualização dos sistemas associada a processos organizacionais mais eficientes consistem em um desafio para a infraestrutura de tecnologia da informação da Agência. As exigências da legislação quanto ao acesso à informação, elaboração e arquivamento de documentos e ao uso de plataformas eletrônicas para o desenvolvimento de atividades na administração pública são fatores que impactam o gerenciamento de TI.

Para atender a essas exigências e a necessidade de implantação de sistemas integrados de gestão administrativa e de pessoas, de modernização da gestão pública e de implantação de melhorias nos processos de trabalho relativos à gestão de pessoas, foi iniciado, em 2014, processo de aquisição de sistema integrado de gestão de pessoas. Tendo em vista o cenário orçamentário e financeiro, o escopo do projeto foi revisto, a fim de que fossem buscadas alternativas no mercado e na Administração Pública de ferramentas de processamento eletrônico de demandas de gestão de pessoas.

O novo projeto incluiu uma fase de *benchmarking* antes da aquisição. A análise realizada pelo Grupo de Trabalho constituído para a realização do Estudo Técnico Preliminar de Contratação buscou levantar todos os pontos positivos e negativos de todas as soluções avaliadas. Ao final, os integrantes do Grupo de Trabalho concluíram que a alternativa que melhor atenderia aos interesses da Agência, em especial da área de gestão de pessoas, ao mesmo tempo em que se mostrou a opção mais barata, foi o estabelecimento de cooperação técnica com a Universidade Federal do Rio Grande do Norte para adoção do Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos – SIGRH. A proposta foi aprovada, em novembro de 2015, pelo grupo de gestão da ANAC e seguiu para a fase de celebração do Termo de Execução Descentralizada – TED, que aconteceu em outubro de 2016.

Por fim, cumpre informar que o projeto se encontra em fase de implantação, que consiste na disponibilização do código fonte, acesso à documentação e ferramentas no ambiente da UFRN, e transferência de conhecimento.

Em outra frente de atuação, buscando mitigar o risco identificado no ano anterior, relativo à falta de padronização dos procedimentos (roteiros, fluxogramas, mapeamento de processos, manuais), até o fim 2016 a ANAC formalizou 81% dos procedimentos de trabalho da Superintendência de Gestão de Pessoas.

Destaque-se, ainda, que a Agência priorizou o projeto de mapeamento de competências que está alinhado ao mapeamento de processos, em toda a Agência. A partir das competências mapeadas, a Superintendência de Gestão de Pessoas poderá gerir as lacunas de conhecimento, habilidades e atitudes, racionalizando ainda mais o planejamento da capacitação. Em 2016, a ANAC oficializou cerca de 81% dos seus processos de trabalho e competências. Em 2018, a Agência planeja levantar as necessidades de capacitação com base nas competências oficializadas.

### Indicadores gerenciais sobre a gestão de pessoas

#### Rotatividade – ANAC 2016

A movimentação e rotatividade dos servidores da ANAC é apresentada por um Índice de Rotatividade muito utilizado ultimamente pelas organizações: *turnover*. Ele mede a entrada e saída dos servidores da Agência por quaisquer motivos: pedido de vacância, processo administrativo ou aposentadoria.

Na busca do índice de rotatividade ideal a ANAC tem praticado políticas que permitam a retenção de seu pessoal, por meio dos seus planos e programas estratégicos, o que tem apresentado excelentes resultados, como pode ser observado na tabela abaixo que compara os índices dos exercícios de 2015 e 2016:

TABELA 15 – TURNOVER 2015/2016

TURNOVER do Quadro de Pessoal da ANAC	2015				2016			
	Admissões	Desligamentos	Efetivo médio	TURN OVER	Admissões	Desligamentos	Efetivo	TURN OVER*
<b>QUADRO EFETIVO</b>	<b>22</b>	<b>20</b>	<b>1375</b>	<b>1,5%</b>	<b>51</b>	<b>16</b>	<b>1317</b>	<b>2,5%</b>
Ativo permanente	22	20	1162	1,8%	51	16	1187	2,8%
<i>Especialista em Regulação de Aviação Civil</i>	20	6	625	2,1%	0	2	619	0,2%
<i>Analista Administrativo</i>	1	3	213	0,9%	0	3	206	0,7%
<i>Técnico em Regulação de Aviação Civil</i>	1	5	241	1,2%	40	5	274	8,2%
<i>Técnico Administrativo</i>	0	6	83	3,6%	11	3	88	8,0%
Ativo permanente - Específico e C&T	0	0	213	0,0%	0	3	130	1,2%
Exercício descentralizado de carreira	13	11	14	85,7%	1	6	11	31,8%
Requisitado	10	12	95	11,6%	5	27	73	21,9%
Servidores de carreira em exercício provisório	0	0	0	0	0	0	1	0
Nomeado cargo comis. Sem vínculo	11	21	104,5	15,3%	16	23	92	21,2%
<b>TOTAL</b>	<b>56</b>	<b>64</b>	<b>1588,5</b>	<b>3,8%</b>	<b>73</b>	<b>72</b>	<b>1494</b>	<b>4,8%</b>

\* A fórmula de Turnover utilizada é: ((Admissões + Desligamentos) / 2) / n° servidores

## ESTRUTURA DE PESSOAL DA ANAC

### QUADRO 14 – FORÇA DE TRABALHO DA ANAC

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)</b>	1.885	1.402	57	49
1.1. Membros de poder e agentes políticos	Não há	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	1.885	1.402	57	49
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	1.885 *	1.317	51	16
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	Não há	11	1	6
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	Não há	1	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	Não há	73	5	27
<b>2. Servidores com Contratos Temporários</b>	0	0	0	0
<b>3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública</b>	Não há	92	16	23
<b>4. Total de Servidores (1+2+3)</b>	1.885	1.494	73	72

Fonte: Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos – SIAPE

Obs: Os servidores afastados e cedidos foram considerados para fins da tabela. Número de servidores afastados em 31/12/2016 – 9. Número de servidores cedidos em 31/12/2016 – 43.

\* Foi considerado o quantitativo dos cargos efetivos da Lei nº 10.871/2004 acrescido do total dos cargos da Carreira de C&T e da Carreira Específica na ANAC.

### QUADRO 15 – DISTRIBUIÇÃO DA LOTAÇÃO EFETIVA

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
<b>1. Servidores de Carreira (1.1)</b>	<b>327</b>	<b>1.023</b>
1.1. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	327	1.023
1.1.2. Servidores de carreira vinculada ao órgão	281	984
1.1.3. Servidores de carreira em exercício descentralizado	10	1
1.1.4. Servidores de carreira em exercício provisório	0	1
1.1.5. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	36	37
<b>2. Servidores com Contratos Temporários</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública</b>	<b>38</b>	<b>54</b>
<b>4. Total de Servidores (1+2+3)</b>	<b>365</b>	<b>1.077</b>

Fonte: Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos - SIAPE

Obs: Os servidores afastados e cedidos não foram considerados para fins da tabela. Número de servidores afastados em 31/12/2016 – 9. Número de servidores cedidos em 31/12/2016 – 43.

**QUADRO 16 – DETALHAMENTO DA ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA ANAC**

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Cargos em Comissão</b>	475	442	170	154
1.1. Cargos Natureza Especial	5	5	3	2
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	470	437	167	152
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	Não há	313	144	114
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	Não há	3	2	0
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	Não há	33	5	13
1.2.4. Sem Vínculo	Não há	87	16	25
1.2.5. Aposentados	Não há	1	0	0
<b>2. Funções Gratificadas</b>	Não há	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	Não há	0	0	0
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	Não há	0	0	0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	Não há	0	0	0
<b>3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)</b>		442	170	154

Fonte: Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos – SIAPE

### Análise Crítica

Percebe-se que a força de trabalho da Agência demonstra certa rotatividade da mão-de-obra. Esse fato, associado ao número insuficiente de servidores, impacta a solução das demandas sob a competência da ANAC.

Em decorrência da defasagem de recursos humanos em relação ao total de cargos da Agência e do aumento da demanda de trabalho, se fez necessária a recomposição da força de trabalho através da realização de Concurso Público para provimento de cargos efetivos. Ingressaram no ano de 2016, 51 candidatos, todos de nível médio. O provimento dos cargos de nível superior aprovados no concurso público ocorrerá a partir de fevereiro de 2017.

Por fim, em relação ao quadro “DISTRIBUIÇÃO DA LOTAÇÃO EFETIVA”, vale esclarecer que a Lotação Efetiva na Agência não contabiliza 9 (nove) servidores afastados e 43 (quarenta e três) servidores cedidos, em 31/12/2016, não obstante o Quadro “FORÇA DE TRABALHO” conter esse grupo de servidores, uma vez que representa a totalidade do quadro de pessoal.

**DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS COM PESSOAL**
**QUADRO 17 – DESPESAS DE PESSOAL**

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis				
<b>Membros de poder e agentes políticos</b>											
Exercícios	2016	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
	2015	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
<b>Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade</b>											
Exercícios	2016	R\$ 198.411.300,63	R\$ 10.924.330,93	R\$ 18.314.178,91	R\$ 6.168.775,26	R\$ 15.531.214,00	R\$ 2.838.724,40	R\$ 121.441,28	R\$ 7.915.545,91	R\$ 0,00	R\$ 260.225.511,32
	2015	R\$ 190.566.042,59	R\$ 9.883.638,22	R\$ 17.125.943,41	R\$ 6.204.781,82	R\$ 13.212.887,57	R\$ 2.317.420,54	R\$ 267.184,80	R\$ 522.174,58	R\$ 3.823,27	R\$ 240.103.896,80
<b>Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade</b>											
Exercícios	2016	0,00	R\$ 2.574.008,41	R\$ 210.928,94	R\$ 24.553,73	R\$ 432.977,73	R\$ 2.981,18	R\$ 20.413,97	R\$ 16.738,87	0,00	R\$ 3.282.602,83
	2015	0,00	R\$ 2.495.585,86	R\$ 250.215,49	R\$ 86.827,20	R\$ 295.052,87	R\$ 3.921,90	R\$ 2.839,20	R\$ 10.903,95	0,00	R\$ 3.145.346,47
<b>Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)</b>											
Exercícios	2016	0,00	R\$ 4.829.376,37	R\$ 414.256,87	R\$ 203.017,48	R\$ 1.229.780,29	R\$ 93.927,46	R\$0,00	R\$ 967,69	0,00	R\$ 6.771.326,16
	2015	0,00	R\$ 5.182.418,68	R\$437.463,92	R\$ 235.511,92	R\$ 1.028.975,69	R\$ 91.263,26	R\$100.749,58	R\$15.200,20	0,00	R\$ 7.091.583,25
<b>Servidores cedidos com ônus</b>											
Exercícios	2016	R\$ 6.793.932,67	R\$ 0,00	R\$ 553.313,42	172.317,97	R\$ 246.467,04	R\$ 86.875,37	R\$ 0,00	R\$ 34.173,60	0,00	R\$ 7.887.080,07
	2015	R\$ 6.626.807,00	R\$ 266,31	R\$ 571.839,09	R\$ 190.930,61	R\$ 207.669,57	R\$ 98.880,80	R\$ 1.965,60	R\$ 16.566,45	0,00	R\$ 7.714.925,43
<b>Servidores com contrato temporário</b>											
Exercícios	2016	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2015	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: DW- SIAPE

Demais despesas: Programa Incentivo Educacional, Indenização a Gestante e Remuneração Compensatória.

## GESTÃO DE RISCOS RELACIONADOS AO PESSOAL

Para o sempre desejável aperfeiçoamento e requalificação das equipes foi elaborado o Plano Anual de Capacitação – PAC 2016, já citado anteriormente.

Por fim, com o intuito de controlar e mitigar outros riscos gerenciais relacionados à gestão de pessoas, os diversos temas afetos à área são ordinária e amplamente discutidos no âmbito do Grupo de Desenvolvimento Institucional – GDI.

## CONTRATAÇÃO DE PESSOAL DE APOIO E ESTAGIÁRIOS

**QUADRO 18 – CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NÃO ABRANGIDOS PELO PLANO DE CARGOS DA ANAC**

Unidade Contratante						
Nome: Superintendência de Gestão de Pessoas						
UG/Gestão: (quando executora no SIAFI) 113215 SGP						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos estudantes contratados	Sit.
			Início	Fim		
07/07/2013	Contratação de empresa para atuar como Agente de Integração Público ou privado de estudantes regularmente matriculados e com frequência regular em cursos de ensino médio ou superior para fins de execução do Programa de Estágio Complementar para a ANAC, em âmbito nacional, tendo a atribuição de intermediar, junto a instituições de ensino, a celebração de Termo de Compromisso com estudantes interessados em estágio, conforme especificações constantes no Termo de Contrato.	Super Estagios LTDA ME, inscrita sob o CNPJ 11.320.576/0001-52	A vigência inicial presente é de 12 meses, a contar de 07/07/2013	A vigência inicial presente é de 12 meses, a contar de 07/07/2013, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos até o limite de 60 meses	Ensino Médio	Vigente

Fonte: Contrato 20/2013

No interesse de oportunizar aos estudantes a experimentação prática que contribua para a sua formação profissional, a política do Programa de Estágio Curricular, na modalidade estágio não obrigatório, no âmbito da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, está baseada na Lei nº 11.788/2008, e sua regulamentação interna foi estabelecida por meio da Instrução Normativa nº 58, de 20 de dezembro de 2011, a qual prevê todos os procedimentos e as condições consideradas ideais para a sua operacionalização.

Ressalte-se que o Programa de Estágio é executado através do agente de integração, qual seja, a empresa SUPERESTÁGIOS LTDA-ME.

**TABELA 16 – COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS**

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				(em R\$ 1,00)	
	2014		2015		2016	
	Qtde.	Despesa no exercício	Qtde.	Despesa no exercício	Qtde.	Despesa no exercício
<b>1. Nível superior</b>	200	1.798.686,50	236	1.887.267,27	181	1.660.456,64
1.1 Área Fim	127	1.142.165,93	166	1.327.484,61	136	1.245.490,92
1.2 Área Meio	73	656.520,57	70	559.782,67	45	414.965,72
<b>2. Nível Médio</b>	13	116.914,62	13	103.959,64	12	67.820,76
2.1 Área Fim	7	62.954,03	7	55.978,27	9	53.252,43
2.2 Área Meio	6	53.960,59	6	47.981,37	3	14.568,33
<b>3. Total (1+2)</b>	213	1.915.601,12	249	1.991.226,91	193	1.728.277,40
<b>Dados: SIAPE e SIAFI</b>						

## GESTÃO DO PATRIMÔNIO E DA INFRAESTRUTURA

A gestão dos imóveis está a cargo das unidades de serviço da Superintendência de Administração e Finanças – SAF que planejam e fiscalizam as reformas e manutenções, além de zelarem pela sua integridade. Os registros e controles são realizados no SIAFI e SPIUNet.

### GESTÃO DA FROTA DE VEÍCULOS

Sobre a gestão da frota própria, cumpre esclarecer que durante o ano de 2016 a ANAC não detinha veículos próprios em seus ativos.

O controle do uso da frota pela ANAC encontra supedâneo na Instrução Normativa nº 104, de 23 de agosto de 2016 que segue os moldes da Instrução Normativa nº 3, de 2008, do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão, e que estabelece a relação de documentos a serem preenchidos mensalmente e anualmente pelos gestores para prestação de contas da utilização da frota de veículos situada na respectiva região. Tal IN foi recentemente revista e se encontra em tramitação proposta de novo normativo com adequação ao novo modelo de frota terceirizada.

Os serviços permitem o atendimento às demandas de presença de servidores e colaboradores em locais externos às instalações da ANAC em Brasília, São Paulo, São Jose dos Campos, Porto Alegre, Curitiba e Rio de Janeiro, o que, ressalte-se, ocorre diariamente. Também através do uso dos veículos eventuais se propicia o deslocamento de autoridades e demais colaboradores, para executar atividades administrativas ou finalísticas (inspeção, fiscalização, auditoria, entre outras) esporádicas ou excepcionais, nas mais diversas localidades do território nacional, ou ainda, em unidades da ANAC que em razão das características não justifiquem a disponibilização de veículo dedicado.

Para prestação eficiente do serviço de transporte, a ANAC mantém estrutura de gestores na Sede e Representações Regionais de São Paulo, Rio de Janeiro e Porto Alegre. São 10 servidores da Agência atuando nos contratos: 5 servidores que atuam diretamente como fiscais dos contratos e outros 5 que atuam como seus substitutos. São mantidos controles de requisições dos serviços realizados e planilhas de controle. Além disso, as solicitações são analisadas e muitas delas são corrigidas junto ao demandante para que a demanda continue sendo atendida, porém de forma a gerar menores custos à Administração.

No quadro a seguir indicamos os contratos, abrangência dos serviços e contratadas:

**TABELA 17 – CONTRATOS DA FROTA TERCEIRIZADA**

<b>Contrato</b>	<b>Objeto</b>	<b>Empresa Contratada</b>	<b>Fim da Vigência</b>
024/ANAC/2014	Prestação de Serviços de Transporte nas Regiões Centro Oeste, Norte e Nordeste.	TS Locacoes e Servicos LTDA. CNPJ: 09.463.607/0001-82	30/09/2016
026/ANAC/2014	Prestação de Serviços de Transporte nos Estados do RJ, MG e ES.	G.L. Transportadora e Servicos LTDA. CNPJ: 08.295.197/0001 – 45	31/08/2016
041/ANAC/2014	Prestação de Serviços de Transporte no Estado de SP e na Região Sul	Transportadora Fiuza & Oliveira LTDA. CNPJ: 04.824.922/0001-74	14/10/2016
<b>Contrato</b>	<b>Objeto</b>	<b>Empresa Contratada</b>	<b>Início da Vigência</b>
07/ANAC/2016	Contratação de serviços eventuais de transporte terrestre de servidores e colaboradores da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) Abrangência: Nacional	Localiza Rent Car S/A CNPJ: 16.670.085/0001-55	01/09/2016
010/ANAC/2016	Locação de veículos Leves / Pesados com motorista. Abrangência: Rio de Janeiro (RJ)	Kantro Serviços Terceirizados LTDA. CNPJ: 01.436.782/0001-79	01/09/2016
011/ANAC/2016	Locação de veículos Leves / Pesados com motorista. Abrangência: Porto Alegre (RS) e Curitiba (PR)	E Empreendimentos Empresariais LTDA/ME CNPJ: 07.969.711/0001-18	01/09/2016
012/ANAC/2016	Locação de veículos Leves / Pesados com motorista. Abrangência: Brasília (DF)	Fast Automotive e Turismo LTDA. CNPJ: 04.201.934/0001-42	01/10/2016
014/ANAC/2016	Locação de veículos Leves / Pesados com motorista. Abrangência: São Paulo (SP) e São José dos Campos (SP)	Minas Turismo e Serviços LTDA. CNPJ: 97.456.065/0001-88	15/10/2016

Apresentamos informações sucintas sobre a gestão dos contratos durante o ano de 2016:

a) Contrato número 024/ANAC/2014:

- Valor previsto do contrato para 2016: R\$ 1.490.018,70;
- Valor realizado em 2016: R\$ 1.203.776,40;
- Quantidade, tipo de veículo, por jornada, por condutores: 13 veículos (2 VTI de 16 horas, 5 VTI de 8 horas e 6 VSC1 de 8 horas) e 15 motoristas;
- Quilometragem percorrida e valor gasto com cada tipo de veículo: VTI: 40.698km e R\$ 659.700,00; VSC1: 51.783km e R\$ 423.315,00;
- Eventuais (valor gasto): VSC1: R\$ 93.411,40; VSC3: R\$ 20.585,00;
- Gasto com diárias: R\$ 6.765,00.

b) Contrato número 026/ANAC/2014:

- Valor estimado do contrato para 2016: R\$ 1.142.883,60;
- Valor gasto em 2016: R\$ 486.737,65;

- Quantidade, tipo de veículo, por jornada, por condutores: 7 (1 VTI de 16 horas e 6 VSC1 de 8 horas);
  - Quilometragem percorrida com cada tipo de veículo: VTI – 1.873 km; VSC1 – 4.273 km e VSC2 – 454 km;
  - Eventuais: Valor gasto - R\$ 75.617,65.
- c) Contrato número 041/ANAC/2014:
- Valor estimado do contrato para 2016: R\$ 1.092.871,25;
  - Valor gasto em 2016: R\$ 734.748,01;
  - Quantidade, tipo de veículo, por jornada, por condutores: 6 veículos (1 VTI de 8 Horas, 4 VSC1 de 8 Horas e 1 VSC1 de 16 Horas) e 7 motoristas;
  - Quilometragem percorrida e valor gasto com cada tipo de veículo: VTI – 29.586 km e R\$ 115.824,00; VSC1 – 149.285 km e R\$ 605.087,03; VSC3 – 4.252 Km e R\$ 11.018,50;
  - Eventuais: Valor gasto VSC1 - R\$ 236.817,03 e VSC3 – R\$ 11.018,50;
  - Gasto com diárias: R\$ 18.143,50.
- d) Contrato número 007/ANAC/2016:
- Valor estimado do contrato para 2016: R\$ 391.324,94;
  - Valor gasto em 2016: R\$ 110.646,09;
  - Quantidade de diárias de veículo por tipo de veículo e valor: VTI – 10 diárias – R\$ 2.760,00; VSC1 – 221 diárias – R\$ 29.902,50; VSC3 – 2 diárias – R\$ 801,00;
  - Diárias de motorista: 269, no valor de R\$ 56.148,18.
- e) Contrato número 010/ANAC/2016
- Valor previsto do contrato para 2016: R\$ 134.031,60;
  - Valor realizado em 2016: R\$ 126.207,00;
  - Quantidade, tipo de veículo, por jornada, por condutores: 5 veículos (1 VTI de 8 horas, 4 VSC1 de 8 horas) e 5 motoristas;
  - Quilometragem percorrida e valor gasto com cada tipo de veículo: VTI: 619 km e R\$ 25.776,00; VSC1: 9.396 km e R\$ 85.680,00; Supervisor: R\$ 14.529,60; Pedágios e Estacionamento: R\$ 221,40
  - Gastos com diárias: não se aplica a este contrato (passou a ser atendido pelo contrato 7/ANAC/2016).
- f) Contrato número 011/ANAC/2016
- Valor previsto do contrato para 2016: R\$ 53.420,00;
  - Valor realizado em 2016: R\$ 50.760,00;
  - Quantidade, tipo de veículo, por jornada, por condutores: 02 veículos (2 VSC1 de 8 horas) e 02 motoristas;
  - Quilometragem percorrida e valor gasto com cada tipo de veículo: VSC1: 4.451 Km e R\$ 50.760,00;
  - Gastos com diárias: não se aplica a este contrato (passou a ser atendido pelo contrato 7/ANAC/2016).

g) Contrato número 012/ANAC/2016

- Valor previsto do contrato para 2016: R\$ 426.012,15;
- Valor realizado em 2016: R\$ 402.863,11;
- Quantidade, tipo de veículo, por jornada, por condutores: 16 veículos (3 VTI de 16 horas, 5 VTI de 8 horas e 8 VSC1 de 8 horas) e 19 motoristas;
- Quilometragem percorrida e valor gasto com cada tipo de veículo: VTI: 15.987km e R\$ 233.654,16; VSC1: 16.040km e R\$158.301,00;
- Gastos com diárias: não se aplica a este contrato (passou a ser atendido pelo contrato 7/ANAC/2016).

h) Contrato número 014/ANAC/2016

- Valor previsto do contrato para 2016: R\$ 134.692,06;
- Valor realizado em 2016: R\$ 123.659,15;
- Quantidade, tipo de veículo, por jornada, por condutores: 06 veículos (5 VSC1 de 8 horas e 1 VSC1 de 16 horas) e 07 motoristas;
- Quilometragem percorrida e valor gasto com cada tipo de veículo: VSC1: 29.588 Km e R\$ 123.659,15;
- Gastos com diárias: não se aplica a este contrato (passou a ser atendido pelo contrato 7/ANAC/2016).

### POLÍTICA DE DESTINAÇÃO DE VEÍCULOS INSERVÍVEIS OU FORA DE USO E INFORMAÇÕES GERENCIAIS SOBRE VEÍCULOS NESSAS CONDIÇÕES

Com a ação de destinação, em 2015, dos 117 veículos que compunham a frota oficial da Agência, não restaram, no final do ano de 2016, veículos em desuso no âmbito desta Agência.

### GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO DA UNIÃO

A Gestão do Patrimônio Imobiliário da ANAC é coordenada em nível nacional pela Gerência de Gestão Estratégica de Recursos – GEST, da Superintendência de Administração e Finanças – SAF. A execução, por sua vez, encontra-se a cargo das seguintes unidades de serviço: Gerência Técnica de Serviços Gerais (GTSG), Gerência Técnica de Administração e Finanças Rio de Janeiro (GTAF/RJ), Gerência Técnica de Administração e Finanças São Paulo (GTAF/SP), Unidade Administrativa e Financeira de Porto Alegre (UAF-RS), Unidade Administrativa e Financeira de Recife (UAF-RE).

As equipes de Administração Predial detêm competência para a fiscalização dos contratos administrativos que envolvem a gestão do patrimônio imobiliário, como aluguel, condomínio e manutenção. A força de trabalho dessas equipes é composta por servidores e a execução dos serviços de manutenção é realizada exclusivamente por terceirizados.

A ANAC utiliza as seguintes ferramentas para gestão do patrimônio imobiliário:

- Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União – SPIUnet;
- Planilhas eletrônicas – Excel;
- Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG;
- Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI.

Os procedimentos gerais para gestão dos imóveis são estabelecidos na Gerência de Gestão Estratégica de Recursos - GEST, que informa as instruções operacionais através de mensagens eletrônicas, memorandos, e através reuniões presenciais e por meio de videoconferências realizadas junto às unidades.

Outras orientações operacionais são estabelecidas através de Instruções Normativas e Manuais (por exemplo Manual de Fiscalização de Contratos) que são disponibilizados na Intranet da Agência.

Na Gestão do Patrimônio Imobiliário, a Gerência de Gestão Estratégica de Recursos – GEST atua no controle da regularidade dos imóveis e no estabelecimento de procedimentos gerais. Já a Gerência Técnica de Serviços Gerais - GTSG atua na manutenção e conservação física das instalações imobiliárias em Brasília. As Gerências Técnicas de Administração e Finanças executam tal competência em relação aos imóveis existentes no Rio de Janeiro e em São Paulo, e, por fim, a Unidade Administrativa e Financeira de Recife atua na manutenção e conservação do imóvel em Recife e a Unidade Administrativa e Financeira de Porto Alegre atua na manutenção e conservação do imóvel existente em Porto Alegre e Curitiba.

A ANAC utiliza imóveis de propriedade da União para o desenvolvimento de suas atividades. Desta forma, foram realizadas, no exercício de 2016, as seguintes despesas com manutenção dos imóveis:

- Em **Brasília**, a ANAC ocupa um imóvel da União, onde está instalado o Centro de Treinamento da ANAC; Registro Imobiliário Patrimonial – RIP 9701165285003; despesas com manutenção predial no valor de R\$ 289.878,91;
- Em **Recife**, a ANAC ocupa o imóvel de RIP 2531004655004 e as despesas foram de R\$ 295.051,53;
- Em **Porto Alegre**, ocupa o imóvel de RIP 7535002635006 e as despesas foram de R\$ 111.832,95;
- Em **Curitiba** ocupa o imóvel de RIP 8589001665003 e as despesas foram de R\$ 196.630,72;
- No **Rio de Janeiro**, a ANAC ocupava um imóvel em Jacarepaguá, sem RIP individualizado, que funcionava como Centro de Treinamento. Este foi desocupado no primeiro bimestre do ano de 2016. Neste período, as despesas foram de R\$ 36.409,52.
- No **Rio de Janeiro**, a ANAC ocupa o imóvel no Aeroporto Santos Dummont (Ed. Silvio de Noronha), sem RIP individualizado, e as despesas foram de R\$ 410.471,79.

As despesas referentes aos imóveis utilizados pela ANAC guardam razoável conformidade com a idade, padrão construtivo e metragem ocupada; adequadamente evidenciadas à luz dos Princípios de Contabilidade, às Normas de Contabilidade aplicadas ao Setor Público e ao Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), isto em relação aos imóveis próprios ou ainda aos imóveis locados. As despesas que não implicam ampliações relevantes do potencial de geração de benefícios econômicos futuros são apropriadas como despesas de custeio. As despesas relativas a imóveis locados e classificadas como investimentos são apropriadas no Ativo a título de benfeitorias em imóveis de terceiros, cujo prazo de amortização se encontra atrelado à vigência do contrato de locação. Os registros contábeis dos imóveis próprios estão devidamente operacionalizados na lógica da integração entre os sistemas estruturantes SPIUNet e SIAFI. A depreciação dos imóveis de propriedade da ANAC cujo cadastro consta do SPIUNet é contabilizada em observância ao princípio da competência e ao disposto na Portaria Conjunta nº STN/SPU 03/2014.

Os riscos mais relevantes na gestão dos imóveis se referem à possibilidade de aceleração dos Processos de depreciação com danos às instalações, do que poderá advir a insatisfação no atendimento dos usuários. Para mitigá-los contamos com contratos de manutenção predial, que além dos serviços preventivos efetuam as correções pontuais que venham a ser necessárias.

## CESSÃO DE ESPAÇOS FÍSICOS E IMÓVEIS A ÓRGÃOS E ENTIDADES PÚBLICAS OU PRIVADAS

Esta situação não se aplica à Agência, visto não haver espaços cedidos a terceiros.

## INFORMAÇÕES SOBRE OS IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS

No desenvolvimento de suas atividades a ANAC, além de se utilizar de imóveis da União, utiliza-se de imóveis locados de terceiros, abaixo discriminados:

- Imóvel de Registro Imobiliário Patrimonial – RIP nº 970132805.500-1, localizado em Brasília, no qual está instalada a Sede da Agência. A área ocupada é de 21.887,11 m<sup>2</sup> (área privativa e comum). Em dezembro de 2016 o valor mensal do aluguel foi de R\$ 1.391.061,78;
- Imóvel de Registro Imobiliário Patrimonial – RIP nº 600104827.500-0, localizado no Rio de Janeiro, no qual está instalada a Representação Regional do Rio de Janeiro da Agência. A área ocupada é de 7.787,2 m<sup>2</sup> e em dezembro de 2016 o valor mensal do aluguel foi de R\$ 584.040,00;
- Imóvel de Registro Imobiliário Patrimonial – RIP nº 710701319.500-1, localizado em São Paulo, no qual está instalada a Representação Regional de São Paulo em São Paulo da Agência. A área ocupada é de 3.920,42 m<sup>2</sup> e em dezembro de 2016 o valor mensal do aluguel foi de R\$ 309.920,49;
- Imóvel de Registro Imobiliário Patrimonial – RIP nº 709900553.500-7, localizado em São José dos Campos, no qual está instalada a Representação Regional de São Paulo em São José dos Campos da Agência. A área ocupada é de 2.586,79 m<sup>2</sup> e em dezembro de 2016 o valor mensal do aluguel foi de R\$ 209.172,31.

### **Análise Crítica**

Os imóveis locados de terceiros são necessários ao adequado funcionamento da Agência.

São suportadas pela ANAC as despesas com manutenção dos imóveis locados, classificadas como serviços eventuais, ou seja, o conjunto de serviços não rotineiros inerentes e necessários à adaptação, adequação, recuperação, conserto, conservação e reparo de instalações prediais e seus componentes que, mesmo que tenham natureza preventiva ou adaptativa, não sejam executados diretamente pela equipe fixa de manutenção.

Estas despesas no âmbito da ANAC-Sede foram de R\$ 492.233,44; no âmbito Representação Regional de São Paulo e São José dos Campos foram de R\$ 70.053,99 e R\$ 34.820,84, respectivamente; e na Representação Regional do Rio de Janeiro de R\$ 119.374,20.

Na ANAC Sede, tais despesas derivam, principalmente, da adequação de layout em virtude da entrada de novos servidores à Agência, em razão do concurso público autorizado pela Portaria nº 236, de 23 de junho de 2015. Além desta, destaca-se a despesa advinda do cabeamento da Central de Processamento de Dados (CPD) da ANAC ao Gerador do condomínio do Parque Cidade Corporate, com a finalidade de preservar os equipamentos da Agência ante o risco de ocorrência de possíveis instabilidades na rede elétrica predial.

Na Representação Regional de São Paulo, para as despesas de manutenção, classificadas como serviços eventuais, ressalta-se as manutenções preventivas e corretivas dos estabilizadores de energia em uso pela Agência. Já na unidade de São José dos Campos, ressalta-se a instalação de forro mineral nas salas que não tinham esse tipo de instalação.

Na Representação Regional do Rio de Janeiro, para as despesas de manutenção, classificadas como serviços eventuais, ressaltam-se as alterações nas instalações elétricas do Central de Processamento de Dados (CPD) para garantir estabilidade e segurança da rede elétrica.

Por fim, ressalta-se que as despesas de manutenção nos imóveis locados pela ANAC não foram agregadas aos valores dos imóveis locados, no exercício de 2016, e desta forma, não foram deduzidas dos valores dos aluguéis ou condomínios.

## **GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**

### **Introdução**

Neste tópico serão apresentadas informações que evidenciem o alinhamento dos Planos de Tecnologia da Informação com o Plano Estratégico da Agência; atuação do Comitê Gestor de TI; principais sistemas de informação da ANAC; plano de capacitação do pessoal de TI; força de trabalho da TI; processos de gerenciamento de serviços de TI implementados na unidade; projetos de TI desenvolvidos no período; e, por fim, as medidas tomadas para mitigar eventual dependência tecnológica de empresas terceirizadas que prestam serviços de TI para a Agência.

## PRINCIPAIS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

Nesta seção, são apresentados os principais sistemas de informação da ANAC, conforme tabela a seguir, que descreve suas principais características. Todos os sistemas são mantidos por empresa terceirizada com uma despesa média mensal no ano de 2016 da ordem de 77 mil reais.

Para uma efetiva manutenção dos sistemas e a mitigação de riscos relacionados à sua continuidade e disponibilidade, importa destacar a utilização de ambiente seguro com redundância, a realização de manutenções corretivas, evolutivas e adaptativas, inclusive aquelas relativas à segurança, e a documentação dos mesmos, bem como o efetivo envolvimento das áreas gestoras nos processos de desenvolvimento e manutenção de sistemas.

**TABELA 18 – PRINCIPAIS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO DA ANAC**

<b>Principais Sistemas da ANAC</b>				
<b>Sigla</b>	<b>Nome</b>	<b>Descrição</b>	<b>Responsável da área de Negócio</b>	<b>Criticidade</b>
AERODROMO	Aeródromos Públicos e Privados	<p><b>Objetivo:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Receber e gerenciar as informações que os operadores de aeródromo devem enviar à ANAC.</li> </ul> <p><b>Principais Funcionalidades do Sistema:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Receber informações físicas e cadastrais de aeródromos;</li> <li>• Receber e facilitar a análise de informações cadastrais de SESCINC (serviços de resgate, salvamento e combate a incêndio em aeródromos civis);</li> <li>• Receber as informações sobre ocorrências que ocasionaram acionamento de SESCINC;</li> <li>• Receber e permitir a análise de medições de atrito e macrot textura das pistas de pouso e decolagem.</li> </ul>	Leandro Costa Pereira Crispim De Sousa	[ ] Alta [X] Média [ ] Baixa
AEV	Autorização Especial De Voo	<p><b>Objetivo:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• O AEV - Sistema da Autorização Especial de Voo tem como objetivo automatizar a solicitação e emissão de autorizações de especiais de voo que constam no MPR-100 capítulo 10 feita por empresas aéreas e de manutenção com o objetivo de transladar ou efetuar voos de teste em aeronaves com certificado de aeronavegabilidade inválida.</li> </ul> <p><b>Principais Funcionalidades do Sistema:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Manter solicitações e finalizar Autorizações.</li> <li>• Analista/aprovador manter suas respectivas análises, confirmar e comentar.</li> <li>• Manter autorizações emitidas para solicitações realizadas em papel.</li> <li>• Permite ao aprovador confirmar a análise, emitir a autorização ou devolver para uma nova análise.</li> <li>• Rotinas Batch [Rotinas extra aplicação, como scripts diários, cargas, etc]: SIAVANAC.SP_ATUALIZA_STATUS_SOLIC_AUT mudança de situação das solicitações/ autorizações emitidas com base em suas datas de solicitação e validade.</li> </ul>	Lawrence Josuá Fernandes Costa	[ ] Alta [X] Média [ ] Baixa

Principais Sistemas da ANAC				
Sigla	Nome	Descrição	Responsável da área de Negócio	Criticidade
AFM	Controle De Manual De Voo De Aeronave	<p>Objetivo:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Registrar as propostas de revisão de manuais de voo de aeronaves, e controlar o fluxo de distribuição para análise, aprovação e assinatura das propostas aprovadas, e também o controle de aprovação e assinatura das revisões temporárias e releases que forem criados, a partir das propostas.</li> </ul>	Selma Elisa Gomes De Pinho Sa	<input checked="" type="checkbox"/> Alta <input type="checkbox"/> Média <input type="checkbox"/> Baixa
SMI	Sistema de Multas e Infrações	<p><b>Objetivo:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Emitir o Auto de Infração e o Relatório de Fiscalização quando verificada uma não conformidade por parte do agente regulado.</li> </ul> <p><b>Principais Funcionalidades do Sistema:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Manter Tipo de Regulamentação</li> <li>• Manter Tipo de Local da Ocorrência</li> <li>• Manter Motivo da Ementa</li> <li>• Manter Dado Complementar</li> <li>• Criar Ementa</li> <li>• Pesquisar Ementa</li> <li>• Visualizar Ementa</li> <li>• Revogar Ementa</li> <li>• Pesquisar Auto de Infração</li> <li>• Lavrar Auto de Infração</li> <li>• Visualizar Auto de Infração</li> <li>• Pesquisar Relatório de Fiscalização</li> <li>• Emitir Relatório de Fiscalização</li> <li>• Visualizar Relatório de Fiscalização</li> <li>• Emitir Relatório de Autos por Dado Complementar</li> <li>• Emitir Relatório de Autos por Lotação</li> <li>• Emitir Relatório de Autos por Localidade</li> </ul>	Rogério de Sa Arrais	<input checked="" type="checkbox"/> Alta <input type="checkbox"/> Média <input type="checkbox"/> Baixa

Principais Sistemas da ANAC				
Sigla	Nome	Descrição	Responsável da área de Negócio	Criticidade
		<ul style="list-style-type: none"> <li>Emitir Relatório de Autos por Ementa, Norma ou Motivo</li> <li>Emitir Relatório de Autos por Regulado</li> </ul>		
DCERTA	Decolagem Certa	<p><b>Objetivo:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Cumprir os requisitos da resolução nº 268 que institui o sistema Decolagem Certa, visando identificar possíveis irregularidades imediatamente antes dos voos, inibindo, assim, sua continuidade e evitando, por sua vez, os acidentes e incidentes aeronáuticos que teriam como componentes os aspectos relacionados a aeronavegabilidade e capacitação para o voo.</li> </ul> <p><b>Principais Funcionalidades do Sistema:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Prover informações a serem utilizadas/disponibilizadas pelo BO/BI para trabalhos e consultas necessárias.</li> <li>Indicar operações em não conformidade com a legislação vigente.</li> <li>Dar ciência aos responsáveis pela operação da inclusão do registro de voo na base de dados do DCERTA, podendo alertar sobre possíveis inexatidões no registro do voo, tais como incorreções, alterações e erros de digitação.</li> <li>Subsidiar pesquisas relacionadas a Segurança Operacional, Integrar os sistemas BIMTRA e RegVoo visando garantir uma fiscalização mais efetiva e uma melhora na Segurança Operacional.</li> </ul>	Felipe Simon	<input checked="" type="checkbox"/> Alta <input type="checkbox"/> Média <input type="checkbox"/> Baixa
SIGEC	Sistema Integrado de Gestão de Créditos	<p><b>Objetivo:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Gerenciar os créditos (i.e., pagamentos a receber) a que a ANAC tem direito.</li> </ul> <p><b>Principais Funcionalidades do Sistema:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Módulo de Lançamento - Registro do Crédito</li> </ul>	Liana Alcântara Silveira	<input checked="" type="checkbox"/> Alta <input type="checkbox"/> Média <input type="checkbox"/> Baixa

<b>Principais Sistemas da ANAC</b>				
<b>Sigla</b>	<b>Nome</b>	<b>Descrição</b>	<b>Responsável da área de Negócio</b>	<b>Criticidade</b>
		<ul style="list-style-type: none"> <li>• Registro e controle de todas as ocorrências que afetam o crédito (Histórico de Lançamento)</li> <li>• Emissão de Notificação de Decisão de 1ª Instância – decisões pela aplicação das penalidades de Multas da SRE, SPO, SIA e SAR</li> <li>• Emissão de Notificações de Lançamentos de Débitos Tributários de Taxas de Fiscalização da Aviação Civil – NFLD TFAC por parte de lançamentos tributários efetuados pela SIA</li> <li>• Cálculo dos valores atualizados dos créditos lançados (atualização automática e simulação de cálculos)</li> <li>• Módulo de Dívida Ativa (NDA/PGF/PF)</li> <li>• Módulo do CADIN</li> <li>• Alocação de TFAC</li> <li>• Carga dos Pagamentos a partir do arquivo dos Registros de Arrecadação – RA extraído junto ao SIAFI (Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal)</li> <li>• Emissão de Relatórios de Arrecadação, Dívida Ativa, CADIN, Estoque de Créditos Lançados, Situação de Pagamento, Parcelamento e Francesinha (relatório de baixas automáticas de créditos lançados no SIGEC)</li> <li>• Base de consulta de dados para a emissão do Nada Consta de Multas por Infração ao CBA (Certidão de Dívida Corrente e Dívida Ativa)</li> <li>• Base de dados para emissão de GRUs de Multas por Infração ao CBA (Site ANAC – emissão de GRUs de multas em dívida corrente de créditos com exigibilidade e SIGEC – emissão de GRUs de multas em dívida corrente e dívida ativa)</li> <li>• Base de informação dos créditos que são objeto de parcelamento junto ao Sistema de Parcelamento</li> <li>• Base de dados para análise dos créditos registrados, arquivo Excel (Relatório de Estoque de créditos lançados), arquivo serve de base para respostas às demandas do TCU e Relatório de Gestão</li> </ul>		

Principais Sistemas da ANAC				
Sigla	Nome	Descrição	Responsável da área de Negócio	Criticidade
		<ul style="list-style-type: none"> <li>Módulo de Tabelas Auxiliares (Cadastro de Entidades, Cadastro de Receitas, Cadastro de Motivo de Multas, Cadastro de Usuários, atualização de índices econômicos – exemplo SELIC)</li> <li>Interações on line com o SISJUR (Sistema da Junta Recursal)</li> </ul>		
AVSEC	Sistema De Segurança Da Aviação Civil Brasileira	<p><b>Objetivo:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Portal Web para controle e publicação de informações relativas à Segurança da Aviação Civil Brasileira Contra Atos de Interferência Ilícita.</li> </ul> <p><b>Principais Funcionalidades do Sistema:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Controle de notícias, publicações e alertas sobre AVSEC.</li> <li>Recebimento, controle e análise de Documento de Segurança da Aviação Civil (DSAC)</li> <li>Controle de Centros de Instrução AVSEC</li> <li>Controle de Habilitações AVSEC</li> <li>Controle de Cursos AVSEC</li> </ul>	Leandro Costa Pereira Crispim De Sousa	[X] Alta [ ] Média [ ] Baixa
SEI	Sistema Eletrônico de Informações	<p><b>Objetivo:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Aprimorar a gestão dos processos administrativos da ANAC a partir da automação de seu registro, tramitação, recuperação de informações e fluxo decisório.</li> </ul> <p><b>Principais Funcionalidades do Sistema:</b></p>	Cesar Costa Viana	[X] Alta [ ] Média [ ] Baixa

Principais Sistemas da ANAC				
Sigla	Nome	Descrição	Responsável da área de Negócio	Criticidade
		<ul style="list-style-type: none"> <li>• Tramitação instantânea de processos;</li> <li>• Assinatura eletrônica;</li> <li>• Criação eletrônica de documentos e processos;</li> <li>• Múltiplas assinaturas;</li> <li>• Tramitação concomitante em múltiplas unidades;</li> <li>• Extração de relatórios gerenciais;</li> <li>• Pesquisa a processos encerrados ou em andamento;</li> <li>• Atribuição de níveis de acesso;</li> <li>• Gerenciamento de perfis de acesso;</li> <li>• Controle de prazos de resposta;</li> <li>• Estabelecimento de pontos de controle do processo.</li> </ul>		
ALTE	Sistema De Apoio Ao Registro Aeronáutico Brasileiro	<p><b>Objetivo:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Realizar o registro das aeronaves nacionais no RAB (Registro Aeronáutico Brasileiro).</li> </ul> <p><b>Principais Funcionalidades do Sistema:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Manter Aeronave</li> <li>• Alterar endereço</li> <li>• Manter proprietários</li> <li>• Reserva de Marca</li> <li>• Transferência de Aeronave</li> <li>• Comunicar Venda</li> <li>• Cancelar Matrícula</li> <li>• Aeronaves roubadas</li> <li>• Revalidar Reserva de Marcas</li> <li>• Atualizar Tipo para Fiscalização</li> <li>• Pré-matrícula de Aeronave</li> </ul>	Luciana Ferreira Da Silva	<input checked="" type="checkbox"/> Alta <input type="checkbox"/> Média <input type="checkbox"/> Baixa

Principais Sistemas da ANAC				
Sigla	Nome	Descrição	Responsável da área de Negócio	Criticidade
CIV	Civ (Caderneta Individual De Voo) Eletrônica	<p><b>Objetivo:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Permitir ao aeronauta visualizar e eventualmente alterar alguns de seus dados.</li> </ul> <p><b>Principais funcionalidades do sistema:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Permitir ao aeronauta realizar a atualização cadastral</li> <li>• Consultar voos</li> <li>• Consultar processos</li> <li>• Declaração de Experiência de Voo</li> </ul>	Diego Cassiano Jesus De Almeida	<input type="checkbox"/> Alta <input checked="" type="checkbox"/> Média <input type="checkbox"/> Baixa
E-DIAM	Declaração De Inspeção Anual De Manutenção Eletrônica	<p><b>Objetivo:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Ferramenta disponível às Organizações de Manutenção certificadas pelo RBAC 145 e às empresas de Taxi Aéreo certificadas pelo RBAC 135 para o envio de declaração de inspeção anual de manutenção (e-DIAM) requerida pelo RBHA 91.</li> </ul> <p><b>Principais funcionalidades:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Permitir que os Responsáveis Técnicos das Organizações de Manutenção e os Diretores de Manutenção das Empresas de Taxi Aéreo, devidamente cadastrados no sistema SAR, possam enviar declaração de inspeção de manutenção anual (e-DIAM) para a ANAC;</li> <li>• Realizar a aceitação automática quando os dados fornecidos na e-DIAM forem coerentes com as prerrogativas da organização conforme cadastrado no sistema SAR;</li> <li>• Permitir o INSPAC analisar e aceitar as e-DIAM que não foram aceitas automaticamente;</li> <li>• Registrar e disponibilizar no SACI as informações da e-DIAM e as informações declaradas referentes à aeronave (horas e ciclos de voo);</li> <li>• Atualizar as informações da aeronave (situação da aeronave e validade da IAM) no SIAC/SACI.</li> </ul>	Aureo De Moraes Vasconcelos	<input checked="" type="checkbox"/> Alta <input type="checkbox"/> Média <input type="checkbox"/> Baixa
EXAMCRED	Examinador Credenciado	<p><b>Objetivo:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• O Aeronauta solicita serviço de Revalidação de Habilitação, quando o processo é deferido ou quando existe um processamento automático, o sistema calcula a nova Data de Validade da Habilitação e Atualiza no Sistema.</li> </ul>	Felipe Gonzalez Gonzaga	<input type="checkbox"/> Alta <input checked="" type="checkbox"/> Média <input type="checkbox"/> Baixa

Principais Sistemas da ANAC				
Sigla	Nome	Descrição	Responsável da área de Negócio	Criticidade
		<p><b>Principais Funcionalidade:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Cadastro de Examinadores;</li> <li>• Emissão de LOA (Carta de autorização para comprovação do cadastro) com hash de verificação;</li> <li>• Anexação da LOA no processo no SEI!;</li> <li>• Acesso externo para validação da LOA mediante digitação do hash;</li> <li>• Controle de acesso no SCA para os examinadores, concedendo no cadastro e cancelando na data da validade;</li> <li>• Consultas ao cadastro e relatórios.</li> </ul>		
GIASO	Gerenciamento De Inspeções De Aeronavegabilidade E Segurança Operacional	<p><b>Objetivo:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Ferramenta tem objetivo de documentar de forma padronizada as inspeções realizadas nas diversas atividades de fiscalização e supervisão realizadas pela SAR e SSO.</li> </ul> <p><b>Principais Funcionalidade:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Preenchimento e registro on-line do relatório da inspeção (RVSO);</li> <li>• Preenchimento e registro do check list da inspeção;</li> <li>• Envio eletrônico das não conformidades para o regulado (FOP 109);</li> <li>• Interface para o regulado responder às não conformidades apontadas preenchendo o Plano de Ações Corretivas (PAC) e o FOP 123 da inspeção;</li> <li>• Campo para o inspetor analisar o PAC enviado pelo regulado e emitir a Análise do PAC (APAC);</li> <li>• Impressão de relatório, check list, PAC, APAC e FOP 123;</li> <li>• Exportação dos dados de forma eletrônica para serem utilizados em outras aplicações;</li> </ul>	Aureo De Morais Vasconcelos	<input checked="" type="checkbox"/> Alta <input type="checkbox"/> Média <input type="checkbox"/> Baixa

Principais Sistemas da ANAC				
Sigla	Nome	Descrição	Responsável da área de Negócio	Criticidade
HABILITAÇÃO	Gestão De Habilitações E Licenças De Pessoal Da Aviação Civil	<p>Objetivo:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• O sistema permite a solicitação de serviços referentes à Habilitação, bem como a realização da pré-análise e Análise do Processo até sua conclusão.</li> <li>• Ser um sistema informatizado no qual os aeronautas possam solicitar serviços referentes a licenças e habilitações, anexando os documentos comprobatórios pertinentes aos serviços solicitados, bem permitir que os analistas da GCEP visualizem e concluem (ou indefiram) estes processos de licenças ou habilitações.</li> </ul> <p><b>Principais Funcionalidade:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Cadastro de documentos necessários para comprovar os requisitos pertinentes (ao contrário do desejável, não permite edição/exclusão de documentos)</li> <li>• Cadastro de listas de documentos necessários, relacionados a uma específica habilitação e a um específico “tipo de pessoa” (civil, militar, estrangeiro). (ao contrário do desejável, não permite edição/exclusão de listas de documentos)</li> <li>• Cadastro de itens de verificação que o analista GCEP deve verificar quando da análise do processo (ao contrário do desejável, não permite edição/exclusão de itens de verificação)</li> <li>• Cadastro de listas de itens de verificação, relacionados a uma específica habilitação e a um específico “tipo de pessoa” (civil, militar, estrangeiro). (ao contrário do desejável, não permite edição/exclusão de listas de itens de verificação)</li> <li>• Funcionalidades dummy/fake: Manter Serviços, Manter Restrição, Manter Registro de Arquivamento, Controlar Espelho, Controlar Holograma, Manter habilitação, Conceder licença, Emitir CHT, Retirar CHT.</li> <li>• Consulta de dados de aeronavegantes (esse é um dos cadastros. O cadastro principal, do módulo PEL, não está integrado com o cadastro de pessoas do módulo HABILITAÇÃO).</li> </ul>	Diego Cassiano Jesus De Almeida	<input checked="" type="checkbox"/> Alta <input type="checkbox"/> Média <input type="checkbox"/> Baixa

Principais Sistemas da ANAC				
Sigla	Nome	Descrição	Responsável da área de Negócio	Criticidade
		<ul style="list-style-type: none"> <li>• Analisar Processo: permite ao analista da GCEP verificar os anexos postados pelo aeronauta, bem como visualizar informações vindas de FAPs digitais, file do aeronauta, CMA/CCF, entre outros. Possui os botões “Concluir” e “Indeferir”.</li> <li>• Autorizar exame de perícia: funcionalidade não utilizada.</li> <li>• Pré-análise da solicitação: funcionalidade fake, retorna 0 registros sempre, ninguém sabe o que é isso.</li> <li>• Verificar análise de processo: Permite retornar para o status “Aguardando análise” os processos com status “Concluído” ou “Indeferido”, mas, assustadoramente, não permite reanalisar processos com status “Pendente” ou “Em pendência”, sendo necessárias intervenções em banco de dados para resolver estes casos.</li> <li>• Arquivar processo: funcionalidade fake. Todos os processos, quando gerados (após uma solicitação ter todos os anexos necessários, roda um webservice do SIGAD para registrar o protocolo) já se encontram no sigad com o status “arquivado”.</li> </ul>		
HOTRAN	Horário De Transporte	<p><b>Objetivo:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Gerenciar e receber diariamente os pedidos de solicitação de voos e os pareceres dos Membros Consultivos relacionados na Portaria DGAC N° 692.</li> </ul> <p><b>Principais Funcionalidades do sistema:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Solicitar HOTRAN</li> <li>• Dar parecer em HOTRAN</li> <li>• Consultar HOTRAN</li> <li>• Aprovar HOTRAN</li> <li>• Acompanhar solicitação de HOTRAN</li> </ul>	Marcelo Pereira Queiroz	<input checked="" type="checkbox"/> Alta <input type="checkbox"/> Média <input type="checkbox"/> Baixa
PEL	Processo De Emissão De Licenças	<p><b>Objetivo:</b></p>	Diego Cassiano Jesus De Almeida	<input checked="" type="checkbox"/> Alta <input type="checkbox"/> Média

Principais Sistemas da ANAC				
Sigla	Nome	Descrição	Responsável da área de Negócio	Criticidade
		<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ser o repositório de dados oficiais referentes aos aeronautas e aeroviários regulados pela ANAC, e permitir o controle das tabelas de domínio dos campos parametrizáveis (relacionais) utilizados no âmbito da certificação de pessoas (licenças e habilitações).</li> </ul> <p><b>Principais Funcionalidades do Sistema:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Pesquisa de dados de aeronautas e aeroviários</li> <li>• Inclusão de dados de aeronautas e aeroviários (ex: renovar habilitação, nova licença, etc)</li> <li>• Suspensão de aeronautas e aeroviários</li> <li>• Atualização manual pelo analista de habilitação das fotos e assinaturas dos pilotos</li> <li>• Cadastro e listagem das FAPs (Fichas de Avaliação de Pilotos) referentes aos "cheques" (Exames de Proficiência)</li> <li>• Adição de restrições</li> <li>• Gerenciamento das tabelas de domínio de licenças, habilitações, nacionalidades, restrições, dentre outras.</li> <li>• File do Aeronauta (histórico de licenças, habilitações e restrições) de um determinado CANAC.</li> </ul>		[ ] Baixa
PROVAS ONLINE	Provas Online	<p><b>Objetivo:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Ser um repositório de questões de provas teóricas da ANAC, com provas geradas dinamicamente, e armazenar o resultado das provas. Permite também o agendamento das provas e alteração de resultados conforme recursos interpostos.</li> </ul> <p><b>Principais Funcionalidades do Sistema:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Tem as funcionalidades de agendamento de provas</li> <li>• Monitoramento das provas em andamento</li> <li>• Gerenciamento e alterações (resultados das provas refazer questões, mudar a data, re-gerar provas, ...)</li> <li>• Estatísticas sobre provas realizadas</li> </ul>	Eduardo Rolim Pinheiro	[X] Alta [ ] Média [ ] Baixa
RESERVA DE MARCAS	Reserva De Marcas	<p><b>Objetivo:</b></p>	Luciana Ferreira Da Silva	[ ] Alta [ X ] Média

Principais Sistemas da ANAC				
Sigla	Nome	Descrição	Responsável da área de Negócio	Criticidade
		<ul style="list-style-type: none"> <li>Permitir ao interessado a reserva de marcas online para a matrícula de aeronaves junto ao Registro Aeronáutico Brasileiro.</li> </ul> <p><b>Principais Funcionalidades do Sistema:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>A principal funcionalidade é permitir ao usuário a escolha das marcas disponíveis junto ao RAB para efetivação da matrícula da aeronave no Brasil.</li> </ul>		[ ] Baixa
SIAPANAC	Siapanac	<p><b>Objetivo:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Atender ao Decreto 97.464/89 e Resolução ANAC #178/10</li> </ul> <p><b>Principais Funcionalidades do Sistema:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Recebimento de solicitações e anexos para o usuário externo, sem necessidade de cadastro;</li> <li>Envio automático de e-mails para o solicitante informando a condição da solicitação;</li> <li>Espaço de análise e registro de dados para usuário da ANAC e Receita Federal do Brasil (sob cadastro de usuários);</li> <li>Emissão digital da autorização (APANAC) através de link com pdf;</li> </ul>	Marcelo Pereira Queiroz	[X] Alta [ ] Média [ ] Baixa
SIAPANAC-N	Siapanac-N	<p><b>Objetivo:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Gerenciar e receber diariamente os pedidos de solicitação de voos não regulares e os pareceres dos Membros Consultivos relacionados na Portaria DGAC Nº 692, além de emitir relatórios dinâmicos sobre a situação dos pedidos das companhias aéreas.</li> </ul> <p><b>Principais Funcionalidades do Sistema:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Solicitar SIAPANAC</li> <li>Dar parecer em SIAPANAC</li> <li>Consultar SIAPANAC</li> <li>Aprovar SIAPANAC</li> <li>Acompanhar solicitação de SIAPANAC</li> <li>Elaborar relatório de acompanhamento de SIAPANAC</li> </ul>	Marcelo Pereira Queiroz	[X] Alta [ ] Média [ ] Baixa

Principais Sistemas da ANAC				
Sigla	Nome	Descrição	Responsável da área de Negócio	Criticidade
SLOTS	Slots	<p><b>Objetivo:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Efetuar coordenação de slots de aeroportos (portão), pista, etc.</li> </ul> <p><b>Principais Funcionalidades do Sistema:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Planejamento de slots por “temporada” de seis meses</li> <li>Interação com operadores aéreos para solicitação, mudança e cancelamento de uso de slots na operação diária.</li> </ul>	Marcelo Pereira Queiroz	<input checked="" type="checkbox"/> Alta <input type="checkbox"/> Média <input type="checkbox"/> Baixa
SVA	Sva	<p><b>Objetivo:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Ferramenta de agendamento e gerenciamento da execução de vistorias técnicas de aeronaves.</li> </ul> <p><b>Principais Funcionalidades do Sistema:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Painel de Vistorias:             <ul style="list-style-type: none"> <li>Agendamento de vistorias pela Internet</li> <li>Emissão de boletos de pagamento de TFAC para execução de vistorias</li> </ul> </li> <li>Configuração do Painel de Vistorias</li> <li>Consulta/inclusão/alteração de vistorias:             <ul style="list-style-type: none"> <li>informações sobre a aeronave e sobre o local de vistoria</li> <li>situação da vistoria (a agendar, órgão executor, resultado)</li> </ul> </li> <li>Relatórios de vistorias</li> <li>Manutenção de tabelas</li> </ul>	Paulo Sérgio Dellamora	<input checked="" type="checkbox"/> Alta <input type="checkbox"/> Média <input type="checkbox"/> Baixa

## Plano de Capacitação do Pessoal de TI

O Plano de Capacitação de Servidores de TI busca qualificar os servidores em consonância com as metas institucionais da Agência, promovendo qualidade de vida no trabalho e progressão funcional por capacitação e qualificação e tem como objetivo “Fortalecer o desenvolvimento, reconhecimento e o bem estar do servidor na Agência”, conforme preconizado no Planejamento Estratégico 2015-2019.

O Programa Permanente de Capacitação é composto pelas Trilhas Básica, Corporativas e Finalísticas. Dentro da trilha Corporativa estão as ações afetas à área da TI.

**TABELA 19 – PLANO DE CAPACITAÇÃO DO PESSOAL DE TI**

<b>Evento</b>	<b>Organizadora</b>	<b>Carga em h/a</b>	<b>Cidade do Evento</b>	<b>UF do evento</b>
16º Egp - Encontro de Gerenciamento de Projetos - Brasília 2016	Project Management Institute - PMI	16	Brasília	DF
4º Fórum de TIC no Judiciário - Desafios e Soluções	Network Eventos Ltda	15,5	Brasília	DF
A Previdência Social dos Servidores Públicos	ENAP - Escola Nacional de Administração Pública	30	Brasília	DF
Basic Aviation English For ANAC	ANAC	40	Brasília	DF
Curso de Engenharia de Requisitos: Software Orientado ao Negócio	Fatto Consultoria E Sistemas	24	Brasília	DF
Curso Introdução Ao Universal Safety Oversight Audit Programme- Usoap Cma da Oaci	ANAC	8	Brasília	DF
Curso Operações Especiais da ANAC	ANAC	5	Brasília	DF
Elaboração de Termo de Referência	ANAC	14	Brasília	DF
Formação de Brigadistas Voluntários	ANAC	16	Brasília	DF
Gartner Summits	Gartner	22	Brasília	DF
Gartner Symposium Itxpo 2016	Gartner	40	Brasília	DF
Gestão de Dados Mestres Corporativos, Teoria e Prática do Mdm	CS Treina	16	Brasília	DF
I Encontro da Comunidade de Gerenciamento de Projetos da ANAC	ANAC	2	Brasília	DF
Introdução À Segurança Operacional do Estado	ANAC	8	Brasília	DF
Melhores Práticas de Governança e Qualidade de Dados	CS Treina	16	Brasília	DF
Palestra em Comemoração ao Dia do Servidor Público 2016	ANAC	1	Brasília	DF
Planejamento e Contratação de TI (Gti11)	Escola Superior de Redes - RNP (Rede	40	Brasília	DF

	Nacional de Ensino e Pesquisa)			
Product Owner - Role & Skills/Product Backlog Building	Adaptworks	24	Brasília	DF
Teste de Invasão em Rede Sem Fio	Clavis Segurança da Informação	18	Brasília	DF
Treinamento Sistema Eletrônico de Informações - Sei - ANAC	ANAC	7	Brasília	DF

### Quadro de Pessoal de TI

A adequada prestação de serviços de TI possui, entre suas premissas, o correto aporte de recursos humanos especializados, vez que estrategicamente composto por servidores pertencentes ao quadro permanente da ANAC e, eventualmente, suprido em suas necessidades institucionais com o apoio subsidiário de recursos terceirizados.

Esse raciocínio encontra respaldo no item 92 do Acórdão 140/2005 – TCU – Plenário, que diz:

*“Existe, pois, um núcleo de atividades de informática que são estratégicas: ou porque lidam com informações privilegiadas, ou porque tratam da fiscalização dos contratos, ou porque delas depende o funcionamento do próprio setor e das demais unidades que utilizam seus serviços, ou porque envolvem a tomada de decisão sobre a realização de despesas de vulto na aquisição de bens e contratação de serviços. Quando essas atividades não são regularmente executadas, as chances de serem causados prejuízos à Administração aumentam consideravelmente.”*

Na tabela a seguir, é apresentado o quantitativo de pessoas que compõe a força de trabalho de TI da Agência:

**TABELA 20 – QUANTITATIVO DE PESSOAL DE TI**

Força de Trabalho de TI na ANAC	Qtde
Servidores efetivos da carreira de TI	18
Servidores efetivos de outras carreiras	08
Servidores de TI de outros órgãos	03
Nomeado Cargo Comissionado	00
Empregados de TI de outros órgãos	07
Estagiários	04
Terceirizados	85

## **Processos de Gerenciamento de serviços de TI**

Na sequência, é apresentada a relação de processos de gerenciamento de TI implementados na Agência com descrição da infraestrutura ou metodologia utilizada:

1. NOC (Network Operation Center) operando 24x7 em ambiente da empresa contratada (Central IT – contrato de suporte à infraestrutura de TI) com acesso via data center em Brasília aos ambientes de data center da ANAC (Brasília e Rio de Janeiro) utilizando ferramenta Nagios. Dispõe de plano de comunicação para acionar analistas da empresa terceirizada em caso de problemas.
2. NOC-RJ operando 24x7 no data center do Rio de Janeiro, utilizando ferramenta Nagios. Dispõe de plano de comunicação para grupo de NURACS.
3. Execução de atividades rotineiras durante o horário comercial/contratual para avaliação e correção de incidentes/problemas em serviços de TI pela empresa contratada. Processos descritos nas Ordens de Serviço mensais, com acompanhamento da fiscalização do Contrato.
4. Reunião de melhoria contínua mensal referente a resultados de gestão de incidentes com a empresa contratada.

### Projetos de TI concluídos em 2016

Nesta seção, são apresentados os projetos de TI desenvolvidos no período, destacando os resultados esperados; o alinhamento com o Planejamento Estratégico e o Planejamento de TI; os valores orçados e efetivamente despendidos; e os respectivos prazos de conclusão.

**TABELA 21 –PROJETOS DE TI DESENVOLVIDOS EM 2016**

#	Projetos	Resultado esperado	Valor orçado	Valor despendido	Início previsto	Término previsto	Término real	Objetivo estratégico
1	Implantação do novo Portal da ANAC em Zope/Plone	Continuidade da contratação de serviços de desenvolvimento, modernização e sustentação do Portal ANAC na plataforma Zope/Plone.	R\$ 145.062,96	R\$ 132.688,77	01/01/2016	30/06/2016	31/05/2016	Aperfeiçoar a Identidade Digital e a gestão dos processos de trabalho da Agência
2	Sistema de Processo Administrativo Eletrônico	Desenvolvimento do módulo de Peticionamento Eletrônico, que proverá o mesmo serviço disponível atualmente para os regulados da ANAC por meio do SIGADPD.	R\$ 47.000,00	R\$ 47.000,00	01/03/2016	01/09/2016	31/08/2016	Garantir a efetividade da prestação de serviços de TI
3	Adequação dos Sistemas para utilização do SEI	Adequar os sistemas que utilizavam a antiga solução para processos eletrônicos para utilização do SEI – Sistema Eletrônico de Informações.	R\$ 96.192,16	R\$ 96.192,16	01/05/2016	31/07/2016	16/09/2016	Aperfeiçoar a Identidade Digital e a gestão dos processos de trabalho da Agência
4	Aquisição de atualização 2b do software AEDT	Prover a Superintendência de Relações Internacionais (atual Assessoria Internacional) de ferramenta para avaliação de impactos ambientais advindos da aviação para as populações nos entornos aeroportuários. Além disso, os resultados provenientes da ferramenta poderá subsidiar	R\$ 2.651,75	R\$ 2.651,75	01/02/2016	31/05/2016	31/05/2016	Garantir a efetividade da prestação de serviços de TI

		a tomada de decisão nas análises de impacto regulatório quando envolvida a temática de meio ambiente e aviação civil.						
5	Aquisição de software de Georreferenciamento	Prover a Superintendência de Ação Fiscal de ferramenta que permita a visualização simultânea da distribuição geográfica atualizada de diversos tipos de infrações e ilícitos para a correta escolha da área de atuação da ação fiscal.	Executados por recursos internos de TI.	Executados por recursos internos de TI.	02/05/2016	30/12/2016	23/09/2016	Aprimorar o processo decisório e desenvolver a inteligência organizacional
6	Manutenção Evolutiva do SIGEC - Atendimento dos requisitos legais	Adequar o sistema de gerenciamento de créditos da Agência aos requisitos legais e normativos exigidos pela própria ANAC, órgãos de controle e estruturantes do Governo Federal.	R\$ 60.000,00	R\$ 60.000,00	01/05/2016	31/07/2016	27/10/2016	Aperfeiçoar a Identidade Digital e a gestão dos processos de trabalho da Agência
7	Estruturação do Centro de Treinamento ANEXO II em Brasília	Preparar a infraestrutura de TI necessária à operacionalização da localidade integrada à rede ANAC.	N/A	N/A	01/01/2016	31/05/2016	30/05/2016	Aprimorar o atendimento de demandas dos usuários de TI
8	Implantação de Nova Rede MPLS - Contrato OI	Implantação de nova rede MPLS com dupla abordagem e velocidades entre 64 e 150 Mbps.	N/A	N/A	01/02/2016	30/06/2016	01/06/2016	Aprimorar o atendimento de demandas dos usuários de TI
9	Transparência: boas práticas no processo decisório	Transmissão em tempo real (streaming) da Reunião de Diretoria - REDIR, bem como informações afetas a ela.	N/A	N/A	01/05/2016	31/07/2016	04/11/2016	Aprimorar o atendimento de demandas dos usuários da TI

10	Portal de serviços da STI (Service Desk)	Prover a Agência de um Portal de serviços de TI e que, além disso, possa ser um portal único de serviços prestados pela demais unidades organizacionais. A ferramenta possibilitará a inserção de catálogo de serviços técnicos e de negócio, acordo do nível de serviços no atendimento aos usuários de TI, desenho, modelagem e implementação do processo de requisição e do catálogo de serviços técnicos e de negócio.	N/A	N/A	01/07/2016	30/09/2016	18/08/2016	Aprimorar o atendimento de demandas dos usuários de TI
11	Implementação de Qualidade de Serviços (QoS) na rede ANAC	Controle mais efetivo no uso da rede com priorização de tráfego na rede ANAC que trará melhoria nos serviços de comunicação e melhor delimitação do uso de serviços de rede dentro dos canais de comunicação.	N/A	N/A	01/06/2016	30/09/2016	30/11/2016	Aprimorar o atendimento de demandas dos usuários de TI
12	Reestruturação do serviço de monitoração	Atualização da estrutura de monitoração de infraestrutura e com isso aprimorar os instrumentos de governança de TI.	N/A	N/A	01/07/2016	30/09/2016	16/09/2016	Aprimorar o atendimento de demandas dos usuários de TI
13	Organização dos equipamentos, manutenção preventiva em todas as unidades da ANAC	Organização e padronização dos ambientes de TI nas unidades descentralizadas.	N/A	N/A	01/07/2016	31/12/2016	24/07/2016	Aprimorar o atendimento de demandas dos usuários de TI
14	Implantação de 05 processos de gestão ITIL	A STI adotou o Citsmart, software livre disponível no Portal de Software de Governo Federal, para unificar todos os canais de atendimento de demandas de serviços, inicialmente na TI e depois em outras áreas da ANAC. -Uma vez que o Citsmart já está certificado em 9 processos do ITIL, a STI	N/A	N/A	01/08/2016	28/02/2017	10/10/2016	Aprimorar o atendimento de demandas dos usuários de TI

		pode gradativamente implementar sua gestão de TI tendo como suporte essa ferramenta.						
15	Implantação de novos serviços de SystemCenter	Implantação de utilização dos serviços do System Center, dentre eles: Operation Manager, Orquestrator, Service Manager, Configuration Manager, e com isso prover uma melhor governança sobre os serviços de infraestrutura de TI.	N/A	N/A	01/08/2016	31/12/2016	30/05/2016	Aprimorar o atendimento de demandas dos usuários de TI
16	Reestruturação dos objetos do SGBD Oracle	Data files e tablespaces padronizados e otimizados.	N/A	N/A	01/09/2016	31/12/2016	11/10/2016	Aprimorar o atendimento de demandas dos usuários da TI
17	Definição e implantação de metodologia de aferição de qualidade de serviços de infra.	Indicadores para mensuração da qualidade dos serviços de infraestrutura oferecidos aos usuários da ANAC.	N/A	N/A	01/11/2016	31/01/2017	15/08/2016	Aprimorar o atendimento de demandas dos usuários de TI
18	Atualização de softwares Desktop	Desktops e notebooks atualizados para a versão mais recente do Windows e do Microsoft Office.	N/A	N/A	01/01/2017	31/03/2017	26/05/2016	Aprimorar o atendimento de demandas dos usuários de TI
19	Implantação de Sistema de Gerenciamento do Ciclo de Software (TFS -	Disponibilizar ferramenta para gerenciar e automatizar o ciclo de desenvolvimento de software.	Executados por recursos internos de TI.	Executados por recursos internos de TI.	01/01/2016	31/10/2016	15/06/2016	Aprimorar o atendimento de demandas dos usuários de TI

	Team Foundation Server)							
20	Melhoria da qualidade de software (Sonar e Processo de Inspeção)	Disponibilizar ferramenta adequada aos sistemas da Agência que automatize as inspeções dos sistemas desenvolvidos.	Executados por recursos internos de TI.	Executados por recursos internos de TI.	01/01/2016	30/11/2016	21/06/2016	Aprimorar o atendimento de demandas dos usuários de TI
21	Automatização do cálculo de faturamento - Sistema Mineiro	Automatizar o processo de faturamento relativo à fábrica de software e, dessa forma, desonerar a equipe de servidores para a realização de atividades de gestão e inovação.	Executados por recursos internos de TI.	Executados por recursos internos de TI.	01/01/2016	01/09/2017	31/08/2016	Aprimorar o atendimento de demandas dos usuários de TI
22	Elaboração da Metodologia de Business Intelligence da ANAC	Criar um conjunto de processos, regras e artefatos que viabilizem, do ponto de vista de governança, uma efetiva implementação de Business Intelligence na ANAC.	N/A	N/A	01/01/2016	31/07/2016	28/06/2016	Estruturar sistemas voltados às áreas de negócio da ANAC
23	Dicionarização de dados em SGBD Oracle	Disponibilizar para ANAC um dicionário de dados consistente de forma a viabilizar o desenvolvimento de um repositório de metadados da ANAC, em atendimento ao Decreto Presidencial nº 6.932, de 11 de agosto de 2009, que cita que os órgãos e entidades do poder executivo devem aplicar soluções tecnológicas que visem simplificar processos e procedimentos de atendimento ao cidadão e a propiciar melhores condições para o compartilhamento das informações.	N/A	N/A	01/01/2016	30/06/2016	30/06/2016	Promover a integração dos sistemas de TI

## Medidas adotadas para mitigar dependências

Por fim, são apresentadas as medidas administrativas adotadas para mitigar a eventual dependência tecnológica de empresas terceirizadas que prestam serviços de TI para a ANAC:

### No Desenvolvimento

- A Administração Pública privilegia a execução de serviços de tecnologia da informação por meio de contratos públicos. Desta forma, a dependência quanto às contratadas pode ser considerada alta. Entretanto, diversas medidas administrativas são adotadas visando mitigar os impactos de uma eventual substituição da empresa prestadora contratada, tais como:
  - Capacitação dos Gestores de Sistemas que detêm o conhecimento de negócio para atuação como *Product Owner* (PO) no acompanhamento dos projetos e das demandas de manutenção;
  - Elaboração de documentos de diretrizes de qualidade e dos respectivos *checklists* para verificação das entregas realizadas no ciclo de desenvolvimento e manutenção de *software*;
  - Elaboração da metodologia, das diretrizes de qualidade e dos artefatos para desenvolvimento e manutenção de *Business Intelligence*;
  - Implantação de ferramenta para auxiliar no gerenciamento da qualidade do código-fonte dos sistemas;
  - Uso de ferramenta de gestão de desenvolvimento de *software* (TFS – *Microsoft Team Foundation*) instalada e customizada pela ANAC, de forma que todos os produtos gerados pelas empresas terceirizadas no processo de desenvolvimento de *software* fiquem sob a posse e controle desta Agência;
  - Migração dos sistemas corporativos para uma nova infraestrutura padronizada, monitorada e com documentação elaborada para esses sistemas;
  - Mensuração de *baseline* do tamanho funcional dos sistemas corporativos para fins de sustentação e evolução do modelo de pagamento, que privilegia a melhoria contínua baseada na pró-atividade da contratada.

### Na Infraestrutura de TI

- Elaboração de manuais para usuários, para a viabilização de determinadas configurações de maior interesse institucional, independentemente das empresas prestadoras de serviço.
- Uso de base de conhecimento em todos os atendimentos realizados. As soluções permanecem registradas e podem ser consultadas em futuros novos atendimentos.
- Armazenamento de informações atualizadas de configuração dos ativos e serviços em estrutura de *Wiki* - ferramenta de documentação - interna à ANAC.
- Os projetos do PDTI são realizados sob coordenação de um líder técnico servidor da ANAC. Todas as decisões de escopo e implementação são necessariamente discutidas com o líder técnico.
- Em todas as atividades de implementação e configuração de ativos e serviços são gerados relatórios de implementação que descrevem as configurações realizadas, muitas vezes incluindo procedimento passo a passo.
- As decisões tecnológicas, principalmente quanto a produto, tecnologia, arquitetura e topologia são mantidas sob controle da ANAC.

- Manutenção do conhecimento necessário para a execução de atividades do 3º nível, em forma de base de conhecimento estruturada da ANAC nos sistemas *CITSmart* e *Wiki*, disponíveis, respectivamente, em: <https://sistemas.anac.gov.br/portaldeservicos> e [https://kbit.anac.gov.br/wiki/Suporte\\_N3](https://kbit.anac.gov.br/wiki/Suporte_N3).

## INFORMAÇÕES SOBRE O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (PETI) E SOBRE O PLANO DIRETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - PDTI

### Planos de Tecnologia da Informação

Conforme as melhores práticas relacionadas à gestão de TI, qualquer instituição, pública ou privada, para que possa realizar uma gestão eficiente dos recursos na área de TI, deve possuir um planejamento no qual estejam relacionadas todas as metas da instituição associadas às ações que a área haverá de desenvolver.

Nesse sentido, desde o biênio 2010/2011 a Agência Nacional de Aviação Civil adota Plano Diretor de TI (PDTI) como instrumento de planejamento para as ações de TI e em 2016 avançou com a elaboração do Planejamento Estratégico de TI (PETI).

O alinhamento estratégico foi mantido com o processo de transformar a estratégia de negócio da ANAC em estratégia de TI. Com efeito, assim é que se pretende que os objetivos de negócio sejam alcançados e os recursos investidos em TI agreguem valor à instituição. Essa integração habilita a TI a organizar os seus processos, determinar os investimentos e recursos humanos em TI, orientados, de regra, pelas estratégias organizacionais.

O Plano Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI) e o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) foram elaborados em total aderência ao Planejamento Estratégico Institucional (PE 2015-2019), com algumas adequações para fins de alinhamento com algumas especificidades da área de tecnologia de informação e com orientações específicas da Diretoria Colegiada.

Na 19ª Reunião de Diretoria realizada em 23.08.2016 foram aprovados o PETI 2016/2019 e o PDTI 2016/2017.

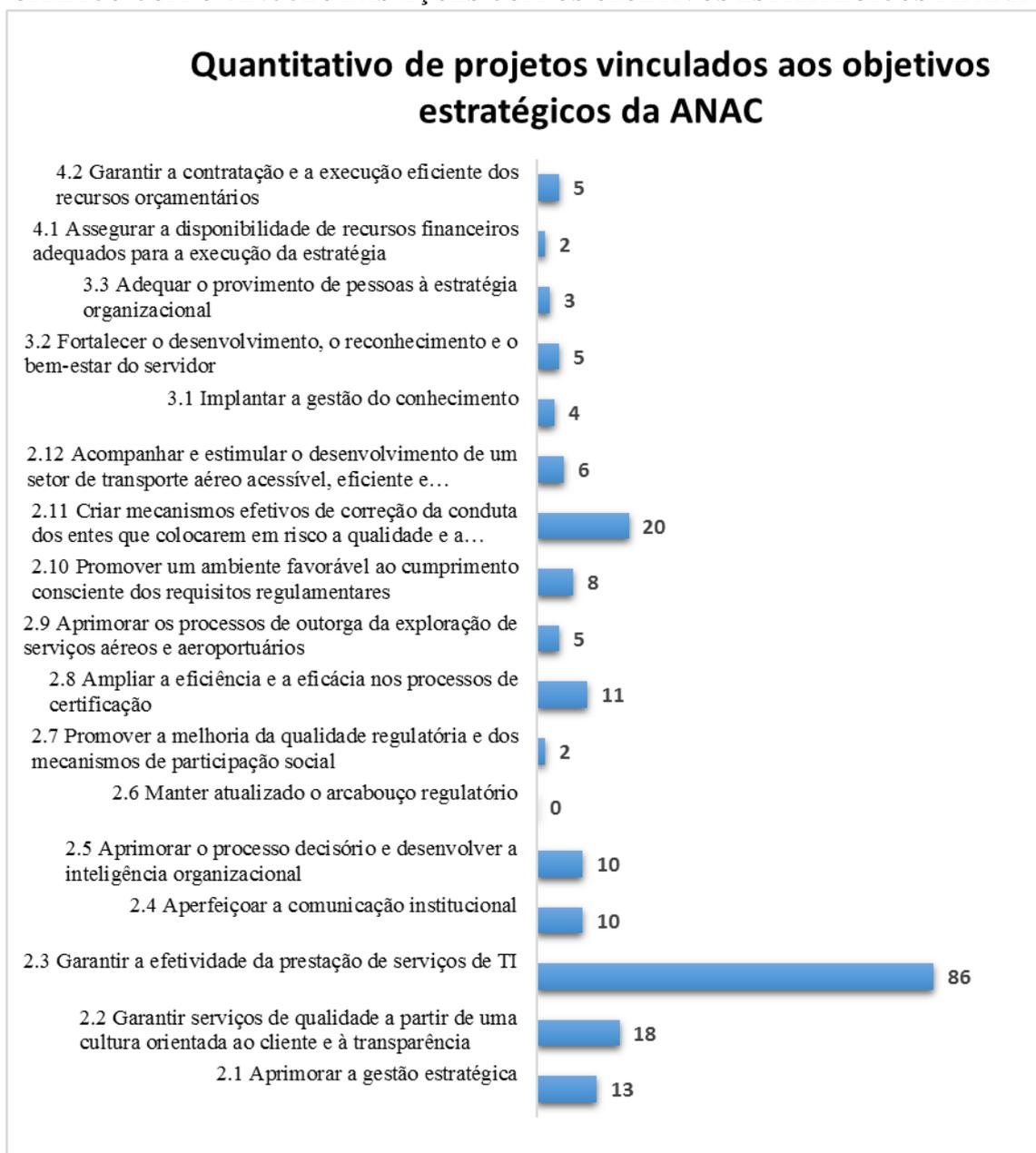
O PETI 2016/2019 (<http://www.anac.gov.br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/arquivos/PETI20162019Verso1.pdf>) é composto por um histórico dos recursos humanos de TI da Anac; Estratégia de Tecnologia da Informação (missão, visão e valores); um diagnóstico situacional da Superintendência de Tecnologia da Informação; o mapa estratégico de TI e objetivos, iniciativas, metas e indicadores de TI.

O PETI detalha o objetivo de TI do Planejamento Estratégico Institucional, definindo mais claramente quais metas devem ser alcançadas no final do plano para que o objetivo institucional seja atendido.

O Plano Diretor de TI – PDTI 2016/2017 (<http://www.anac.gov.br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/arquivos/PDTI20162017Verso11INTERNET.pdf>) é composto por princípios e diretrizes; objetivo; inventário de iniciativas estratégicas; critérios de priorização; plano de ações e metas; plano de gestão de pessoas de TI; plano de investimento e custeio; e plano de gestão de riscos.

O quadro abaixo demonstra o quantitativo de projetos relacionados direta ou indiretamente aos itens do Plano Estratégico da ANAC. Importante ressaltar que na metodologia de avaliação de impacto dos projetos sobre os objetivos, constatou-se a transversalidade de vários destes projetos, uma vez que sua realização afeta positivamente um ou mais objetivos. Tendo em vista essa possibilidade de repetição, o total de projetos considerado, para efeitos de cálculo, não reflete o total de projetos do PDTI.

**FIGURA 7 – GRÁFICO COM O VÍNCULO DAS AÇÕES COM OS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DA ANAC**



### **Comitê de Tecnologia da Informação**

A Instrução Normativa nº 95, de 18 de março de 2016 que alterou dispositivos da Instrução Normativa nº 66, de 13 de novembro de 2012, definiu em seu artigo 3º inciso IV parágrafo 2º que o “Comitê de Superintendências da ANAC exercerá o papel do Comitê de Tecnologia da Informação, conforme normativo específico”.

Na primeira reunião do Comitê de TI em 2016, no dia 1º de junho, foi aprovado o novo Regulamento Interno do Comitê de TI, assim como definida a sua composição. O Comitê de TI é composto pelos Superintendentes da ANAC, tanto da área finalística quanto área meio, que indicam representantes das Superintendências para discutir assuntos específicos, quando necessário.

O Comitê Gestor de TI – CGTI, assim denominado no seu regulamento interno, reuniu-se por quatro vezes em 2016, sendo três de forma ordinária e 1 extraordinária.

Itens aprovados pelo Comitê:

- Plano Estratégico de TI – PETI 2016-2019;
- Plano Diretor de TI – PDTI 2016-2017;
- Novo Regulamento Interno;
- Revisão do Plano Diretor de TI – exercício de 2016;
- Elaboração de um sistema unificado de Aeródromos;
- Portaria STI – Padrões tecnológicos e Recomendações para as soluções departamentais;
- Aprovação de mudanças nos Projetos previstos no Plano Diretor de TI.

Nas reuniões ordinárias do CGTI também são apresentados os resultados parciais do PDTI e o andamento dos projetos mais importantes, permitindo assim que a ANAC possa acompanhar todas as etapas da execução do plano.

### **GESTÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE**

A administração pública tem a responsabilidade de contribuir para o enfrentamento das questões ambientais, buscando estratégias inovadoras que repensem os atuais padrões de produção e consumo, os objetivos econômicos, inserindo componentes sociais e ambientais. Diante dessa necessidade, a ANAC adota as políticas oficiais sobre o tema, além de se esforçar para obter os melhores resultados possíveis nessa tarefa.

A ANAC participa do Projeto Esplanada Sustentável, iniciativa do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão que integra as seguintes iniciativas: Programa de Eficiência do Gasto Público – PEG, o Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica – Procel, a Agenda Ambiental da Administração Pública – A3P e a Coleta Seletiva Solidária.

Nas unidades da ANAC é efetivada a separação de resíduos sólidos recicláveis, especialmente papel, que são destinados a associações e cooperativas de catadores, conforme dispõe o Decreto nº 5.940/2006.

Na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras, a ANAC adota critérios de sustentabilidade ambiental. Nas aquisições de materiais de consumo, por exemplo, tem sido dada

preferência a produtos reciclados e atóxicos, bem como nas aquisições de computadores onde são requeridas embalagens descartáveis e baixa concentração de substâncias perigosas.

Da mesma forma, nas contratações de serviços, é solicitada a utilização de produtos biodegradáveis e materiais que não prejudiquem a natureza.

A ANAC elaborou e submeteu às instâncias superiores o PLS (Plano de Gestão de Logística Sustentável), previsto no Decreto nº 7.746/2012. Mesmo antes de sua aprovação, a área de Administração e Finanças da Agência vem aplicando seu conteúdo rotineiramente. Foram extrapolados os itens sugeridos pela norma e foi elaborado um Plano de Ação para a implantação de práticas sustentáveis na contratação de Serviços de Limpeza e Segurança. Foi elaborado diagnóstico das principais áreas envolvidas e estabelecido indicadores para o acompanhamento dos resultados. A comissão gestora do PLS foi implantada pela Portaria nº 1673/SAF, de 01 de julho de 2013, sendo que sua atual composição se encontra definida na Portaria nº 132/SAF, de 21 de janeiro de 2016.

O PLS da ANAC abrange o conteúdo mínimo estabelecido na IN MPOG/SLTI 10/2012, além de incluir as áreas de Vigilância e Serviços de Limpeza, por estas terem grande representatividade na matriz de custos da Agência. Esse material, com a formalização de sua aprovação, será posteriormente disponibilizado na intranet/internet, além de ser amplamente divulgado juntos aos colaboradores internos.

Antes mesmo da adoção do PLS, a ANAC já tinha como prática a racionalização dos custos, buscando eficiência e eficácia no uso dos recursos públicos. Foi elaborado diagnóstico e adotada prática no sentido de racionalizar o consumo de papel, copos descartáveis, impressões, transporte energia elétrica e consumo de água e de esgoto. Logo na implantação do PLS não foram vislumbradas grandes margens de redução nos indicadores de consumo desses itens, uma vez que se acredita terem sido esgotadas as possibilidades de melhorias mais significativas. Tal circunstância não reduz, entretanto, o empenho institucional para o atendimento do programa. Pelo contrário, possibilita direcionar os melhores esforços na manutenção de tais indicadores e se buscar a obtenção de ganhos marginais através da identificação de oportunidades de melhoria.

### **ADOÇÃO DE CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL NA AQUISIÇÃO DE BENS E NA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS OU OBRAS**

Dentre as ações adotadas na aquisição de bens e contratações de serviços podem ser citadas:

- Uso racional de recursos;
- Prevenção do desperdício de insumos consumidos;
- Exigência de que os materiais empregados considerem o respectivo impacto ambiental;
- Exigência de fornecimento de insumos de origem natural ambientalmente regular e sustentável;
- Adoção de medidas para evitar desperdício de água tratada;
- Observância à Resolução CONAMA nº 20/1994, quanto a equipamentos de limpeza que gerem ruídos;
- Treinamento específico de empregados colaboradores tendo em consideração a política de redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos;
- Separação de resíduos recicláveis descartados;
- Destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis;

- Separação adequada de embalagens, restos de material e produtos;
- Cumprimento de diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil, exigindo as destinações ambientalmente adequadas dos resíduos dos serviços de engenharia;
- Opção por produtos preferencialmente sem embalagens, e quando necessário o acondicionamento, que as embalagens e recipientes sejam preferencialmente de materiais recicláveis;
- Equipamentos devem possuir o selo “A” do PROCEL, além de se exigir na aquisição de equipamentos de informática o selo de classificação “ENERGY STAR”, quando aplicável;
- Equipamentos de informática não podem conter substâncias perigosas em concentração acima da recomendada da diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances) e devem possuir certificação de que não se trata de item composto por substâncias que ofereçam riscos à saúde e ao meio ambiente; selo A referente à economia de energia, no caso de eletrodomésticos.

## GESTÃO DE FUNDOS E DE PROGRAMAS

### IDENTIFICAÇÃO E INFORMAÇÕES DOS FUNDOS NA GESTÃO DA ANAC

#### FUNDO AEROVIÁRIO

##### **Introdução**

O Fundo Aeroviário, criado pelo Decreto-Lei nº 270, de 28 de fevereiro de 1967, e posteriormente alterado/complementado pela Lei nº 5.989, de 17 de dezembro de 1973, é um fundo de natureza contábil, destinado a prover recursos financeiros para execução e manutenção das políticas previstas no Sistema Aeroviário Nacional, podendo ser aplicado em projetos, construção, manutenção, operação e na administração de instalação e serviços da infraestrutura aeronáutica<sup>1</sup>.

Com a criação da ANAC pela Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, em seu Art. 31, foi estabelecido que os recursos do Fundo constituem receitas da ANAC. O artigo 33 da mesma lei determina ainda que o Fundo Aeroviário, “incluídos seu saldo financeiro e seu patrimônio existentes nesta data, passa a ser administrado pela Agência Nacional de Aviação Civil” e no seu parágrafo único diz que “O Diretor-Presidente da ANAC passa a ser o gestor do Fundo Aeroviário”.

Por determinação da Medida Provisória nº 527, de 18 de março de 2011 – convertida na Lei nº 12.462, de 04 de agosto de 2011, que criou a Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República – SAC-PR, as competências referentes à aviação civil foram transferidas do Ministério da Defesa para a Secretaria instituída, com a criação da nova unidade orçamentária – UO 20214 – ANAC, vinculada à Presidência da República, com a conseqüente extinção dos órgãos 52201 e 52912.

A partir de 1º de junho de 2011, o Fundo Aeroviário passou a compor a estrutura do órgão 20214 – ANAC como unidade gestora executora e as transferências dos recursos financeiros aplicados na Conta Única são realizadas entre as unidades gestoras 113214 – ANAC e 113215 – Fundo Aeroviário, vinculadas ao órgão 20214 (62201).

As receitas arrecadadas pelo Fundo Aeroviário, conforme descritas a seguir, são constituídas de Taxas, Multas do Código Brasileiro de Aeronáutica, Contribuição para o Ensino Aeroviário e Rendimentos de Aplicação Financeira.

##### *Contribuição para o Ensino Aeroviário – Fonte 176*

São contribuintes para o Ensino Aeroviário todas as empresas privadas, públicas, de economia mista e autárquicas, quer federais, estaduais ou municipais, de transporte aéreo regular, não regular, de táxi aéreo e de serviços aéreos especializados; de telecomunicações aeronáuticas; de implantação, administração, operação e exploração da infraestrutura aeroportuária, e de serviços auxiliares; de fabricação, reparos e manutenção, ou de representação, de aeronaves, suas peças e acessórios, e de equipamentos aeronáuticos.

---

<sup>1</sup> O Sistema de Infraestrutura Aeronáutica no âmbito das competências da ANAC de regulação e fiscalização compreende os seguintes artigos do Código Brasileiro de Aeronáutica, Lei nº 7.565 de 19 de dezembro de 1986: o Sistema Aeroportuário, art. 34, o Sistema de Segurança de Voo, artigos 66 a 71, o Sistema de Registro Aeronáutico Brasileiro, artigos 72 a 85, o Sistema de Facilitação, Segurança e Coordenação do Transporte Aéreo, artigos 94 a 96, o Sistema de Formação e Adestramento de Pessoal destinado à Infraestrutura Aeronáutica, artigos 97 a 100, Sistema da Indústria Aeronáutica, artigo 101, Sistema de Serviços Auxiliares, artigos 102 a 104 e Sistema de Coordenação da Infraestrutura Aeronáutica, artigo 105.

As entidades, cujas atividades estão enquadradas na listagem referenciada no parágrafo anterior, são obrigadas a recolher o percentual de 2,5% (dois e meio por cento), incidente sobre o total bruto da remuneração paga ou creditada aos empregados e trabalhadores avulsos, até o limite máximo estabelecido na legislação previdenciária.

A arrecadação, a fiscalização, a cobrança e o recolhimento da Contribuição do Ensino Aeroviário são delegados à Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRFB por força § 6º do Art. 3º da Lei nº 11.457/2007.

#### *Taxa de Fiscalização da Aviação Civil – TFAC – Fonte 0250*

O fato gerador da TFAC é o exercício do poder de polícia decorrente das atividades de fiscalização, homologação e registros, nos termos do previsto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 – Código Brasileiro de Aeronáutica. Os valores da TFAC são os fixados no Anexo III da Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005.

A partir de 11 de setembro de 2015, as TFACs foram atualizadas monetariamente pela Portaria Interministerial nº 710, de 1º de setembro de 2015, publicada no Diário Oficial União em 02 de setembro de 2015. O Anexo I da referida Portaria traz os fatos geradores da TFAC e os valores atualizados monetariamente e autorizados pelo Inciso VIII do Art. 14 da Medida Provisória nº 685, de 21 de Julho de 2015, convertida na Lei nº 13.202, de 08 de dezembro de 2015.

#### *Remuneração de Depósitos Bancários – Fonte 0280*

Os recursos financeiros do Fundo Aeroviário são aplicados diretamente na Conta Única do Tesouro Nacional. As taxas de remuneração são estabelecidas pelo Ministro da Fazenda, mediante portaria publicada no Diário Oficial da União.

#### *Multa por Infração ao Código Brasileiro de Aeronáutica – Fonte 0174*

O Código Brasileiro de Aeronáutica – CBA preconiza a aplicação de multas para diversos casos de infrações. Os recursos auferidos das infrações geradas são destinados ao Fundo Aeroviário.

### **Dotação Orçamentária**

A LOA/2016 vinculou à ANAC receitas de dois tipos de fonte: fontes do Tesouro Nacional (0174 e 176), as quais têm registros contábeis nos órgãos arrecadadores, porém seus recursos financeiros são automaticamente transferidos para a Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda; e fontes Próprias (0250 e 0280), que tem seus registros contábeis e recursos financeiros mantidos no órgão arrecadador.

Apesar de os registros de previsão e arrecadação das receitas vinculadas ao Fundo ocorrerem na UG 113214 – ANAC, os recursos financeiros arrecadados nas fontes 0250 e 0280 (fontes próprias) são transferidos para a UG 113215 – Fundo Aeroviário, e posteriormente aplicados.

A tabela a seguir demonstra a realização de receita em relação à previsão da receita própria orçada para o exercício de 2016.

**TABELA 22 – RECEITAS PRÓPRIAS PREVISTAS E REALIZADAS NO EXERCÍCIO DE 2016**

<b>Receitas Próprias Previstas e Realizadas no exercício de 2016 (R\$)</b>			
<b>Fonte</b>	<b>Receita</b>	<b>Previsão de Receita LOA 2016 (R\$) <sup>1</sup></b>	<b>Receita Realizada (R\$)</b>
<b>174</b>	Multas previstas no Código Brasileiro de Aeronáutica	20.930.213	18.825.701
<b>176</b>	Contribuição para o Ensino Aeroviário	126.431.028	161.644.554
<b>250</b>	Serviços de inspeção e fiscalização (Taxa de Fiscalização da Aviação Civil - TFAC)	51.427.108	69.292.728
<b>280</b>	Remuneração de Depósitos Bancários	80.009.508	86.640.327
	<b>Total</b>	<b>278.797.857</b>	<b>336.403.312</b>

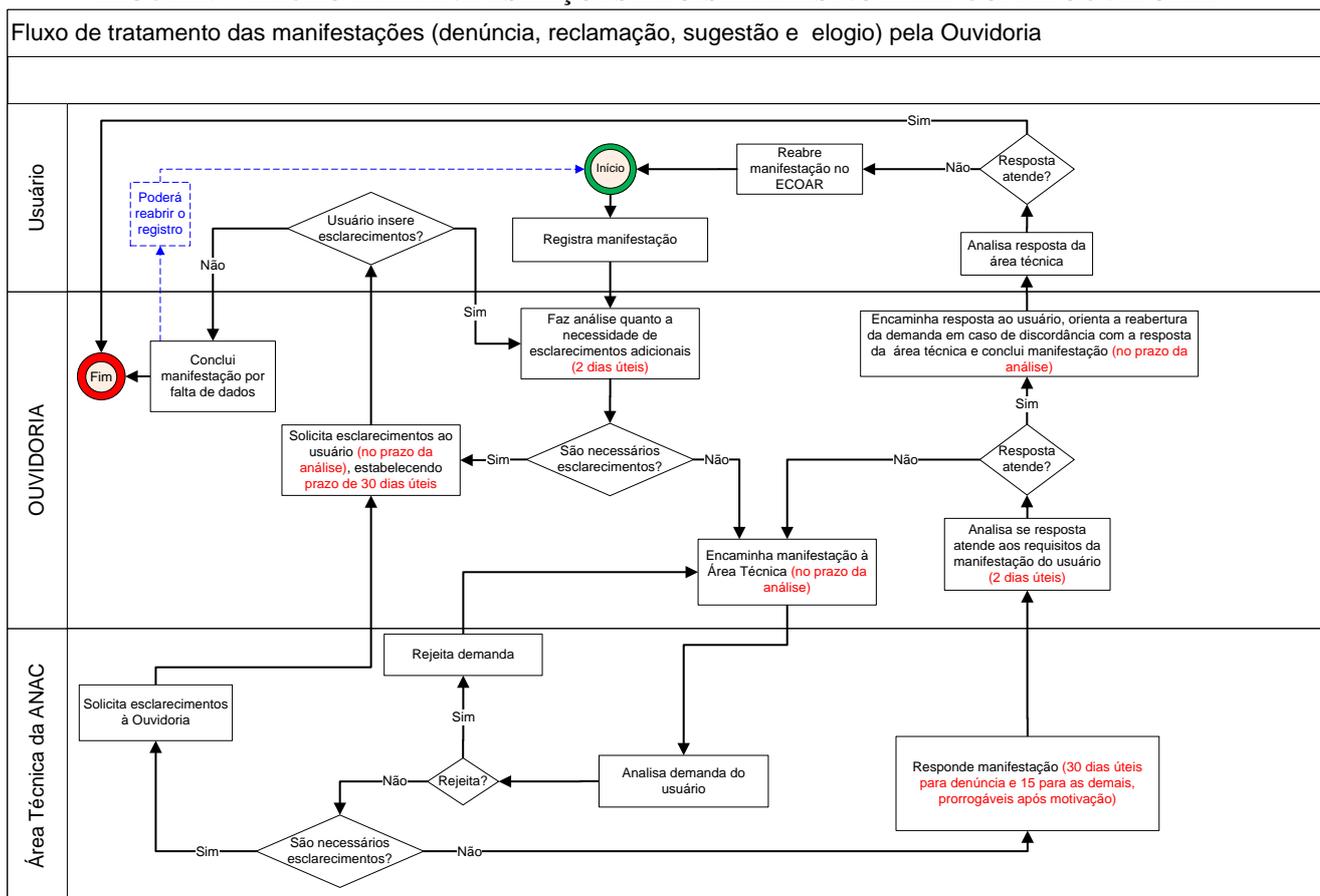
Fonte: SIAFI

<sup>1</sup> Inclui as dotações para despesas e reserva de contingência

Embora a receita realizada na fonte 174 esteja menor do que o previsto, esclarece-se que apenas R\$ 16.546.449 estavam em dotações autorizadas, não tendo havido, portanto, impacto na execução orçamentária. Além disso, é relevante destacar que houve a aplicação retroativa da DRU de 30% sobre a fonte 176, conforme Emenda Constitucional n.º 93/2016.



**FIGURA 9 – FLUXO DE MANIFESTAÇÕES REGISTRADAS NO FALE COM A OUVIDORIA**



Verifica-se que a Agência dispõe de vários meios de contato do público externo com as áreas técnicas, com a utilização dos 06 (seis) canais de entrada divulgados, quais sejam o canal “Fale com a ANAC” na Rede Mundial de Computadores (Internet); o canal “Fale com a Ouvidoria”, também disponibilizado através da Internet; o canal “Fale com a ANAC”, através do telefone 163, identificado como a Central de Atendimento; correspondências e o atendimento presencial na Sede e nos NURACs, além do “e-SIC”, sistema de gerenciamento dos pedidos de informação com base na LAI – Lei de Acesso à Informação.

### A.1 – Responsáveis técnicos pelo atendimento das manifestações

As respostas oferecidas pela ANAC para as manifestações que entram pelos diversos canais de atendimento devem ser produzidas e/ou geridas por responsáveis de cada uma das áreas técnicas, denominados pontos focais. Assim, mais especificamente, têm-se pontos focais para respostas aos pedidos registrados nos sistemas ECOAR (gerido pela Ouvidoria), e-SIC e FOCUS, ambos geridos pela SAF – Superintendência de Administração e Finanças.

Os pontos focais das Unidades Organizacionais da Agência têm como atribuição atuar de forma integrada com a SAF e a Ouvidoria, observando a qualidade, a tempestividade e os parâmetros de atendimento definidos, com respostas que utilizam linguagem objetiva, transparente, clara e de fácil compreensão, além de oferecer resposta conclusiva às solicitações nos prazos estabelecidos e prestar o apoio necessário à atividade de atendimento ao cidadão.

## **A.2 – Canal “Fale com a ANAC” – Atendimento Eletrônico via Internet**

Acessível em <http://www.anac.gov.br/faleanac>, este canal recebe, via atendimento eletrônico, dúvidas, reclamações, sugestões, críticas ou elogios sobre os entes regulados ou fiscalizados pela ANAC, além de servir para tirar dúvidas sobre os serviços prestados pela própria ANAC.

Para operacionalizar o Fale com a ANAC foi desenvolvido o sistema FOCUS – ferramenta eletrônica acessível pelo link <http://www2.anac.gov.br/arus/focus/faleconosco/validarUsuario.asp> – que ao efetivar o registro, gera um número de protocolo e fornece senha individual através da qual o usuário pode acompanhar, em área restrita, o andamento administrativo de sua demanda.

O sistema FOCUS centraliza integralmente o circuito de processamento das manifestações possibilitando, a cada área responsável (no âmbito das empresas aéreas e das diversas unidades técnicas da Agência), o acesso ao campo específico de tratamento, no estrito limite de sua competência.

Esse acesso é facultado tão-somente a pessoas formalmente designadas e autorizadas, previamente cadastradas como pontos focais no sistema, preservando-se, destarte, o sigilo dos dados e informações.

Nesta rotina, a manifestação cadastrada segue para um núcleo de triagem, chamado de *Back Office* (BO), que procede o encaminhamento da solicitação ao responsável pela resposta: a) à empresa aérea, quando se trata de queixa ou reclamação, com pedido ou não de reparação por serviço não prestado ou prestado de forma insatisfatória; b) à área técnica responsável, quando se trata de denúncias, reclamações ou informações sobre os serviços prestados pela ANAC.

A informação postada pelos pontos focais é objeto de análise pela Gerência Técnica de Gestão da Informação (GTGI) da SAF – sob os aspectos de forma – para posterior disponibilidade ao usuário. Em caso de resposta não conclusiva e/ou incoerente a manifestação é redirecionada à área técnica, com vistas à necessária adequação.

Após finalização da resposta, a GTGI encaminha ao usuário a resposta final da ANAC.

## **A.3 – Canal “Fale com a Ouvidoria” – Atendimento Eletrônico via Internet**

Acessível em <http://www2.anac.gov.br/arus/focus/faleconosco/validarUsuario.asp?FC=E>, esta ferramenta recebe, via atendimento eletrônico, denúncias com relato de ação ou omissão que apresente indícios de irregularidades em desfavor de servidores públicos e reclamações, críticas, elogios e sugestões sobre a prestação de serviços pela ANAC e por seus agentes.

Após solicitação de login e senha no sistema FOCUS e cadastro da manifestação pelo usuário, a Ouvidoria identifica se realmente é de sua competência. Caso seja, envia ao sistema ECOAR para tratamento interno, gerando um novo número de protocolo de atendimento para acompanhamento pelo usuário. Caso não seja, redireciona ao “Fale com a ANAC” dentro do próprio FOCUS para tratamento próprio.

As demandas de Ouvidoria são direcionadas aos pontos focais das áreas técnicas que devem obediência aos prazos da Instrução Normativa nº 53, de 28 de janeiro de 2011.

Após emissão de resposta pela área técnica, a Ouvidoria avalia a qualidade da resposta emitida e caso não haja necessidade de complementação, responde ao demandante em até 2 dias úteis.

#### **A.4 – Canal “Fale com a ANAC” – Atendimento Telefônico pelo 163**

Com a mesma finalidade que os canais A.2 e A.3 descritos anteriormente, este recebe as manifestações dos usuários por meio do atendimento telefônico direcionado à Central de Atendimento, hoje sob responsabilidade da empresa vencedora de certame licitatório, portanto terceirizada.

Nesta modalidade, com o objetivo de otimizar, agilizar e dinamizar as respostas ao usuário, são disponibilizados roteiros de atendimento escritos pelas áreas técnicas da ANAC, em conjunto com a empresa terceirizada, que são utilizados pelos atendentes do Call Center para sanar as demandas do usuário. Cerca de 70% das solicitações feitas por meio deste canal têm seu atendimento finalizado no que se denomina de atendimento de primeiro nível. As demandas que necessitam de tratamento específico de alguma área técnica são registradas no sistema FOCUS e encaminhadas pelo BO (*Back Office*), conforme descrição da rotina acima, em A.1.

Os registros efetuados por meio da linha telefônica 163 e que versem sobre a prestação de serviços da ANAC e de seus agentes são repassados pelos BOs da empresa terceirizada a um repositório específico da Ouvidoria. Após análise do teor da demanda, o técnico de Ouvidoria transfere a manifestação ao sistema informatizado ECOAR para direcionamento aos pontos focais indicados exclusivamente para responder a este setor.

De acordo com os dados apresentados mensalmente pela Gerência Técnica de Gestão da Informação – GTGI da SAF, atualmente, cerca de 80% dos registros de manifestações de cidadãos são feitos por meio do *Call Center*, o que torna este canal a principal porta de entrada das manifestações apresentadas pelos usuários.

O serviço de telefonia 163 dispõe de atendimento em português, inglês e espanhol, possuindo 3 opções de encaminhamento pela Unidade de Resposta Audível (URA), quais sejam: 1. Atendimento Geral sobre entes regulados e fiscalizados; 2. Informações sobre Licenças e serviços; 3. Ouvidoria.

#### **A.5 – Correspondências**

Representando menos de 0,5% das manifestações de usuários, as correspondências são recebidas pelo Protocolo Central da Agência, que é vinculado à GTGI. Essa Gerência, por sua vez, registra as solicitações no sistema FOCUS para distribuição às áreas técnicas por parte do Back Office.

A Ouvidoria também recebe manifestações via correspondência para ampliação do atendimento ao usuário. Mesmo a ANAC tendo adotado sistema informatizado para recebimento e trâmite interno de processos e correspondências denominado SEI, o protocolo da ANAC não é autorizado a abrir correspondência da Ouvidoria, sendo feito o registro no sistema com a devida classificação por esta área.

## **A.6 – Atendimento Presencial**

Cerca de 7% das solicitações registradas no sistema FOCUS é originária do acolhimento de manifestações feitas presencialmente, em especial nos Núcleos Regionais de Aviação Civil (NURAC). Essas manifestações são inseridas no sistema FOCUS para encaminhamento às áreas técnicas e posterior tratamento.

A Ouvidoria também disponibiliza atendimento presencial de forma agendada para entendimento de questões propostas por usuários do transporte aéreo, todavia, faz-se necessária a formalização da manifestação através do sistema eletrônico ou correspondência, para o competente encaminhamento às áreas técnicas, caso ainda não tenha ocorrida a necessária formalização.

## **A.7 – Pedidos de Acesso a Informação pelo Sistema e-SIC**

O “e-SIC” (Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão), criado a partir da Lei nº 12.527/2011, Lei de Acesso a Informação (LAI), e gerido pela Controladoria-Geral da União (CGU), permite que qualquer pessoa, física ou jurídica, encaminhe solicitações de acesso à informação para órgãos e entidades do Poder Público Federal.

Por meio do sistema, além de registrar a solicitação de informações, é possível acompanhar a observância dos prazos de atendimento, através do número de protocolo gerado pelo sistema e receber a resposta da solicitação através de mensagem eletrônica; articular recursos administrativos, apresentar reclamações e consultar as respostas recebidas.

Na ANAC, o pedido de acesso à informação pode ser feito por telefone através da Central de Atendimento da ANAC, mediante o sistema e-SIC, ou presencialmente, na Sede da Agência ou nos Núcleos Regionais de Aviação Civil – NURAC.

O pedido, independentemente da forma de entrada na Agência, é registrado no Sistema FOCUS para tratamento interno e resposta ao cidadão. Após passar por classificação técnica por assunto, é distribuído para a área responsável, no caso de não haver resposta padronizada na base de dados. Cabe observar que a tramitação administrativa observa os prazos estabelecidos pela LAI, cujos procedimentos foram regulamentados no âmbito da Agência por meio da IN nº 70, de 30 de abril de 2013. Por fim a GTGI encaminha a resposta ao usuário por meio dos sistemas ‘FOCUS’ e ‘e-SIC’.

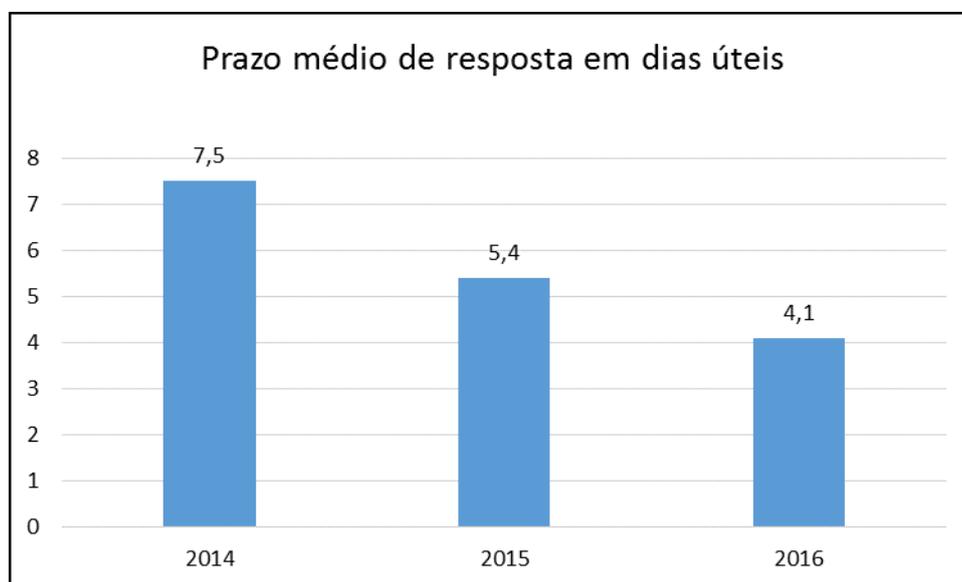
## **A.8 – Informações gerenciais e estatísticas sobre o atendimento às demandas.**

Através do canal “Fale com a ANAC” e, conforme verificado na tabela a seguir, foram recebidas 160.921 ligações telefônicas no ano de 2016. Dessas, foram registradas em sistema para tratamento 133.722, representando um aumento de 14% no número de ligações recebidas comparativamente ao ano de 2015 (141.211 ligações). Em relação às espécies de manifestações registradas pelo sistema, em 2016, 41% tratam de pedidos de informações, 13% de reclamações, 0,5% tratam de denúncias contra entes regulados e 44% são classificadas como outras demandas. Essas e outras informações, além de outros dados estatísticos sobre o “Fale com a ANAC”, encontram disponibilizados na intranet da Agência.

**TABELA 23 – RESUMO DE ATENDIMENTOS PELO CANAL “FALE COM A ANAC”**

Eventos	2016	2015	%
<b>Ligações Call Center:</b>			
Total de Ligações Recebidas	160.921	141.211	14%
Total de ligações registradas no sistema	133.722	83.799	60%
<b>Manifestações registradas por tipo:</b>			
Pedidos de informação	55.342	46.233	20%
Reclamações	18.356	19.761	-9%
Denúncias	583	510	14%
Outras	59.441	17.295	343%

Já a Ouvidoria recebeu, em 2016, 3.487 demandas, concluindo, aproximadamente, 99,1% dos pedidos. Como demonstrado abaixo, a Ouvidoria tem reduzido significativamente o prazo de resposta em dias úteis aos usuários. Este progresso é fruto do trabalho de monitoramento direto da Ouvidoria, conscientização aos gestores sobre a importância da tempestividade de resposta ao usuário e do próprio processo de amadurecimento institucional da ANAC.

**FIGURA 10 – PRAZO MÉDIO DE RESPOSTA DA OUVIDORIA EM DIAS ÚTEIS**


## CARTA DE SERVIÇOS AO CIDADÃO

Em cumprimento ao Decreto nº 6932/2009, a ANAC disponibiliza aos cidadãos sua Carta de Serviços em que constam as informações sobre os principais serviços oferecidos pela Agência. Por meio da Carta, é possível conhecer detalhes sobre cada um dos serviços prestados pela Agência, tais como público-alvo, prazos, documentos, etapas, requisitos, unidade responsável, taxas, legislação específica e dicas sobre como os acessar.

Em março de 2016, a ANAC publicou a segunda versão do documento com vistas a facilitar a comunicação com seus regulados. O novo documento está estruturado em seis grandes grupos: organização de produção aeronáutica, operadores aéreos, proprietários e organizações de manutenção, operador de aeródromos, pessoal da aviação civil e agentes credenciados, pagamentos e multas e pagamento de GRU.

A Carta de Serviços pode ser acessada via internet por meio do link <http://www.anac.gov.br/acesso-a-informacao/carta-de-servicos-ao-cidadao>, menu Carta de Serviços ao Cidadão.

### AFERIÇÃO DO GRAU DE SATISFAÇÃO DOS CIDADÃOS-USUÁRIOS

Outra disposição do Decreto nº 6932/2009 refere-se à realização de pesquisa de satisfação junto aos usuários dos serviços da ANAC, sendo tal atribuição incumbida à Ouvidoria da Agência.

Estruturada no ano de 2016, a pesquisa possui previsão de ser realizada a partir de janeiro de 2017, com avaliações trimestrais e de forma permanente. A pesquisa será realizada com todos os usuários que tiverem os serviços públicos regulados efetivamente prestados e será utilizada como subsídio para tabulação estatística dos serviços de maior demanda, dados que serão atualizados a cada versão da Carta de Serviços.

A Ouvidoria utilizará os dados da pesquisa para tecer apontamentos de melhorias nos processos realizados pelas áreas técnicas da ANAC.

Outro termômetro da satisfação dos usuários dos serviços da ANAC são as próprias demandas recebidas na Ouvidoria.

A tabela abaixo relaciona os assuntos mais demandados nos anos de 2015 e 2016:

**TABELA 24 – ASSUNTOS DEMANDADOS NOS ANOS DE 2015 E 2016 À OUVIDORIA**

Áreas Técnicas	Ano 2015	Ano 2016	Comparativo
Carteira de Habilitação Técnica	1106	1290	14,26%
Demora na emissão de resposta ao usuário	494	290	-41,29%
Exames Teóricos	344	318	-7,60%
Sistemas informatizados de acesso ao usuário	233	274	14,90%
Licença	199	91	-54,27%
Checagem/Rechecagem	178	228	21,93%

O assunto “Carteira de Habilitação Técnica” teve aumento devido a interrupção do contrato de emissão do documento junto à Casa da Moeda do Brasil e a outros problemas técnicos com o sistema informatizado de acesso pelos aeronautas, o qual necessita de melhorias.

As reclamações sobre exames teóricos diminuíram, pois a área técnica aprimorou o sistema de agendamentos e aperfeiçoou a sistemática de resposta aos alunos quanto às inscrições em tempo adequado e mediante a adoção de estratégias para a melhoria dos processos internos.

Já as demandas acerca da disponibilização de sistemas informatizados, apesar de apresentarem uma redução de 7,6% em relação ao ano anterior, não retratam a totalidade de demandas no quesito específico, vez que há usuários que buscam diretamente o “Fale com a ANAC” para o reporte de problemas e alguns são resolvidos por este canal.

O assunto referente à demora na emissão de resposta sofreu aumento porque algumas áreas diminuíram a performance no tratamento de demandas do “Fale com a ANAC” em face da diminuição de força de trabalho que estavam ao atendimento ao usuário.

As demandas relacionadas à obtenção de licença, assim como outros processos de habilitação de piloto, sofreram redução significativa nos últimos anos, pois a área técnica tem analisado os processos administrativos em tempo razoável.

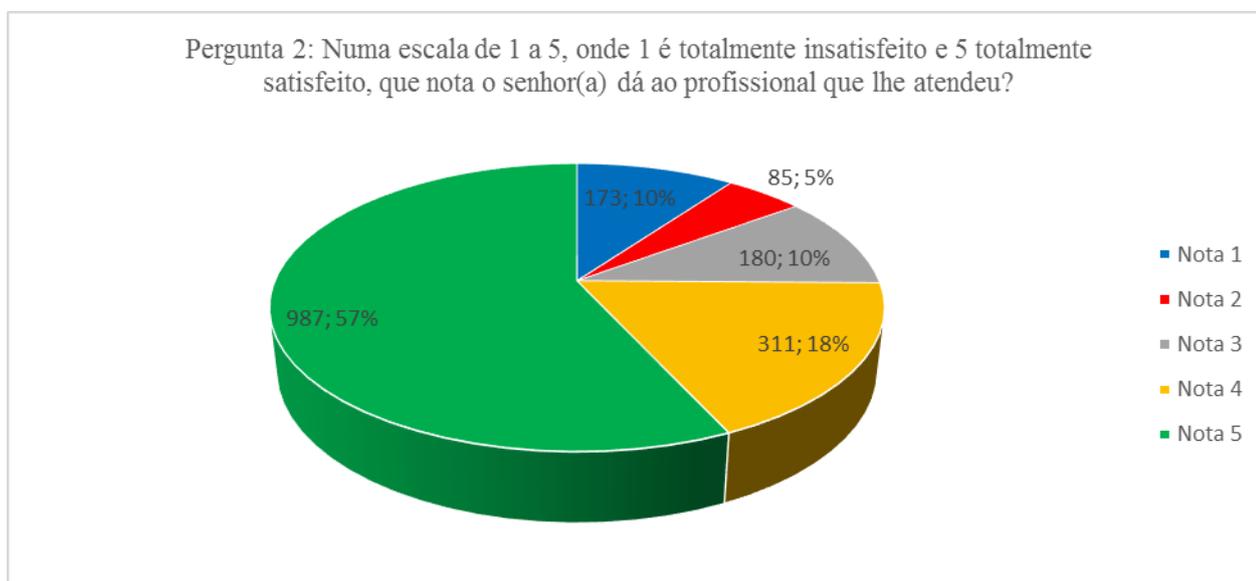
As questões relacionadas ao certificado médico aeronáutico aumentaram, sob condições ainda não completamente identificadas, tendo em consideração possíveis inadequações na relação institucional da ANAC com os entes e médicos credenciados.

Com o objetivo de aferir o grau de satisfação do cidadão com o atendimento prestado, a ANAC recentemente implementou uma ferramenta eletrônica para a realização de pesquisa de satisfação, automaticamente veiculada ao final da ligação com o *Call Center*. Nessa pesquisa, o cidadão responde a 2 perguntas simples e objetivas que são retratadas nos gráficos a seguir. Ainda não obtivemos dados suficientes para construir uma série histórica, contudo seguem nas figuras abaixo os resultados relativos ao mês de dezembro de 2016.

**FIGURA 11 – PESQUISA DE GRAU DE SATISFAÇÃO DO CIDADÃO COM O ATENDIMENTO – PERGUNTA 1**



**FIGURA 12 – PESQUISA DE GRAU DE SATISFAÇÃO DO CIDADÃO COM O ATENDIMENTO – PERGUNTA 2**



Em relação aos dados da pesquisa de satisfação, é importante esclarecer que de todos os atendimentos realizados, 1.871 usuários iniciaram a pesquisa respondendo à pergunta nº 1 e, destes, 135 desistiram de responder à pergunta nº 2 ou digitaram opção incorreta, não computando a nota relacionada à segunda pergunta. Isso explica a diferença entre o total de respondentes da pesquisa (1.871) e o somatório de contribuintes na atribuição das notas dadas à pergunta 2 (1.736).

## MECANISMOS DE TRANSPARÊNCIA DAS INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE A ATUAÇÃO DA UNIDADE

As principais informações institucionais sobre a atuação da ANAC e sua prestação de contas constam no portal institucional da Agência no endereço eletrônico: <http://www.anac.gov.br/>. Na página inicial são disponibilizadas as principais notícias, comunicados, posicionamentos oficiais e demais informações de utilidade pública, conforme data de atualização, bem como os canais de atendimento e meios de contato com a ANAC.

Nos menus de “Acesso à Informação”, “A ANAC” e “Transparência” estão publicizadas informações institucionais e de prestação de contas. Também estão disponibilizadas nesses locais as informações listadas abaixo, dentre outras.

- Processos de Contas Anuais ( <http://www2.anac.gov.br/anac/prestacaodecontas.asp> );
- Relatório Anual de Atividades ( <http://www2.anac.gov.br/publicacoes/> );
- Plano Estratégico ( <http://www2.anac.gov.br/anac/anac.asp> );
- Reuniões Deliberativas da Diretoria ( <http://www2.anac.gov.br/transparencia/deciso.es.asp> );
- Agenda Regulatória da ANAC ( <http://www2.anac.gov.br/AgendaRegulatoria/> ).

## MEDIDAS PARA GARANTIR A ACESSIBILIDADE AOS PRODUTOS, SERVIÇOS E INSTALAÇÕES

Os imóveis que abrigam a Sede da ANAC em Brasília e as Representações Regionais no Rio Janeiro, em São José dos Campos e em São Paulo já se encontram adequadas aos requisitos de acessibilidade ao público.

Com efeito, as edificações mencionadas possuem:

- Pelo menos um banheiro acessível, distribuindo seus equipamentos e acessórios de modo que possam ser utilizados por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida, conforme mencionado no Art. 11, IV, da Lei nº 10.098/2000;
- Acessos ao interior da edificação livres de barreiras arquitetônicas e de obstáculos que impeçam ou dificultem a acessibilidade de pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida;
- Acesso ao prédio feito por meio de catraca ou portão com fechadura magnética permitindo o acesso de cadeirante ou pessoas com outro tipo de dificuldade de locomoção, conforme o disposto no Art. 11, II, da Lei nº 10.098/2000;
- Protocolo localizado no andar térreo do prédio (antes da catraca) ou em local de fácil acesso nos andares superiores, facilitando o acesso de visitante exclusivamente interessado no protocolo de documentos;
- Vagas reservadas para PNE e para idosos em locais próximos a entrada do prédio;
- Paineis dos elevadores com indicação dos andares em braile;
- O acesso às áreas de trabalho é realizado por rampa (nos andares) ou estas se encontram localizadas no mesmo nível do corredor de circulação, não havendo degrau ou outro obstáculo arquitetônico.
- Atendimento prioritário das pessoas portadoras de deficiência e de pessoas idosas no protocolo, bem como autorização para a entrada e permanência de cão-guia;
- Elevadores e/ou plataformas elevatórias instaladas em todos os andares.

Como exemplo da promoção da acessibilidade das instalações utilizadas pela Agência, cabe destacar as intervenções realizadas pelo proprietário do imóvel de São José dos Campos, para adequação do prédio aos requisitos e exigências constantes do contrato de locação:

- Instalação de elevador (plataforma hidráulica cabinada para acessibilidade padrão ISO 9386-1), que permite o acesso ao mezanino do prédio. Antes, o mezanino só poderia ser acessado por meio do uso de escada;
- Instalação de pisos táteis de alerta (com textura e cor em destaque) nas entradas/saídas dos elevadores e escadas.

Os prédios próprios da ANAC (NURACs Recife, Porto Alegre, Curitiba, Centro de Treinamento e Ed. Silvio de Noronha no RJ e Sede II em Brasília) apresentam movimentação relativamente inferior de público externo e menor quantitativo de colaboradores lotados. Nestes prédios, as condições de acessibilidade são razoáveis. A maioria possui elevadores ou reservam os andares superiores a atividades que não realizam atendimento ao público externo e que não possuam servidores com deficiência.

As demais unidades da ANAC localizam-se nos maiores aeroportos e apresentam condições de acessibilidade consideradas satisfatórias.

Por fim, vale destacar que no Plano de Investimentos e Novas Contratações da Agência – PINC estão previstos para o próximo triênio a aquisição de equipamentos para servidores e colaboradores portadores de deficiência (teclado em braile, tela *touch screen*, lupas, etc), instalação de placas de identificação em braile e piso tátil para deficientes visuais nas áreas internas da ANAC na Sede, nas Representações Regionais e nos NURACs, e adaptação do mobiliário de recepção e atendimento à altura e à condição física de pessoas em cadeira de rodas, conforme estabelecido nas normas técnicas de acessibilidade da ABNT.

## DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

### DESEMPENHO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO

A ANAC apresentou em 2016 resultado financeiro positivo superior a R\$ 73,78 milhões. As Demonstrações Contábeis, especificamente o Balanço Financeiro, o Balanço Patrimonial e a Demonstração de Fluxos de Caixa, evidenciam equilíbrio nas finanças do órgão. Comparado ao exercício de 2015, o acréscimo nas disponibilidades apresenta uma variação superior a 259%.

A composição do resultado financeiro está detalhada na tabela a seguir:

**TABELA 25 – COMPOSIÇÃO DO RESULTADO FINANCEIRO**

	R\$		
	31/12/2016	31/12/2015	Variação (%)
Receita Orçamentária	405.076.025,27	380.755.699,52	6,39
Despesa Orçamentária	<u>(493.099.240,75)</u>	<u>(461.747.750,06)</u>	6,79
	(88.023.215,48)	(80.992.050,54)	8,68
Transferências Financeiras Recebidas	1.114.951.891,03	895.870.637,08	24,45
Transferências Financeiras Concedidas	<u>(947.541.318,82)</u>	<u>(793.813.510,72)</u>	19,37
	167.410.572,21	102.057.126,36	64,04
Recebimentos Extraorçamentários	15.469.211,60	31.413.481,23	(50,76)
Pagamentos Extraorçamentários	<u>(21.070.521,13)</u>	<u>(31.973.655,44)</u>	(34,10)
	(5.601.309,53)	(560.174,21)	899,92
<b>Resultado Financeiro do Exercício</b>	<b>73.786.047,20</b>	<b>20.504.901,61</b>	259,85

Fonte: SIAFI, 2016 e 2015.

Considerando os totais de ingressos e dispêndios, verifica-se que cerca de 20,25% do resultado financeiro de 2016 corresponde à parcela de restos a pagar inscritos em 31/12/2015. As receitas com contribuições arrecadadas em 2016, já descontadas a Desvinculações de Receitas da União totalizaram R\$ 161,64 milhões, cujo saldo se encontra evidenciado na conta contábil referente à Conta Única Banco Central do Brasil, da Unidade Gestora 170500/0001. Caso fosse efetivada a transferência desse saldo para o Fundo Aeroviário, o resultado financeiro seria ainda mais expressivo. Em 2016, apenas as receitas arrecadadas com multas aplicadas por infrações foram transferidas da Conta Única – Banco Central para o Fundo Aeroviário, perfazendo um total de R\$ 59,02 milhões. Essa transferência engloba a arrecadação de 2016 e exercícios anteriores. Aproximadamente 99,44% dos pagamentos extraorçamentários correspondem aos restos a pagar pagos no exercício de 2016.

Considerando apenas a arrecadação líquida, já deduzidos os recursos ordinários a título de DRU (sobre as receitas com contribuições), as saídas para pagamentos das despesas do exercício de 2016, com investimentos e outras despesas correntes, apresentaram compatibilidade com a arrecadação, evidenciando um sincronismo do fluxo de caixa entre as receitas arrecadadas e as despesas pagas pela ANAC.

A seguir, a tabela apresenta o índice de despesas pagas sobre receita líquida (por Fonte de Recursos):

**TABELA 26 – ÍNDICE DE DESPESAS PAGAS SOBRE RECEITA LÍQUIDA (POR FONTE DE RECURSOS)**

R\$

Fonte Recursos	Despesas Pagas 31/12/2016	Receita Líquida 31/12/2016	Despesa Paga / Receita Líquida (%) 31/12/2016
0174120069	11.469.271,40	18.378.561,68	62,41%
0176012069	1.645.763,54	161.643.722,59	1,02%
0250120069	46.663.037,05	69.035.643,34	67,60%
02801200 69	58.370.110,64	86.640.327,49	67,37%
<b>Total</b>	<b>118.148.182,63</b>	<b>335.698.255,10</b>	<b>35,19%</b>

Fonte: SIAFI, 2016

Quanto às eventuais dificuldades enfrentadas na sua gestão financeira, a Agência destaca o seguinte:

- Alteração de diretrizes orçamentárias decorrentes da mudança de governo: a ANAC cancelou dotação orçamentária de tal forma que a soma da dotação alterada se igualasse ao limite de movimentação de empenho;
- Dotação inicial publicada na LOA para a Ação 216H – Auxílio Moradia: a partir do exercício de 2016 esta Ação passou a compor o rol de despesas discricionárias da ANAC. Com uma dotação inicial muito inferior às necessidades para o exercício de 2016, a ANAC solicitou crédito suplementar para cumprir com estas obrigações. A suplementação ocorreu apenas em dezembro por meio de PLN nº 13/2016.

### TRATAMENTO CONTÁBIL DA DEPRECIAÇÃO, DA AMORTIZAÇÃO E DA EXAUSTÃO DE ITENS DO PATRIMÔNIO E AVALIAÇÃO E MENSURAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS

A Agência adota os critérios e procedimentos estabelecidos nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – Depreciação, Amortização e Exaustão – NBC T 16.9 e NBC T 16.10. O acervo patrimonial da ANAC contempla bens passíveis de depreciação e amortização.

Os ativos classificados como bens móveis têm sua vida útil econômica estimada conforme a tabela definida pelo Manual SIAFI, Macrofunção 02.03.30. A adoção deste critério é justificada pelas características dos bens e a forma como são utilizados, não havendo desgastes maiores que impliquem na adoção de um prazo de vida útil menor que aqueles definidos no Manual SIAFI.

A metodologia de cálculo da depreciação dos bens móveis é a de cotas constantes cujas taxas estão definidas pela Macrofunção 02.03.30.

No exercício de 2016, a ANAC realizou a implantação do Sistema de Administração de Serviços – SIADS, objetivando o melhor controle patrimonial concomitante com a melhor adequação à norma contábil quanto à apuração e a contabilização tempestiva da despesa com depreciação, que por sua vez, está expressa por valores fidedignos.

No caso dos bens imóveis, a depreciação é calculada segundo o Método da Parábola de Kuentzle, definido pela Portaria Conjunta STN/SPU N° 03/2014. Os cálculos são efetuados pela Secretaria de Patrimônio da União e a contabilização da despesa com depreciação é registrada pela Secretaria do Tesouro Nacional.

Especificamente quanto às benfeitorias em imóveis de terceiros, a metodologia aplicada é a de cotas constantes, tendo como prazo de amortização a vigência dos contratos de locação dos imóveis.

Por fim, ainda tratando da NBC T 16.9, a ANAC possui bens intangíveis representados por *softwares* cujas licenças de uso são limitadas por cláusulas contratuais. No caso dos *softwares* pertencentes à ANAC, a vida útil econômica é definida segundo critérios de obsolescência tecnológica. A ANAC também possui *softwares* fabricados para seu uso exclusivo e que não possuem vida útil econômica definida.

Sobre o resultado apurado, as despesas com depreciação amortização, em cumprimento à NBC T 16.9, representam 0,69% do total de Variações Patrimoniais Diminutivas.

No que se refere à avaliação e mensuração de ativos e passivos, a ANAC obedece ao disposto nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos em Entidades do Setor Público NBC T 16.10 e ao Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) – Parte II Procedimentos Contábeis Patrimoniais.

As disponibilidades são avaliadas e mensuradas pelo seu valor original e as aplicações financeiras são atualizadas até a data do fechamento do Balanço. As atualizações das aplicações são contabilizadas como Variações Patrimoniais Aumentativas a título de Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras. Sobre o resultado apurado, as atualizações das aplicações correspondem a 3,84% das Variações Patrimoniais Aumentativas.

Os direitos, os títulos de crédito e as obrigações são mensuradas pelo seu valor original. Os riscos de recebimento de direitos são reconhecidos como ajustes, contabilizados em conta de resultado. A metodologia para o cálculo de ajuste aplicável sobre a Dívida Ativa Não-Tributária baseia-se na média dos recebimentos. Esta metodologia consiste em apurar a média ponderada dos recebimentos, considerando a média dos recebimentos mensais e a média dos saldos mensais de créditos a receber.

Especificamente no caso dos créditos a receber cabe uma ressalva. Não estão evidenciados no Balanço Patrimonial os créditos relativos às multas aplicadas aos entes regulados bem como os outros créditos de curto prazo. O sistema de gestão de créditos da ANAC não dispõe de relatórios analíticos que viabilizem o registro contábil com exatidão e de forma tempestiva. Já os créditos a receber inscritos em dívida ativa não estão expressos em valores exatos, em decorrência de inconsistências geradas pelo Sistema Integrado de Gestão de Créditos. Há demandas internas para a melhoria da ferramenta de gestão dos créditos a receber.

Sobre o resultado apurado, as atualizações dos créditos a receber correspondem a 0,46% do total das Variações Patrimoniais Aumentativas.

Os estoques são mensurados pelo seu custo de aquisição por ocasião de sua entrada. Suas saídas são mensuradas pelo custo médio ponderado, nos termos da Lei 4.320/64. Sobre o resultado apurado, o consumo dos estoques representa 0,02% do total das Variações Patrimoniais Diminutivas.

Os bens móveis do imobilizado são mensurados pelo seu custo de aquisição e/ou produção, estando sujeitos à depreciação uma vez estabelecidos os prazos limitados de vida útil econômica dos mesmos. A baixa ou transferência destes ativos é realizada pelo seu valor líquido contábil, contabilizando contra o seu saldo contábil a respectiva depreciação acumulada até o momento de sua baixa e/ou transferência.

Os bens intangíveis são mensurados pelo seu custo de aquisição e/ou produção, estando suscetíveis à amortização pelo seu prazo de vida útil econômica, quando definida em contrato ou por outros critérios que evidenciem o fim da geração de benefícios futuros pela sua utilização.

A ANAC não efetuou reavaliação de bens no exercício de 2016. Houve aplicação de redução ao valor recuperável apenas em alguns bens móveis da conta contábil de aeronaves, antes da implantação do sistema estruturante SIADS. Este sistema ainda não contempla as funcionalidades para o registro de redução ao valor recuperável e reavaliação de bens. Sobre o resultado apurado, a redução ao valor recuperável contabilizada no exercício de 2016 corresponde a 0,0002% do total das Variações Patrimoniais Diminutivas.

A ANAC não possui investimentos permanentes.

### SISTEMÁTICA DE APURAÇÃO DE CUSTOS NO ÂMBITO DA ANAC

A ANAC ainda não implementou Setorial de Custos. Em que pese a Portaria STN nº 157/2011 ter instituído o Sistema de Custos do Governo Federal e a Portaria STN nº 716/2011 ter instituído o Sistema de Informações de Custos – SIC como sistema de gestão de custos no âmbito da Administração, estes normativos não impuseram a implantação da gestão de custos pelos Órgãos.

### DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXIGIDAS PELA LEI 4.320/64 E NOTAS EXPLICATIVAS

As Demonstrações Contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e Notas Explicativas, apresentadas no Anexo do presente Relatório, estão em consonância com as Normas Brasileiras de Contabilidade aplicáveis ao Setor Público. Não há inconsistências nas suas informações, que por sua vez, refletem adequadamente a situação da ANAC, possibilitando o cumprimento do objetivo de transparência à sociedade.

As operações realizadas entre órgãos integrantes do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, bem como aquelas realizadas com outros entes da federação estão corretamente evidenciadas, formando uma unidade contábil consolidada, restando cumprido o disposto na norma NBC T 16.7 – Consolidação das Demonstrações Contábeis.

## CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DE ÓRGÃOS DE CONTROLE

### TRATAMENTO DE DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TCU

No exercício de 2016, foram proferidos pelo Tribunal de Contas da União – TCU 9 (nove) Acórdãos com determinações e recomendações à ANAC, e foi realizado o monitoramento conforme determinação relativa ao Acórdão 1973/2013-TCU-Plenário, conforme tabela abaixo:

**TABELA 27 – ACÓRDÃOS DO TCU PROFERIDOS NO EXERCÍCIO DE 2016**

<b>Acórdão</b>	<b>Assunto</b>	<b>Deliberação</b>
957/2016-TCU-Plenário	Encaminha Acórdão 957/2016-TCU-Plenário que trata do acompanhamento do 1º estágio do processo de concessão do Aeroporto Internacional Salgado Filho, em Porto Alegre/RS.	Determinação
956/2016-TCU-Plenário	Encaminha Acórdão 956/2016-TCU-Plenário que trata do acompanhamento do 1º estágio do processo de concessão do Aeroporto Internacional Hercílio Luz, em Florianópolis/SC.	Determinação
925/2016-TCU-Plenário	Encaminha Acórdão 925/2016-TCU-Plenário que trata do acompanhamento do 1º estágio do processo de concessão do Aeroporto Internacional Deputado Luís Eduardo Magalhães, em Salvador/BA.	Determinação
926/2016-TCU-Plenário	Encaminha Acórdão 926/2016-TCU-Plenário que trata do acompanhamento do 1º estágio do processo de concessão do Aeroporto Internacional Pinto Martins, em Fortaleza/CE.	Determinação
1973/2013-TCU-Plenário	Saneamento do processo 000.676/2014-4, que trata do monitoramento dos itens 9.5 a 9.8 do Acórdão 1973/2013-TCU-Plenário, proferido nos autos do TC 003.273/2013-0.	Determinação
1559/2016-TCU-Plenário	Acompanhamento das ações prioritárias para a realização dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016.	Recomendação
3016/2016-Plenário	Concessão dos serviços públicos para a ampliação, manutenção e exploração da infraestrutura do Aeroporto Internacional Salgado Filho, localizado no município de Porto Alegre/RS.	Recomendação
3017/2016-Plenário	Concessão dos serviços públicos para a ampliação, manutenção e exploração da infraestrutura do Aeroporto Internacional Hercílio Luz, localizado no município de Florianópolis/SC.	Recomendação
3018/2016-Plenário	Concessão dos serviços públicos para a ampliação, manutenção e exploração da infraestrutura do Aeroporto Internacional Deputado Luís Eduardo Magalhães, localizado no município de Salvador/BA.	Recomendação

Acórdão	Assunto	Deliberação
3019/2016-Plenário	Concessão dos serviços públicos para a ampliação, manutenção e exploração da infraestrutura do Aeroporto Internacional Pinto Martins, localizado no município de Fortaleza/CE.	Recomendação

Os citados Acórdãos dispõem, em sua maioria, sobre o primeiro estágio de fiscalização do Tribunal de Contas da União - TCU relacionado ao processo de desestatização dos Aeroportos Salgado Filho de Porto Alegre/RS, Deputado Luís Eduardo Magalhães de Salvador/BA, Hercílio Luz de Florianópolis/SC e Pinto Martins de Fortaleza/CE.

O processo em questão permanece em curso, tendo o edital de licitação sido publicado em 1º de dezembro de 2016, com previsão de realização da sessão pública de leilão em março de 2017. Considerando que a recomendação se destina a futuros processos de desestatização, e que não há, no âmbito da ANAC, outro processo de desestatização em andamento, ressalta-se que ainda não se apresentou o momento oportuno para implementação e avaliação das recomendações.

Em relação ao Acórdão 1559/2016-TCU-Plenário, que trata da instalação do sistema de climatização do Aeroporto Santos Dumont - SBRJ quando dos Jogos Olímpicos de 2016, cumpre informar que, de acordo com a Superintendência de Regulação Econômica: todas as denúncias e reclamações de passageiros, decorrentes de problemas que ocasionem transtornos e consequente degradação da qualidade de serviço ofertado pelos operadores aeroportuários, são analisadas e, conforme o juízo da análise, são encaminhadas para apuração e contestação junto ao regulado; a respeito do conforto térmico do Aeroporto Santos Dumont, não fora recebida pela ANAC, no período dos jogos olímpicos de 2016, qualquer demanda que indicasse falha no sistema de climatização do aeroporto.

Para cumprir a determinação do Acórdão nº 1973/2013-TCU-Plenário, informa-se que foi publicada no Diário Oficial da União a Resolução ANAC nº. 401, de 13/12/2016 (0261526), que dispõe sobre a inclusão do preço da passagem aérea no cartão de embarque. Todavia, essa norma acabou sendo posteriormente revogada pela Resolução nº 411, de 23/02/2017, em função do teor da decisão judicial exarada pelo juízo da 2ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal nos autos do processo nº 0007416-43.2017.4.01.3400.

Ressalta-se, por fim, que não há determinações/recomendações decorrentes de julgamento de contas da Agência pendentes de atendimento.

## TRATAMENTO DE RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO

Em relação à Ciset/PR, em 2016, foi dado continuidade ao acompanhamento do Plano de Providências Permanente – PPP, oriundo da última Auditoria Anual de Contas realizada na ANAC, referente ao exercício de 2013, por meio do Sistema de Execução e Monitoramento das Ações de Controle – SEMAC.

Muito embora a Ciset/PR tenha acatado as informações prestadas pela Agência em cumprimento ao Plano, duas constatações apresentam status de “transferidas” no SEMAC, o que significa que ainda serão monitoradas pelo Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União – CGU, quais sejam:

a) Locação de imóvel para abrigar a Sede da ANAC, em Brasília, com área superior às atuais necessidades da Agência, em potencial afronta ao princípio da economicidade, artigo 70 da Constituição Federal e da vantajosidade, artigo 3º da Lei nº 8.666/93.

b) Possibilidade de prorrogação ilimitada do contrato nº 18/2012 - o contrato em questão estabeleceu em sua Cláusula Terceira a validade de 12 meses para a contratação, dispondo, ainda, a possibilidade de ser prorrogada, por igual ou inferior período, sem o limite do número de vezes em que poderá haver prorrogação, afrontando o estabelecido no artigo 57, II e V, da Lei nº 8.666/1993.

### MEDIDAS ADMINISTRATIVAS PARA A APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE POR DANO AO ERÁRIO

No ano de 2016 não ocorreram fatos que ensejassem a adoção de medidas administrativas para a apuração de responsabilidade por dano ao erário.

#### QUADRO 19 – MEDIDAS ADOTADAS PARA APURAÇÃO E RESSARCIMENTO DE DANOS AO ERÁRIO

Casos de dano objeto de medidas administrativas internas	Tomadas de Contas Especiais							
	Não instauradas			Instauradas				
	Dispensadas			Não remetidas ao TCU				
	Débito < R\$ 75.000	Prazo > 10 anos	Outros Casos*	Arquivamento			Não enviadas > 180 dias do exercício instauração*	Remetidas ao TCU
Recebimento Débito				Não Comprovação	Débito < R\$ 75.000			
0	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: SIAFI/SICONV

### DEMONSTRAÇÃO DA CONFORMIDADE DO CRONOGRAMA DE PAGAMENTOS DE OBRIGAÇÕES COM O DISPOSTO NO ART. 5º DA LEI 8.666/1993

Todos os pagamentos foram efetivados dentro dos prazos estabelecidos no art. 5º da Lei nº 8.666/93 e na cláusula “DO PAGAMENTO” constante nos contratos firmados entre a ANAC e os fornecedores de serviços e materiais, observando a ordem cronológica das datas de entradas e de suas exigibilidades por fonte de recursos.

Para acompanhamento dos pagamentos efetuados ou a serem efetuados no mês, a Gerência Técnica de Finanças e Contabilidade mantém planilha atualizada contendo: identificação dos contratos vigentes, empresa contratada, nº da NE referente ao contrato, objeto do contrato, valor mensal e anual do contrato, além dos pagamentos referentes a cada mês.

### INFORMAÇÕES SOBRE A REVISÃO DOS CONTRATOS VIGENTES FIRMADOS COM EMPRESAS BENEFICIADAS PELA DESONERAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO

As revisões dos contratos firmados com empresas beneficiadas pelo Regime de Desoneração da Folha de Pagamento foram sobrestadas, em 1º de abril de 2015, a partir da publicação de informativo pela Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação (SLTI/MP), no Portal de Compras Governamentais, por força do conhecimento do pedido de reexame com efeito suspensivo pelo Plenário do Tribunal de Contas da União (Processo TC 013.515/2013-6). A ANAC aguarda

novas orientações, a serem expedidas pela SLTI/MP após o exame final da matéria pelo TCU, para continuidade das revisões sobrestadas.

#### INFORMAÇÕES SOBRE AS AÇÕES DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA

A Agência não possui qualquer contrato de publicidade e propaganda firmado em 2016.

## ANEXO

### DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXIGIDAS PELA LEI 4.320/64 E NOTAS EXPLICATIVAS

#### ANEXO 1 – BALANÇO FINANCEIRO E RESPECTIVAS NOTAS EXPLICATIVAS



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	62201 - AGENCIA NACIONAL DE AVIACAO CIVIL - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	20101 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA

EXERCÍCIO 2016	PERÍODO DEZ(Encerrado)
EMISSÃO 19/01/2017	PÁGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
<b>Receitas Orçamentárias</b>	<b>405.076.025,27</b>	<b>380.755.699,52</b>	<b>Despesas Orçamentárias</b>	<b>493.099.240,75</b>	<b>461.747.750,06</b>
<b>Ordinárias</b>	<b>69.381.005,43</b>	<b>44.123.449,78</b>	<b>Ordinárias</b>	<b>351.688.785,86</b>	<b>69.948.978,38</b>
<b>Vinculadas</b>	<b>336.403.312,12</b>	<b>337.118.331,28</b>	<b>Vinculadas</b>	<b>141.410.454,89</b>	<b>391.798.771,68</b>
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	155.933.055,73	142.856.540,59	Seguridade Social (Exceto RGPS)	9.711.044,85	8.537.112,66
Outros Recursos Vinculados a Fundos	180.470.256,39	194.461.790,69	Operação de Crédito	-	252.159.828,51
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-708.292,28	-486.081,54	Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	117.304.594,49	111.156.093,68
			Outros Recursos Vinculados a Fundos	14.394.815,55	19.945.736,83
<b>Transferências Financeiras Recebidas</b>	<b>1.114.951.891,03</b>	<b>895.870.637,08</b>	<b>Transferências Financeiras Concedidas</b>	<b>947.541.318,82</b>	<b>793.813.510,72</b>
Resultantes da Execução Orçamentária	1.043.052.457,19	812.992.331,93	Resultantes da Execução Orçamentária	625.585.460,13	491.206.531,22
Repasso Recebido	420.923.284,27	321.956.870,75	Repasso Concedido	3.456.287,21	171.070,04
Sub-repasso Recebido	622.129.172,92	491.035.461,18	Sub-repasso Concedido	622.129.172,92	491.035.461,18
Independentes da Execução Orçamentária	71.899.433,84	82.878.305,15	Independentes da Execução Orçamentária	321.955.858,69	302.606.979,50
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	2.644.019,42	25.453.311,66	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	2.197.343,00	6.725.013,81
Demais Transferências Recebidas	49.018,73	64.719,23	Demais Transferências Concedidas	946.289,37	-
Movimentação de Saldos Patrimoniais	69.206.395,69	57.360.274,26	Movimento de Saldos Patrimoniais	318.812.226,32	295.881.965,69
Aporte ao RPPS	-	-	Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-	Aporte ao RGPS	-	-
<b>Recebimentos Extraorçamentários</b>	<b>15.469.211,60</b>	<b>31.413.481,23</b>	<b>Despesas Extraorçamentárias</b>	<b>21.070.521,13</b>	<b>31.973.655,44</b>
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	1.043.094,77	10.778.830,15	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	3.614.871,79	556,98
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	13.900.275,32	20.220.302,07	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	17.337.205,01	31.884.433,99
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	239.032,98	-172.549,67	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	118.444,33	88.664,47
Outros Recebimentos Extraorçamentários	286.808,53	586.898,68	Outros Pagamentos Extraorçamentários	-	-
Arrecadação de Outra Unidade	286.342,73	290.237,50			
Demais Recebimentos	465,80	296.661,18			
<b>Saldo do Exercício Anterior</b>	<b>697.675.219,42</b>	<b>677.170.317,81</b>	<b>Saldo para o Exercício Seguinte</b>	<b>771.461.266,62</b>	<b>697.675.219,42</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	697.675.219,42	677.170.317,81	Caixa e Equivalentes de Caixa	771.461.266,62	697.675.219,42
<b>TOTAL</b>	<b>2.233.172.347,32</b>	<b>1.985.210.135,64</b>	<b>TOTAL</b>	<b>2.233.172.347,32</b>	<b>1.985.210.135,64</b>

## Nota Explicativa – Resultado Financeiro – Balanço Financeiro

O resultado financeiro do exercício de 2016 importou no acréscimo de R\$ 73,78 milhões ao Caixa da ANAC e sua formação é detalhada na tabela a seguir:

### Resultado Financeiro – Composição.

	R\$
	<b>31/12/2016</b>
Receita Orçamentária	405.076.025,27
Despesa Orçamentária	<u>(493.099.240,75)</u>
	(88.023.215,48)
Transferências Financeiras Recebidas	1.114.951.891,03
Transferências Financeiras Concedidas	<u>(947.541.318,82)</u>
	167.410.572,21
Recebimentos Extraorçamentários	15.469.211,60
Pagamentos Extraorçamentários	<u>(21.070.521,13)</u>
	(5.601.309,53)
<b>Resultado Financeiro do Exercício</b>	<b>73.786.047,20</b>

Fonte: SIAFI, 2016.

Do resultado financeiro obtido, cerca de 20,25% correspondem aos restos a pagar não processados e restos a pagar processados, inscritos ao final do exercício de 2016.

Das transferências financeiras concedidas, R\$ 161,64 milhões correspondem às receitas com contribuições arrecadadas em 2016, já descontadas as Desvinculações de Receitas da União, cujo saldo está disponível na Conta Única Banco Central do Brasil e que ainda não foi transferido para o Fundo Aeroviário, o que poderia contribuir para um maior resultado financeiro do exercício.

Dos pagamentos extraorçamentários, 99,44% correspondem aos restos a pagar pagos em 2016.

As deduções da receita orçamentária não impactaram de forma relevante no desempenho financeiro da ANAC. As deduções das receitas estão detalhadas por fonte de recursos na tabela a seguir:

### Tabela - Deduções da Receita Orçamentária - Composição.

		R\$	
		<b>31/12/2016</b>	<b>AV (%)</b>
0174120069	Código Brasileiro De Aeronáutica – Fundo Aeroviário - Anac	(447.139,83)	63,13
0250120069	Rendas Fundo Aeroviário-Anac	(257.084,90)	36,30
0100000000	Recursos Ordinários	(3.065,37)	0,43
0176012069	Rendas Fundo Aeroviário	(832,29)	0,12
0100980000	Desvinculação Das Receitas Da União-Fonte 100	(169,89)	0,02
<b>Total</b>		<b>(708.292,28)</b>	<b>100,00</b>

Fonte: SIAFI, 2016.



ANEXO 2 – BALANÇO ORÇAMENTÁRIO E RESPECTIVAS NOTAS EXPLICATIVAS



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2016	PERÍODO DEZ (Aberto)
EMISSÃO 18/01/2017	PÁGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	62201 - AGENCIA NACIONAL DE AVIACAO CIVIL - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	20101 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>278.817.857,00</b>	<b>278.817.857,00</b>	<b>405.076.025,27</b>	<b>126.258.168,27</b>
<b>Receitas Tributárias</b>	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
<b>Receitas de Contribuições</b>	<b>126.431.028,00</b>	<b>126.431.028,00</b>	<b>230.894.200,80</b>	<b>104.463.172,80</b>
Contribuições Sociais	126.431.028,00	126.431.028,00	230.894.200,80	104.463.172,80
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profs.	-	-	-	-
<b>Recarga Patrimonial</b>	<b>80.009.508,00</b>	<b>80.009.508,00</b>	<b>86.640.327,49</b>	<b>6.630.819,49</b>
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	-	-	-	-
Valores Mobiliários	80.009.508,00	80.009.508,00	86.640.327,49	6.630.819,49
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
<b>Recarga Agropecuária</b>	-	-	-	-
<b>Recarga Industrial</b>	-	-	-	-
<b>Receitas de Serviços</b>	<b>51.398.658,00</b>	<b>51.398.658,00</b>	<b>68.269.988,09</b>	<b>16.871.330,09</b>
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	51.398.658,00	51.398.658,00	68.269.988,09	16.871.330,09
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-	-
Outros Serviços	-	-	-	-
<b>Transferências Correntes</b>	-	-	-	-
<b>Outras Receitas Correntes</b>	<b>20.978.663,00</b>	<b>20.978.663,00</b>	<b>19.271.508,89</b>	<b>-1.707.154,11</b>
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	20.934.549,00	20.934.549,00	18.945.447,59	-1.989.101,41
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	22.809,00	22.809,00	172.835,54	150.026,54
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	21.305,00	21.305,00	153.225,76	131.920,76
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	-	-	-	-
<b>Operações de Crédito</b>	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
<b>Alienação de Bens</b>	-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
<b>Amortização de Empréstimos</b>	-	-	-	-
<b>Transferências de Capital</b>	-	-	-	-
<b>Outras Receitas de Capital</b>	-	-	-	-

EXERCÍCIO 2016	PERÍODO DEZ (Aberto)
EMIÇÃO 18/01/2017	PÁGINA 2
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	62201 - AGENCIA NACIONAL DE AVIACAO CIVIL - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	20101 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
<b>RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIO ANTERIORES</b>	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL DE RECEITAS</b>	<b>278.817.867,00</b>	<b>278.817.867,00</b>	<b>406.078.026,27</b>	<b>128.268.188,27</b>
<b>REFINANCIAMENTO</b>	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL COM FINANCIAMENTO</b>	<b>278.817.867,00</b>	<b>278.817.867,00</b>	<b>406.078.026,27</b>	<b>128.268.188,27</b>
<b>DÉFICIT</b>	-	-	<b>88.028.216,48</b>	<b>88.028.216,48</b>
<b>TOTAL</b>	<b>278.817.867,00</b>	<b>278.817.867,00</b>	<b>488.098.240,75</b>	<b>214.281.583,75</b>
<b>DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA</b>	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-	-
Créditos Adicionais Reabertos	-	-	-	-

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>460.660.726,00</b>	<b>498.786.368,00</b>	<b>484.674.873,12</b>	<b>471.844.281,07</b>	<b>470.808.818,30</b>	<b>14.180.882,33</b>
Pessoal e Encargos Sociais	314.668.800,00	360.327.336,00	342.988.848,71	340.790.603,28	338.781.354,40	7.888.888,29
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	136.881.826,00	148.438.021,00	141.911.024,41	131.053.737,81	131.018.581,90	8.628.886,59
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>27.114.283,00</b>	<b>8.743.283,00</b>	<b>3.624.687,88</b>	<b>7.364.874,38</b>	<b>7.345.864,38</b>	<b>1.218.716,37</b>
Investimentos	27.114.283,00	8.743.283,00	3.624.687,88	7.364.874,38	7.345.864,38	1.218.716,37
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>	<b>132.461.846,00</b>	<b>132.461.846,00</b>	-	-	-	<b>132.461.846,00</b>
<b>RESERVA DO RPPS</b>	-	-	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS</b>	<b>610.116.853,00</b>	<b>640.980.484,00</b>	<b>488.098.240,75</b>	<b>479.189.886,43</b>	<b>478.155.870,98</b>	<b>147.881.243,25</b>
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / FINANCIAMENTO</b>	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-


**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2016	PERÍODO DEZ (Aberto)
EMISSÃO 18/01/2017	PÁGINA 3
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	62201 - AGENCIA NACIONAL DE AVIACAO CIVIL - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	20101 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
Outras Dividas	-	-	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO</b>	<b>610.116.853,00</b>	<b>640.360.484,00</b>	<b>493.099.240,75</b>	<b>479.198.965,43</b>	<b>478.155.870,66</b>	<b>147.861.243,25</b>
<b>TOTAL</b>	<b>610.116.853,00</b>	<b>640.360.484,00</b>	<b>493.099.240,75</b>	<b>479.198.965,43</b>	<b>478.155.870,66</b>	<b>147.861.243,25</b>

**ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS**

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
<b>DESPESA \$ CORRENTE \$</b>	<b>6.900.823,51</b>	<b>16.794.847,30</b>	<b>13.592.243,84</b>	<b>13.567.278,10</b>	<b>9.015.857,00</b>	<b>1.112.535,71</b>
Pessoal e Encargos Sociais	2.292.990,62	1.779.892,18	1.376.348,98	1.376.348,98	2.696.533,82	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	4.607.832,89	15.014.955,12	12.215.894,86	12.190.929,12	6.319.323,18	1.112.535,71
<b>DESPESA \$ DE CAPITAL</b>	<b>1.249.688,94</b>	<b>3.425.454,77</b>	<b>3.769.926,91</b>	<b>3.769.926,91</b>	<b>130.876,44</b>	<b>774.340,36</b>
Investimentos	1.249.688,94	3.425.454,77	3.769.926,91	3.769.926,91	130.876,44	774.340,36
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>8.150.512,45</b>	<b>20.220.302,07</b>	<b>17.362.170,75</b>	<b>17.337.205,01</b>	<b>9.146.733,44</b>	<b>1.886.876,07</b>

**ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS**

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
<b>DESPESA \$ CORRENTE \$</b>	-	<b>10.832.138,80</b>	<b>3.614.871,79</b>	<b>7.163.958,36</b>	<b>53.308,65</b>
Pessoal e Encargos Sociais	-	8.584.182,26	1.420.223,90	7.163.958,36	-0,00
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	2.247.956,54	2.194.647,89	-	53.308,65
<b>DESPESA \$ DE CAPITAL</b>	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	-	<b>10.832.138,80</b>	<b>3.614.871,79</b>	<b>7.163.958,36</b>	<b>53.308,65</b>

Nota Explicativa – Resultado Orçamentário – Balanço Orçamentário

Os valores arrecadados no exercício de 2016 estão apresentados na tabela abaixo:

**Tabela - Execução Orçamentária da Receita.**

			R\$
	31/12/2016	31/12/2015	AH (%)
Receitas Correntes	405.076.025,27	380.755.699,52	6,39
<b>Total</b>	<b>405.076.025,27</b>	<b>380.755.699,52</b>	<b>6,39</b>

Fonte: SIAFI, 2015 e 2016.

As Receitas Correntes da Agência Nacional de Aviação Civil são: (i) Contribuições; (ii) Patrimonial, (iii) de Serviços e (iv) Outras Receitas Correntes. A seguir, é apresentada a composição destes grupos de receitas, conforme origem, na data base de 31/12/2016:

**Tabela - Execução das Receitas Orçamentárias Correntes.**

			R\$
	31/12/2016	AV (%)	
Contribuições	230.894.200,80	57,00	
Receita Patrimonial	86.640.327,49	21,39	
Receita De Serviços	68.269.988,09	16,85	
Outras Receitas Correntes	19.271.508,89	4,76	
<b>Total</b>	<b>405.076.025,27</b>	<b>100,00</b>	

Fonte: SIAFI, 2016.

A seguir é apresentada a composição desses grupos de receitas:

**Tabela - Arrecadação - Composição.**

			R\$
	31/12/2016	AV (%)	
Contribuições Sociais	230.894.200,80	57,00	
Valores Mobiliários	86.640.327,49	21,39	
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	68.269.988,09	16,85	
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	18.945.447,59	4,68	
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	172.835,54	0,04	
Demais Receitas Correntes	153.225,76	0,04	
<b>Total</b>	<b>405.076.025,27</b>	<b>100,00</b>	

Fonte: SIAFI, 2016.

Na tabela a seguir é apresentado o desdobramento dos grupos de receitas:

**Tabela – Arrecadação – Desdobramento da Receita - Composição.**

			R\$
	31/12/2016	AV (%)	
Contribuição para o Ensino Aeroviário	230.894.200,80	57,00	
Juros e Correções Monetárias	86.640.327,49	21,39	
Serviços Registro, Certificação e Fiscalização	68.269.988,09	16,85	
Multas Previstas em Legislação Especifica	18.378.561,68	4,54	

Multas e Juros Previstos em Contratos	566.885,91	0,14
Indenização por Danos Causados ao Patrimônio Público	32.343,70	0,01
Restituição Despesas de Exercícios Anteriores	123.143,00	0,03
Outros Ressarcimentos	17.348,84	0,00
Outras Receitas	153.225,76	0,04
<b>Total</b>	<b>405.076.025,27</b>	<b>100,00</b>

Fonte: SIAFI, 2016.

As receitas com contribuições sociais representam a maior espécie de receitas (57%). Essas receitas com contribuições estão vinculadas ao ensino aeroviário e sua arrecadação decorre do recolhimento, pelas empresas do setor aéreo, da alíquota de 2,5% sobre a base de cálculo estabelecida pela Instrução Normativa RFB Nº 971, de 13 de novembro de 2009, considerando o Código FPAS (Fundo de Previdência e Assistência Social) que lhes foi atribuído em razão de sua atividade econômica.

Verifica-se uma provável previsão subestimada da receita com contribuições para o Exercício de 2016, considerando que a previsão atualizada dessa receita foi de R\$ 126,4 milhões e a despesa realizada foi de R\$ 230,8 milhões.

A Receita de Serviços compreende as Taxas de Fiscalização de Aviação Civil – TFAC, cobradas pela Agência de Aviação Civil, em razão dos serviços prestados às empresas aeroviárias em âmbito nacional e internacional. Os valores das Taxas de Fiscalização de Aviação Civil estão fixados conforme o Anexo III, da Lei Nº 11.182, de 27 de setembro de 2005.

A Remuneração de Depósitos Bancários compreende a remuneração sobre as disponibilidades do Fundo Aeroviário aplicadas na Conta Única.

Outra fonte de Receita refere-se à arrecadação do Fundo Aeroviário das multas aplicadas aos entes regulados, classificados no Balanço Orçamentário como Outras Receitas Correntes, com arrecadação de R\$ 18,3 milhões, na data base de 31/12/2016.

No Exercício de 2016, da Dotação Atualizada de R\$ 640,96 milhões foram empenhados R\$ 493 milhões, cuja comparação com o exercício anterior é demonstrada da tabela a seguir:

**Tabela – Execução Orçamentária da Despesa - Despesa Empenhada.**

	R\$		
	31/12/2016	31/12/2015	AH (%)
Despesas Correntes	484.574.673,12	452.253.410,93	7,146715
Despesas De Capital	8.524.567,63	9.494.339,13	-10,2142
<b>Total</b>	<b>493.099.240,75</b>	<b>461.747.750,06</b>	<b>6,789744</b>

Fonte: SIAFI, 2015 e 2016.

As despesas correntes representam 98,27% do total das despesas empenhadas. O Grupo Outras Despesas Correntes corresponde a 29,29% dos gastos correntes, cujo detalhamento é apresentado na tabela a seguir:

**Tabela – Execução – Outras Despesas Correntes – Composição.**

	R\$	
	31/12/2016	AV (%)
Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica	66.350.829,09	46,76
Locação de Mão-de-obra	39.031.782,21	27,50
Passagens E Despesas Com Locomoção	11.082.244,76	7,81
Auxílio-Alimentação	7.654.410,00	5,39
Diárias - Pessoal Civil	6.709.366,34	4,73
Indenizações e Restituições	4.421.582,38	3,12
Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	2.129.588,03	1,50
Outros Benef.Assist. do Servidor	1.131.987,21	0,80
Despesas de Exercícios Anteriores	1.068.054,47	0,75
Auxílio-Transporte	808.015,55	0,57
Material de Consumo	718.777,33	0,51
Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas	524.685,26	0,37
Obrigações Tributarias e Contributivas	133.580,95	0,09
Diárias - Pessoal Militar	109.613,49	0,08
Serviços de Consultoria	23.435,26	0,02
Sentenças Judiciais	12.000,00	0,01
Contribuições	1.072,08	0,00
<b>Total</b>	<b>141.911.024,41</b>	<b>100,00</b>

Fonte: SIAFI, 2016.

Os gastos com outros serviços de terceiros pessoa jurídica correspondem a 46,76% dos gastos com outras despesas correntes. Desses, o mais representativo refere-se às despesas com locações de imóveis que corresponde a 22,98% dos gastos com outras despesas correntes.

Os gastos com despesas de capital foram executados em investimentos, sendo os gastos com intangíveis os mais relevantes, conforme detalhado na tabela a seguir:

**Tabela – Execução – Despesas de Capital – Composição.**

	R\$	
	31/12/2016	AV (%)
Aquisição de Software	7.655.436,29	89,80
Serviços Técnicos Profissionais de T.I.	265.670,00	3,12
Aparelhos e Utensílios Domésticos	218.133,64	2,56
Mobiliário em Geral	201.382,83	2,36
Equipamentos de Processamento de Dados	59.185,00	0,69
Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica	38.912,50	0,46
Maquinas e Equipamentos Gráficos	33.095,50	0,39
Coleções e Materiais Bibliográficos	26.139,67	0,31
Pecas Não Incorporáveis a Imóveis	11.005,20	0,13
Manutenção e Conservação de Bens Imóveis	4.410,00	0,05
Maquinas e Equipamentos Energéticos	4.015,00	0,05
Serviços de Produção Industrial	3.950,00	0,05
Equipamentos Para Áudio, Vídeo e Foto	3.232,00	0,04
<b>Total</b>	<b>8.524.567,63</b>	<b>100,00</b>

Fonte: SIAFI, 2016.




**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
 SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2016 PERÍODO DEZ(Encerrado)

EMISSÃO 18/01/2017 PÁGINA 2

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	62201 - AGENCIA NACIONAL DE AVIACAO CIVIL - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	20101 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA

VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
Diferido	-	-			
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>821.418.445,26</b>	<b>1.110.702.810,32</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>821.418.445,26</b>	<b>1.110.702.810,32</b>

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
ATIVO FINANCEIRO	771.461.266,62	1.056.290.501,31	PASSIVO FINANCEIRO	17.300.804,64	750.951.818,04
ATIVO PERMANENTE	49.957.178,64	54.412.309,01	PASSIVO PERMANENTE	-	7.843.524,44
			<b>SALDO PATRIMONIAL</b>	<b>804.117.640,62</b>	<b>351.907.467,84</b>

## Quadro de Compensações

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
<b>SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS</b>	<b>5.204.161,48</b>	<b>4.631.938,80</b>	<b>SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS</b>	<b>197.941.210,98</b>	<b>311.167.948,15</b>
Execução dos Atos Potenciais Ativos	5.204.161,48	4.631.938,80	Execução dos Atos Potenciais Passivos	197.941.210,98	311.167.948,15
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	5.204.161,48	4.631.938,80	Garantias e Contragarantias Concedidas a Execut	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Cong	-	-	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congên	1.456.134,22	5.493.333,63
Direitos Contratuais a Executar	-	-	Obrigações Contratuais a Executar	196.485.076,76	305.674.614,52
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>5.204.161,48</b>	<b>4.631.938,80</b>	<b>TOTAL</b>	<b>197.941.210,98</b>	<b>311.167.948,15</b>

## DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-2.366.115,15
Recursos Vinculados	756.526.577,13
Seguridade Social (Exeto RGPS)	5.489,03
Operação de Crédito	1.705.276,25
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	357.990.012,62
Outros Recursos Vinculados a Fundos	396.825.799,23
<b>TOTAL</b>	<b>754.160.461,98</b>

## Nota Explicativa – Caixa e Equivalentes de Caixa – Balanço Patrimonial

Este item contempla o numerário e outros bens e direitos conversíveis e evidenciados em moeda nacional. Em 31/12/2016, a Agência Nacional de Aviação Civil possuía um saldo superior a R\$ 770 milhões relacionados a Caixa e Equivalentes de Caixa. Destes, as aplicações na Conta Única correspondem a um saldo superior a R\$ 766 milhões, decorrente de arrecadações no corrente ano e exercícios anteriores (após os resgastes para pagamento de despesas), desde a criação da Agência Reguladora.

Dada a sua relevância, a seguir, apresenta-se a tabela, segregando-se por Fonte de Recursos, dos valores aplicados em Conta Única.

### Tabela – Recursos da Conta Única Aplicados – Variação.

R\$				
Fonte	Descrição da Fonte	31/12/2016	31/12/2015	AH (%)
0172012069	Contrib. P/O Fundo Aeroviário-Anac	5.366.028,23	5.366.028,23	0,00
	MJ Código Brasileiro De Aeronaut-			
0174120069	F.Aerov.Anac	58.169.141,42	14.741.927,32	294,58
0176012069	Rendas Fundo Aeroviário	333.209.681,37	336.729.495,62	-1,05
	Remuneração Das Disponib. Do Tesouro			
0188000000	Nacional	1.697.687,81	1.697.687,81	0,00
0250120069	Rendas Fundo Aeroviário-Anac	131.297.664,01	112.556.052,29	16,65
0250120380	Paa - Profaa	1.767.226,96	1.767.226,96	0,00
0280120069	Fundo Aeroviário-Anac	234.951.995,03	221.365.754,64	6,14
0376012069	Rendas Fundo Aeroviário	38.285,91	38.285,91	0,00
<b>Total</b>		<b>766.497.710,74</b>	<b>694.262.458,78</b>	<b>10,40</b>

Fonte: SIAFI, 2015 e 2016.

Os recursos aplicados correspondem às Taxas de Fiscalização, às Multas aplicadas aos agentes regulados da aviação civil, às Contribuições para o Fundo Aeroviário, bem como as remunerações destes depósitos aplicados. Estas disponibilidades pertencem ao Fundo Aeroviário, identificado pela Unidade Gestora 113215. Na continuação, apresenta-se a tabela relacionando-se os valores, por Fonte de Recursos, na data base de 31/12/2016:

### Tabela – Recursos da Conta Única Aplicados – Composição.

R\$			
Fonte	Descrição da Fonte	31/12/2016	AV (%)
0172012069	Contribuições p/ o Fundo Aeroviário-Anac	5.366.028,23	0,70
	MJ Código Brasileiro De Aeronáutica Fundo		
0174120069	Aeroviária - Anac	58.169.141,42	7,59
0176012069	Rendas Fundo Aeroviário	333.209.681,37	43,47
	Remuneração Das Disponibilidades do Tesouro		
0188000000	Nacional	1.697.687,81	0,22
0250120069	Rendas Fundo Aeroviário-Anac	131.297.664,01	17,13
0250120380	PAA - PROFAA	1.767.226,96	0,23
0280120069	Fundo Aeroviário-Anac	234.951.995,03	30,65
0376012069	Rendas Fundo Aeroviário	38.285,91	0,00
<b>Total</b>		<b>766.497.710,74</b>	<b>100,00</b>

Fonte: SIAFI, 2016.

Destaca-se a Fonte 0176 a qual corresponde às Contribuições Sociais pagas pelas empresas aeroviárias em razão da sua classificação no Fundo da Previdência e Assistência Social (Código FPAS 558), cuja despesa está vinculada ao ensino aeroviário e seu saldo corresponde a 43,47 do total das aplicações.

O volume de pagamentos em relação às receitas arrecadadas, impacta no saldo de disponibilidades. Na tabela apresentada a seguir, relaciona-se o volume de despesas pagas em relação às receitas arrecadadas (líquidas) no exercício de 2016, por Fonte de Recursos, na data base de 31/12/2016:

**Tabela – Indicador de Despesas Pagas x Receita Líquida Arrecadada.**

R\$			
Fonte Recursos	Despesas Pagas 31/12/2016	Receita Líquida 31/12/2016	Despesa Paga / Receita Líquida (%) 31/12/2016
0174120069	11.469.271,40	18.378.561,68	62,41
0176012069	1.645.763,54	161.643.722,59	1,02
0250120069	46.663.037,05	69.035.643,34	67,60
0280120069	58.370.110,64	86.640.327,49	67,37
<b>Total</b>	<b>118.148.182,63</b>	<b>335.698.255,10</b>	<b>35,19</b>

Fonte: SIAFI, 2016.

Das receitas arrecadas, não figuraram em Caixa e Equivalentes de Caixa da ANAC os valores contabilizados na Conta Única – Banco Central do Brasil que na data base de 31/12/2016 correspondem ao montante superior a R\$ 340 milhões, apresentados por Fonte de Recursos na tabela a seguir:

**Tabela – Recursos Arrecadados pela ANAC em Conta Única Banco Central – Composição.**

R\$			
Fonte Recursos	31/12/2016	31/12/2015	AH (%)
0174120069	3.664.772,59	44.313.903,75	-91,73
0176012069	337.404.183,03	175.760.460,44	91,97
<b>Total</b>	<b>341.068.955,62</b>	<b>220.074.364,19</b>	<b>54,98</b>

Fonte: SIAFI, 2015 e 2016.

A redução de 91,73 da Fonte 0174, demonstrado na Tabela 4, guarda relação com o acréscimo de valores aplicados evidenciados na Tabela 1. O saldo relativo à Fonte 0176 depende de ajustes quanto ao valor a ser transferido à ANAC, tendo em vista a apuração da parcela correspondente à Desvinculação de Receita da União sobre esta receita de contribuições.

Ainda integram o Caixa e Equivalentes de Caixa, os saldos relativos a numerários em outros bancos. Estes referem-se às Garantias Contratuais, na modalidade caução em dinheiro, depositadas em contas abertas junto à Caixa Econômica Federal, pelas empresas contratadas pela ANAC.

Estes saldos estão evidenciados por seus valores originais em decorrência das dificuldades na obtenção dos extratos junto às respectivas agências bancárias onde os recursos estão depositados, correspondendo a quarenta e cinco contas bancárias distintas.

Verifica-se um acréscimo de 47,80 no saldo de depósitos de garantias contratuais, conforme apresentado na tabela a seguir:

**Tabela – Recursos em outros Bancos – Composição.**

Fonte Recursos	Descrição	31/12/2016	31/12/2015	AH (%)
0190000000	Recursos diversos	417.249,83	282.303,19	47,80
<b>Total</b>		<b>417.249,83</b>	<b>282.303,19</b>	<b>47,80</b>

Fonte: SIAFI, 2015 e 2016

**Nota Explicativa – Créditos a Receber – Balanço Patrimonial**

**Créditos a Curto Prazo**

Não estão evidenciados no Balanço Patrimonial os créditos relativos às multas aplicadas aos entes regulados bem como os outros créditos de curto prazo. Faz-se necessária uma conciliação e classificação dos créditos de acordo com o fato gerador que os originou. Ademais, o sistema de gestão de créditos não dispõe de relatórios analíticos que viabilizem o registro contábil com exatidão e de forma tempestiva.

**Créditos a Longo Prazo**

Este item contempla os Créditos a Receber vencidos e não pagos, com inscrição em Dívida Ativa. Os créditos estão constituídos conforme tabela a seguir:

**Tabela – Créditos a Longo Prazo - Composição**

	R\$		
	31/12/2016	31/12/2015	AH (%)
Dívida ativa não tributária	68.353.943,58	53.423.190,44	27,95
Ajuste perdas de dívida ativa não tributária	(67.870.338,28)	(52.969.568,54)	28,13
<b>Total</b>	<b>483.605,30</b>	<b>453.621,90</b>	<b>6,61</b>

Fonte: SIAFI, 2016

Em 31/12/2016, a Agência Nacional de Aviação Civil possuía um saldo superior a R\$ 68 milhões de créditos a receber. Os créditos a receber são gerenciados internamente por meio de uma ferramenta denominada Sistema Integrado de Gestão de Créditos-SIGEC.

Conforme Portaria nº 954/2009/AGU, os créditos das autarquias e fundações públicas federais, de qualquer natureza, centralizados nas Procuradorias Regionais Federais, Procuradorias Federais nos Estados, Procuradorias Seccionais Federais e Escritórios de Representação, inscritos em dívida ativa, podem ser parcelados em até 60 (sessenta) prestações mensais. Segundo este normativo, ao valor de cada prestação mensal, por ocasião do pagamento, será acrescido de juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC para títulos federais, acumulada mensalmente, calculados a partir do mês subsequente ao da consolidação até o mês anterior ao do pagamento, e de 1% (um por cento) relativamente ao mês em que o pagamento estiver sendo efetuado.

Em decorrência de inconsistências geradas pelo Sistema Integrado de Gestão de Créditos, quanto ao cálculo dos rendimentos de um mês para o outro, os saldos não estão expressos em valores exatos, prejudicando a evidenciação dos créditos a receber.

Foi constituído o Ajuste de Perdas em Créditos de Longo Prazo. A mensuração do Ajuste de Perdas teve como metodologia de cálculo o histórico de recebimentos ocorridos nos últimos três exercícios financeiros.

A seguir, apresenta-se, em termos matemáticos, a metodologia de cálculo empregada:

Média mensal dos recebimentos = Total de recebimentos no exercício / 12.

Média anual dos saldos anuais = Soma dos saldos mensais / 12.

Média ponderada dos recebimentos = Média mensal de recebimentos / Média de saldos de valores inscritos em Dívida Ativa.

Na continuação, apresenta-se a tabela de cálculo do percentual de Ajuste, na data base de 31/12/2016.

**Tabela – Cálculo do Percentual de Ajuste de Perdas**

<b>CÁLCULO DAS MÉDIAS - EXERCÍCIO 2013</b>	
A) Soma dos Saldos Mensais em 2013:	395.232.804,61
B) Média Anual dos Saldos Mensais em 2013 (B = A/12):	32.936.067,05
C) Soma dos Recebimentos Mensais em 2013:	3.216.182,07
D) Média Mensal dos Recebimentos em 2013 (D = C/12):	268.015,17
<b>E) Média Ponderada de Recebimentos em 2013 (E = D/C)</b>	<b>0,81374%</b>
<b>CÁLCULO DAS MÉDIAS - EXERCÍCIO 2014</b>	
A) Soma dos Saldos Mensais em 2014:	472.501.864,85
B) Média Anual dos Saldos Mensais em 2014 (B = A/12):	39.375.155,40
C) Soma dos Recebimentos Mensais em 2014:	3.528.109,23
D) Média Mensal dos Recebimentos em 2014 (D = C/12):	294.009,10
<b>E) Média Ponderada de Recebimentos em 2014 (E = D/C)</b>	<b>0,74669%</b>
<b>CÁLCULO DAS MÉDIAS - EXERCÍCIO 2015</b>	
A) Soma dos Saldos Mensais em 2015:	536.064.909,08
B) Média Anual dos Saldos Mensais em 2015 (B = A/12):	44.672.075,76
C) Soma dos Recebimentos Mensais em 2015:	3.013.084,21
D) Média Mensal dos Recebimentos em 2015 (D = C/12):	251.090,35
<b>E) Média Ponderada de Recebimentos em 2015 (E = D/C)</b>	<b>0,56207%</b>
<b>Média % dos Recebimentos (2013+2014+2015) /3</b>	<b>0,70750%</b>

Fonte: SIAFI, 2013, 2014 e 2015 e Mapa da Dívida Ativa

## Nota Explicativa – Imobilizado – Balanço Patrimonial

O Imobilizado da ANAC é segregado em dois grupos: (i) bens móveis; e (ii) bens imóveis. Na tabela a seguir, é apresentada a composição do item imobilizado:

**Tabela – Imobilizado - Composição.**

	R\$		
	31/12/2016	31/12/2015	AH (%)
Valor Contábil Bruto - Bens Móveis	58.988.019,29	57.686.268,03	2,26
Depreciação/Amortização/Exaustão - Bens Móveis	(28.719.726,10)	(20.000.256,13)	43,60
Valor Contábil Bruto - Bens Imóveis	4.454.620,48	4.466.802,83	-0,27
Depreciação/Amortização/Exaustão - Bens Imóveis	(290.668,00)	(223.798,89)	29,88
<b>Total</b>	<b>34.432.245,67</b>	<b>41.929.015,84</b>	<b>-17,88</b>

Fonte: SIAFI, 2015 e 2016.

### Bens Móveis

Os Bens Móveis da ANAC em 31/12/2016 totalizaram R\$ 34,4 milhões e estão distribuídos em várias contas contábeis conforme detalhado na tabela a seguir:

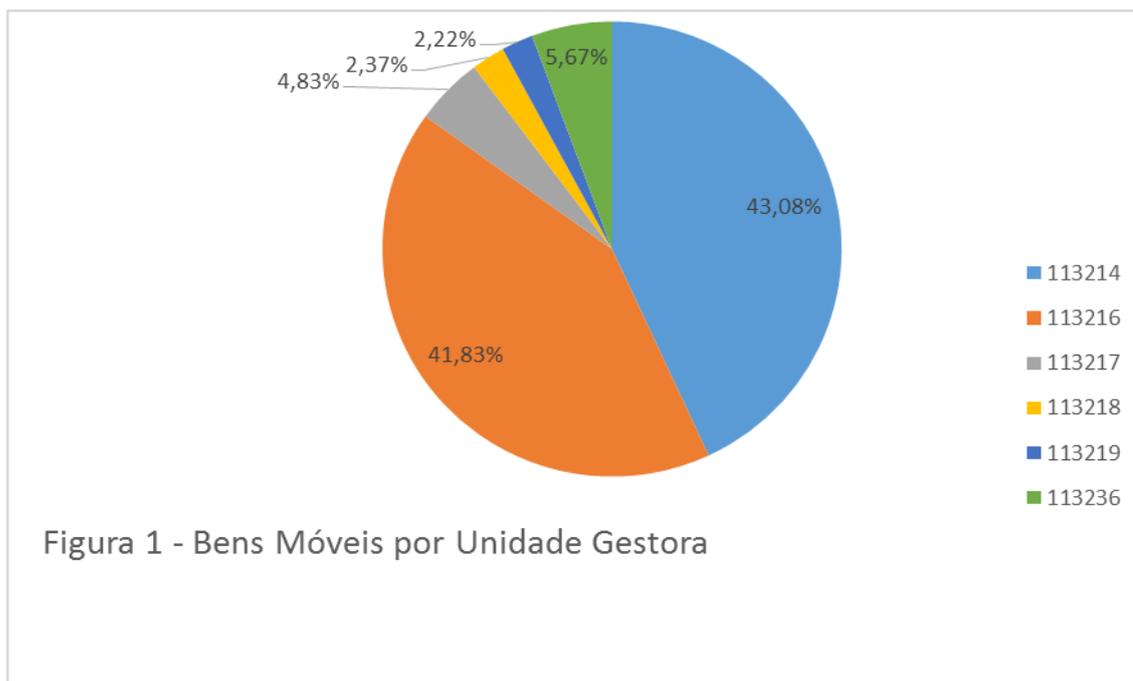
**Tabela – Bens Móveis – Composição.**

	R\$		
	31/12/2016	31/12/2015	AH (%)
Bens De Informática	24.443.421,67	24.152.634,75	1,20
Bens Moveis Em Almoarifado	22.900,47	0,00	-
Maquinas, Aparelhos, Equipamento e Ferramenta	5.582.783,64	4.553.291,53	22,61
Material Cultural, Educacional e de Comunicação	3.125.930,38	2.729.644,00	14,52
Moveis e Utensílios	14.588.079,45	14.483.706,85	0,72
Veículos	10.015.671,83	10.435.475,83	-4,02
Demais Bens Moveis	1.209.231,85	1.331.515,07	-9,18
Depreciação Acumulada - Bens Moveis	(28.719.726,10)	(20.000.256,13)	43,60
<b>Total Geral</b>	<b>30.268.293,19</b>	<b>37.686.011,90</b>	<b>-19,68</b>

Fonte: SIAFI, 2015 e 2016.

Os Bens Móveis estão distribuídos para uso em diversas localidades. Além da sede e seu anexo próximo ao aeroporto, localizados em Brasília (DF), a ANAC possui Representações Regionais no Rio de Janeiro/RJ, São Paulo/SP e São José dos Campos/SP.

A Agência está presente também nos principais aeroportos brasileiros, instalada em 22 Núcleos Regionais de Aviação Civil (NURAC). Os Bens Móveis são geridos por seis Unidades Gestoras Executoras, conforme demonstrado na figura a seguir:



Fonte: SIAFI, 2016

O método de depreciação empregado é o de cotas constantes, tendo como referência a vida útil e o valor residual definido no Manual SIAFI 020330, para cada classificação contábil. Houve um acréscimo de 43,60% na Depreciação Acumulada de Bens Móveis, quando comparados os exercícios de 2015 e 2016. Este incremento se deve ao fato da implantação do Sistema Integrado de Administração e Serviços – SIADS, justificado pelo novo cálculo da depreciação dos bens a partir das datas de entrada na carga patrimonial.

O cálculo da depreciação se deu mediante apuração especial realizada pelo SERPRO a fim de estabelecer o montante de Depreciação Acumulada até 31/12/2015 e o montante do no exercício de 2016. A partir destas informações procedeu-se aos ajustes necessários.

### Bens Imóveis

Os Bens Imóveis da ANAC em 31/12/2016 totalizavam R\$ 4,16 milhões e estão distribuídos nas contas contábeis demonstradas na tabela a seguir.

**Tabela – Bens Imóveis – Composição.**

	31/12/2016	31/12/2015	R\$ AH (%)
Bens De Uso Especial Registrados No Spiunet	4.003.940,75	4.003.940,75	0,00
Instalações	0,00	12.182,35	-100,00
Benfeitorias Em Propriedade De Terceiros	450.679,73	450.679,73	0,00
Depreciação Acumulada - Bens Imóveis	(2.064,05)	(25,28)	8064,75
Amortização Acumulada - Bens Imóveis	(288.603,95)	(223.773,61)	28,97
<b>Total</b>	<b>4.163.952,48</b>	<b>4.243.003,94</b>	<b>-1,86</b>

Fonte: SIAFI, 2016.

Os Bens Imóveis estão distribuídos em Unidades Gestoras, conforme tabela a seguir:

**Tabela - Bens Imóveis por Unidade Gestora.**

			R\$	
			31/12/2016	AV (%)
Benfeitorias Em Propriedade De Terceiros	113214	Agencia Nacional De Aviação Civil	8.800,00	0,21
Amortização Acumulada - Bens Imóveis	113214	Agencia Nacional De Aviação Civil	(8.800,00)	-0,21
Benfeitorias Em Propriedade De Terceiros	113216	Representação Regional Rio De Janeiro	147.985,00	3,55
Amortização Acumulada - Bens Imóveis	113216	Representação Regional Rio De Janeiro	(147.985,00)	-3,55
Benfeitorias Em Propriedade De Terceiros	113217	Representação Regional São Paulo	293.894,73	7,06
Amortização Acumulada - Bens Imóveis	113217	Representação Regional São Paulo	(131.818,95)	-3,17
Bens De Uso Especial Registrados No Spiunet	113218	Núcleo Reg. De Aviação Civil De Recife	4.003.940,75	96,16
Depreciação Acumulada - Bens Imóveis	113218	Núcleo Reg. De Aviação Civil De Recife	(2.064,05)	-0,05
<b>Total</b>			<b>4.163.952,48</b>	<b>100,00</b>

Fonte: SIAFI, 2016.

A depreciação dos Bens Imóveis é apurada utilizando-se o método descrito na Portaria Conjunta STN/SPU N. 03, de 10 de dezembro de 2014, cujos valores são apropriados pela Secretaria do Tesouro Nacional com base em informações prestadas pela Secretaria de Patrimônio da União.

As Benfeitorias em Imóveis de Terceiros foram executadas em imóveis locados pela ANAC e a amortização se dá pelo prazo da vigência dos contratos de locação firmados.

A ANAC possui Bens Imóveis em uso cuja situação ainda não foi regularizada junto à SPU, conforme o contido na Portaria Interministerial STN/SPU N. 322, de 23 de agosto de 2001. Por esta razão os saldos contábeis relativos a estas edificações não foram evidenciados em 31/12/2016, sendo tais valores desconhecidos. Os Imóveis não evidenciados são identificados na tabela a seguir:

**Tabela - Bens Imóveis Não Evidenciados – Identificação e Localização.**

Unidade Gestora	Endereço	RIP	Área (m <sup>2</sup> )
113216	AV. Almirante Silvio de Noronha, N° 373, Castelo - Rio de Janeiro/RJ	Sem RIP individualizado	5.350
113219	AV. Severo Dullius, N° 1244 Anchieta, Porto Alegre/RS	7.535.002.635.006	9.164
113219	Rua Cícero Jayme Bley, S/N° ANGAR 03 Aeroporto Bacacheri, Curitiba/PR	8.589.001.665.003	2.316

Fonte: SPIUNET.

### Nota Explicativa – Intangível – Balanço Patrimonial

O Ativo Intangível da ANAC, em 31/12/2016, totalizava R\$ 10,59 milhões em Softwares e está distribuído conforme tabela a seguir:

**Tabela – Intangível – Composição.**

	R\$		
	31/12/2016	31/12/2015	AH (%)
Softwares Com Vida Útil Indefinida	4.675.714,56	2.097.450,91	122,92
Softwares Com Vida Útil Definida	7.927.329,21	6.654.827,83	19,12
Amortização Acumulada	(2.003.399,17)	(1.231.987,91)	62,62
<b>Total</b>	<b>10.599.644,60</b>	<b>7.520.290,83</b>	<b>40,95</b>

Fonte: SIAFI, 2015 e 2016.

No âmbito da ANAC, os Softwares com vida útil indefinida foram mensurados pelo seu custo de produção ou aquisição. Os Softwares produzidos estão representados pelo valor do contrato de desenvolvimento e respectivos aditivos. Os Softwares em desenvolvimento ou em processo de manutenção evolutiva estão a cargo da Empresa Cast Informática S.A, CNPJ 03.143.181/0001-01.

**Nota Explicativa – Fornecedores e Contas a Pagar – Balanço Patrimonial**

Em 31/12/2016, a Agência Nacional de Aviação Civil possuía um saldo em aberto superior a R\$ 605 mil relacionados com fornecedores e contas a pagar a curto prazo.

A seguir, apresenta-se a tabela, relacionando as obrigações com credores nacionais a curto prazo. Não há outras obrigações com fornecedores em aberto na data base de 31/12/2016.

**Tabela – Fornecedores e Contas a Pagar – Composição.**

	R\$		
Contas a Pagar	31/12/2016	31/12/2015	AH (%)
Nacionais	605.566,46	4.504.322,61	(86,56)
<b>Total</b>	<b>605.566,46</b>	<b>4.504.322,61</b>	

Fonte: SIAFI, 2015 e 2016.

Até o encerramento do 4º Trimestre, as apropriações relativas a Fornecedores e Contas a Pagar foram superiores a R\$ 130 milhões com credores nacionais. Com credores estrangeiros as apropriações corresponderam ao valor de R\$ 257.757,68.

Na continuação, apresenta-se a tabela relacionando-se as unidades gestoras contratantes com os respectivos valores de Fornecedores e Contas a Pagar na data base de 31/12/2016.

**Tabela – Obrigações Contratuais – Por Órgão (Unidade Gestora) Contratante.**

			R\$	
UG	Denominação da UG Executora	31/12/2016	AV (%)	
113214	Agencia Nacional De Aviação Civil	13.135,00	2,17	
113216	Representação Regional Rio De Janeiro	105.488,60	17,42	
113217	Representação Regional São Paulo	340.443,48	56,22	
113218	Núcleo Reg. De Aviação Civil De Recife	29.403,33	4,86	
113219	Núcleo Reg. De Aviação Civil De Porto Legre	117.096,05	19,34	
<b>Total</b>		<b>605.566,46</b>	<b>100,00</b>	

Fonte: SIAFI, 2016

Na tabela apresentada a seguir, relaciona-se os fornecedores e o saldo em aberto na data base de 31/12/2016:

**Tabela – Fornecedores e Contas a Pagar – Por Fornecedor.**

Fornecedor	31/12/2016	R\$
		AV (%)
00482840000138	243.080,15	40,13
10578768000109	71.303,42	11,77
00332087000102	49.405,40	8,16
01436782000179	31.536,70	5,21
05058935000142	27.749,59	4,58
42035097000207	27.346,81	4,52
Demais	155.234,39	25,63
<b>Total</b>	<b>605.656,46</b>	<b>100,00</b>

Fonte: SIAFI, 2016.

Em relação aos 6 fornecedores acima especificados, eles representam 74,37% do total a ser pago. A seguir, é apresentado o resumo das principais transações:

- a) Contratado **00482840000138**: Objeto: Prestação, de forma contínua, de serviços de apoio de secretariado, recepcionista, mensageiro e motorista para ANAC, em São Paulo e São José dos Campos;
- b) Contratado **10578768000109**: Prestação de serviços de manutenção predial preventiva, corretiva e serviços eventuais, nos sistemas, equipamentos e instalações prediais da ANAC no Rio de Janeiro, RJ;
- c) Contratado **00332087000102**: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de vigilância armada nas dependências da Representação Regional São Paulo - São José dos Campos/SP;
- d) Contratado **01436782000179**: Contratação de serviços de locação de veículos-Leves/Pesados/Com motorista que serão prestados no Estado do Rio de Janeiro;
- e) Contratado **05058935000142**: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de limpeza nas dependências da Representação Regional de São Paulo-SP;
- f) Contratado **42035097000207**: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de vigilância armada nas dependências da Representação Regional de Recife/PE.

### **Nota Explicativa – Obrigações Contratuais – Balanço Patrimonial**

Em 31/12/2016, a Agência Nacional de Aviação Civil possuía um saldo superior a R\$ 196 milhões em obrigações contratuais, relacionadas a parcelas de contratos que serão executadas no ano corrente e no(s) próximo(s) exercício(s).

A seguir, apresenta-se a tabela, segregando-se essas obrigações, de acordo com a natureza dos respectivos contratos:

**Tabela – Obrigações Contratuais – Composição.**

Obrigações Contratuais	31/12/2016	31/12/2015	AH (%)
Aluguéis	50.591.795,48	74.702.752,84	32,28
Fornecimento de Bens	55.000,00	106.897,00	48,55
Serviços	71.306.058,29	134.814.810,08	47,11
<b>Total</b>	<b>196.485.076,76</b>	<b>305.674.614,52</b>	

Fonte: SIAFI, 2016.

As obrigações contratuais relacionadas com aluguéis representam cerca de 50% do total das obrigações assumidas pela Agência Nacional de Aviação Civil. Atualmente, a ANAC conta com imóveis alugados nas cidades de Brasília, São Paulo, São José dos Campos e Rio de Janeiro.

Na continuação, apresenta-se a tabela relacionando-se as unidades gestoras contratantes com as respectivas obrigações contratuais na data base de 31/12/2016:

**Tabela – Obrigações Contratuais – Por Órgão (Unidade Gestora) Contratante.**

Obrigações Contratuais	Unidade	Denominação da Unidade Gestora	31/12/2016	AV (%)
Aluguéis	113214	Agencia Nacional de Aviação Civil	50.591.795,48	25,75
Aluguéis	113216	Representação Regional Rio de Janeiro	30.327.580,80	15,44
Aluguéis	113217	Representação Regional São Paulo	17.485.252,42	8,90
Fornecimento	113214	Agencia Nacional de Aviação Civil	55.000,00	0,03
Serviços	113214	Agencia Nacional de Aviação Civil	71.306.058,29	36,29
Serviços	113216	Representação Regional Rio de Janeiro	19.029.496,56	9,68
Serviços	113217	Representação Regional São Paulo	4.252.298,30	2,16
Serviços	113218	Núcleo Reg. De Aviação Civil de Recife	1.970.184,93	1,00
Serviços	113219	Núcleo Reg. De Aviação Civil de Porto Alegre	1.467.409,98	0,75
<b>Total</b>			<b>196.485.076,76</b>	<b>100,00</b>

Fonte: SIAFI, 2016.

A Unidades Gestoras 113214, 113216 e 113217 são responsáveis por 98,35% do total contratado. A ANAC possui Núcleos de Aviação Civil em 22 aeroportos do país. As demandas por serviços e contratações destas unidades são atendidas pelas Unidades Gestoras acima, distribuídas por regiões.

Na tabela apresentada a seguir, relaciona-se os 15 contratados mais significativos e o saldo a executar, na data base de 31/12/2016:

**Tabela – Obrigações Contratuais – Por Contratado.**

	R\$	
Contratado	31/12/2016	AV (%)
33754482000124	50.591.795,48	25,75
11281322000172	30.327.580,80	15,44
03143181000101	15.032.003,78	7,65
03418937000170	12.627.287,43	6,43
10471309000113	9.706.338,43	4,94
11073100000164	9.146.760,56	4,66
04433431000100	6.358.940,28	3,24
78533312000158	5.595.820,99	2,85
07171299000196	4.996.919,52	2,54
08629207000131	4.783.732,63	2,43
24935454000112	4.218.128,82	2,15
11406610000106	4.203.050,34	2,14
01162636000100	3.813.537,52	1,94
08210265000126	3.279.001,88	1,67
05423963000111	3.037.645,30	1,55
Demais	28.766.533,00	14,64
<b>Total</b>	<b>196.485.076,76</b>	<b>100,00</b>

Fonte: SIAFI, 2016.

Em relação aos 15 contratados acima especificados, eles representam 85,36% do total a ser executado. Destes, a seguir, é apresentado o resumo das principais transações:

- a) Contratada **33754482000124**: Locação de imóvel das instalações da sede da ANAC, em Brasília/DF;
- b) Contratada **11281322000172**: Locação de imóvel das instalações da Representação Regional da ANAC, no Rio de Janeiro/RJ;
- c) Contratada **03143181000101**: Serviços técnicos de desenvolvimento, manutenção, documentação e sustentação de sistemas de informação em plataforma web, desktop ou mobile
- d) Contratada **03418937000170**: Locação de imóvel das instalações da Representação Regional da ANAC, em São Paulo/SP;
- e) Contratada **10471309000113**: Despesas de Condomínio do imóvel locado para as instalações da Representação Regional da ANAC, no Rio de Janeiro/RJ;
- f) Contratada **11073100000164**: Despesas de Condomínio do imóvel locado para as instalações da Sede da ANAC, em Brasília/DF;
- g) Contratada **04433431000100**: Locação de imóvel das instalações da Representação Regional da ANAC, em São José dos Campos/SP;
- h) Contratada **78533312000158**: Serviços de apoio Administrativo de secretárias, recepcionistas e mensageiros para as cidades de Brasília/DF, Manaus/AM, Belém/PA; Recife/PE, Curitiba/PR e Porto Alegre/RS;
- i) Contratada **07171299000196**: Prestação de serviços continuados de apoio técnico especializado e de suporte à infraestrutura de Tecnologia da Informação - TI da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC;

- j) Contratada **08629207000131**: Prestação de serviços, de forma contínua, de secretariado, recepcionista e mensageiro para a Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) no Rio de Janeiro/RJ;
- k) Contratada **24935454000112**: Prestação de serviços de planejamento, implantação, operação, gerenciamento de Central de Atendimento contínuo e sazonal e gestão de teleatendimento receptivo e ativo nas formas de atendimento eletrônico e humano na modalidade Contact Center.

No quadro a seguir são detalhadas as principais transações:

**Tabela – Contratados – Principais Transações.**

<b>Contratado</b>	<b>Objeto</b>	<b>Valor Contratado</b>	<b>Valor a Executar</b>	<b>Validade</b>
Caixa De Previdência Dos Func. Do Banco Do Brasil	Locação de imóvel da Sede da ANAC	164.333.484,26	50.591.795,48	10/01/2020
Fundo De Investimento Imobiliário - Presidente Vargas	Locação de imóvel da Representação Regional da ANAC no Rio de Janeiro	137.553.690,58	30.327.580,80	30/09/2019
Cast Informática S/A	Serviços técnicos de desenvolvimento, manutenção, documentação e sustentação de sistemas de informação em plataforma web, desktop ou mobile	15.355.040,00	15.032.003,78	15/12/2017
Hotéis Aeroporto De Congonhas Empreendimentos Ltda.	Locação de imóvel da Representação Regional da ANAC em São Paulo	38.018.408,23	12.627.287,43	29/12/2019
Condomínio Edifício Torre Boavista	Taxa de Condomínio referente ao imóvel locado para a Representação Regional da ANAC no Rio de Janeiro	18.363.655,08	9.706.338,43	30/09/2019
Centro Empresarial Parque Cidade	Taxa de Condomínio referente ao imóvel locado para ANAC sede	24.392.142,60	9.146.760,56	10/01/20120
T & T Realty Administração Ltda. - EPP	Locação de imóvel da Representação Regional da ANAC em São José dos Campos	12.005.854,68	6.358.940,28	01/07/2019
Plansul Planejamento E Consultoria Ltda.	Apoio de recepcionistas, secretárias e mensageiro	64.992.405,37	5.595.820,99	01/05/2017
Central It Tecnologia Da Informação Ltda.	Prestação de serviços continuidades de apoio técnico especializado e de suporte à infraestrutura de Tecnologia da Informação - TI da Agencia Nacional de Aviação Civil - ANAC	21.557.620,49	4.996.919,52	25/11/2017

Recrutare Administração E Serviços - EIRELI - Me	Prestação de serviços, de forma contínua, de secretariado, repcionista e mensageiro para a Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) no Rio de Janeiro/RJ	22.622.517,66	4.783.732,63	01/09/2017
Tellus S/A Informática E Telecomunicações	Prestação de serviços de planejamento, implantação, operação, gerenciamento de Central de Atendimento contínuo e sazonal e gestão de tele atendimento receptivo e ativo nas formas de atendimento eletrônico e humano na modalidade Contact Center	13.495.220,31	4.218.128,82	22/10/2017
		<b>532.690.039,26</b>	<b>153.385.308,72</b>	

Fontes: SIASG, SIAFI 2016.



**ANEXO 4 – DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO PATRIMONIAL E RESPECTIVAS NOTAS EXPLICATIVAS**



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2016 PERÍODO DEZ(Enoerrado)

EMISSÃO 19/01/2017 PAGINA 1

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	62201 - AGENCIA NACIONAL DE AVIACAO CIVIL - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	20101 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2016	2015
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS</b>	<b>2.255.407.392,72</b>	<b>2.446.432.644,80</b>
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	230.835.092,92	219.516.996,77
Contribuições Sociais	230.835.092,92	219.515.551,26
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	1.445,51
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	68.269.825,75	56.751.193,98
Venda de Mercadorias	-	-
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	68.269.825,75	56.751.193,98
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	86.907.119,32	86.024.079,23
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	266.791,83	318.907,92
Variações Monetárias e Cambiais	-	27.220,38
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	86.640.327,49	85.677.950,93
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	1.116.211.063,68	903.099.264,10
Transferências Intragovernamentais	1.114.951.891,03	895.870.637,08
Transferências Intergovernamentais	-	1.605,08
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	1.259.172,65	7.227.021,94
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	723.411.287,98	1.113.400.595,25
Reavaliação de Ativos	-	1.031.659,34
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	4.754.436,52	4.164.870,94
Ganhos com Desincorporação de Passivos	718.656.851,46	1.108.204.064,97
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	29.773.003,07	67.640.515,47
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	62201 - AGENCIA NACIONAL DE AVIACAO CIVIL - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	20101 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA

EXERCICIO 2016	PERIODO DEZ(Encerrado)
-------------------	---------------------------

EMISSAO 19/01/2017	PAGINA 2
-----------------------	-------------

VALORES EM UNIDADES DE REAL
-----------------------------

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2016	2015
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	41.589.066,68
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	29.773.003,07	26.051.448,79
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS</b>	<b>1.802.853.148,48</b>	<b>2.418.710.381,58</b>
<b>Pessoal e Encargos</b>	<b>329.367.745,09</b>	<b>317.461.252,21</b>
Remuneração a Pessoal	251.043.163,39	242.100.204,14
Encargos Patronais	52.165.598,32	48.837.323,85
Benefícios a Pessoal	12.793.853,15	10.465.209,16
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	13.365.130,23	16.058.515,06
<b>Benefícios Previdenciários e Assistenciais</b>	<b>10.843.953,47</b>	<b>9.852.524,84</b>
Aposentadorias e Reformas	9.379.516,72	8.532.619,74
Pensões	1.406.252,66	1.289.782,52
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	58.184,09	30.122,58
<b>Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo</b>	<b>138.657.303,23</b>	<b>136.362.846,99</b>
Uso de Material de Consumo	432.178,15	583.429,06
Serviços	125.622.692,41	127.540.955,48
Depreciação, Amortização e Exaustão	12.402.432,67	8.238.462,45
<b>Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras</b>	<b>334,99</b>	<b>1.172,43</b>
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	119,71	138,33
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Concedidos	215,28	1.034,10
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
<b>Transferências e Delegações Concedidas</b>	<b>949.106.875,45</b>	<b>812.365.553,65</b>
Transferências Intragovernamentais	947.541.318,82	793.813.510,72
Transferências Intergovernamentais	166.019,87	66.055,52
Transferências a Instituições Privadas	1.072,08	839,06
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	1.398.464,68	18.485.148,35
<b>Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos</b>	<b>374.222.877,90</b>	<b>1.142.080.361,68</b>
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	15.288.344,59	52.969.568,54
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	32.308,13	5.587,94
Incorporação de Passivos	358.618.871,38	1.088.707.417,27
Desincorporação de Ativos	283.353,80	397.787,93



EXERCÍCIO  
2016

PERÍODO  
DEZ(Encerrado)

EMISSÃO  
19/01/2017

PÁGINA  
3

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	62201 - AGENCIA NACIONAL DE AVIACAO CIVIL - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	20101 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2016	2015
<b>Tributárias</b>	<b>123.000,45</b>	<b>119.798,65</b>
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	16.145,04	12.107,82
Contribuições	106.855,41	107.690,83
<b>Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
<b>Outras Variações Patrimoniais Diminutivas</b>	<b>531.057,90</b>	<b>466.871,13</b>
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	-	-
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	531.057,90	466.871,13
<b>RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO</b>	<b>452.554.244,24</b>	<b>27.722.263,22</b>
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2016	2015

## Nota Explicativa – Resultado Patrimonial – Demonstrações de Variações Patrimoniais

A apuração do resultado patrimonial implica na confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD).

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para conta de Superávit/Déficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais.

O Resultado Patrimonial apurado em 31/12/2016 foi superavitário em R\$ 452.55 milhões e está demonstrado na tabela abaixo, ao se confrontar Variações Patrimoniais Aumentativas e Diminutivas:

**Tabela - Variações Patrimoniais Aumentativas x Variações Patrimoniais Diminutivas.**

	R\$		
	31/12/2016	31/12/2015	AH (%)
Variações Patrimoniais Aumentativas (I)	2.255.407.226,98	2.446.432.644,80	-7,81
Variações Patrimoniais Diminutivas (II)	1.802.852.982,74	2.418.710.381,58	-25,46
<b>Resultado</b>	<b>452.554.244,24</b>	<b>27.722.263,22</b>	<b>1.532,46</b>

Fonte: SIAFI, 2015 e 2016.

Observa-se que, no resultado patrimonial do período, houve um acréscimo significativo quando comparado ao mesmo período do exercício anterior. O resultado atual foi positivo em R\$ 452,5 milhões. A variação significativa entre os dois exercícios é justificada pelos seguintes fatores:

- Até 2015 não havia registro contábil relativo ao procedimento patrimonial de Ajuste de Perdas de Dívida Ativa Não-Tributária, tendo sido registrado um valor de R\$ 52,96 milhões naquele exercício. Já em 2016, o Ajuste de Perdas corresponde ao valor de R\$ 14,90 milhões;
- No exercício de 2016 foi estabelecido novo critério de contabilização da inscrição de repasses e sub-repasses diferidos, não mais acarretando registros contábeis em contas patrimoniais (Ativo e Passivo), passando apenas a envolver contas de controle. Ocorreram apenas os registros de baixa dos recursos diferidos (repasso e sub-repasso) inscritos em 2015.

Se ajustássemos as Variações Patrimoniais Aumentativas e Diminutivas, desconsiderando os efeitos da contabilização das baixas de diferidos do exercício de 2015, ocorridas em 2016, o resultado seria o seguinte:

**Tabela – Resultado Patrimonial do Exercício – Ajustado.**

	R\$
	31/12/2016
Variações Patrimoniais Aumentativas	2.255.407.226,98
Repasso Diferido - Baixa	(352.836.921,65)
Sub-repasso Diferido Baixa	(358.615.281,89)
<b>Variações Patrimoniais Aumentativas - Ajustadas</b>	<b>1.543.955.023,44</b>
Variações Patrimoniais Diminutivas	1.802.852.982,74
Sub-repasso Diferido - Baixa	(358.615.281,89)
<b>Variações Patrimoniais Diminutivas - Ajustadas</b>	<b>1.444.237.700,85</b>
<b>Resultado Ajustado</b>	<b>99.717.322,59</b>

Fonte: SIAFI, 2016.

## ANEXO 5 – DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO  
2016

PERÍODO  
DEZ(Encerrado)

TÍTULO	DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	62201 - AGENCIA NACIONAL DE AVIACAO CIVIL - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	20101 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA

EMISSAO  
20/01/2017

PAGINA  
1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

Especificação	Patrimônio/ Capital Social	Adiant. para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Ações/Cotas em Tesouraria	Total
Saldo Inicial do Exercício 2015	-	-	-	-	-	364.855.078,51	-	-	364.855.078,51
Variação Cambial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes de Exercício Anterior	-	-	-	-	-	1.049.747,29	-	-	1.049.747,29
Aumento/Redução de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resgate/Reemissão de Ações e Cotas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Const./Realtz. da Reserva de Reavaliação de Ativos	-	-	-	-	-	-15.657.994,78	-	-	-15.657.994,78
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	27.722.263,22	-	-	27.722.263,22
Constituição/Reversão de Reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão Tributária - IR/CS s/ Res. de Reavaliação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos de Fusão, Cisão e Incorporação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final do Exercício 2015	-	-	-	-	-	377.969.094,24	-	-	377.969.094,24

Especificação	Patrimônio/ Capital Social	Adiant. para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Ações/Cotas em Tesouraria	Total
Saldo Inicial do Exercício 2016	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Variação Cambial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes de Exercício Anterior	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento/Redução de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resgate/Reemissão de Ações e Cotas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Const./Realtz. da Reserva de Reavaliação de Ativos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Constituição/Reversão de Reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão Tributária - IR/CS s/ Res. de Reavaliação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos de Fusão, Cisão e Incorporação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final do Exercício 2016	-	-	-	-	-	-	-	-	-



**ANEXO 6 – DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA**



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	62201 - AGENCIA NACIONAL DE AVIACAO CIVIL - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	20101 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA

EXERCÍCIO 2016	PERÍODO DEZ(Enviado)
EMISSÃO 20/01/2017	PÁGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

	2016	2015
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES</b>	<b>84.901.928,47</b>	<b>40.157.748,75</b>
<b>INGRESSOS</b>	<b>1.520.553.757,81</b>	<b>1.277.040.685,61</b>
<b>Receitas Derivadas e Originárias</b>	<b>405.076.025,27</b>	<b>380.755.699,52</b>
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	230.894.200,80	219.515.551,26
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	68.269.988,09	56.710.656,29
Remuneração das Disponibilidades	86.640.327,49	85.677.950,93
Outras Receitas Derivadas e Originárias	19.271.508,89	18.851.541,04
<b>Transferências Correntes Recebidas</b>	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Correntes Recebidas	-	-
<b>Outros Ingressos das Operações</b>	<b>1.115.477.732,54</b>	<b>896.284.986,09</b>
Ingressos Extraorçamentários	239.032,98	-172.549,67
Transferências Financeiras Recebidas	1.114.951.891,03	895.870.637,08
Arrecadação de Outra Unidade	286.342,73	290.237,50
Demais Recebimentos	465,80	296.661,18
<b>DESEMBOLSOS</b>	<b>-1.435.651.829,34</b>	<b>-1.236.882.336,86</b>
<b>Pessoal e Demais Despesas</b>	<b>-432.269.843,91</b>	<b>-397.883.892,91</b>
Legislativo	-	-
Judiciário	-	-
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-	-
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-10.862.942,36	-9.811.845,52
Saúde	-	-
Trabalho	-	-
Educação	-	-
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-	-
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-	-
Agricultura	-	-
Organização Agrária	-	-



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	62201 - AGENCIA NACIONAL DE AVIACAO CIVIL - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	20101 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA

EXERCICIO 2016	PERIODO DEZ(Encerrado)
-------------------	---------------------------

EMISSAO 20/01/2017	PAGINA 2
-----------------------	-------------

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2016	2015
Indústria	-	-
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-421.406.901,55	-388.072.047,39
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-
<b>Juros e Encargos da Dívida</b>	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
<b>Transferências Concedidas</b>	<b>-55.722.222,28</b>	<b>-45.096.868,76</b>
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-55.721.150,20	-45.096.029,70
Outras Transferências Concedidas	-1.072,08	-839,06
Outros Desembolsos das Operações	-847.659.763,15	-793.902.175,19
Dispêndios Extraorçamentários	-118.444,33	-88.664,47
Transferências Financeiras Concedidas	-947.541.318,82	-793.813.510,72
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>	<b>-11.115.881,27</b>	<b>-19.652.847,14</b>
<b>INGRESSOS</b>	-	-
Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
<b>DESEMBOLSOS</b>	<b>-11.115.881,27</b>	<b>-19.652.847,14</b>
Aquisição de Ativo Não Circulante	-1.584.194,76	-11.690.062,78
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-9.531.686,51	-7.962.784,36
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>	-	-
<b>INGRESSOS</b>	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
<b>DESEMBOLSOS</b>	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-



**ANAC** AGÊNCIA NACIONAL  
DE AVIAÇÃO CIVIL



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2016 PERÍODO DEZ(Enoerrado)

EMISSÃO 20/01/2017 PÁGINA 3

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	62201 - AGENCIA NACIONAL DE AVIACAO CIVIL - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	20101 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2016	2015
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	73.786.047,20	20.504.901,61
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	697.675.219,42	677.170.317,81
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	771.461.266,62	697.675.219,42

